Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano CII • Nº 22 | Poder Legislativo | Recife, terça-feira, 04 de fevereiro de 2025

Alepe volta aos trabalhos com posse da nova Mesa Diretora

Reunião plenária teve pronunciamentos do presidente Álvaro Porto e de Raquel Lyra

FOTOS: AMARO LIMA



INDEPENDÊNCIA – Álvaro Porto defendeu o Legislativo e destacou entregas da Alepe à sociedade



GOVERNO – Governadora Raquel Lyra prestou contas da sua gestão e apresentou perspectivas para 2025



MUDANÇAS – Francismar Pontes assumiu a Primeira-Secretaria do Poder Legislativo Estadual

A primeira reunião plenária do ano, realizada ontem, foi marcada pela retomada dos trabalhos legislativos, após o período de recesso parlamentar, e pela cerimônia de posse dos parlamentares que compõem a nova Mesa Diretora da Alepe, eleita no ano passado para o biênio 2025-2026.

A cerimônia teve pronunciamentos do presidente da Alepe, deputado Álvaro Porto (PSDB), e da governadora Raquel Lyra. Também discursaram o líder de oposição, Diogo Moraes (PSB), e o vice-líder de governo, Joãozinho Tenório (PRD).

Reeleito para presidir os trabalhos da Alepe no ano passado, Álvaro Porto fez o discurso de reabertura das atividades legislativas. O parlamentar analisou as conquistas obtidas pela Casa no biênio 2023-2024, e atribuiu os resultados à atuação dinâmica e independente mantida por todos os integrantes do Poder.

Porto reafirmou o compromisso de defender a autonomia da Alepe. "Não arredarei um milímetro desse meu propósito e desta ação, que tem sido continuada, para que as prerrogativas que nos são decretadas pela carta constitucional sejam respeitadas", ressaltou.

Segundo o presidente, a postura comprometida dos deputados garantiu que projetos de grande alcance social fossem realizados no último biênio, a exemplo de iniciativas como o Alepe Cuida, as Jornadas Alepe Antirracista e a Ouvidoria Permanente em Defesa da Igualdade Racial, instituída por meio da Resolução n° 2019/2024.

Álvaro Porto ainda exaltou as parcerias firmadas pela Escola do Legislativo, o Senado Federal e o Sebrae, possibilitando uma oferta maior de capacitações e cursos para os servidores e o público em geral. Por fim, o presidente assegurou que a Alepe chegará aos 190 anos, em abril deste ano, "cada vez mais fortalecida, independente e servindo ao povo pernambucano".

GOVERNADORA

A governadora Raquel Lyra também se pronunciou na abertura das atividades legislativas. Em seu discurso, a chefe do Poder Executivo fez a prestação de contas do trabalho realizado durante os seus dois primeiros anos de gestão e apresentou as perspectivas para 2025, conforme determina a Constituição Estadual.

Lyra ressaltou que Pernambuco iniciou o ano com "as contas em dia", expressas no superávit de R$ 1,2 bilhão. "Não se trata apenas de um número técnico desprovido de sentido. Significa atestar a nossa responsabilidade fiscal, que permitiu a retomada do crédito junto à União, e sinaliza para um ano de mais obras e investimentos", reforçou.

A governadora destacou ainda a redução de tributos e o avanço de programas sociais e de desenvolvimento econômico, como o Morar Bem PE, o PE na Estrada, o Águas de Pernambuco, o Cuida PE, o Mães de Pernambuco e o Bom Prato.

Na área da segurança pública, Raquel Lyra salientou que, em janeiro deste ano, houve redução no número de mortes violentas intencionais, pelo nono mês consecutivo. Ela também destacou a chegada de 2,4 mil novos policiais às ruas nos próximos meses, e a nomeação de mais de 600 policiais penais.

A governadora também comemorou a nomeação de mais de 9 mil professores para a rede pública de ensino, nos últimos dois anos, e a assinatura da ordem de serviço de 50 creches que o Estado irá construir nos municípios.

Na saúde, destacou os investimentos realizados na melhoria da infraestrutura de emergências hospitalares, como o Hospital da Restauração, e os preparativos para a inauguração do Hospital da Mulher do Agreste.

Por fim, agradeceu os parlamentares pelas contribuições e parcerias com o Poder Executivo. "Entendemos a relevância dos seus trabalhos, expressado no respeito às legítimas divergências que surgem e na construção de consensos e parcerias. Registro aqui a minha disposição de aprofundar ainda mais essa importante parceria, por nosso Estado e pelo futuro de Pernambuco", externou.

Continua na página 2

Continuação da página 1

FOTO: GIOVANNI COSTA



PLENÁRIO – Primeira reunião do ano do Poder Legislativo Estadual foi marcada pela posse da nova Mesa Diretora da Casa

OPOSIÇÃO E GOVERNO

Líder da oposição, o deputado Diogo Moraes afirmou no seu discurso que o Poder Executivo "falhou na comunicação com a sociedade civil, com os servidores estaduais e com a Alepe".

Na educação, Diogo Moraes considerou que pautas importantes não foram tratadas com seriedade pela gestão estadual, como as denúncias de falhas e interferências políticas na escolha de gestores escolares e dos gerentes regionais.

Ele citou as brigas das torcidas organizadas do Santa Cruz e do Sport, ocorridas no último sábado (1º), como um exemplo de que "a sociedade está refém da violência". "A situação demonstra a inabilidade do governo em atuar preventivamente no monitoramento de grupos criminosos", avaliou.

Na saúde pública, o parlamentar relatou falta de insumos básicos e medicamentos nos hospitais, longas filas para cirurgias eletivas e profissionais com carga horária excessiva.

Além disso, Diogo Moraes citou a falta de pagamento das emendas parlamentares. "Boa parte dos recursos de 2024 simplesmente não foi paga, e agora somam-se às novas emendas de 2025, e pior, quase 90% dessas emendas não pagas são da área da saúde. Recursos que poderiam estar ajudando hospitais, Upas, instituições filantrópicas a prestar um serviço melhor à população", lamentou.

Diogo Moraes manifestou, por fim, a esperança que a postura do governo mude, para que haja respeito e harmonia entre os poderes. Ele reforçou que o diálogo institucional com a Assembleia Legislativa é um "dever democrático".

Já o deputado Joãozinho Tenório, vice-líder do governo, enalteceu ações da gestão Raquel Lyra nos últimos dois anos em áreas como educação, segurança pública e assistência social.

Dentre as iniciativas, ele destacou a redução de mais de 5% das mortes violentas em 2024 e a previsão de contratação de 7 mil novos policiais em 2025. Também ressaltou medidas de combate à fome, com a inauguração de cozinhas comunitárias, que forneceram mais de 10 milhões de refeições em 2024, entre outros pontos que também foram citados no discurso da governadora Raquel Lyra.

Além disso, o deputado destacou que o atual governo "entrou para a história, por ter sido o que mais liberou emendas parlamentares". "Por isso, quero reforçar a confiança que deposito no trabalho da governadora Raquel Lyra, que continuará de forma incansável para aqueles que mais precisam. Nossa bancada segue comprometida, trabalhando em unidade, reforçando o compromisso com as pautas que interessam à toda a sociedade", enfatizou Tenório.

FOTOS: AMARO LIMA



DEBATE – Diogo Moraes e Joãozinho Tenório representaram as posições da oposição e da situação na Alepe

POSSE DA MESA

Antes da reabertura dos trabalhos legislativos, foi realizada a cerimônia de posse da nova Mesa Diretora da Alepe, eleita para o biênio 2025-2026 em dezembro do ano passado.

Na nova composição, o deputado Álvaro Porto se manteve na presidência. Além de Porto, os deputados Henrique Queiroz Filho (PP), William Brigido (Republicanos) e Joãozinho Tenório (PRD) permaneceram nos mesmos cargos do mandato anterior.

Houve mudanças em 10 dos 14 cargos em relação ao biênio 2023-2024. As alterações incluem o novo primeiro-secretário, Francismar Pontes (PSB). Ele assume o setor que cuida da gestão interna do Legislativo, sendo responsável por homologar licitações, convênios e contratos da Alepe. Além disso, será ordenador de despesas do Legislativo junto com o presidente.

A seção de notícias do Diário Oficial do Estado de Pernambuco - Poder Legislativo é produzida pela **Superintendência de Comunicação Social.**

EXPEDIENTE: Superintendente: Helena Castro de Alencar; **Chefe do Departamento de Jornalismo:** Júlia Guimarães; **Gerente de Imprensa e Site:** André Zahar; **Pauta:** Tatiane Cybelle Góes; **Edição do DO:** Carlos Sinésio; **Reportagem:** Carolina Flores, Cecília Nascimento, Edson Alves de Assis Junior, Eliza Kobayashi, Giovanna Seabra, Haymone Leal Ferreira Neto, Luiza Montarroios, Isabela Senra, Isabelle Costa Lima, Jairo Lima, Raero Monteiro, Rebeca Carneiro, Thiago Cavalcanti; **Gerente de Fotografia:** Roberto Soares; **Edição de Fotografia:** Breno Laprovitera; **Repórteres Fotográficos:** Anju Monteiro, Evane Manço, Giovanni Costa, Jarbas Araújo, Manu Vitória, Nando Chiappetta, Roberta Guimarães; **Fotógrafo Arquivista:** Gabriel Laprovitera; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** João Pinheiro; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. **Fone:** 3183-2126 PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br

Atos

ATO Nº 1/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000202/2025, **do Gabinete do Deputado Pastor Cleiton Collins**,
RESOLVE: exonerar os servidores dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Fevereiro de 2025, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP
EVSON GUEDES COSTA	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	32.5%
PATRICIA CAROLINA FLEISCHMAN DE ALMEIDA	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	88.4%

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 2/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000203/2025, **do Gabinete do Deputado Pastor Cleiton Collins**,
RESOLVE: nomear para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Fevereiro de 2025, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP
ZENEIDE MARIA DE SOUZA COSTA	ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA	108.35%
GILVAN OLIVEIRA COSTA	ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA	108.35%

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 3/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000206/2025, **do Gabinete do Deputado Mário Ricardo**,
RESOLVE: exonerar MARIA DO BOM PARTO DA SILVA NASCIMENTO do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 4/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000206/2025, **do Gabinete do Deputado Mário Ricardo**,
RESOLVE: nomear MARIA DO BOM PARTO DA SILVA NASCIMENTO, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Fevereiro de 2025, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 61.6%, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 5/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000210/2025, **do Gabinete do Deputado Mário Ricardo**,
RESOLVE: nomear EUDES MARCONI MORAES, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Fevereiro de 2025 nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº. 6/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 001117/2025 e no Ofício nº 009/2025, **do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Deputado Mário Ricardo,**
RESOLVE: exonerar **LUIZ CAVALCANTE DOS PASSOS JUNIOR,** do cargo em comissão de Assessor de Comissão Permanente, Símbolo PL-ACP, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 18.149 do dia 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº. 7/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 001117/2025 e no Ofício nº 009/2025, **do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Deputado Mário Ricardo,**
RESOLVE: nomear **LUIZ CAVALCANTE DOS PASSOS JUNIOR**, para o cargo em comissão de Assessor Especial de Comissão Permanente, Símbolo PL-AECP, nos termos da Lei nº 18.149 do dia 25 de abril de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº. 8/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 001245/2025 e no Ofício nº 008/2025, **do Deputado Aglaílson Víctor, 1º Vice-Presidente, da Mesa Diretora,**
RESOLVE: tornar sem efeito o Ato nº 2114/25, publicado no Diário Oficial do Poder Legislativo, do dia 31 de janeiro de 2025, referente à nomeação de **FABIO ALEXANDRE COELHO.**

Sala Torres Galvão, 03 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº. 9/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 001260/2025 e, no Ofício nº 008/2025, **do Deputado Jarbas Filho**, **Líder do MDB**,
RESOLVE: exonerar **JOSAIL TORRES GALINDO FILHO**, do cargo em comissão de Assessor de Liderança, símbolo PL-ASL, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 10/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000211/2025, **do Gabinete do Deputado Mário Ricardo**,
RESOLVE: nomear EDILENE FÉLIX DA SILVA, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Fevereiro de 2025 nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora

Presidente, Deputado Álvaro Porto
1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo Farias
2º Vice-Presidente, Deputado Aglailson Victor
1º Secretário, Deputado Francismar Pontes
2º Secretário, Deputado Claudiano Martins Filho
3º Secretário, Deputado Romero Sales Filho
4º Secretário, Deputado Coronel Alberto Feitosa
1° Suplente, Deputado Doriel Barros
2° Suplente, Deputado Henrique Queiroz Filho
3° Suplente, Deputado Romero Albuquerque
4° Suplente, Deputado Fabrizio Ferraz
5° Suplente, Deputado William Brigido
6° Suplente, Deputado Joaozinho Tenório
7ª Suplente, Deputada Socorro Pimentel

Estrutura Administrativa

Procurador-Geral - Hélio Lúcio Dantas Da Silva
Secretário-Geral da Mesa Diretora - Mauricio Moura Maranhão da Fonte
Consultor-Geral - Marcelo Cabral e Silva
Ouvidor-Geral - Deputado Adalto Santos
Ouvidor-Executivo - Douglas Stravos Diniz Moreno
Superintendente Administrativo - Roberto Vanderlei de Andrade
Auditora-Chefe - Maria Gorete Pessoa de Melo
Superintendente de Planejamento e Gestão - Edécio Rodrigues de Lima
Superintendente Militar e de Segurança Legislativa - Coronel Ely Jobson Bezerra de Melo
Superintendente de Gestão de Pessoas - Bruno da Silva Araujo Pereira
Superintendente de Comunicação Social - Helena Castro de Alencar
Superintendente de Tecnologia da Informação - Braulio Jose de Lira Clemente Torres
Chefe do Cerimonial - Francklin Bezerra Santos
Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional - Wildy Ferreira Xavier
Superintendente da Escola do Legislativo - José Humberto de Moura Cavalcanti Filho
Superintendente Parlamentar - Álvaro Figueiredo Maia de Mendonça Júnior
Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo - Jose Airton Paes dos Santos
Delegado-Geral da Superintendência de Inteligência Legislativa - Ariosto Esteves

Coordenação de Publicação Legislativa e Administrativa:

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA
(Lei nº 15.161/2013, inciso V do § 6º do art. 4º)

Secretário-Geral da Mesa Diretora
Maurício Moura Maranhão da Fonte

Chefe do Departamento de Serviços Técnicos-Legislativos
Fábio Vinícius Ferreira Moreira

Assistentes técnicos
Alécio Nicolak e Anderson Galvão

ATO Nº 11/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000212/2025, **do Gabinete do Deputado Jarbas Filho**,
RESOLVE: exonerar LETICIA CARMEN ROCHA JAQUES do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 03 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 12/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000212/2025, **do Gabinete do Deputado Jarbas Filho**,
RESOLVE: nomear LETICIA CARMEN ROCHA JAQUES, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 03 de Fevereiro de 2025 nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 13/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000213/2025, **do Gabinete do Deputado Jarbas Filho**,
RESOLVE: exonerar THIAGO DE SOUSA LEMOS do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 03 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 14/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000213/2025, **do Gabinete do Deputado Jarbas Filho**,
RESOLVE: nomear THIAGO DE SOUSA LEMOS, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 03 de Fevereiro de 2025 nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 15/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000214/2025, **do Gabinete do Deputado Jarbas Filho**,
RESOLVE: exonerar ENIO PIRES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE do cargo em comissão COORDENADOR DE EXPEDIENTE - PL-COE daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 16/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000215/2025, **do Gabinete do Deputado Kaio Maniçoba**,
RESOLVE: exonerar PAULO OLIMPIO DE LIMA JUNIOR do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 04 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 17/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000216/2025, **do Gabinete do Deputado Wanderson Florêncio**,
RESOLVE: exonerar HENRIQUE DA MOTTA ARAGÃO do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 03 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 18/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000217/2025, **do Gabinete do Deputado Jeferson Timóteo**,
RESOLVE: exonerar EULLYS SERGIO DE PAULA ALVES do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, **YANEZ CAMPOS ROQUE DE FREITAS** , a partir do dia 04 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 19/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000218/2025, **do Gabinete do Deputado Doriel Barros**,
RESOLVE: exonerar INACIO CORREIA DE MELO NETO do cargo em comissão COORDENADOR DE EXPEDIENTE - PL-COE daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 04 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 20/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000219/2025, **do Gabinete do Deputado Mário Ricardo**,
RESOLVE: nomear CLÁUDIO MOTEIRO CRUZ, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL ADJUNTO - PL-ASCA daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 01 de Fevereiro de 2025 nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 21/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000222/2025, **do Gabinete do Deputado Cayo Albino**,
RESOLVE: exonerar os servidores dos cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 04 de Fevereiro de 2025, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP
FRANCISCO GOMES FONSECA MESQUITA	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	-
SILVIO RABELO DE OLIVEIRA NETO	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	78.0%
TULIO BELARMINO ALVES	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	50.0%
VERA MARIA DE LIMA ALVES	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	79.44%

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 22/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000223/2025, **do Gabinete do Deputado Cayo Albino**,
RESOLVE: nomear para exercer os cargos em comissão daquele Gabinete Parlamentar, a partir do dia 04 de Fevereiro de 2025, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15,17.541/21 e 18.150/2023 e 18.355 de 23 de outubro de 2023.

NOME	CARGO/SÍMBOLO	GRAT.REP
EDUARDO KEHRLE PEREIRA ALBANEZ LABANCA	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	120.0%
MARCOS JOSÉ BEZERRA GOMES	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	50.0%
PAULO ANDRÉ DE ARAÚJO JUNIOR	ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC	32.95%

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 23/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000224/2025, **do Gabinete do Deputado Sileno Guedes**,
RESOLVE: exonerar CAMILLA MARIA CARDOSO PINHEIRO CAVALCANTI do cargo em comissão ASSESSOR ESPECIAL - PL-ASC daquele Gabinete Parlamentar, nomeando para o referido cargo, **PAULO CÉSAR DE MOURA SILVA**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 70.0%, a partir do dia 03 de Fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 10.568/91, com as alterações que lhe foram dadas pelas Leis nºs 11.614/98, 11.758/00, 12.347/03, 15.571/15, 17.541/21, 18.150, de 25 de abril de 2023 e 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de Fevereiro de 2025

Deputado Álvaro Porto
Presidente

ATO Nº 24/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64, do Regimento Interno,
RESOLVE: determinar que, extraordinariamente, os Atos de nomeação e exoneração para os cargos em Comissão, integrantes da Estrutura da 1ª Secretaria e da Estrutura Administrativa deste Poder Legislativo, que sejam realizados até o dia **17/02/2025**, tenham seus efeitos financeiros retroativos a partir de 3 de fevereiro de 2025.

Sala Torres Galvão, 3 de fevereiro de 2025.

Deputado ÁLVARO PORTO
Presidente

ATO Nº. 25/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 001290/2025 e no Ofício nº 009/2025, **do**

Deputado Aglaílson Víctor, 1º Vice-Presidente, da Mesa Diretora,
RESOLVE: nomear **IOLANDA SILVA DE SOUZA FARIAS,** para o cargo em comissão de Assessor de Membro de Mesa Diretora, Símbolo PL-ASM, a partir do dia 03 de fevereiro de 2025, nos termos da Lei nº 18.355, de 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 03 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº. 26/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 001118/2025, e no Ofício nº 010/2025, **do Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Deputado Mário Ricardo,**
RESOLVE: nomear os servidores para exercerem os cargos em comissão daquela Comissão Permanente, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 18.149 do dia 25 de abril de 2023.

NOME	CARGO	SIMBOLO
ROOSIVEL OSCAR DO NASCIMENTO	Assessor de Comissão Permanente	PL-ACP
CARLOS ALBERICO SOARES	Assessor de Comissão Permanente	PL-ACP

Sala Torres Galvão, 03 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 27/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, Art. 64 do Regimento Interno,
RESOLVE: exonerar **ISALTINO JOSE DO NASCIMENTO FILHO,** do cargo em comissão de Superintendente Geral, Símbolo PL-SSC-1, retroagindo seus efeitos ao dia 31 de janeiro de 2025, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17 e, 18.355 do dia 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 3 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 28/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, Art. 64 do Regimento Interno,
RESOLVE: exonerar **DANIELLE CRHISTINA DE AGUIAR,** do cargo em comissão de Superintendente de Gestão de Pessoas, Símbolo PL-SSC-1, nomeando para o referido cargo, **BRUNO DA SILVA ARAUJO PEREIRA**, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17 e, 18.355 do dia 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 3 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 29/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, Art. 64 do Regimento Interno,
RESOLVE: exonerar **JOSE LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR,** do cargo em comissão de Superintendente de Administrativo, Símbolo PL-SSC-1, nomeando para o referido cargo, **ROBERTO VANDERLEI DE ANDRADE**, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17 e, 18.355 do dia 23 de outubro de 2023.

Sala Torres Galvão, 3 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

ATO Nº 30/2025

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV, Art. 64 do Regimento Interno,
RESOLVE: exonerar dos cargos em comissão da Estrutura da Primeira Secretaria, nos termos da Lei nº 11.641/99, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis nºs 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17 e, 18.355 do dia 23 de outubro de 2023.

NOME	CARGO	SIMBOLO
ANA CANDIDA MATEUS DE AZEVEDO FARIAS	ASSISTENTE DE GABINETE	PL-AGS
SILVIO ROBERTO TAVARES DE SOUZA	ASSISTENTE DE GABINETE	PL-AGS
ROGERIO ARAUJO LEAO	ASSISTENTE DE GABINETE	PL-AGS
EGRINALDO OLIVEIRA DA SILVA	ASSISTENTE DE GABINETE	PL-AGS
JOICE VALENCA SILVA	ASSISTENTE DE GABINETE	PL-AGS
DUFFLES DE AZEVEDO PIRES	CHEFE DE GABINETE DA 1ª SECRETARIA	PL- CGS
DEBORAH MARIA DE LIMA BARROS	ASSESSOR DA 1ª SECRETARIA	PL-ASC-1
JULIANA ALIETE BARROS DE MOURA	ASSESSOR DA 1ª SECRETARIA	PL-ASC-1
BRUNO BORGES LAURINDO	ASSESSOR DA 1ª SECRETARIA	PL-ASC-1
ANNA GRAZIELLA DE OLIVEIRA LUIZ E SILVA	ASSESSOR DA 1ª SECRETARIA	PL-ASC-1
MARIA DO SOCORRO CHRISTIANE VASCONCELOS PONTUAL	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ
VADSON DE ALMEIDA PAULA	ASSESSOR DA 1ª SECRETARIA	PL-ASC-1
AMYLSON JOSE FERREIRA MENDES	ASSESSOR CONSULTIVO	PL-CDP-2
WIGUIVALDO PATRIOTA SANTOS	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PL-ATE-1
GILVAN RUFINO DA SILVA	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ
JULIANA DE BRITO FIGUEIREDO	ASSESSOR CONSULTIVO	PL-CPD-2
ROSIANE PIMENTEL DA ROCHA	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ
MARIA DE FATIMA DE VASCONCELOS MERGULHÃO	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ
DAYANI PAULA DOS SANTOS SILVA	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ
MIRIAM MARIA LIMA DE MELO	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ
ALEXANDRE FERRAZ NOVAES DE LIMA	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ
MIRIAM CECÍLIA MACHADO GOMES	REGENTE DO CORAL	PL-RSC
ANDREA DA COSTA PERRUCI	ASSISTENTE DE REGÊNCIA	PL-AR
PEDRO HENRIQUE ROZA MUNIZ DE ALENCAR BARROS	ASSESSOR CONSULTIVO	PL-CDP-2
MICHELYNE MAJORE SOARES DE MELO E SILVA	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ
MAURILIO JOSE RODRIGUES SILVA	ASSESSOR MÉDICO EXECUTIVO	PL-CDP-1
MISLENE DE GOIS MATIAS PIRES	ASSESSOR CONSULTIVO	PL-CPD-2
NERIANNY MARCELINO CAVALCANTI ALVES	ASSESSOR CONSULTIVO	PL-CPD-2
STEFHANE HELLEM SANTOS DA SILVA	ASSESSOR CONSULTIVO	PL-CPD-2
TANIA MARIA CESAR DE GUSMÃO PIRES	ASSESSOR CONSULTIVO	PL-CPD-2
MARINA LIMA CANTARELLI CAVALCANTI NOVAES	SECRETÁRIO EXECUTIVO	PL-ATE-1
EMILIANO FERRAZ NOVAES DE LIMA	ASSESSOR ADJUNTO	PL-ADJ

Sala Torres Galvão, 3 de fevereiro de 2025.

Deputado **ÁLVARO PORTO**
Presidente

Ordem do Dia

SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE FEVEREIRO DE 2025 ÀS 14:30.

ORDEM DO DIA

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2024 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1019/2023
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autora do Projeto: Deputada Débora Almeida

Altera a Lei nº 12.228, de 21 de junho de 2002, que institui a Defesa Sanitária Animal no Estado de Pernambuco, e dá outras providências; a Lei nº 15.193, de 13 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a Licença Sanitária de Estabelecimento Agroindustrial Rural de Pequeno Porte no Estado; e a Lei nº 15.607, de 6 de outubro de 2015, que dispõe sobre a Licença Sanitária de pequenas agroindústrias de laticínios, no âmbito do Estado de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Claudiano Martins Filho, a fim de dispor sobre o estabelecimento de parâmetros para a expedição dos registros de estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte, bem como dispor sobre o registro dos estabelecimentos avícolas comerciais que possuírem capacidade de alojamento inferior a 1.000 (mil) aves.

Regime de Urgência

Com Emenda Modificativa nº 1/2024 de autoria da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 7ª, 8ª, 9ª, 12ª e 16ª comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/05/2024

Segunda Discussão do Substitutivo nº 01/2024 ao Projeto de Lei Ordinária nº 2241/2024
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado Gilmar Junior

Institui o Cadastro Estadual de Famílias de Baixa Renda e Vulnerabilidade Socioeconômica, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 9ª, 10ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 30/10/2024

Segunda Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 2426/2024
Autor: Poder Executivo

Altera a Lei nº 18.409, de 22 de dezembro de 2023, que dispõe sobre a criação das gratificações de representação exclusivas de direção, superintendência, gerência, coordenação e chefia dos Hospitais Regionais, de Grande Porte e Hospital do Servidor do Estado de Pernambuco.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 9ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 30/11/2024

Discussão Única da Indicação nº 8238/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Policia Militar do Estado visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8239/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito do município de Abreu e Lima visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Abreu e Lima

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8240/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Afogados de Ingazeira visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Afogados da Ingazeira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8241/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Afrânio visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Afrânio.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8242/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Agrestina visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Agrestina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8243/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Água Preta visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Água Preta.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8244/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Águas Belas visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Águas Belas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8245/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Alagoinha visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Alagoinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8246/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Aliança visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Aliança.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8247/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Altinho visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Altinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8248/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Amaraji visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Amaraji.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8249/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e à Secretária de Infraestrutura no sentido de solicitar a implantação de um ponto de coleta de lixo no local onde ocorre o Feirão da Joana Bezerra, na Rua Imperial, nas proximidades do posto de combustível, no Bairro de São José na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8250/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Pernambuco no sentido de solicitar melhorias para o policiamento ostensivo nos entornos do Feirão da Joana Bezerra, que ocorre aos domingos nos horários de 05h ás 12h, localizado na Rua Imperial nas proximidades do posto de combustível, no Bairro de São José na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8251/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade do Recife e à Secretaria de Saúde do Recife no sentido de viabilizarem melhorias para a USF Upinha UR4/ UR5 - Desembargador Manoel de Freitas, no Bairro da Cohab, na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8252/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Recife e à Secretaria de Saúde do Recife no sentido de solicitar visitas de Agente de Saúde nas casas dos moradores do entorno da USF Upinha UR4/UR5 - Desembargador Manoel de Freitas, no bairro da Cohab, na Cidade do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8253/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Avenida Jardim Muribeca, no Bairro de Muribeca, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8254/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e à Secretaria de Saúde de Jaboatão dos Guararapes no sentido de viabilizarem melhorias para a USF - Muribeca dos Guararapes, na Rua do Rosário, no Bairro de Muribeca, naquele município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8255/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de solicitar a limpeza e manutenção das canaletas da Rua São Pedro, no Bairro de Barra de Jangada, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8256/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de solicitar a limpeza e manutenção das canaletas da Rua Canaã, no Bairro de Cajueiro Seco, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8257/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura visando melhorias no serviço de coleta de lixo da Rua Bom Jesus, no bairro de Vila Rica, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8258/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Bom Jesus, no Bairro de Vila Rica, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8259/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua do Sossego, no Bairro de Dois Carneiros, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8260/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Angelim visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Angelim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8261/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Araçoiaba visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Araçoiaba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8262/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Araripina visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Araripina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8263/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Arcoverde visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Arcoverde.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8264/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Barra de Guabiraba visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Barra de Guabiraba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8265/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Barreiros visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Barreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8266/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Belém de Maria visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Belém de Maria.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8267/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Belo Jardim visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Belo Jardim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8268/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo a Exma. Sra. Maria Lucielle Silva Laurentino, Prefeita de Bezerros, no sentido de solicitar reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Bezerros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8269/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Belém de São Francisco visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Belém de são Francisco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8270/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Betânia visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Betânia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8271/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Sertânia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8272/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Triunfo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8273/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Tuparetama.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8274/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Toritama.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8275/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8276/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Terra Nova.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8277/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Tacaratu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8278/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Serra Talhada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8279/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Petrolândia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8280/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Jatobá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8281/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Calumbi.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8282/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Betânia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8283/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Custódia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8284/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Itacuruba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8285/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Flores.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8286/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Inajá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8287/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Ibimirim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8288/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Carnaubeira da Penha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8289/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Cabrobó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8290/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Belém do São Francisco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8291/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizarem a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Água Preta.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8292/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo ao Procurador-Geral de Justiça do Estado de Pernambuco no sentido de viabilizar a realização do Programa Abraçando a Escola, no município de Floresta.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8293/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor Presidente da Neoenergia/PE no sentido de viabilizarem a ampliação se um sistema elétrico nas comunidades de Camaratu e Logradouro, localizado em Jatobá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8294/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura no sentido de viabilizarem o asfaltamento da rodovia que liga a BR-316 ao Projeto Agrícola da Manga de Baixo, localizada na cidade de Belém do São Francisco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8295/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo ao Secretário de Turismo e Lazer do Estado no sentido de reativar o Projeto Circuito Náutico.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8296/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Bodocó visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Bodocó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8297/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Bom Jardim visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Bom Jardim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8298/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Bom Conselho visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Bom Conselho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8299/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Bonito visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Bonito.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8300/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Brejão visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Brejão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8301/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Brejinho visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Brejinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8302/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Brejo da Madre de Deus visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Brejo da Madre de Deus.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8303/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Buenos Aires visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Buenos Aires.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8304/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Buíque visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Buíque.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8305/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo ao Presidente do LAFEPE no sentido de implantar uma farmácia do Lafepe no Município do Paulista, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8306/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Saúde do Estado no sentido de implantarem uma Unidade de Pronto Atendimento Especializado - UPAE PRAIAS, no Município do Paulista, para atendimento em todas as Praias no município.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8307/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Cabo de Santo Agostinho visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Cabo de Santo Agostinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8308/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Cabrobó visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Cabrobó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8309/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Cachoeirinha visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Cachoeirinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8310/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Caetés visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Caetés.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8311/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Calçado visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Calçado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8312/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Calumbi visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Calumbi.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8313/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Camaragibe visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Camaragibe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8314/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Camocim de São Felix visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Camocim de São Felix.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8315/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Camutanga visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Camutanga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8316/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Canhotinho visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Canhotinho

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8317/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado e ao Diretor-Presidente do DER-PE no sentido de unirem esforços com o objetivo de realizar a instalação de dois redutores de velocidade na PE-103, no Km 40, no Município de Bonito.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8318/2024
Autora: Dep. Roberta Arraes

Apelo à Governadora do Estado no sentido de providenciar a construção de uma barragem para o Sitio Buenos Aires, no Distrito de Gergelim, em Araripina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8319/2024
Autora: Dep. Roberta Arraes

Apelo à Governadora do Estado no sentido de somar esforços junto às operadoras de telefonia (Claro, Vivo ou Tim) para viabilizar a instalação de uma torre de telefonia celular no Distrito de Bom Jardim do Araripe, município de Araripina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8320/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Lagoa Grande visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Lagoa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8321/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Lajedo visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Lajedo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8322/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Lagoa dos Gatos visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Lagoa dos Gatos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8323/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Lagoa do Ouro visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Lagoa do Ouro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8324/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Lagoa do Carro visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Lagoa do Carro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8325/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Lagoa de Itaenga visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Lagoa de Itaenga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8326/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Jurema visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Jurema.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8327/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Jupi visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Jupi.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8328/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Jucati visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Jucati.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8329/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Orobó visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Orobó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8330/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Olinda visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8331/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Nazaré da Mata visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Nazaré da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8332/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Moreno visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Moreno.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8333/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Moreilândia visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Moreilândia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8334/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Mirandiba visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Mirandiba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8335/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Maraial visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Maraial.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8336/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Manari visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Manari.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8337/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Machados visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Machados.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8338/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Macaparana visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Macaparana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8339/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Limoeiro visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Limoeiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8340/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Pesqueira visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Pesqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8341/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Pedra visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Pedra.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8342/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Paulista visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8343/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Paudalho visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Paudalho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8344/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Passira visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Passira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8345/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Parnamirim visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Parnamirim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8346/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Paranatama visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Paranatama.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8347/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Panelas visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Panelas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8348/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Palmeirina visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Palmeirina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8349/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Palmares visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Palmares.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8350/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Ouricuri visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Ouricuri.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8351/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Orocó visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Orocó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8352/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Caruaru visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Caruaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8353/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Casinhas visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Casinhas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8354/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Carpina visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Carpina.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8355/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Capoeiras visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Capoeiras.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8356/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Carnaíba visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Carnaíba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8357/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Carnaubeira da Penha visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Carnaubeira da Penha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8358/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Catende visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Catende.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8359/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Cedro visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Cedro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8360/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Chã de Alegria visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Chã de Alegria.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8361/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Chã Grande visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Chã Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8362/2024
Autora: Dep. Rosa Amorim

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Saúde do Estado no sentido de que sejam tomadas as providências cabíveis com o intuito de implantar um posto de saúde na comunidade quilombola Ilha de Mercês, localizada no Engenho Mercês, no município de Ipojuca.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8363/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Condado visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Condado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8364/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Correntes visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Correntes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8365/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Cortês visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Cortês.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8366/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Cumaru visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Cumaru.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8367/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Cupira visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Cupira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8368/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Custodia visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Custodia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8369/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Dormentes visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Dormentes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8370/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Escada visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Escada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8371/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Exu visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Exu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8372/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Feira Nova visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Feira Nova.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8373/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Ferreiros visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Ferreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8374/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Flores visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Flores.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8375/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Floresta visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Floresta.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8376/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Frei Miguelinho visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Frei Miguelinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8377/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Gameleira visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Gameleira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8378/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Garanhuns visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Garanhuns.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8379/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Gloria do Goitá visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Gloria do Goitá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8380/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Goiana visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Goiana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8381/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Granito visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Granito.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8382/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Gravatá visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Gravatá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8383/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado no sentido de unirem esforços com o objetivo de retomar e atualizar o MAI - Monitoramento Ambiental Integrado, projeto destinado à engorda das praias.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8384/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Secretária de Cultura do Estado e à Presidente da FUNDARPE no sentido de providenciarem a restauração do Forte de Nossa Senhora dos Prazeres do Pau Amarelo, no Município do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8385/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado no sentido de unirem esforços com o objetivo de ampliar o Projeto Janelas para o Rio, com a implantação de um parque próximo ao Rio Paratibe, no Município do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8386/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado e ao Diretor-Presidente do DER-PE no sentido de requalificar, com calçadas e ciclofaixas, o trecho da PE-01, em Paulista-PE, do giradouro até o final da via, em Maria Farinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8387/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Iati visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Iati.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8388/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Ibimirim visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Ibimirim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8389/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Ibirajuba visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Ibirajuba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8390/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Igarassu visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Igarassu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8391/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Iguaracy visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Iguaracy.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8392/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Inajá visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Inajá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8393/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Ingazeira visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Ingazeira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8394/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Ipojuca visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Ipojuca.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8395/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Ipubi visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Ipubi.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8396/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Itacuruba visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Itacuruba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8397/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Itaíba visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Itaíba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8398/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Itamaracá visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Itamaracá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8399/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Itambé visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Itambé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8400/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Itapetim visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Itapetim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8401/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Itapissuma visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Itapissuma.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8402/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Itaquitinga visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Itaquitinga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8403/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Jaboatão dos Guararapes visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8404/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Jaqueira visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Jaqueira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8405/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Jataúba visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Jataúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8406/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Jatobá visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Jatobá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8407/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de João Alfredo visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de João Alfredo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8408/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Governadora do Estado e à Secretária de Saúde do Estado no sentido de unirem esforços com a finalidade de implantarem uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA no bairro do Janga, no Município de Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8409/2024
Autor: Dep. Junior Matuto

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado e ao Diretor-Presidente do DER-PE no sentido de unirem esforços com o objetivo de realizar sinalização horizontal e vertical na Estrada do Frio, via que faz a ligação entre dois importantes equipamento públicos: o Terminal de Passageiros Pelópidas Silveira e a UPA Dr, Geraldo Pinho Alves, no bairro de Jardim Paulista, além de conectar a PE-15 à BR-101, no município do Paulista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8410/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Xexéu visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Xexéu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8411/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Vitória de Santo Antão visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Vitória de Santo Antão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8412/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Vicência visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Vicência.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8413/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Vertentes visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Vertentes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8414/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Triunfo visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Triunfo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8415/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Tupanatinga visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Tupanatinga.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8416/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Tuparetama visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Tuparetama.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8417/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Venturosa visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Venturosa.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8418/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Verdejante visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Verdejante.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8419/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Vertente do Lério visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Vertente do Lério.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8420/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Tacaimbó visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Tacaimbó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8421/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Tacaratu visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Tacaratu.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8422/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Tamandaré visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Tamandaré.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8423/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Taquaritinga do Norte visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Taquaritinga do Norte.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8424/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Terezinha visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Terezinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8425/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Terra Nova visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Terra Nova.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8426/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Timbaúba visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Timbaúba.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8427/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Toritama visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Toritama.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8428/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Tracunhaém visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Tracunhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8429/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Trindade visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Trindade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8430/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São José do Belmonte visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São José do Belmonte.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8431/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São José do Egito visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São José do Egito.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8432/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São Lourenço da Mata visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São Lourenço da Mata.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8433/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Serinhaém visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Serinhaém.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8434/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Serra Talhada visando reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Serra Talhada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8435/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Serrita visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Serrita.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8436/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Sertânia visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Sertânia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8437/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Solidão visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Solidão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8438/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Surubim visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Surubim.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8439/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Tabira visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Tabira.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8440/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Santa Filomena visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Santa Filomena.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8441/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Santa Maria da Boa Vista visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Santa Maria da Boa Vista.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8442/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Santa Maria do Cambuca visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Santa Maria do Cambuca.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8443/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Santa Cruz do Capibaribe.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8444/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São Bento do Una visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São Bento do Una.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8445/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São Caetano visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São Caetano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8446/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São João visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São João.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8447/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São Joaquim do Monte visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São Joaquim do Monte.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8448/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São José da Coroa Grande visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São José da Coroa Grande.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8449/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de São Benedito do Sul visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de São Benedito do Sul.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8450/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Santa Terezinha visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Santa Terezinha.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8451/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Santa Cruz da Baixa Verde visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Santa Cruz da Baixa Verde.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8452/2024
Autora: Dep. Dani Portela

Apelo à Governadora do Estado e ao Secretário de Educação e Esportes no sentido de que promovam formações educativas antirracistas para os discentes e docentes da Rede Estadual de Ensino.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8453/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Sairé visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Sairé.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8454/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Salgadinho visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Salgadinho.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8455/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Ribeirão visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Ribeirão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8456/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Rio Formoso visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Rio Formoso.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8457/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo à Prefeita de Santa Cruz visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Santa Cruz.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8458/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Sanharó visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Sanharó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8459/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Saloá visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Saloá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8460/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Salgueiro visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Salgueiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8461/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Recife visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8462/2024
Autor: Dep. Gilmar Junior

Apelo ao Prefeito de Riacho das Almas visando o reforço no policiamento preventivo das unidades hospitalares do Município de Riacho das Almas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8463/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Avenida Fernandes Vieira, no Bairro de Marcos Freire, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8464/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura visando melhorias no serviço de coleta de lixo na Rua Rio Borboletas (Lot. Cidade Guararapes), no bairro de Marcos Freire, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8465/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da 3ª Travessa Betel, no Bairro de Barra de Jangada, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8466/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem melhorias para drenagem para Rua Flamboyant (Lot Nova Prazeres), no Bairro de Marcos Freire, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes/PE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8467/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Policia Militar do Estado de Pernambuco visando o policiamento ostensivo na Rua Rio Borboletas (Lot. Cidade Guararapes), no Bairro de Marcos Freire, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8468/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado e ao Presidente da COMPESA no sentido de solicitar melhorias para o saneamento básico na Rua Rio Borboletas (Lot. Cidade Guararapes), no Bairro de Marcos Freire na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8469/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado e ao Presidente da COMPESA no sentido de viabilizarem, com urgência, melhorias no serviço de abastecimento de água para a Rua Primeiro de Maio, no Bairro de Santo Aleixo, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8470/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e à Secretaria de Saúde de Jaboatão dos Guararapes no sentido de viabilizarem a construção de um posto de saúde, no Bairro de Vista Alegre, nas proximidades da 2ª Travessa Parnamirim, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8471/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Doze (VI Social), no Bairro de Cajueiro Seco, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8472/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o calçamento da Rua Ipojuca, no Piedade, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8473/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de viabilizarem o serviço de capinação na Rua M, no bairro de Barra de Jangada, na cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8474/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura no sentido de providenciarem o recapeamento da Rua Praias do Nordeste (Com VI dos Palmares), no Bairro de Muribeca, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8475/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo ao Prefeito da Cidade de Jaboatão dos Guararapes e ao Secretário de Infraestrutura visando melhorias no serviço de coleta de lixo da Rua Manuel Conrado, no bairro de Cavaleiro, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8476/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Defesa Social e ao Comandante Geral da Policia Militar do Estado visando o policiamento ostensivo na Rua João Paulo II, no Bairro de Guararapes, na Cidade de Jaboatão dos Guararapes.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8477/2024
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da Compesa no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Peixinhos, no Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8478/2024
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da Compesa no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de São Benedito, no Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8479/2024
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da Compesa no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Aguazinha, no Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8480/2024
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da Compesa no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Águas Compridas, no Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8481/2024
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da Compesa no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Alto da Bondade, no Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8482/2024
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da Compesa no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Alto da Conquista, no Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8483/2024
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da Compesa no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Alto Sol Nascente, no Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única da Indicação nº 8484/2024
Autor: Dep. Jeferson Timóteo

Apelo à Governadora do Estado e ao Diretor Presidente da Compesa no sentido de que seja regularizado o abastecimento de água no Bairro de Amaro Branco, no Município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2917/2024
Autor: Dep. Aglailson Victor

Voto de Aplausos ao Comissário Especial de Polícia Civil de Pernambuco, Clodomir Miguel da Silva, em reconhecimento ao trabalho, compromisso e empenho com a segurança pública em prol da população pernambucana.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2918/2024
Autor: Dep. Diogo Moraes

Voto de Aplausos à Prefeita do município de Jataúba, Dra. Cátia Ribeiro, pela conquista do Selo na categoria Ouro, outorgado pelo Ministério da Educação no âmbito do Programa Criança Alfabetizada.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2919/2024
Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Congratulações com o povo de Toritama pela passagem dos 71 anos de emancipação política, comemorado no dia 29 de dezembro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2920/2024
Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Congratulações com o povo de Cupira pela passagem dos 71 anos de emancipação política, comemorado no dia 29 de dezembro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2921/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Voto de Congratulações com o município de Salgueiro pela passagem de seus 89 anos de emancipação política, que serão comemorados no dia 23 de dezembro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2922/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Voto de Congratulações com o município de Salgadinho pela passagem de seus 61 anos de emancipação política, que serão comemorados no dia 20 de dezembro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2923/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Voto de Congratulações com o município de Itacuruba pela passagem de seus 94 anos de emancipação política, que serão comemorados no dia 20 de dezembro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2924/2024
Autor: Dep. Fabrizio Ferraz

Voto de Congratulações com o município de Tupanatinga pela passagem de seus 61 anos de emancipação política, que serão comemorados no dia 20 de dezembro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2925/2024
Autor: Dep. Pastor Junior Tercio

Voto de Aplausos a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, do Ministério Goiana, pela 24ª Escola Bíblica de Obreiros.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2926/2024
Autor: Dep. Joãozinho Tenório

Voto de Pesar pelo falecimento da Senhora Margarida Maria dos Santos Tavares, ocorrido em dezembro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2927/2024
Autora: Dep. Débora Almeida

Voto de Pesar pelo falecimento do agricultor, Jorge Luiz da Rocha Cordeiro, ocorrido no dia 13 de dezembro de 2024, no município de São Bento do Una.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2928/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Voto de Aplausos ao Senador da República, Fernando Dueire, pela premiação outorgada pela MasterCana - Norte & Nordeste 2024, na categoria "Liderança Política Senado", reconhecendo pessoas, lideranças políticas e organizações com relevantes serviços prestados à cadeia Sucroenergética na região, no dia 5 dezembro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2929/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Voto de Congratulações com o Empresário Gerson Carneiro Leão, Diretor-Presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco - Sindicape, pela premiação outorgada pela MasterCana Norte & Nordeste 2024, na categoria "Os Mais Influentes da História", no dia 5 de dezembro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2930/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Voto de Congratulações com a empresária Daniela Petribu Oria, Presidente da Usina Petribu e ao Empresário Jorge Petribu, Presidente do Conselho da Usina Petribu, pela premiação outorgada pela MasterCana Norte & Nordeste 2024, nas categorias "Mulheres Mais Influentes" e os "Os Mais Influentes do Setor - Alta Direção", respectivamente, no dia 5 de dezembro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2931/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Voto de Congratulações com os empresários Alexandre Andrade Lima, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco - AFCP, e Hermano Wanderley Interaminense, Gerente Comercial da Cooperativa da Associação dos Fornecedores de Cana de Pernambuco - COAF, pela premiação outorgada pela MasterCana - Norte & Nordeste 2024, na categoria "Institucional", no dia 5 de dezembro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2932/2024
Autor: Dep. Jarbas Filho

Voto de Congratulações com os empresários Artur Tavares de Melo Neto, Diretor Vice-Presidente do Grupo Olho D'Água, e Renato Cunha, Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco - Sindaçucar, pela premiação outorgada pela MasterCana Norte & Nordeste 2024, na categoria " Mais Influentes da História", no dia 5 de dezembro de 2024.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2933/2024
Autor: Dep. Diogo Moraes

Voto de Aplausos ao Prefeito de São Bento do Uma, Sr. Alexandre Batité, pela abertura de mais uma edição do Natal em Família.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2934/2024
Autor: Dep. Diogo Moraes

Voto de Aplausos ao Sr. Fábio Aragão, Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe, pela abertura de mais uma edição do Natal Encantado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2935/2024
Autor: Dep. Diogo Moraes

Voto de Aplausos ao Sr. Ivanildo Mestre Bezerra, Lero, Prefeito do município de Taquaritinga do Norte pela abertura do Natal Serrano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2936/2024
Autor: Dep. Diogo Moraes

Voto de Aplausos à Prefeita do município de Jataúba, Dra. Cátia Ribeiro, pela realização do Natal da Esperança com o tema "Nossa cultura encantando o Natal".

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Discussão Única do Requerimento nº 2937/2024
Autor: Dep. Joel da Harpa

Voto de Aplausos aos policiais militares do 11º Batalhão de Policia Militar de Pernambuco: 2º Tenente PM Fernando Benvindo da Fonseca Neto e o Soldado PM Rafael Antônio Diego da Silva, quando de serviço, no dia 9 de outubro de 2024, receberam informações de que haveria uma entrega de entorpecentes no bairro do Alto Santa Isabel, no Recife, e ao se deslocarem para averiguar a informação, a equipe realizou o cerco a dois indivíduos, que encontravam-se em um veículo da marca Fox, de cor preta, retirando caixas do interior daquele automóvel, onde fora constatado se tratar de aproximadamente 100 quilos de material análogo a maconha, conforme BO/PMPE 20241009084716916, BOE/PCPE nº 24E0036000086, policiais militares dedicados, destacando-se pelo empenho profissional e valorização da Corporação, perante a opinião pública, promovendo a boa imagem da Polícia Militar de Pernambuco, contribuindo com a prisão dos elementos e apreensão do entorpecente e armas de fogo.

DIÁRIO OFICIAL DE - 17/12/2024

Expediente

SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA VIGÉSIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE FEVEREIRO DE 2025.

EXPEDIENTE

OFÍCIO Nº 267/2024 - DA LIDERANÇA DO PARTIDO UNIÃO BRASIL informando que o Deputado Romero Albuquerque será o Líder do Partido União Brasil, nesta Legislatura.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 1/2025 – DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO informando que foi formalizado o processo de Auditoria Especial TC Nº 25100084-9, sob a relatoria do Conselheiro Marcos Loreto, referente à verificação da efetiva execução das Emendas Parlamentares impositivas ao Orçamento Estadual de 2024.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 1372/2024 – DO DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS - DNOCS DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL prestando esclarecimento acerca da Indicação Nº 7141/2024, de autoria do Deputado Jarbas Filho.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0697/2024 - DA COORDENADORA DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE E DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL notificando crédito de recursos financeiros, sob bloqueio, na conta vinculada ao Contrato de Repasse Nº 875618/2018 – Operação 1059587-08, firmado com a Secretaria de Turismo e Lazer.
Às 2ª e 12ª Comissões.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 0702, 0723/24, 0009, 0016 E 0017/25 - DA COORDENADORA DE FILIAL GERÊNCIA EXECUTIVA DE GOVERNO RECIFE E DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL informando a celebração dos T Termos de Compromisso Nºs 968722/2024 - Operação 1098317-54, 968987/24 – Operação 1098310-06, 972134/24 – 1098450 -69, 972135/24 – Operação 1098451-84 e Nº 972133/24 – Operação 1098448-25, celebrado entre o Estado de Pernambuco e a Caixa Econômica Federal.
Às 2ª e 7ª Comissões.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 0722/2024 - DA COORDENADORA DE FILIAL GERÊNCIA EXECUTIVA DE GOVERNO RECIFE E DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL informando a celebração do Termo de Compromisso Nº 969599/2024 - Operação 1098538-48, celebrado entre a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação e a Caixa Econômica Federal.
Às 2ª e 4ª Comissões.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 014, 0724 E 0725/2024 - DA COORDENADORA DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE E DO GERENTE DE FILIAL DA GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO RECIFE DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL informando a celebração dos Contratos de Repasse Nºs 971136/24 – Operação 1099353-12, Nº 1099692-00 e o Nº 969543/24 – Operação 1098602-09, celebrado com a Secretaria de Turismo e Lazer, a Companhia Pernambucana de Saneamento – COMPESA, a Secretaria da Mulher de Pernambuco e a Caixa Econômica Federal.
Às 2ª, 7ª , 6ª e 14ª Comissões.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 1040/2024 - DA SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DE PERNAMBUCO informando o não acatamento da abertura do processo de Registro da Caminhada dos Terreiros, como Patrimônio Cultural Imaterial de Pernambuco, de autoria do Deputado João Paulo.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 34/2024 – DO PRESIDENTE DO INSTITUTO DE APOIO SOCIOASSISTENCIAL DE PERNAMBUCO - ISASPE encaminhando Relatório Simplificado das Atividades Desenvolvidas no ano de 2023; Relatório Simplificado das Receitas e Despesas realizadas de 2023 e Relatório Simplificado das Atividades Desenvolvidas nos últimos 09 anos.
Inteirada.

X X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 345/2024 – DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANHARÓ encaminhando cópia do Voto de Congratulações Nº 015/2024, de autoria dos Vereadores: Adezuiton José de Almeida, Ary Sérgio da Silva, Gutemberg Leite da Rocha, Iran Batista Silva, Kleiton Jonas Nunes de Freitas, Rodrigo José Galvão Didier e Ronaldo Silva Leite, ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Porto, por sua reeleição ao cargo de Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, para o biênio 2025-2027.
Inteirada.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 467/2024 - DO DEPUTADO ANTONIO COELHO comunicando seu retorno à Assembleia Legislativa de Pernambuco, conforme Portaria Nº 1467, publicada no Diário Oficial do Recife, de 31 de dezembro 2024.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 01/2025 - DO DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS solicitando prorrogação da licença para tratamento de saúde, por um período de 24 (vinte e quatro) dias, a partir do dia 06 de janeiro de 2025.
À Publicação.

X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 077/2024 - DO LÍDER DO PARTIDO DO SOLIDARIEDADE, DEPUTADO LUCIANO DUQUE, indicando o Deputado Wanderson Florêncio, para cargo de Vice-Líder do Solidariedade, na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 05/2024 - DO LÍDER DO PARTIDO DO UNIÃO BRASIL, DEPUTADO ROMERO ALBUQUERQUE, informando que o Deputado Antônio Coelho será o Vice-Lider do Partido União Brasil, nesta Casa Legislativa.
À Publicação.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 04/2024 - DO DEPUTADO ERIBERTO FILHO comunicando que foi nomeado para a Secretaria de Esportes, conforme Portaria de Nº 011, para o qual
solicita licença do mandato de Deputado Estadual, de acordo com Art. 11, inciso I da Constituição Estadual e o caput. do Art.32 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, optando pela percepção do subsídio de deputado, conforme previsto no Art. 11, § 3º e Art. 48 do Regimento Interno.
À Publicação.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO 62/2024 - DO DEPUTADO RODRIGO FARIAS solicitando a correção da concessão em caráter Cultural, no período de 09 a 18 de janeiro, para constar de 08 a 18 de janeiro de 2025, para integrar a comitiva da Presidência com destino a Nova York.
À Publicação

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 001/2025 - DO LÍDER DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), Deputado Sileno Guedes, informando que o Deputado Cayo Albino será Vice-Lider da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, em substituição ao Deputado Eriberto Filho, nesta Casa Legislativa.
À Publicação.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 247/2024 - DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO GOVERNO DE PERNAMBUCO encaminhando resposta do pedido de Informações acerca do Requerimento Nº 2828/2024, de autoria do Deputado Sileno Guedes, remetido pelos Ofícios Nºs 15286 e 15287/2024.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 004/2025 - DO SECRETÁRIO DA CASA CIVIL DO GOVERNO DE PERNAMBUCO encaminhando resposta do pedido de Informações acerca do Requerimento Nº 2938/2024, de autoria da Deputada Dani Portela, remetido pelos Ofícios Nºs 16744 e 16745/2024.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 2571/2024 – DA DIRETORA DE GESTÃO DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA informando a Transferência da segunda parcela dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública ao Estado de Pernambuco.
Às 2ª e 15ª Comissões.

XXXXXXXXXXX

OFÍCIOS NºS 536, 537, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555 , 556, 557, 558, 559, 560/24, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 E 26/2025 - DA EXCELENTÍSSIMA SENHORA GOVERNADORA DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, os Projetos de Leis Ordinárias Nºs 2379/24, 2381/24, 479/23, 1130/23, 814/23, 1090/23, 1124/23, 1373/23, 1448/23, 1625/24, 1640/24, 1691/24, 1726/24, 1741/24, 1752/24, 1848/24, 1857/24, 1991/24, 1992/24, 2019/24, 2021/24, 2033/24, 2150/24, 2378/24, 318/23, 1382/23, 1651/24, 1692/24, 1875/24, 1893/24, 1905/24, 1925/24, 2156/24, 2211/24, 2236/24, 2265/24, 2271/24, 2291/24 e 2346/24.
Inteirada

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 023/2025 - DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMARAGIBE DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando a composição da Nova Mesa Diretora, para o Biênio 2025/2026.
Inteirada.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 01/2025 – BCB/DESERG/GSREC - DA GERÊNCIA REGIONAL DE SEGURANÇA EM RECIFE DO BANCO CENTRAL DO BRASIL comunicando sobre o Segundo Aditivo ao Convênio Bacen/Deseg - 50005/2022 celebrado entre Banco Central do Brasil e o Estado de Pernambuco, através da Secretaria de Defesa Social - SDS.
Às 2ª e 15ª Comissões.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO 002/2025 - DO DEPUTADO AGLAILSON VICTOR solicitando licença em caráter Cultural, no período de 01 a 11 de fevereiro do corrente ano, para viagem a Alemanha.
À Publicação.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO 334/2025 - DA DEPUTADA DÉBORA ALMEIDA comunicando licença em caráter Cultural, no período de 18 de janeiro a 02 de fevereiro do corrente ano, para viagem aos países da Europa Central: República Tcheca, Áustria, Eslováquia e Hungria; sem ônus para essa Casa Legislativa.
À Publicação.

XXXXXXXXXX

OFÍCIOS NºS 002, 07 E 11/2025 - DOS DEPUTADOS JOÃOZINHO TENÓRIO, EDSON VIEIRA E FABRÍZIO FERRAZ solicitando licença em caráter Cultural, no período de 18 de maio a 02 de junho do corrente ano, viagem a Portugal, para realizar intercâmbio na Assembleia da República.
À Publicação.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 003/2025 - DO LÍDER DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO - MDB, DEPUTADO JARBAS FILHO comunicando, na qualidade de Líder do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que nossa Agremiação Partidária decidiu sair do bloco Partidário PSDB/PRD/PP/MDB/UNIÃO/SOLIDADRIEDADE, por decisão interna do Partido.
À Publicação.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 01/2025 - DO DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS comunicando seu retorno à Assembleia Legislativa de Pernambuco, a partir do dia 30 de janeiro do corrente ano, uma vez que foi decorrido o prazo da sua licença de Saúde.
À Publicação.

XXXXXXXXXX

OFÍCIO Nº 009/2025 - DO LÍDER DO PARTIDO PROGRESSISTA, DEPUTADO KAIO MANIÇOBA comunicando que o Partido Progressista (PP), decidiu desligar-se do bloco Partidário PSDB/PRD/PP/MDB/UNIÃO/SOLIDADRIEDADE, conforme deliberação interna do Partido.
À Publicação.

XXXXXXXXXX

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO ABIMAEL SANTOS solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias dos dias 03 a 06 de fevereiro de 2025, para viagem a Brasília/DF e Belo Horizonte/MG.
Inteirada.

XXXXXXXXXX

Francismar Pontes

Ofícios

OFÍCIO Nº 31/2025 - GG.

Recife, 03 de fevereiro de 2025.

Senhor Presidente,

Venho, nesta oportunidade, indicar a Vossa Excelência - na sua condição de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco - a Deputada Socorro Pimentel para Líder de Governo frente a essa Egrégia Casa Legislativa.

Atenciosamente,

RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA
Governadora do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ÁLVARO PORTO DE BARROS
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.
NESTA.

Oficio nº 01/2025

Recife, 03 de fevereiro de 2025.

Ao Exmo Sr Álvaro Porto
Presidente da ALEPE

Vimos por meio deste, informar que o Deputado João Paulo, do Partido dos Trabalhadores, sera o líder da Bancada PT, PC do B e PV; e os Deputados João de Nadegi (PV), João Paulo Costa (PCdoB), Gilmar Junior (PV) e Rosa Amorim (PT), vice-líderes da referida bancada, nessa ordem.

Sendo o que se coloca no momento, renovo a V.Exa. protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

João Paulo
Deputado Estadual (PT)

Rosa Amorim
Deputada Estadual (PT)

Doriel Barros
Deputado Estadual (PT)

Gilmar Junior
Deputado Estadual (PV)

João de Nadegi
Deputado Estadual (PV)

Joaquim Lira
Deputado Estadual (PV)

João Paulo Costa
Deputado Estadual (PC do B)

Ofício nº 894/2024 - GP

Recife, 9 de dezembro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submeto à elevada deliberação desse augusto Poder Legislativo, ad referendum do Pleno deste Tribunal de Justiça do Estado, o presente projeto de lei ordinária, que autoriza o Tribunal de Justiça de Pernambuco a alienar imóvel público inservível localizado na Rua Jacira, nº 264, Bairro de Afogados, Recife, Pernambuco.

Em anexo, remeto também a justificativa que ensejou a aprovação do projeto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. meus protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Desembargador Ricardo Paes Barreto
Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Sua Excelência o Senhor
Deputado ÁLVARO PORTO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Nesta

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002503/2025

Autoriza o Tribunal de Justiça de Pernambuco a alienar imóvel público inservível localizado na Rua Jacira, nº 264, Bairro de Afogados, Recife, Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica o Tribunal de Justiça de Pernambuco autorizado a alienar o imóvel de sua propriedade, localizado na Capital do Estado, no Bairro de Afogados, que se encontra inservível para os fins institucionais e cuja manutenção acarreta ônus ao erário.

Parágrafo único. O imóvel referido no caput deste artigo é localizado na Rua Jacira, nº 264, Bairro de Afogados, Recife, Pernambuco.

Art. 2º A alienação do imóvel será precedida de:

I - avaliação prévia, realizada por profissional ou empresa especializada, para determinar o valor de mercado do bem;

II - licitação na modalidade leilão, conforme disposto no art. 76, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 3º Os recursos financeiros provenientes da alienação do imóvel serão destinados exclusivamente ao aprimoramento da infraestrutura e dos serviços prestados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme plano de aplicação a ser elaborado e aprovado pelo órgão competente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Submeto à apreciação deste a. Poder Legislativo o presente projeto de lei que tem por objetivo autorizar o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco a alienar um imóvel de sua propriedade, localizado na Rua Jacira, nº 264, Bairro de Afogados, Recife, Pernambuco, com área construída de 444,67 m2 e área do terreno de 863,95 m2, que se encontra inservível para os fins institucionais e cuja manutenção tem gerado ônus ao erário.

A alienação de bens públicos imóveis está disciplinada no art. 76 da Lei Federal nº 14.133/2021, que exige, entre outros requisitos, a autorização legislativa para a efetivação do ato.

A Constituição Estadual, no mesmo sentido, estabelece a imprescindibilidade de prévia autorização legislativa para alienação de bens imóveis.

Recife, em 03 de Fevereiro de 2025.

Desembargador Ricardo Paes Barreto
Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Às 1ª, 2ª, 3ª comissões.

Ofício nº 895/2024 - GP

Recife, 9 de dezembro de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Submeto à elevada deliberação desse augusto Poder Legislativo, ad referendum do Pleno deste Tribunal de Justiça do Estado, o presente projeto de lei ordinária, que modifica a estrutura organizatório-funcional do Tribunal de Justiça de Pernambuco, mediante a transformação de cargos do quadro de pessoal.

Em anexo, remeto também a justificativa que ensejou a aprovação do projeto.

Aproveito a oportunidade para renovar a V. Exa. meus protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

Desembargador Ricardo Paes Barreto
Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

A Sua Excelência o Senhor
Deputado ÁLVARO PORTO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Nesta

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002504/2025

Modifica a estrutura organizatório-funcional do Tribunal de Justiça de Pernambuco, mediante a transformação de cargos do quadro de pessoal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1° Passam a integrar a estrutura administrativa do Tribunal de Justiça os seguintes cargos comissionados:

I - 107 (cento e sete) de Assessor de Magistrado, símbolo APJC;

II - 5 (cinco) de Assessor de Gabinete da Presidência, símbolo PJC-VII.

Art. 2º Em decorrência da criação dos cargos de que trata o art. 1º desta Lei, ficam extintos os seguintes cargos vagos:

I - 65 (sessenta e cinco) de Técnico Judiciário, símbolo TPJ;

II - 4 (quatro) de Analista Judiciário, Função Assistente Social;

III - 2 (dois) de Analista Judiciário, Função Psiquiatra;

IV - 1 (um) de Analista Judiciário, Função Psicólogo.

Art. 3º O art. 7-A da Lei Estadual nº 13.332, de 7 de novembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

> "Art. 7º-A. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco fica autorizado a transformar os cargos e as funções gratificadas do seu quadro de pessoal, mediante resolução aprovada pelo Tribunal Pleno, sem aumento de despesa, sendo vedada a transformação de função em cargo ou cargo em função."

Art. 4º A reestruturação administrativa no âmbito do Tribunal de Justiça de que trata esta Lei não acarretará aumento de despesa para o Poder Judiciário de Pernambuco.

Art. 5º As atribuições do cargo de Assessor de Magistrado de 1º grau, símbolo APJC, passam a vigorar na forma estabelecida no Anexo Único desta Lei.

Art. 6º Esta Lei em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2024.

ANEXO ÚNICO

CARGO	ATRIBUIÇÕES
Assessor de Magistrado (Símbolo APJC)	- Auxiliar Juízes(as) de Direito em matéria jurídica; - controlar o trâmite dos processos no âmbito do gabinete dos(as) Juízes(as); - auxiliar os(as) magistrados(as) na realização de audiências de conciliação e mediação; - realizar atividades de atendimento às partes, aos advogados(as) e ao público em geral; - acompanhar as diversas fases dos processos, bem como a manutenção e a consulta a bancos de dados e a indexação de documentos; - executar outras atividades correlatas.

Justificativa

Submeto à elevada deliberação deste a. Poder Legislativo o presente projeto de lei, que objetiva introduzir modificações na estrutura organizatório-funcional na Presidência do Tribunal de Justiça.

A criação de novos cargos com a extinção de outros, trata-se, na verdade, de modificação da estrutura no plano organizacional-administrativa do órgão, a fim de reestruturar as atribuições dos seus serviços auxiliares.

Lado outro, o ajuste nas atribuições do cargo de Assessor de Magistrado, símbolo APJC, tem o propósito de acrescer outras tarefas atinentes às necessidades das unidades judiciárias do primeiro grau, a exemplo da atividade de pronto atendimento às partes, aos advogados(as) e ao público em geral, com o principal foco voltado ao incremento do primeiro grau de jurisdição.

Por outro lado, o projeto sugere a modificação da redação do art. 7-A inspirada na Lei Estadual nº 17.384, de 8 de setembro de 2021, que autorizou ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco a transformar funções gratificadas e cargos de sua estrutura organizacional e a promover alterações nas áreas de atividades dos cargos efetivos, sem aumento de despesas, de modo que é imprescindível essa modificação para que o Tribunal de Justiça possa gerenciar melhor os seus recursos humanos, com vistas à melhoria dos serviços judiciários.

Daí a razão do presente projeto. A proposta possibilitará a equalização de tarefas com uma melhor distribuição dos serviços entre os servidores que atualmente ocupam as unidades judiciárias principalmente no âmbito da 1ª e 2ª entrâncias.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, esta Presidência confia no acolhimento e apoio de Vossa Excelência e de seus i. Pares à presente proposição.

Recife, em 03 de Fevereiro de 2025.

Desembargador Ricardo Paes Barreto
Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Às 1ª, 2ª, 3ª comissões.

Mensagem

MENSAGEM Nº 01/2025.

Recife, 3 de fevereiro de 2025.

Senhor Presidente,

Chego a esta tribuna, mais uma vez, para como chefe do Poder Executivo estadual, participar deste importante momento que é a inauguração de um novo ano de trabalho deste Poder Legislativo, parte fundamental da mudança que Pernambuco está vivendo. Como sempre repito, não existe solução fácil para problema difícil e também não se faz nada sozinho. Portanto, expresso aqui a minha palavra de agradecimento diante da contribuição de todas as deputadas e deputados para com o trabalho que temos empenhado e também faço uma breve prestação de contas do que já foi feito, daquilo que está sendo executado, e de como vamos seguir neste ano de dois mil e vinte e cinco.

Ao término dos dois primeiros anos da gestão, chegamos aqui, eu, Priscila, e todo o nosso time de governo, com um plano de governo pactuado com a população e discutido nas doze microrregiões de Pernambuco sendo possível afirmar que já está nas ruas a mudança de rumo do nosso Estado, que agora trilha o bom caminho de retomar a liderança regional e ser também exemplo e referência nacional. E digo com convicção: dois mil e vinte cinco é tempo de acelerar as mudanças, chegando de vez na vida da população, sobretudo dos mais necessitados, aqueles que lamentavelmente sempre foram invisíveis para o poder público.

Chegamos até aqui sob a marca de um governo do trabalho, do compromisso com a população: mais chão do que televisão. A partir de uma gestão transparente, que respeita o dinheiro dos cidadãos e que não tem compromisso com o erro ou com o mal feito, entramos neste ano com as contas em dia, expresso num superávit de um bilhão e duzentos milhões de reais. Não se trata apenas de um número técnico, desprovido de sentido. Significa atestar a nossa responsabilidade fiscal, que permitiu a retomada do crédito junto à União, e sinaliza para um ano de mais obras e investimentos. Afinal de contas, obra pública precisa ter começo, meio e fim e se há cuidado que temos, esse é o de só abrir licitação e assinar contrato com o dinheiro garantido.

Nesse sentido, é preciso deixar claro que em dois mil e vinte e quatro mais do que duplicamos os investimentos, alcançando o maior nível dos últimos dez anos. E se no ano passado chegamos a quase quatro bilhões de investimentos, nesse dois mil e vinte e cinco vamos avançar ainda mais, com estimativa de mais de seis bilhões apenas do orçamento fiscal. Nesse quesito, conseguimos, Poder Executivo e Legislativo mais uma vez, avançar nas finanças apontando também para redução de impostos. Com a sanção da lei que prevê a extinção gradual do Fundo de Equilíbrio Fiscal – FEEF, sinalizamos de forma concreta junto à iniciativa privada para a redução da carga tributária, possibilitando mais emprego e renda. Mais um avanço que junta a outras ações como a redução do IPVA e o parcelamento em dez vezes.

Sobre os empregos, chegamos a esta primeira metade da nossa gestão com a extraordinária marca de cento e quatorze mil vagas formais criadas, o segundo estado do Nordeste e um dos dez do País com a melhor performance. E a partir do diálogo e da construção de estratégias, temos um ano com excelentes perspectivas, com o início de grandes projetos como o Trem 2 da Refinaria Abreu e Lima, o aquecimento recorde da construção civil a partir do nosso programa morar bem e outros grandes investimentos privados, a exemplo do que está pactuado junto à Stellantis, no Polo Automotivo. É com alegria que posso afirmar que com o trabalho consistente, a transparência e a segurança jurídica das nossas ações, temos a confiança do setor produtivo pernambucano e nacional.

Quando sublinhamos os quatro bilhões investidos em dois mil e vinte e quatro de mais seis bilhões programados para este ano, também não se tratam de números desconectados da vida da população. Esses recursos aplicados de forma muito planejada e responsável, estão transformando Pernambuco no Estado da água e das estradas. Sob uma gestão séria e decidida a virar o jogo, a Compesa lidera investimentos no Águas de Pernambuco e marcará esse ano entregas de grandes avanços da Região Metropolitana ao Sertão, com foco especial na região do semiárido, com o avanço da Adutora do Agreste.

O PE na Estrada, por sua vez, está fazendo o recorde de investimentos em rodovias pernambucanas, com obras importantes em andamento, como a requalificação da PE-60, no litoral Sul, a Estrada de Serrambi, a Estrada de Aldeia e o mais impactante projeto rodoviário do nosso Estado nos últimos vinte e cinco anos, que é o início das obras do tão sonhado Arco Metropolitano. Reconstruir a malha rodoviária do Estado não se faz da noite para o dia, mas é visível e muito nítido que temos hoje resultados expressivos que nos colocam no sentido de virar essa página de abandono e medo nas estradas pernambucanos.

Na educação, chegamos ao início das aulas entregando fardamento de qualidade produzido em Pernambuco, no nosso Polo de Confecções. Trata-se de uma mudança significativa na política de compra desses artigos, garantindo transparência, bom uso dos recursos públicos e principalmente beneficiando a cadeia produtiva do nosso polo de confecções do Agreste, referência nacional. Também garantimos investimento de cinquenta milhões para a organização da estrutura das escolas nesse início de ano letivo, entregamos mais de seiscentos ônibus escolas, modificando por completo um cenário de veículos sucateados e perigosos aos nossos estudantes. Ainda como entrega já realizada, é com orgulho que posso afirmar que somos o governo que mais nomeou professores na história de Pernambuco em apenas dois anos: são nove mil novos professores na nossa rede. Para esse ano, embarcaremos já nas próximas semanas alunos de todos os municípios pernambucanos para um intercâmbio, retomando o programa Ganhe o Mundo, que havia sido paralisado anos atrás por irregularidades contratuais. Outro marco que se aproxima é assinatura da ordem de serviço das primeiras cinquenta creches que o Estado de Pernambuco construirá nos municípios, um inédito sistema de pactuação federativo que dá as mãos às prefeituras para enfrentar o *déficit* histórico de vagas de creche no nosso Estado. Aliás, é preciso deixar claro que mudamos a lógica das parcerias com as prefeituras, unindo o Estado a todos prefeitos na missão de transformar o nosso chão.

Ainda na educação, a importante participação da Assembleia Legislativa também garantiu a aprovação do projeto de lei que cria o Programa de Aquisição de Tênis. Uma medida importante que contribuirá para incrementar o fardamento escolar dos estudantes matriculados na Rede Pública Estadual.

Na segurança, trago a excelente notícia de uma nova redução expressiva de Mortes Violentas Intencionais no mês de janeiro, sendo o nono mês consecutivo que não há aumento de casos. O desafio do Juntos Pela Segurança é imenso, mas os números evidenciam estarmos no caminho certo, pavimentado por ações reais, como a chegada de dois mil e quatrocentos novos policiais às ruas nos próximos meses, fruto do concurso que iniciamos ainda em dois mil e vinte e três e que permite agora a realização do curso de formação dos novos praças. Corrigimos também a contratação do videomonitoramento, que era irregular e obsoleta, já nos aproximando da instalação do novo sistema, de alta tecnologia.

No sistema prisional, a virada de chave já veio com o aumento do número de vagas, a inauguração do novo prédio do Complexo do Curado, a nomeação de mais de seiscentos policiais penais e a retomada das obras do complexo penitenciário de Araçoiaba, que vão garantir mais de duas mil novas vagas.

Na saúde, nosso governo se prepara para inaugurar o Hospital da Mulher do Agreste, garantindo um tratamento mais adequado às pacientes da região. Será mais um capítulo importante que escrevemos sobre a interiorização da saúde no Estado. Através do Cuida PE, realizamos, nos últimos dois anos, mais de cento e sessenta mil cirurgias, reduzindo filas e tempo de espera por cirurgias eletivas de média e alta complexidade em todo o território pernambucano.

Também estamos investindo pesado na melhoria da infraestrutura das seis maiores emergências hospitalares do Estado, com obras em andamento como a do Hospital da Restauração, que já recebeu mais de três milhões e meio de investimento com a entrega de novos leitos no sétimo andar e o avanço das obras em outros pavimentos. Nosso governo garantiu à saúde o maior investimento entre todos os estados brasileiros. Mas o trabalho precisa avançar mais e a atenção saúde será sem dúvidas uma marca deste novo ano.

Estamos cuidando de quem mais precisa. Por meio do Programa Bom Prato, elevamos o número de cozinhas comunitárias de cinquenta e cinco para cento e oitenta e uma unidades. Em dois anos, em parceria com os municípios, servimos mais de dez milhões de refeições a pessoas em situação de vulnerabilidade. Colocamos comida de qualidade na mesa e combatemos de maneira firme a insegurança alimentar em Pernambuco.

Com o Mães de Pernambuco, mais de duzentos milhões já foram investidos no apoio às cem mil mulheres mais vulneráveis do Estado com um auxílio financeiro mensal de trezentos reais. E serão mais de trezentos e cinquenta milhões em dois mil e vinte e cinco.

Como mãe, mulher e governadora, também é um orgulho vir a esta Casa Legislativa falar do Morar Bem, primeiro programa de habitação de interesse social do Estado. Através dele, temos ajudado milhares de famílias a realizarem o sonho da casa própria. Só no último sábado foram mais de quatrocentas famílias beneficiadas no bairro da Guabiraba, no Recife, com as chaves de apartamentos comprados com a Entrada Garantida do Estado.

Caro presidente, deputadas e deputados, é com a certeza de que muito trabalho já foi feito e a convicção de que a mudança só está começando que reitero os agradecimentos ao trabalho de todas as parlamentares e parlamentares desta Casa, que tem do nosso governo o entendimento da relevância dos seus trabalhos, expressado no respeito às legítimas divergências que surgem e na construção de consensos e parcerias. Como Governadora do Estado de Pernambuco, registro aqui a minha disposição de aprofundar ainda mais essa importante parceria. Por nosso Estado, pelo futuro de Pernambuco.

RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA
Governadora do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ÁLVARO PORTO DE BARROS
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Proposta

Proposta nº 38

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, tendo em vista Ofício nº 29/2025-GG/PE, de 28 de janeiro de 2025, da Exma. Senhora Governadora do Estado, Dra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, submete a Assembleia Legislativa a indicação do Senhor WALBER ALLAN SANTANA, para apreciação do Plenário, nos termos do inciso I do art. 336, do Regimento Interno, o seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002502/2025

Aprova a indicação governamental à pessoa do Senhor WALBER ALLAN SANTANA, para o cargo de Administrador Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovada a indicação governamental à pessoa do Senhor WALBER ALLAN SANTANA, para o cargo de Administrador Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala Torres Galvão, em 03 de Fevereiro de 2025.

ÁLVARO PORTO
Preisdente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Justificativa

Ofício nº 029/2025 - GG/PE

Recife, 28 de janeiro de 2025.

Senhor Presidente,

Venho, nesta oportunidade, indicar a essa Egrégia Casa Legislativa o nome da Sr. Walber Allan Santana para assumir cargo de Administrador Geral do Distrito Estadual de Fernando de Noronha, nos termos do art. 37, XVI, da Constituição Estadual.

Remeto, ainda, cópia de seu Curriculum Vitae, no intuito de melhor subsidiar a análise de sua qualificação técnica para o exercício do cargo considerado.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração.

Atenciosamente,

RAQUEL TEIXEIRA LYRA LUCENA
Governadora de Pernambuco

Excelentíssimo Senhor
Deputado ÁLVARO PORTO DE BARROS
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.
NESTA

CURRICULUM VITAE

Nome: Walber Allan de Santana

Graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e em Direito pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT / Facipe); Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável pela Universidade de Pernambuco (Fcap/UPE) e MBA em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Foi Analista Ambiental da Secretaria Meio Ambiente da Cidade do Recife; Chefe de Gabinete e Gerente geral de Articulação na Secretaria de Meio ambiente do Estado de Pernambuco (SEMAS-PE), Presidente da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado de Pernambuco; Diretor da Agência Estadual de Meio Ambiente do Estado de Pernambuco (CPRH); foi professor convidado na pós-graduação da Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns (AESGA), nos cursos de Gestão Ambiental e Gestão Pública; foi Coordenador de Sustentabilidade da UFRPE; atualmente é Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome: Walber Allan de Santana

Nome em citações bibliográficas

SANTANA, W. A.;SANTANA, WALBER ALLAN DE

Lattes iD: http://lattes.cnpq.br/9274319464015229

País de Nacionalidade: Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Controladoria-Geral da União.

Edifício Darcy Ribeiro

Asa Sul

70070905 - Brasília, DF - Brasil Telefone: (61) 20206501

URL da Homepage: https://www.gov.br/cgu/pt-br

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2015

Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável.

Universidade de Pernambuco, UPE, Brasil. Título: O programa "educar para uma cidade sustentável", na rede pública da cidade do Recife, e sua relação com a política nacional de educação ambiental- PNEA, Ano de Obtenção: 2015. Orientador: FÁBIO JOSÉ DE ARAÚJO PEDROSA.

2012 - 2013

Especialização em Gestão da Educação. (Carga Horária: 360h).

Faculdade Joaquim Nabuco, FJN, Brasil.

Título: Eficiência na Gestão básica: o caso da Rede Estadual de Educação em Pernambuco.

Orientador: Hemmylle Azevedo.

2016 - 2020

Graduação em Bacharelado em Direito.

Centro universitario

Tiradentes/Faculdades integradas Pernambuco, UNIT/FACIPE, Brasil.

Título: Não informado.

Orientador: Não informado.

2014 interrompida

Graduação interrompida em 2016 Ciências Econômicas.

Universidade Federal Rural Pernambuco, UFRPE, Brasil.

Ano de interrupção: 2016

2004 - 2008

Graduação em Ciências Biológicas. De Universidade Federal Rural Pernambuco, UFRPE, Brasil.

Formação Complementar

2022 - 2022

Governo Aberto. (Carga horária: 40h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2022 - 2022

Metodologia da Análise Econômica do Direito. (Carga horária: 12h).

Instituto Serzedello Corrêa, ISC, Brasil.

2022 - 2022

ECONOMÍA DEL COMPORTAMIENTO PARA MEJORES POLÍTICAS PÚBLICAS. (Carga horária: 16h).

Banco Interamericano de Desarrollo, BID, Estados Unidos.

2022 - 2022

Princípios do Design Thinking e Inovação em Governo. (Carga horária: 10h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2022 - 2022

Auditoria Operacional. (Carga horária: 60h).

Tribunal de Contas da União, TCU, Brasil.

2022 - 2022

GOVERNO ABERTO: TRANSPARÊNCIA E DADOS ABERTOS. (Carga horária: 10h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2021 - 2021

Avaliação da qualidade de serviços como base para gestão e melhoria de serv. (Carga horária: 20h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2021 - 2021

Desenvolvendo Times de Alta Performance. (Carga horária: 30h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2021 - 2021

Cidadania e Direitos Humanos. (Carga horária: 30h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2021 - 2021

Novas Tecnologias para a Transformação Digital. (Carga horária: 30h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2021 - 2021

Liderança e Gestão de Equipes. (Carga horária: 30h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Ética e Serviço Público. (Carga horária: 20h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Gestão de Riscos no Setor Público. (Carga horária: 20h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

ações inovadoras da CGU. (Carga horária: 20h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Introdução ao Controle Social. (Carga horária: 20h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Marco regulatório das organizações da sociedade civil. (Carga horária: 20h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2020 - 2020

Gestão Pessoal - Base de liderança. (Carga horária: 50h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2018 - 2018

Introdução ao Gerenciamento de Processos.

(Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2018 - 2018

Introdução ao Orçamento Público. (Carga horária: 40h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2018 - 2018

Introdução ao gerenciamento de projetos. (Carga horária: 20h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

2018 - 2018

Planejamento Estratégico para Organizações Públicas. (Carga horária: 40h).

Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasil.

Atuação Profissional

Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, SEMAS-PE, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2015

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Gerente Geral de Articulação, Carga horária: 40

Vínculo institucional

2012 - 2014

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Chefe de Gabinete, Carga horária: 40

Outras informações

Servidor Federal Cedido ao Governo do Estado de Pernambuco, exerce a função de Chefe de Gabinete na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade de Pernambuco, além de Presidir a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado

Universidade Federal Rural de Pernambuco, UFRPE, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2022

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: coordenador sustentabilidade, Carga horária: 40

Vínculo institucional

2011 - 2012

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Coordenador de Estágios do CODAI/UFRPE, Carga horária: 40

Outras informações

Coordenador de Estágios e Professor no Curso Técnico em Açúcar e Álcool no NEAD/CODAI, modalidade EAD;

Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Recife, SMA-RECIFE, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2011

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Biólogo - Analista de Meio Ambiente, Carga horária: 30

Outras informações

Exerceu a função de Biólogo na Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Recife,

tendo como função auxiliar na execução da Politicas Publicas de Meio Ambiente da Cidade

Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CPRH/PE, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2018

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Diretor, Carga horária: 40

Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns, AESGA, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2018

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor dos cursos de Pós-graduação, Carga horária: 8

Outras informações

Atuou como Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor dos cursos de Pós-graduação, Carga horária: 10 horas.

Fundação Apolônio Salles de Desenvolvimento Educacional, FADURPE, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2022

Vínculo: consultor Ad Hoc, Enquadramento Funcional: consultor Ad Hoc, Carga horária: 10

Outras informações

Compôs o cadastro de consultores externos desta instituição, atuando na elaboração de projetos para submissão e análise em órgãos e instituições nacionais, com intuito de captação de recursos e desenvolvimento de projetos nas linhas de atuação da FADURPE. A FADURPE é uma fundação de apoio a UFRPE

Controladoria-Geral da União, CGU/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2022 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Auditor Federal de Finanças e Controle, Carga horária: 40

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

2. Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Controle Interno.

3. Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Administração Pública.

4. Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Estado e Governo.

5. Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Economia do Bem-Estar Social.

6. Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Legislação Ambiental. Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1. SANTANA, WALBER ALLAN DE. Aplicação das diretrizes propostas pela agenda ambiental da administração pública. REVISTA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA, v. 5, p. 307-315, 2014.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. VI Fórum Nacional de Controle. 2022. (Outra).

2. Encontro Regional Selo ODS IES - Nordeste.Integração da Agenda 2030 na UFRPE. 2021. (Encontro).

3. Festival uPlanet/Recife. Política Florestal, Mercado de carbono e conservação da natureza. 2017. (Feira).

4. I Semana Socioambiental da Universidade Católica de Pernambuco, promovida pelo Instituto Humanitas.A política ambiental de Pernambuco. 2013. (Encontro).

5. III Feira Profissional e Tecnológica do IFPE.Agenda 21 local: fortalecimento do

papel dos grupos principais. 2013. (Outra).

6. II Seminário em Gestão e Educação Ambiental da UFPE- Centro Ao Acadêmico de Vitória.Educação Ambiental: Ações, Práticas e Mobilizações Sociais. 2013. (Seminário).

À 1ª comissão.

Projetos

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002464/2025

Proíbe o uso de armas com projéteis de bolas de gel em vias públicas, espaços abertos e não monitorados no Estado de Pernambuco e regulamenta sua utilização em ambientes adequados com medidas de segurança.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica proibido o uso de armas de brinquedo que disparam projéteis de gel, conhecidas como “gel blasters”, em vias públicas, espaços abertos ou qualquer local não devidamente regulamentado e monitorado no Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. Para os efeitos desta Lei, ficam as “gel blasters” definidas como réplicas de armas com projéteis de bolas de gel, pequenas esferas que se expandem ao serem colocadas em água, e que funcionam por meio de bateria e sistema de propulsão a mola.

Art. 2º A prática de brincadeiras com o uso de armas de gel será permitida exclusivamente em espaços previamente autorizados pelo poder público, que atendam aos seguintes requisitos:

I - instalações adequadas para o controle da atividade, garantindo segurança e minimizando riscos aos participantes e terceiros;

II - disponibilidade de equipamentos de proteção individual (EPIs) para todos os participantes, incluindo óculos de proteção e vestimentas adequadas;

III - supervisão por profissionais responsáveis pelo cumprimento das normas de segurança;

IV - registro de autorização expedido pelo órgão competente, renovável anualmente.

Art. 3º O uso de armas de gel em ambientes não autorizados será considerado infração administrativa, sujeitando os infratores às seguintes penalidades:

I - advertência por escrito, em caso de primeira infração;

II - multa de R$ 1.000,00 (mil reais), em caso de reincidência;

III - apreensão das armas de brinquedo em caso de descumprimento reiterado.

Art. 4º Os responsáveis pelos espaços autorizados para prática da brincadeira deverão:

I - possuir alvará de funcionamento válido e aprovado pelas autoridades competentes;

II - realizar a manutenção periódica dos equipamentos e a atualização dos protocolos de segurança;

III - oferecer instruções prévias aos participantes sobre o uso correto dos equipamentos e comportamentos seguros durante a atividade.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará, no prazo de 90 (noventa) dias, os procedimentos necessários para a fiscalização e a implementação desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei tem como objetivo coibir o uso indiscriminado de armas com projéteis de bolas de gel, que são usadas em locais inadequados, com fim de proteger a integridade física dos cidadãos e prevenindo possíveis incidentes que possam causar danos ou confusões.

É bom que se diga que armas com projéteis de bolas de gel não são brinquedos, com vulgarmente é dito. Segundo o Inmetro as referidas armas não podem ser comercializadas como brinquedos, ao passo que não ostentam o selo de conformidade.

Embora as armas de gel sejam amplamente utilizadas para fins recreativos, sua prática em vias públicas ou locais desprotegidos representa um risco à segurança e à ordem pública, além de dificultar a diferenciação dessas armas, das armas de fogo, inviabilizando ação das forças de segurança.

A regulamentação proposta busca equilibrar o direito ao lazer com a necessidade de segurança, promovendo o uso das armas com projéteis de bolas de gel em espaços apropriados e monitorados, onde normas específicas sejam aplicadas para garantir a integridade dos envolvidos.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

PASTOR JUNIOR TERCIO
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 15ª, 16ª comissões.

Tramitação conjunta: PLOs 2465/2025, 2491/2025 e 2496/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002465/2025

Altera a Lei nº 12.098, de 6 de novembro de 2001, que proíbe a fabricação, venda e comercialização no Estado de Pernambuco, de Brinquedo que tenha formato, característica e/ou cor semelhante as armas verdadeiras, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Romário Dias, a fim de ampliar a proibição para brinquedos assemelhados que possibilitam disparos de produtos químicos ou não, através de líquidos, pastas ou em gel e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Ementa da Lei nº 12.098, de 6 de novembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Proíbe a fabricação, a venda, a comercialização, o transporte e a distribuição de brinquedos, réplicas ou simulacros de armas de fogo, que pelo seu formato, cor e quaisquer tipos de características, assemelhem-se as armas verdadeiras, bem como brinquedos assemelhados que possibilitam disparos através de líquidos, pastas, espumas, gel, luzes e iluminação a laser, contendo produtos químicos ou não, no Estado de Pernambuco." (NR)

Art. 2º A Lei nº 12.098, de 6 de novembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações e acréscimos:

"Art. 1º Fica proibido no Estado de Pernambuco, a fabricação, a venda, a comercialização, o transporte e a distribuição de brinquedos, réplicas ou simulacros de armas de fogo, que pelo seu formato, cor, inclusive as de modelo gel blasters e quaisquer tipos ou características, que se assemelhem as armas verdadeiras. (NR)

§ 1º A proibição de que trata o caput inclui os brinquedos que disparam balas, bolinhas, espumas, géis, luzes, iluminação a laser e substâncias assemelhadas, que produzam sons ou projetem quaisquer produtos que permitam a sua associação com arma de fogo. (AC)

§ 2º Para os efeitos desta Lei, ficam terminantemente proibidas as armas tipo "gel blasters" ou brinquedos assemelhados, que são definidas como réplicas com projéteis de bolas de gel e pequenas esferas que se expandem ao serem colocadas em água, alimentadas por bateria e sistema de propulsão a mola." (AC)

"Art. 2º-B. A fiscalização para o fiel cumprimento desta Lei será exercida pelas forças de segurança do Estado, enquanto o Poder Executivo não regulamentar ou designar o órgão responsável. (NR)

Art. 3º As escolas de ensino fundamental e ensino médio, públicas e privadas, proibirão a utilização dos brinquedos mencionados nesta Lei nas suas dependências, e deverão convocar pais ou responsáveis na ocasião que qualquer um de seus alunos esteja de posse de brinquedos desta natureza. (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificativa

A proposição em tela tem como objetivo incluir as armas que disparam bolinhas de gel, conhecidas como "gel blasters", na Lei 12.098, de 6 de novembro de 2001, a qual proíbe a fabricação, venda e comercialização de brinquedos com formato, características e/ou cores semelhantes às de armas reais, especialmente devido aos riscos à saúde coletiva. As bolinhas disparadas por esses brinquedos são pequenas esferas que se expandem ao serem imersas em água.

De acordo com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), por meio da Portaria nº 302, de 2021, esses produtos não são classificados como brinquedos. A regulamentação vigente estabelece que brinquedos são produtos destinados ao uso de crianças menores de 14 anos. Portanto, itens que não atendem a essa definição não podem ser comercializados como brinquedos, nem ostentar o Selo de Identificação da Conformidade do Inmetro. Além disso, o Inmetro define requisitos específicos para armas de brinquedo. As réplicas de armas que disparam bolas de gel se assemelham a equipamentos como airsoft e paintball, os quais são regulamentados pelo Decreto nº 11.615, de 21 de julho de 2023, mas não estão sob a competência do Inmetro. Dessa forma, as armas de bolinhas de gel não são consideradas brinquedos e, consequentemente, não podem exibir o Selo de Conformidade do Inmetro. Ademais, todas as armas de brinquedo, com ou sem projéteis, devem atender a requisitos de segurança e advertências conforme estabelecido no Anexo C da Portaria Inmetro nº 302, de 2021, que determina marcações específicas para brinquedos que se assemelham a armas. O Anexo V, item 47, da mesma portaria lista as imitações de armas de fogo como produtos que não são classificados como brinquedos, reforçando a posição de que as réplicas de armas com projéteis de bolinhas de gel não se enquadram na categoria de brinquedos. O Inmetro ainda orienta a população a denunciar qualquer comercialização irregular de réplicas de armas de fogo que ostentem indevidamente o Selo de Conformidade.

Essa "brincadeira" tem se transformado em um risco à população, visto que jovens e adultos estão simulando confrontos nas ruas, organizando "guerras" e "batalhas" em locais de grande circulação e atirando em pessoas desprevenidas, tanto em vias públicas quanto em escolas da rede pública e privada. Diversos vídeos circulam nas redes sociais, mostrando grupos envolvidos em disputas cada vez mais frequentes em diversas regiões do Estado, com batalhas campais que, devido ao aumento de acidentes decorrentes dessas atividades, geraram alerta entre as autoridades de saúde, especialmente no atendimento oftalmológico, desde lesões oculares simples até a perda de visão. Além de incentivar a violência, esse tipo de "brincadeira" pode ser facilmente confundido com arrastões, brigas e tumultos, resultando em acidentes de trânsito ou até sendo utilizado para a prática de crimes. Não podemos esquecer que esse comportamento fomenta a violência no cotidiano. Os índices de feminicídio, homicídios e ataques a comunidades historicamente vulneráveis em Pernambuco continuam elevados e cada vez mais frequentes. Por isso, é fundamental que o parlamento amplie a proteção da legislação para a sociedade, combatendo qualquer prática que banalize a violência contra as pessoas, independentemente de sua raça, gênero, condição social, orientação sexual, credo ou diversidade.

As armas de bolinhas de gel, que funcionam por meio de bateria e propulsão a mola e geralmente são coloridas, estão disponíveis para venda em lojas online e centros comerciais populares, com preços variados, conforme o modelo. As bolinhas de gel possuem cerca de 8 milímetros de diâmetro e são disparadas a distâncias que variam entre cinco e dez metros, conforme informações do Exército, embora alguns fornecedores prometam alcance de até 30 metros, com mira a laser.

Diante do exposto, solicito aos Nobres Pares a aprovação deste projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

GILMAR JUNIOR
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 15ª, 16ª comissões.

Tramitação conjunta: PLOs 2464/2025, 2491/2025 e 2496/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002466/2025

Proíbe os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco de nomear ou designar para cargos públicos e funções de confiança pessoas condenadas pela prática dos crimes contra as instituições democráticas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco ficam proibidos de nomear ou designar para cargos públicos, de provimento efetivo e em comissão, ou para o exercício de funções de confiança, pessoas que tenham sido condenadas, em decisão judicial transitada em julgado, pelos crimes contra as instituições democráticas, previstos nos arts. 359-L e 359-M do Código Penal.

Art. 2º A proibição de que trata o art. 1º é aplicável enquanto perdurarem os efeitos da condenação criminal.

Art. 3º Os atos de investidura praticados em desobediência ao previsto nesta Lei são considerados nulos.

Art. 4º Cabe a cada órgão e entidade da Administração Pública do Estado de Pernambuco, no âmbito de sua competência, fiscalizar os atos de nomeação ou designação, com a possibilidade de requerer aos demais órgãos públicos informações e documentos necessários para o cumprimento das exigências legais.

Parágrafo único. Qualquer pessoa poderá comunicar às autoridades públicas competentes do Estado de Pernambuco o conhecimento de casos que se enquadrem no art. 1º, a fim de que sejam adotadas as providências cabíveis.

Art. 5º No prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação desta Lei, os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco devem promover a exoneração dos atuais ocupantes de cargos e funções que se encontrem nas situações previstas no art. 1º.

Parágrafo único. Os atos de exoneração produzirão efeitos a contar de suas respectivas publicações.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo proibir a nomeação ou designação, para cargos públicos e funções de confiança no âmbito da Administração Pública do Estado de Pernambuco, de pessoas condenadas pela prática de crimes contra as instituições democráticas, nos termos dos arts. 359-L e 359-M do Código Penal. A proposta surge em um contexto de grave ameaça à democracia brasileira, evidenciada pelos atos terroristas de 8 de janeiro de 2023, quando grupos extremistas, incitados por discursos antidemocráticos, depredaram as sedes dos Três Poderes da República em Brasília, numa tentativa explícita de golpe de Estado.

Os eventos daquele dia não foram um episódio isolado, mas o ápice de uma escalada de ataques sistemáticos às instituições democráticas, promovidos por setores da extrema-direita que buscam minar a legitimidade do Estado de Direito e desestabilizar a ordem constitucional. A gravidade desses atos exige uma resposta firme e proporcional por parte do Estado, não apenas para punir os responsáveis, mas também para prevenir que indivíduos que atentaram contra a democracia ocupem posições de poder e influência no serviço público.

A democracia, mais do que um sistema político, é um valor civilizatório que deve ser permanentemente defendido e fortalecido, pois esta depende da participação cidadã ativa, do respeito às instituições e da prevalência do Estado de Direito. A nomeação de pessoas condenadas por crimes contra as instituições democráticas para cargos públicos representa uma contradição, pois coloca em risco os próprios fundamentos do regime democrático. Afinal, não se pode confiar a gestão democrática da sociedade àqueles que já demonstraram desprezo pelos princípios basilares da sua convivência.

A proposta aqui apresentada alinha-se a um movimento global de fortalecimento das salvaguardas democráticas. Em países como Alemanha e Portugal, por exemplo, existem mecanismos legais que impedem a ocupação de cargos públicos por indivíduos que tenham cometido crimes contra o Estado Democrático de Direito. Tais medidas não são meramente punitivas, mas preventivas, visando proteger as instituições e garantir que o serviço público seja exercido por pessoas comprometidas com os valores da democracia, da legalidade e do interesse coletivo.

No caso brasileiro, a condenação judicial transitada em julgado por crimes contra as instituições democráticas deve ser entendida como um requisito essencial para a exclusão de candidatos a cargos públicos. A decisão judicial, fruto de um processo legal e democrático, representa a expressão máxima do Estado de Direito e deve ser respeitada como tal. Permitir que condenados por tais crimes integrem a Administração Pública seria um desserviço à sociedade e um risco à estabilidade institucional.

Além disso, a medida proposta reforça o princípio da moralidade administrativa, previsto no art. 37 da Constituição Federal, que exige que a atuação do poder público esteja pautada por padrões éticos e de integridade. A nomeação de indivíduos condenados por crimes contra a democracia violaria frontalmente esse princípio, deslegitimando a própria função pública e minando a confiança da sociedade nas instituições.

A iniciativa também se insere no contexto de uma luta histórica pela consolidação da democracia no Brasil. Desde o fim da ditadura militar em 1985, o país tem enfrentado desafios marcantes para superar o autoritarismo e construir uma cultura política baseada no respeito aos direitos humanos, à pluralidade e ao diálogo. Os atos de 8 de janeiro representam um retrocesso nessa trajetória, mas também uma oportunidade para reafirmar o compromisso com os valores democráticos e fortalecer as instituições contra futuras ameaças.

Ao aprovar este projeto de lei, o Estado de Pernambuco estará enviando uma mensagem direta de que não há espaço para o autoritarismo e a intolerância no serviço público. A medida contribuirá para a construção de uma administração pública mais íntegra, transparente e comprometida com os interesses da sociedade, além de reforçar o papel do Estado como guardião da democracia e dos direitos fundamentais.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa de Pernambuco para a aprovação deste projeto de lei, que representa um passo fundamental na defesa da democracia e na promoção de um serviço público alinhado com os mais elevados princípios éticos e constitucionais.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

DANI PORTELA
DEPUTADA

Às 1ª, 3ª, 15ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002467/2025

Altera a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, que dispõe sobre critérios para a contratação de empresas para execução de serviços terceirizados com a Administração Pública do Estado, e dá outras providências, a fim de proibir a contratação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em escalas de trabalho que permitam apenas um dia de repouso semanal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, passa a vigorar acrescida do art. 4º-C, com a seguinte redação:

"Art. 4º-C. Fica proibida a contratação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em escalas de trabalho que permitam apenas um dia de repouso semanal. (AC)

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, entende-se por serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra o modelo de execução contratual previsto no inciso XVI do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021." (AC)

Art. 2º O disposto nesta Lei não se aplica aos contratos em curso, nem aos oriundos de licitação cujo instrumento convocatório haja sido publicado em data anterior à sua vigência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei propõe alterar a Lei nº 13.462, de 9 de junho de 2008, para proibir a contratação de serviços contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em escalas de trabalho que permitam apenas um dia de repouso semanal. A iniciativa visa garantir condições laborais mais dignas e humanas, alinhando-se às demandas contemporâneas por justiça social e equilíbrio entre vida pessoal e profissional.

A escala 6×1, ainda amplamente utilizada em setores que exigem operação contínua, representa um modelo arcaico e desumano de organização do trabalho. Ao limitar o descanso semanal a apenas um dia, muitas vezes não coincidente com os fins de semana, essa escala nega aos trabalhadores e às trabalhadoras o direito ao convívio familiar, ao lazer e à participação social, elementos fundamentais para uma vida plena e saudável. Trata-se de uma violação silenciosa, mas profundamente danosa, dos direitos humanos e trabalhistas.

A proposta aqui apresentada não se limita a uma mera reforma administrativa; ela insere-se no contexto de uma luta histórica pela redução da jornada de trabalho, bandeira erguida pelos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras desde o século XIX. A luta pela limitação da jornada de trabalho é, em essência, uma luta pela emancipação humana. Ao reduzir o tempo dedicado à produção de riqueza alheia, os trabalhadores e às trabalhadoras ganham a possibilidade de dedicar-se a atividades que enriquecem sua existência, como a cultura, a educação, o esporte e a participação política.

No cenário atual, em que avanços tecnológicos permitem produzir mais com menos esforço e tempo, a persistência de escalas exaustivas como a 6×1 revela uma contradição gritante. Enquanto a produtividade aumenta exponencialmente, os benefícios desse progresso não são compartilhados de forma equitativa com a classe trabalhadora. Pelo contrário, o que se observa é a intensificação da exploração, com jornadas prolongadas que comprometem a saúde física e mental da classe trabalhadora. Estudos científicos demonstram que regimes de trabalho extenuantes estão diretamente associados ao aumento de doenças ocupacionais, como estresse crônico, depressão, ansiedade e síndrome de burnout, além de elevar os índices de absenteísmo e rotatividade.

A proibição da escala 6×1 no âmbito da administração pública estadual representa, portanto, um avanço significativo na defesa dos direitos trabalhistas e na promoção da saúde e do bem-estar dos trabalhadores. Ao priorizar modelos de jornada mais equilibrados, o Estado de Pernambuco assume um papel de vanguarda na construção de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e sustentável. Essa medida não apenas beneficia os trabalhadores, mas também gera impactos positivos para as empresas e para a sociedade como um todo, uma vez que trabalhadores com melhores condições de vida e trabalho tendem a ser mais produtivos, engajados e saudáveis.

Inspirado na proposta da deputada federal Erika Hilton (PSOL-SP), que busca abolir a escala 6×1 em âmbito nacional, este projeto de lei posiciona Pernambuco como um estado pioneiro na luta por condições laborais mais justas. A iniciativa dialoga ainda com experiências internacionais bem-sucedidas de redução da jornada de trabalho, como as implementadas em países como Suécia, Alemanha e França, onde a adoção de jornadas mais curtas resultou em ganhos significativos em termos de qualidade de vida, produtividade e equilíbrio social.

É importante ressaltar que a luta pela redução da jornada de trabalho não se restringe ao campo econômico; ela é, acima de tudo, uma luta política. Ao garantir mais tempo livre para os trabalhadores e as trabalhadoras, o Estado fortalece a Democracia, pois cria condições para que os cidadãos participem ativamente da vida pública, exercendo seus direitos políticos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Conforme bem observou o filósofo italiano Antonio Gramsci[1], a conquista do tempo livre é uma condição essencial para a emancipação cultural e política das classes subalternizadas.

Ao aprovar este projeto de lei, a Assembleia Legislativa de Pernambuco estará reafirmando seu compromisso com os valores da dignidade humana, da justiça social e do desenvolvimento sustentável. A medida representa um passo importante na direção de um futuro em que o trabalho não seja sinônimo de exploração, mas sim de realização pessoal e coletiva.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação desta proposta, que visa não apenas melhorar as condições de trabalho no Estado, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais humana, solidária e democrática.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

DANI PORTELA
DEPUTADA

Às 1ª, 3ª, 11ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002468/2025

Altera a Lei nº 18.799, de 30 de dezembro de 2024, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências, originada de projeto de lei de autoria da Deputada Socorro Pimentel, a fim de inserir dentre seu público-alvo as mulheres que convivam com parceiros soropositivos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 18.799, de 30 de dezembro de 2024, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º São objetivos da Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e de Prevenção da Transmissão Vertical do HIV: (NR)

I - garantir o acesso integral, gratuito e de qualidade aos serviços de saúde para mulheres soropositivas, ou que, embora não portem o vírus, convivam com parceiros que sejam soropositivos, especialmente no que tange à saúde reprodutiva; (NR)

.....

IV - fomentar pesquisas e estudos sobre saúde reprodutiva de mulheres soropositivas, ou cujos parceiros sejam soropositivos, e sobre prevenção da transmissão vertical do HIV; (NR)

.....

Art. 3º .....

I - campanhas de informação e educação para a saúde reprodutiva, dirigidas às mulheres soropositivas e seus parceiros, e às mulheres cujos parceiros sejam soropositivos; (NR)

II - treinamento e capacitação contínua dos profissionais de saúde para atendimento especializado às mulheres soropositivas, ou cujos parceiros sejam soropositivos, com ênfase na saúde reprodutiva e prevenção da transmissão vertical; (NR)

III - criação de serviços especializados para o atendimento integral à saúde da mulher soropositiva, ou cujo parceiro seja soropositivo, incluindo consultas de pré-natal, parto e pós-parto especializados; (NR)

....."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Trata-se de projeto de lei que altera a Lei nº 18.799, de 30 de dezembro de 2024, que institui, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Política de Atenção à Saúde Reprodutiva da Mulher Soropositiva e Prevenção da Transmissão Vertical do HIV e dá outras providências, a fim de inserir dentre seu público-alvo as mulheres que convivam com parceiros soropositivos.

Em síntese, a proposição busca assegurar que o importante compromisso do Estado de Pernambuco com a saúde pública e os direitos das mulheres atinja, também, aquelas que, embora não portem o vírus do HIV, convivam com parceiros que sejam soropositivos, reconhecendo a vulnerabilidade específica dessas mulheres.

A atualização da Lei proposta busca justamente garantir o acesso integral, gratuito e de qualidade aos serviços de saúde, com um enfoque especial na saúde reprodutiva, em casos que demandam, igualmente, medidas de saúde pública adequadas e um acompanhamento médico cuidadoso durante o pré-natal, parto e pós-parto, como já previsto na Lei nº 18.799, de 2024.

Diante do exposto, solicita-se o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
DEPUTADA

Às 1ª, 3ª, 9ª, 11ª, 14ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002469/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de aumentar o prazo mínimo de comunicação prévia ao consumidor das mudanças de abrigo ou ponto de ônibus e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 172-A. O fornecedor de serviços de transporte coletivo intermunicipal e que compõe o Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife, deverá comunicar independente de solicitação do órgão competente aos consumidores: (NR)

I - ao fechamento ou mudança de local de terminal de ônibus, por qualquer motivo, com antecedência mínima de 80 (oitenta) dias, devendo ser afixado no local que será fechado ou mudado o novo local que irá substitui-lo; e, (NR)

II - ao fechamento ou mudança de local de abrigo de passageiros e ponto de ônibus de transporte intermunicipal, por qualquer motivo, com antecedência mínima de 80 (oitenta) dias, devendo ser afixado no local que será fechado ou mudado o novo local que irá substitui-lo." (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor em até 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo aprimorar a transparência e a previsibilidade nas mudanças de infraestrutura do sistema de transporte coletivo intermunicipal e da Região Metropolitana do Recife, especialmente no que diz respeito ao fechamento ou mudança de terminais, abrigos e pontos de ônibus. A proposta visa garantir que os consumidores pernambucanos sejam devidamente informados sobre alterações que impactam diretamente sua mobilidade, possibilitando maior organização e planejamento por parte dos usuários.

Atualmente, mudanças em terminais, abrigos ou pontos de ônibus muitas vezes ocorrem sem uma comunicação prévia adequada, causando transtornos significativos para os passageiros. Essas alterações afetam não apenas o cotidiano das pessoas que dependem do transporte público para trabalhar, estudar ou realizar atividades essenciais, mas também prejudicam o acesso à informação e o direito ao planejamento.

Ao estabelecer o prazo mínimo de 80 (oitenta) dias para a comunicação prévia de mudanças, o projeto reforça o compromisso com a previsibilidade, permitindo aos consumidores ajustar suas rotinas e se adaptarem às novas localizações. Essa antecedência também contribui para que haja maior clareza no processo, fortalecendo a confiança dos usuários no sistema de transporte público.

Além disso, a medida determina que as informações sobre as mudanças sejam claramente divulgadas no próprio local afetado, indicando de maneira visível e acessível o novo local que substituirá o terminal, abrigo ou ponto de ônibus. Essa abordagem direta e objetiva assegura que todos os usuários sejam devidamente informados, inclusive aqueles que não têm acesso fácil a meios digitais ou outros canais de comunicação.

A transparência e a previsibilidade são princípios fundamentais para a boa prestação de serviços públicos, especialmente em setores que impactam diretamente a qualidade de vida da população. Este projeto de lei contribui para o fortalecimento desses valores no transporte coletivo intermunicipal, oferecendo um benefício direto para os passageiros e promovendo um ambiente de maior segurança e organização no uso do transporte público.

Portanto, solicitamos a análise e o apoio dos nobres parlamentares desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto, que representa um avanço significativo na proteção dos direitos dos consumidores pernambucanos.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002470/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de garantir a troca de produtos adquiridos durante períodos de promoções, liquidações e ofertas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 37-A. Nas promoções, liquidações e ofertas de produtos, o consumidor deverá ter garantido o direito de troca e/ou restituição em caso de avaria ou desistência voluntário nos termos deste Código. (AC)

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, na Faixa Pecuniária A, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código." (AC)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em tela busca corrigir uma prática comum e abusiva que ocorre em diversos estabelecimentos comerciais, inclusive de grande porte, que consiste em restringir ou impedir a troca de produtos defeituosos sob a justificativa de que foram adquiridos em promoções, liquidações ou ofertas. Tal conduta afronta diretamente os direitos básicos do consumidor, previstos no Código de Defesa do Consumidor, que assegura a troca ou restituição em caso de vícios, independentemente das condições comerciais em que o produto foi adquirido.

A oferta de produtos em promoção ou liquidação é uma prática legítima e amplamente utilizada no mercado para atrair consumidores e movimentar o comércio. No entanto, isso não pode ser utilizado como pretexto para limitar os direitos dos

consumidores, especialmente no que se refere à qualidade e funcionalidade dos bens adquiridos. É dever do fornecedor garantir que os produtos, mesmo em condições promocionais, atendam aos padrões mínimos de qualidade e segurança exigidos por lei.

O presente projeto de lei reforça a proteção ao consumidor ao assegurar que as condições promocionais não sejam utilizadas como argumento para impedir a troca de produtos com avarias ou para negar o direito à restituição em casos de desistência voluntária, conforme as disposições do Código. A prática de limitar os direitos dos consumidores em situações como essa configura abuso de direito e desrespeito ao princípio da boa-fé, que deve nortear as relações de consumo.

Além disso, é importante destacar que muitos consumidores, ao adquirir produtos em promoção, são induzidos a acreditar que as regras de troca e garantia não se aplicam nesses casos. Essa desinformação, muitas vezes incentivada pelos próprios fornecedores, cria uma situação de vulnerabilidade, colocando o consumidor em desvantagem frente ao fornecedor. O projeto de lei visa eliminar essa prática abusiva, garantindo que os direitos do consumidor sejam preservados, independentemente do contexto comercial em que a compra foi realizada.

Outro ponto relevante é a desigualdade de tratamento que se observa no mercado. Enquanto alguns fornecedores respeitam as normas do Código de Defesa do Consumidor, outros criam restrições arbitrárias, resultando em um mercado desequilibrado e injusto. Este projeto de lei busca padronizar as práticas comerciais, assegurando que todos os consumidores, em todas as condições de compra, tenham os mesmos direitos garantidos por lei.

Ao prever a aplicação de multa em caso de descumprimento, o projeto de lei adota uma abordagem pedagógica e coercitiva, incentivando os fornecedores a cumprirem as normas e respeitarem os direitos dos consumidores. A multa prevista na Faixa Pecuniária A, combinada com outras sanções cabíveis, é um instrumento essencial para desestimular práticas abusivas e fortalecer a cultura de respeito nas relações de consumo.

É fundamental compreender que o direito à troca ou restituição em casos de avaria não é uma concessão do fornecedor, mas uma obrigação legal que visa equilibrar as relações de consumo e proteger a parte mais vulnerável da relação. Produtos em promoção não são produtos com menos direitos; são apenas produtos comercializados em condições mais atrativas, mas que devem atender às mesmas exigências de qualidade e garantia previstas para todos os bens de consumo.

Portanto, a aprovação deste projeto de lei é imprescindível para assegurar o respeito ao consumidor, promover práticas comerciais mais justas e garantir que os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor sejam efetivamente aplicados. Trata-se de uma medida que não apenas fortalece a proteção ao consumidor, mas também contribui para um mercado mais equilibrado e confiável, beneficiando tanto os consumidores quanto os fornecedores que agem com transparência e responsabilidade.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002471/2025

Institui requisitos para a promoção de acessibilidade nas praias do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º As praias localizadas no âmbito do Estado de Pernambuco devem adotar critérios básicos de acessibilidade, de forma a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o acesso e a permanência das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nesses ambientes.

Parágrafo único. O disposto nesta Lei não afasta a aplicação do disposto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e demais normas de proteção e defesa das pessoas com deficiência, notadamente a Lei da Acessibilidade (Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015) e a Política Estadual da Pessoa com Deficiência (Lei nº 14.789, de 1º de outubro de 2012).

Art. 2º A acessibilidade de que trata esta Lei inclui o acesso e a permanência das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida em local seguro, confortável e em condições de visibilidade e de uso de recursos alternativos que permitam usufruir das praias e de seus recursos naturais, em igualdade de oportunidade com as demais pessoas.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no *caput*, devem ser suprimidas as barreiras e os obstáculos porventura existentes que impeçam ou dificultem o acesso e a permanência das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas praias.

Art. 3º Para dar cumprimento ao disposto nesta Lei, as praias poderão adotar as seguintes facilidades, sem prejuízo de outras previstas na legislação vigente:

I - acesso a pé, livre de obstáculos, com piso tátil, a partir da via pública até uma entrada acessível da praia;

II - esteira ou mecanismo que ofereça acesso firme e estável sobre a faixa de areia até o mar, rio ou lago;

III - rampas com corrimãos ou plataformas elevatórias, onde existirem desníveis, até uma entrada acessível da praia;

IV - quando existentes, pelo menos um dos banheiros ou vestiários deverá ser acessível e possuir sanitário e lavatório adaptados;

V - quando existente estacionamento próximo ao acesso para a praia, deverá haver vaga reservada às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

VI - disponibilização de ajudas técnicas ou sinalização que possibilitem às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida o acesso e a plena utilização das praias nas mesmas condições dos demais usuários;

VII - itinerário acessível até os principais pontos de interesse da praia;

VIII - ampla divulgação ao público acerca das facilidades disponíveis nas praias acessíveis; e

IX - existência de transporte público adaptado nas principais linhas até a praia acessível, a partir das regiões mais populosas.

§ 1º As adaptações de que trata esse artigo deverão obedecer às normas técnicas vigentes de acessibilidade, notadamente os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

§ 2º O disposto neste artigo se aplica às praias marítimas, fluviais e lacustres.

§ 3º As adaptações podem ser oferecidas em períodos de alta demanda e ajustadas observando-se a sazonalidade turística.

§ 4º Para implementação das normas de acessibilidade previstas neste artigo, é facultado ao Poder Público estabelecer parcerias, convênios, acordos ou outros instrumentos congêneres com instituições públicas ou privadas, bem como com estabelecimentos comerciais e turísticos.

Art. 4º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição busca garantir a plena acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas praias, assegurando-lhes o direito de usufruir de forma digna e igualitária de um dos espaços públicos mais visitados e apreciados em nosso país.

As praias, enquanto patrimônio natural e cultural, representam um local de lazer e convivência social. No entanto, infelizmente, muitas dessas áreas não possuem infraestrutura adequada para receber pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, dificultando seu acesso e participação plena na vida social. Isso gera uma exclusão injusta e perpetua barreiras que impedem a integração de todos os cidadãos à vida comunitária.

Diante disso, a presente proposição vem estabelecer critérios mínimos a serem adotados pelas praias pernambucanas, para que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possuam acesso a esse bem jurídico e, assim, possam exercer, em sua plenitude e com dignidade, o direito ao lazer, à cultura e à integração social.

Destaque-se que a matéria se mostra plena e materialmente compatível com o corpo constitucional, notadamente com o princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88) e com os princípios estabelecidos na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mais conhecida por Convenção de Nova Iorque, tratado internacional com força constitucional, uma vez que aprovado segundo o rito previsto no art. 5º, §2º, da CF/88.

Ademais, se coaduna com as Leis Federais nº 10.098/2000 (Lei da Acessibilidade) e nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) que estabeleceram normas gerais de acessibilidade, com superação de barreiras (inclusive arquitetônicas e de mobiliário urbano), que impeçam o gozo, a fruição e o exercício dos direitos da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Constata-se, ainda, que a Política Estadual da Pessoa com Deficiência (Lei nº 14.789/2012) igualmente estipula plena acessibilidade às pessoas com deficiência nos espaços públicos ou privados de acesso público, o que inclui as praias.

Portanto, a aprovação deste projeto representa um avanço significativo na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e inclusiva para todos, sem exceção.

Diante do exposto, solicito o apoio dos meus nobres pares para a aprovação do presente projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
DEPUTADA

Às 1ª, 3ª, 6ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002472/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de reduzir os prazos para reclamações e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 45. .....

.....

§ 2° .....

.....

II - no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, será dada a resposta relativa à reclamação, pelo mesmo meio de comunicação utilizado pelo consumidor; (NR) e

III - sem prejuízo das medidas legais cabíveis, o consumidor poderá contestar, no todo ou em parte, a resposta apresentada, devendo a reanálise ser concluída no prazo de 15 (quinze) dias úteis. (NR)

.....

§ 4º Caso não ocorra a solução do conflito, o fornecedor, antes de suspender o fornecimento do produto ou serviço, deverá notificar o consumidor, por escrito ou por meio eletrônico, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, respeitados os demais prazos contratuais ou legais. (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei visa reduzir os prazos para respostas às reclamações feitas pelos consumidores, uma vez que os prazos anteriores poderiam chegar a quase 30 dias corridos, o que dificultava a resolução dos problemas.

Além disso, caso o consumidor não esteja satisfeito com a resposta fornecida, ele tem o direito de contestá-la, no todo ou em parte. A reanálise dessa contestação deve ser concluída no prazo de 15 dias úteis. Essa disposição oferece uma proteção adicional ao consumidor, garantindo que suas preocupações sejam devidamente abordadas e resolvidas de maneira justa.

Outro ponto importante da lei é o § 4º, que determina que, caso o conflito não seja solucionado, o fornecedor deve notificar o consumidor, por escrito ou por meio eletrônico, antes de suspender o fornecimento do produto ou serviço. Essa notificação deve ser feita com uma antecedência mínima de 10 dias úteis, dando ao consumidor tempo suficiente para buscar alternativas ou resolver o conflito de outra forma.

A implementação dessas alterações é um passo significativo para acelerar a resolução das demandas administrativas entre consumidores e fornecedores, reduzindo a judicialização dessas demandas. Aprovar este projeto de lei significa melhorar a relação entre consumidores e estabelecimentos, proporcionando uma experiência mais justa, equilibrada e ágil para todas as partes envolvidas.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002473/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de garantir a transparência nas relações dos consumidores e as academias de ginástica, os centros de condicionamento físico, os clubes, os centros esportivos e os estabelecimentos similares.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 55-B. As academias de ginástica, os centros de condicionamento físico, os clubes, os centros esportivos e os estabelecimentos similares, deverão disponibilizar aos consumidores a relação contendo o nome completo e a inscrição no Conselho Regional de Educação Física de Pernambuco dos profissionais responsáveis pelo auxilio dos consumidores, além de disponibilizar em local de grande circulação o Certificado de Registro do Estabelecimento junto ao aludido Conselho na forma da Lei n° 15.619 de 14 de outubro de 2015. (AC)

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto no caput sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, na Faixa Pecuniária A, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código." (AC)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei que altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, representa um avanço significativo para a proteção dos consumidores em Pernambuco. Esta legislação visa garantir transparência nas relações entre os consumidores e os estabelecimentos que oferecem serviços relacionados à saúde corporal, como academias de ginástica, centros de condicionamento físico, clubes e centros esportivos.

A importância deste projeto de lei reside no fato de que a saúde e o bem-estar dos consumidores dependem diretamente da qualidade dos serviços prestados por estes estabelecimentos. A presença de profissionais qualificados e devidamente registrados é essencial para assegurar que as atividades físicas sejam realizadas de maneira segura e eficiente, minimizando assim os riscos de lesões e outros problemas de saúde.

Uma das principais inovações trazidas por este projeto de lei é a obrigatoriedade de disponibilizar aos consumidores a relação completa dos profissionais responsáveis pelo auxílio nas atividades físicas, incluindo o nome completo e a inscrição no Conselho Regional de Educação Física de Pernambuco. Esta medida visa proporcionar maior transparência e segurança, permitindo que os consumidores verifiquem a qualificação dos profissionais que os atendem.

Além disso, a exigência de que os estabelecimentos disponibilizem em local de grande circulação o Certificado de Registro junto ao Conselho Regional de Educação Física de Pernambuco reforça a necessidade de cumprimento das normas e regulamentações vigentes. Esta transparência é crucial para que os consumidores possam confiar na idoneidade dos serviços oferecidos.

A ausência de profissionais qualificados e registrados pode levar a problemas graves de saúde para os consumidores. A prática de atividades físicas sem orientação adequada pode resultar em lesões musculares, problemas articulares, sobrecarga cardiovascular e até mesmo acidentes mais sérios. Portanto, a presença de profissionais capacitados é uma salvaguarda indispensável para a saúde dos praticantes.

Outro ponto relevante é a criação de um ambiente de consumo mais confiável e ético. Quando os estabelecimentos são obrigados a seguir regras claras e a fornecer informações detalhadas, a relação de consumo torna-se mais equilibrada e transparente. Isso fortalece a confiança dos consumidores e promove um mercado mais justo e competitivo.

O projeto de lei também estabelece penalidades para o descumprimento das obrigações previstas, incluindo a aplicação de multas e outras sanções. Essa abordagem não apenas incentiva o cumprimento das normas, mas também atua de forma educativa, promovendo boas práticas e a ética profissional.

Por fim, este projeto de lei representa uma verdadeira transformação no equilíbrio entre consumidores e fornecedores, fortalecendo a proteção dos consumidores e garantindo maior transparência e responsabilidade no mercado. Ao assegurar direitos fundamentais como a transparência, a informação e a possibilidade de responsabilização, o estado de Pernambuco dá um passo decisivo para fortalecer a confiança dos consumidores no mercado local, promovendo o desenvolvimento econômico e social.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 5ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002474/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim determinar o fornecimento gratuito de orçamento nos serviços de assistência técnicas e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 60-B. Os serviços de Assistência Técnica devem fornecer de forma gratuita, após requerimento do consumidor orçamento detalhando os problemas encontrados e os valores para sua solução, sendo insuficiente mera ordem de serviço. (AC)

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, na Faixa Pecuniária A, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código. (AC)

Art. 60-C. Os serviços de Assistência Técnica devem fornecer de forma gratuita laudo-técnico detalhando os problemas encontrados e quem deu causa ao problema para fins de comprovação de vício no produto. (AC)

§ 1° Quando houver necessidade de aprofundamento da investigação acerca dos problemas encontrados, é facultado ao Prestador de Serviços cobrar um valor simbólico ao Consumidor. (AC)

§ 2° O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, na Faixa Pecuniária A, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código." (AC)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A proposta de Lei que visa garantir ao consumidor o direito de exigir laudo técnico e orçamento detalhado de Assistências Técnicas é uma alteração fundamental nas relações de consumo no Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco (CDC-PE). Trata-se de uma medida que promove uma verdadeira transformação no equilíbrio entre consumidores e fornecedores, fortalecendo a proteção dos consumidores e garantindo maior transparência e responsabilidade no mercado. Essa mudança é especialmente relevante em um momento em que a vulnerabilidade do consumidor frente às práticas empresariais ainda é uma realidade preocupante.

O fornecimento obrigatório de um orçamento detalhado, previsto no Art. 60-B, é um dos pilares dessa alteração. Com isso, o consumidor pernambucano passa a ter o direito de receber, de forma gratuita, informações claras sobre os problemas identificados e os custos necessários para a solução. Essa exigência vai além da simples ordem de serviço, garantindo um documento formal que permite uma análise mais criteriosa das condições apresentadas pela assistência técnica. Essa medida não apenas evita abusos como também assegura que o consumidor esteja plenamente informado antes de autorizar qualquer reparo.

Outro avanço significativo está no Art. 60-C, que institui a obrigatoriedade de emissão de um laudo técnico detalhado, indicando os problemas encontrados e especificando quem deu causa ao vício no produto. Para os consumidores de Pernambuco, essa garantia representa um marco, pois fornece provas robustas que podem ser utilizadas para comprovar responsabilidades em casos de conflito. A clareza e a objetividade desses laudos tornam-se ferramentas valiosas para evitar disputas prolongadas e injustas, seja em processos administrativos ou judiciais.

Além disso, o §1º do Art. 60-C, ao permitir uma cobrança simbólica em casos de aprofundamento técnico, demonstra equilíbrio na relação de consumo. Essa previsão protege tanto o consumidor, ao assegurar acesso a informações detalhadas, quanto o prestador de serviços, que pode ser compensado pelos custos adicionais em situações de maior complexidade. Essa abordagem fortalece o sistema ao garantir que as assistências técnicas tenham condições de atender às demandas com qualidade, sem penalizar o consumidor de forma injusta.

As penalidades previstas para o descumprimento das obrigações estabelecidas nesta Lei reforçam sua importância e caráter transformador. A aplicação de multas na Faixa Pecuniária A, de acordo com o Art. 180 do CDC-PE, demonstra o compromisso do Estado em combater práticas desleais no mercado de consumo. Além disso, as sanções cumulativas previstas na legislação conferem um caráter educativo à norma, incentivando a adoção de práticas mais éticas e transparentes pelas assistências técnicas em Pernambuco.

Essa alteração legislativa também representa uma oportunidade única de elevar os padrões do mercado no estado. Para atender às novas exigências, as assistências técnicas precisarão investir em capacitação, equipamentos e processos, o que resultará em uma melhoria na qualidade dos serviços oferecidos. Essa transformação beneficiará diretamente os consumidores pernambucanos, que terão acesso a serviços mais confiáveis e profissionais.

No contexto regional, essa proposta de Lei coloca Pernambuco como um estado pioneiro na defesa do consumidor, servindo de referência para outras unidades federativas. A inclusão desses dispositivos no CDC-PE reafirma o compromisso do Estado em proteger os interesses de seus cidadãos e assegurar que as relações de consumo sejam pautadas pela justiça e pela transparência.

Outro ponto relevante é o impacto positivo que essa medida terá na redução de litígios. Ao oferecer informações detalhadas e documentadas, as assistências técnicas ajudam a evitar mal-entendidos e disputas desnecessárias. Essa mudança favorece uma relação de consumo mais harmoniosa, ao mesmo tempo em que desonera os órgãos de defesa do consumidor e o sistema judiciário estadual.

Por fim, essa alteração no CDC-PE é mais do que uma atualização normativa; é uma verdadeira garantia de melhoria para os consumidores de Pernambuco. Ao assegurar direitos fundamentais como a transparência, a informação e a possibilidade de responsabilização, o Estado dá um passo decisivo para fortalecer a confiança dos consumidores no mercado local. Trata-se de uma medida que beneficia não apenas os consumidores, mas também o mercado, ao estabelecer padrões de excelência que promovem o desenvolvimento econômico e social de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 12ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002475/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim vedar cobranças por perda de tíquetes ou cartão de estacionamento descartáveis ou não reutilizáveis.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 99. .....

§ 1º No ato da cobrança, o valor da multa não eximirá o consumidor do pagamento referente ao período efetivamente utilizado, desde que devidamente comprovado por meio de sistema de registro de entrada e saída dos veículos e deverá refletir as reais despesas do fornecedor na reposição do material perdido. (NR)

§ 2º O fornecedor é obrigado a informar ao consumidor o valor da taxa a ser paga em caso de perda do tíquete ou cartão de estacionamento, de forma clara e inequívoca, inserindo a informação: (NR)

I - nas placas de preço; e, (AC)

II - nos caixas e terminais de pagamento. (AC)

§ 3º O fornecedor fica obrigado a comprovar, em prazo razoável, quando solicitado pelo consumidor ou pelos órgãos de fiscalização, o valor efetivamente despendido para a aquisição dos cartões ou tíquetes de estacionamento. (NR)

§ 4º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, na Faixa Pecuniária A, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código. (AC)

§ 5° Fica vedada a cobrança contida no caput, quando o tíquete ou cartão forem confeccionados em materiais de baixo custo, como papel ou plástico, quando estes forem descartáveis e não reutilizáveis, utilizados para controle de acesso, permanência ou saída de veículos em estacionamentos." (NR)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo proteger os consumidores de práticas abusivas no setor de estacionamentos, ao estabelecer critérios claros e justos para a cobrança em casos de perda de tíquetes ou cartões de controle. A proposta busca equilibrar os direitos dos consumidores com os interesses legítimos dos fornecedores, promovendo transparência, proporcionalidade e respeito nas relações de consumo.

A vedação à cobrança por perda de tíquetes ou cartões confeccionados em materiais de baixo custo, como papel ou plástico descartável, visa coibir práticas desproporcionais que resultam em prejuízo ao consumidor. Alguns estabelecimentos aplicam taxas excessivas que não refletem o valor real do material perdido, configurando enriquecimento indevido e prejudicando a confiança no serviço prestado. Ao limitar essa cobrança às reais despesas com reposição, a medida assegura que o consumidor pague apenas o valor justo, sem sofrer penalidades desnecessárias.

Além disso, a obrigatoriedade de comprovação das despesas efetivamente realizadas para aquisição dos tíquetes ou cartões aumenta a transparência na relação de consumo, garantindo que o fornecedor justifique o valor cobrado em caso de questionamento por parte do consumidor ou dos órgãos de fiscalização. Essa exigência fortalece a fiscalização e inibe práticas abusivas, promovendo um mercado mais justo e competitivo.

A determinação de que os fornecedores informem, de forma clara e inequívoca, o valor das taxas aplicáveis em caso de perda também contribui para o empoderamento do consumidor, permitindo que este tenha ciência prévia dos valores cobrados. A inclusão dessa informação em placas de preço, caixas e terminais de pagamento reforça o direito à informação, previsto no Código de Defesa do Consumidor, e evita surpresas ou questionamentos no momento da cobrança.

Por fim, a aplicação de penalidades para o descumprimento das disposições previstas no projeto de lei reforça o caráter educativo da medida, incentivando os fornecedores a adequarem suas práticas à legislação e garantindo a proteção efetiva dos consumidores. Esta iniciativa reflete o compromisso do legislador com a construção de um ambiente de consumo mais ético, transparente e equilibrado, beneficiando tanto os consumidores quanto os fornecedores que atuam de forma responsável.

Dessa forma, este projeto de lei propõe uma solução justa e razoável para um problema recorrente enfrentado pelos consumidores, promovendo maior equilíbrio e segurança jurídica nas relações de consumo. Solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante medida, que representa um avanço significativo na defesa dos direitos dos consumidores pernambucanos.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 12ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002476/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim reduzir os prazos para devolução e estabelecer limites nos prazos de cancelamentos e valores cobrados nos casos de feriados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 111. .....
.....

§ 2º Em caso de pagamento prévio pela reserva, o valor adiantado pelo consumidor deve ser devolvido, abatido da multa porventura devida, em até 7 (sete) dias corridos após a confirmação do cancelamento, sob pena de devolução em dobro. (NR)

§ 3º Nas reservas que englobem feriados nacionais, estaduais ou municipais determinados por lei, o fornecedor poderá estabelecer os prazos de cancelamento e os valores cobrados a título de multa, desde que não ultrapasse os valores e prazos elencados no § 1° deste artigo. (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Este projeto de lei busca aprimorar a legislação consumerista de Pernambuco ao estabelecer normas mais equilibradas e justas nas relações entre consumidores e fornecedores no setor de hospedagem. A alteração proposta tem como objetivo garantir maior proteção aos consumidores, assegurando a devolução de valores pagos por reservas de hotéis em um prazo reduzido e limitando a cobrança de multas por cancelamento em períodos de alta demanda, como feriados nacionais, estaduais e municipais.

Ao reduzir para sete dias corridos o prazo máximo para devolução de valores pagos previamente em caso de cancelamento, a medida visa proporcionar maior agilidade e eficiência no ressarcimento ao consumidor, que frequentemente enfrenta dificuldades para recuperar valores pagos. Essa redução de prazo fortalece a confiança do consumidor no mercado de turismo e hospedagem, além de garantir o cumprimento de um direito básico previsto no CDC. A penalidade de devolução em dobro, caso o fornecedor descumpra o prazo estabelecido, reforça a seriedade da norma e assegura a efetividade da proteção ao consumidor.

Além disso, a fixação de um percentual máximo para a cobrança de multa em reservas que englobem feriados e períodos de alta procura busca coibir práticas abusivas, como a imposição de taxas excessivas que prejudicam o consumidor. A vedação explícita à cobrança abusiva de taxas de cancelamento reflete o compromisso do legislador em garantir a transparência e o equilíbrio nas relações contratuais, protegendo o consumidor de penalidades desproporcionais que comprometam sua experiência e confiança no setor.

Ao mesmo tempo, o projeto considera as necessidades dos fornecedores, permitindo a aplicação de multas em situações justificadas, desde que estas respeitem limites razoáveis. Essa abordagem conciliadora promove um ambiente de mercado mais saudável e competitivo, beneficiando tanto consumidores quanto fornecedores.

Por fim, a proposta reforça o papel do legislador estadual na construção de um mercado de consumo mais justo e eficiente, especialmente em setores como o turismo, que desempenha papel relevante na economia local. Contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta importante iniciativa, que busca modernizar a legislação estadual, proteger os direitos dos consumidores e fomentar o crescimento sustentável do setor de hospedagem em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 12ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002477/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de determinar a esterilização de equipamentos utilizados pelos salões de beleza, cabeleireiros e estabelecimentos similares.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 141-A. Os salões de beleza, cabeleireiros e estabelecimentos similares, devem demonstrar ao consumidor a esterilização dos equipamentos utilizados, especialmente os de uso recorrentes, como pentes, tesouras e assemelhados. (AC)

§ 1º É dever dos salões de beleza, cabeleireiros e estabelecimentos similares manterem de forma direta ou indireta equipamentos que garantam a higienização conforme as normas sanitárias vigentes. (AC)

§ 2º O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, na Faixa Pecuniária A, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código." (AC)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor em até 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como finalidade promover a saúde, segurança e bem-estar dos consumidores que frequentam salões de beleza, cabeleireiros e estabelecimentos similares, estabelecendo a obrigatoriedade de demonstração clara e objetiva da esterilização de equipamentos utilizados nesses serviços. A medida busca assegurar que os instrumentos de uso recorrente, como pentes, tesouras e itens similares, sejam higienizados de acordo com as normas sanitárias vigentes, reforçando a confiança na prestação do serviço.

A preocupação com a saúde pública é essencial em um setor onde o contato direto com o consumidor é constante, e a utilização inadequada de instrumentos não esterilizados pode ocasionar riscos significativos, como infecções, alergias e até a transmissão de doenças. Ao estabelecer a obrigação de demonstrar a esterilização, o projeto proporciona uma proteção adicional ao consumidor, garantindo que os procedimentos adotados pelos estabelecimentos atendam aos padrões mínimos de higiene e segurança.

Além disso, a proposta incentiva a transparência na prestação do serviço, fortalecendo a relação de confiança entre consumidores e fornecedores. Essa exigência não apenas protege o consumidor, mas também contribui para a valorização dos profissionais do setor, que passam a adotar práticas sanitárias mais rigorosas e alinhadas às normas estabelecidas. Dessa forma, promove-se um ambiente competitivo saudável, onde o compromisso com a qualidade e a segurança se torna um diferencial para os estabelecimentos.

A aplicação de penalidades em caso de descumprimento reforça o caráter pedagógico da medida, garantindo que os estabelecimentos estejam em conformidade com as determinações legais e contribuindo para a proteção dos consumidores. A previsão de sanção pecuniária, acompanhada da possibilidade de aplicação de outras penalidades, ressalta a seriedade do tema e o compromisso do legislador com a saúde coletiva.

Por fim, este projeto de lei reflete o compromisso do legislativo com a proteção do consumidor, ao mesmo tempo em que promove a modernização e a profissionalização do setor. Com a adoção dessas medidas, busca-se garantir que o consumidor possa usufruir dos serviços de salões de beleza e similares com tranquilidade e segurança, ciente de que sua saúde está sendo tratada como prioridade. Contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação desta proposta, que representa um avanço significativo na defesa dos direitos do consumidor e na promoção da saúde pública.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 9ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002478/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de conferir ao consumidor a possibilidade de criar um crédito junto ao fornecedor para utilização em outros eventos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 152. .....

§ 1º É direito do consumidor, em caso de cancelamento do show ou evento, a devolução do valor integral do ingresso ou bilhete, com os encargos eventualmente cobrados ou a disponibilização de crédito em valor igual ao pago junto a produtora do evento ou show equivalente ao ingresso, cabendo ao consumidor escolher a opção mais vantajosa. (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor em até 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo atualizar o Código de Defesa do Consumidor do Estado de Pernambuco para incluir uma medida que oferece mais flexibilidade e segurança ao consumidor nos casos de cancelamento de shows ou eventos. A proposta visa permitir que, além das opções de reembolso ou remarcação já previstas em lei, seja possível a criação de um crédito junto ao fornecedor, que poderá ser utilizado para a aquisição de ingressos de outros eventos promovidos pelo mesmo organizador.

Essa alteração considera as demandas do setor cultural e de entretenimento, especialmente em contextos de imprevisibilidade, como a pandemia de Covid-19, que evidenciou a necessidade de alternativas mais práticas e justas tanto para consumidores quanto para fornecedores. A possibilidade de crédito proporciona maior conveniência ao consumidor, que poderá optar por utilizar o valor pago em outra experiência de sua escolha, reduzindo as complicações administrativas e financeiras para ambas as partes envolvidas.

Ademais, a medida incentiva a manutenção do relacionamento comercial entre consumidores e fornecedores, promovendo a confiança no mercado de eventos e possibilitando a recuperação econômica do setor. Essa solução conciliadora protege os direitos dos consumidores, ao mesmo tempo em que garante a sustentabilidade de empresas organizadoras de eventos, frequentemente impactadas por cancelamentos inevitáveis.

Portanto, a inclusão dessa nova possibilidade no CDC-PE busca atender às expectativas dos consumidores por maior liberdade de escolha, assegurando uma alternativa prática e viável em situações adversas. Com isso, promove-se um equilíbrio entre os interesses das partes, garantindo uma relação de consumo mais moderna e adaptada às realidades do mercado de entretenimento. Solicitamos, assim, o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 5ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002479/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de evitar tratamento vexatório ao consumidor nos mercados, supermercados, hipermercados e atacadistas estabelecidos em Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 164-A. Os mercados, supermercados, hipermercados e atacadistas estabelecidos em Pernambuco, sejam eles de varejo, atacado ou venda mista, são proibidos de conferir os produtos adquiridos e devidamente pagos pelo consumidor após o atendimento no caixa do estabelecimento, sem a sua anuência, ressalvado o disposto no § 2° deste artigo. (NR)

.....

§ 2º A proibição contida no caput deste artigo não se aplica nos casos em que houver provas de suposto, a exemplo de visualização do cometimento de crime por parte do consumidor através de câmeras do circuito interno de televisão ou equipe do estabelecimento, sendo vedada a revista em local aberto e/ou que haja constrangimento o consumidor sob pena de incidência da multa elencada neste artigo. (NR)

§ 3° O descumprimento ao disposto neste artigo sujeitará o infrator à penalidade de multa prevista no art. 180, nas Faixas Pecuniárias A ou B, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Código." (AC)

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo reforçar a proteção ao consumidor pernambucano contra práticas que possam resultar em tratamento vexatório, particularmente em mercados, supermercados, hipermercados e atacadistas. A proposta busca equilibrar o direito à dignidade do consumidor com a garantia de que os fornecedores possam exercer a fiscalização necessária para proteger seu patrimônio, sempre de forma ética e respeitosa.

A Lei Estadual nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, estabelece princípios e normas fundamentais para resguardar os direitos dos consumidores e regular as relações de consumo no estado. Contudo, práticas como a conferência dos produtos já adquiridos e pagos sem o consentimento do consumidor têm gerado situações de constrangimento e indignidade, comprometendo a relação de confiança entre clientes e fornecedores.

O projeto proposto visa evitar que consumidores sejam submetidos a abordagens desrespeitosas ou invasivas, especialmente em locais públicos ou de grande circulação, como supermercados e atacadistas. Ao mesmo tempo, a iniciativa resguarda o direito dos fornecedores de fiscalizar eventuais atos ilícitos, desde que respaldados por evidências concretas, como imagens de circuito interno ou a atuação de equipes de segurança.

O principal benefício da medida é proteger a dignidade do consumidor. Este projeto assegura que nenhum cidadão seja submetido a práticas vexatórias, como revistas ou abordagens públicas, reforçando a dignidade como princípio basilar das relações de consumo. Além disso, mantém a possibilidade de fiscalização por parte dos fornecedores em casos específicos, com base em evidências concretas de conduta ilícita, assegurando um equilíbrio entre a proteção do consumidor e os direitos dos estabelecimentos comerciais.

Outro aspecto relevante é a redução de conflitos e a melhoria da experiência do consumidor. Ao evitar abordagens desnecessárias e humilhantes, a proposta promove uma relação mais saudável e transparente entre consumidores e fornecedores, reduzindo conflitos e fortalecendo a confiança. Por fim, a introdução de penalidades claras e proporcionais para o descumprimento reforça o compromisso dos fornecedores com o cumprimento das normas, garantindo maior segurança jurídica.

Em suma, o presente projeto de lei é uma resposta necessária para prevenir práticas abusivas e garantir que os consumidores sejam tratados com respeito e dignidade nos estabelecimentos comerciais. Ao mesmo tempo, assegura que os fornecedores mantenham instrumentos eficazes de fiscalização, desde que realizados dentro dos limites legais e éticos. Com isso, contribui-se para o aprimoramento das relações de consumo em Pernambuco, fortalecendo a proteção dos direitos dos consumidores e promovendo um ambiente comercial mais equilibrado e justo.

Solicitamos, portanto, a atenção dos nobres pares desta Casa Legislativa para a aprovação desta relevante medida.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 11ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002480/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nos salões de beleza, cabeleireiros e estabelecimentos similares.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 142. Os fornecedores sujeitos às disposições desta Seção devem afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, com os seguintes dizeres: (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002481/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nas corretoras de imóveis e estabelecimentos cartorários.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 118. As corretoras de imóveis e estabelecimentos cartorários devem afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, com os seguintes dizeres: (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002482/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física no espaço de lazer infantil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 21. .....
.....

VII - afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do espaço de lazer infantil, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, contendo os seguintes dizeres: (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002483/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nos estabelecimentos de Hospitais, Clínicas e Serviços de Saúde no ato de alta ou liberação.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 107. .....

§ 1º Os fornecedores de que trata o *caput*, devem afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, com os seguintes dizeres (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002484/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nos estabelecimentos de Hospitais, Clínicas e Serviços de Saúde.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 105. .....

.....

§ 2º Os fornecedores sujeitos às disposições desta Seção, devem afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, com os seguintes dizeres (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002485/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nos estabelecimentos de Envasamento, Distribuição e Comércio de Água Mineral.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 96. .....

§ 1º Os fornecedores referidos no *caput*, devem afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, com os seguintes dizeres (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002486/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nos postos revendedores de combustíveis automotivos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 90. Os postos revendedores de combustíveis automotivos devem afixar, preferencialmente próximo às bombas de combustível, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, para cada um dos seguintes dizeres: (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002487/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nas agências de viagens e turismo, e demais estabelecimentos que comercializem passagens aéreas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 59. As agências de viagens e turismo, e demais estabelecimentos que comercializem passagens aéreas, devem afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, com os seguintes dizeres: (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002488/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nas academias de ginástica, os centros de condicionamento físico, os clubes, os centros esportivos e os estabelecimentos similares.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 57. As academias de ginástica, os centros de condicionamento físico, os clubes, os centros esportivos e os estabelecimentos similares devem afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, para cada um dos seguintes dizeres: (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002489/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física em estabelecimentos que estejam sujeitos a seção de Crédito e Vendas a Prazo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 33. O fornecedor de produtos ou serviços sujeito às disposições desta Seção, deve afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, para cada um dos seguintes dizeres: (NR)

.....

§ 1º Além dos cartazes de que trata o *caput*, o fornecedor que oferecer parcelamento ou financiamento de seus produtos ou serviços deve afixar, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, em local de fácil visualização, tabela contendo as taxas de juros mensais e anuais praticadas, os juros incidentes em caso de mora e os demais acréscimos legalmente previstos, com indicação do respectivo dispositivo legal. (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002490/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física em estabelecimentos que estejam sujeitos na seção de Meios de Pagamento.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 25. O fornecedor de produtos ou serviços deve afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, para cada um dos seguintes dizeres: (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002491/2025

Altera a Lei nº 12.098, de 6 de novembro de 2001, que proíbe a fabricação, venda e comercialização no Estado de Pernambuco, de Brinquedo que tenha formato, característica e/ou cor semelhante as armas verdadeiras e dá outras providências, originada do Projeto de Lei de autoria do Deputado Romário Dias, a fim de proibir a venda e comercialização de brinquedos réplicas de armas com projéteis de bolas de gel.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 12.098, de 6 de novembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo inclui os brinquedos que disparam balas, bolinhas, bolas de gel, espumas, luzes, luz a laser e assemelhados, que produzam sons ou projetem quaisquer substâncias que permitam a sua associação com arma de fogo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O objetivo desta lei é incluir as armas que disparam bolinhas de gel, as chamadas "gel blasters". As bolinhas disparadas pelo falso brinquedo são pequenas esferas que se expandem ao serem colocadas em água.

De acordo com o Inmetro, as já populares armas de bolinha de gel não são consideradas brinquedos e, portanto, não podem ter selo de Conformidade. Tornaram-se uma "brincadeira" que virou risco para a população, já que jovens e adultos estão simulando confrontos nas ruas, organizando "guerras" e "batalhas" em locais de grande circulação, e também atirando em pessoas desprevenidas.

Alguns jovens já estão pintando esses "brinquedos" para ficarem parecidos com armas de verdade e se caracterizando para simular guerras entre facções. Isso pode levar a polícia e a população a confundi-los com armas de fogo.Recentemente, a Unidade de Emergência da Fundação Altino Ventura (FAV), em Recife, registrou um aumento alarmante no atendimento de pacientes com ferimentos nos olhos causados por esses dispositivos. Entre 30 de novembro e 3 de dezembro, 17 pacientes procuraram atendimento devido a traumas oculares provenientes das balas de gel.

As lesões observadas são de grande gravidade, com risco de comprometimento permanente da visão, como o descolamento de retina, que pode ocorrer semanas após o impacto. Esse tipo de trauma representa uma ameaça real, especialmente para crianças,

que participam frequentemente dessas atividades recreativas. A preocupação da equipe médica da FAV é que tais ferimentos possam levar à cegueira irreversível, evidenciando a necessidade urgente deação legislativa.A popularização das batalhas de armas de gel em espaços públicos tem intensificado o risco de lesões, principalmente em áreas sensíveis do corpo, como os olhos. As balas de gel, compostas por polímero superabsorvente, têm grande potencial de causar danos graves, sendo uma ameaça à saúde e segurança da população, especialmente das crianças.

Diante disso, é imprescindível a criação de um projeto de lei que proíba a venda e o uso desses dispositivos, visando proteger a saúde ocular e garantir a segurança da comunidade.

As lesões observadas são de grande gravidade, com risco de comprometimento permanente da visão, como o descolamento de retina, que pode ocorrer semanas após o impacto. Esse tipo de trauma representa uma ameaça real, especialmente para crianças, que participam frequentemente dessas atividades recreativas.

A preocupação da equipe médica da FAV é que tais ferimentos possam levar à cegueira irreversível, evidenciando a necessidade urgente de ação legislativa.

A popularização das batalhas de armas de gel em espaços públicos tem intensificado o risco de lesões, principalmente em áreas sensíveis do corpo, como os olhos. As balas de gel, compostas por polímero superabsorvente, têm grande potencial de causar danos graves, sendo uma ameaça à saúde e segurança da população, especialmente das crianças.

Diante disso, é imprescindível a criação de um projeto de lei que proíba a venda e o uso desses dispositivos, visando proteger a saúde ocular e garantir a segurança da comunidade.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

WILLIAM BRIGIDO
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 15ª, 16ª comissões.

Tramitação conjunta: PLOs 2464/2025, 2465/2025 e 2496/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002492/2025

Dispõe sobre a vedação de execução de músicas e videoclipes com letras e coreografías que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, ou expressem conteúdos verbais e não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades escolares da rede de ensino do Estado de Pernambuco, e estabelece outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a vedação da execução de músicas e videoclipes com letras e coreografias que façam apologia ao crime, ao uso de drogas, ou expressem conteúdos verbais e não verbais de cunho sexual e erótico, nas unidades de ensino públicas e privadas do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Fica vedada nas unidades escolares da rede pública e privada de ensino do Estado de Pernambuco a reprodução de músicas e videoclipes que contenham:

I - letras e coreografias que façam apologia, remetam ou incentivem a criminalidade e o cometimento de ilícitos penais;

II - letras e coreografias que façam apologia, remetam ou incentivem o uso de drogas ilícitas; e

III - letras, coreografias e quaisquer conteúdos verbais ou não verbais de cunho sexual e erótico.

Parágrafo único. Estão excetuadas do *caput* deste artigo as unidades de ensino de nível superior.

Art. 3º Os gestores, coordenadores, diretores e responsáveis pelas unidades de ensino que infringirem o disposto no art. 2º desta Lei responderão:

I - quando praticado por funcionário público ou à revelia deste: por meio de procedimento administrativo disciplinar, sendo passível da aplicação das penas previstas em lei específica;

II - quando praticado por funcionário de empresa privada ou à revelia deste: as seguintes penalidades administrativas:

a) advertência escrita, advertência verbal, suspensão ou demissão do funcionário, de acordo com sua responsabilidade;

b) em caso de reincidência, multa de 2 (dois) a 10 (dez) salários mínimos aos estabelecimentos privados onde se tenha praticado o ilícito.

Parágrafo único. Aplica-se a multa de que trata a alínea “b” do inciso II deste artigo ao servidor público que comprovadamente omitir-se frente ao não atendimento do que dispõe esta Lei ou concorrer para o seu descumprimento.

Art. 4º O diretor ou gestor da unidade escolar será o responsável necessário por ?scalizar o cumprimento desta Lei e o descumprimento acarretará a interrupção imediata do evento no qual o material estiver sendo reproduzido, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 5º Qualquer pessoa que veri?que a ocorrência descrita no art. 2º desta Lei, na omissão da gestão escolar, poderá fazer denúncia aos órgãos competentes.

Art. 6º Os valores arrecadados em decorrência da multa de que trata a alínea “b” do inciso II do art. 3º desta Lei serão integralmente revertidos ao Fundo para Infância e Adolescência Estadual ou o fundo que lhe faça às vezes.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A música invade a vida cotidiana do homem, desde a mais tenra infância e em todos os níveis da sociedade. Segundo as neurociências, o pensamento de certos jovens já sofreu uma mudança por conta do desenvolvimento e da vulgarização do audiovisual: ele se desenvolve como o roteiro no homem primitivo, e tudo isso malgrado a escolarização obrigatória.

Em seu estudo intitulado Música, Inteligência e Personalidade: Comportamento do Homem em Função da Manipulação Cerebral, o Dr. Nghiem comprova que que a música modifica a personalidade ou o Q.I. (quociente intelectual) de uma criança, em outras palavras, a qualidade da música consumida pode transformar toda uma civilização.

Sir Roger Scruton também afirmou em seu artigo “A Tirania da Música Pop”, que não devemos subestimar a tirania exercida pela música pop contra o cérebro humano. A repetição constante de chavões musicais, em cada momento do dia e da noite, vicia.

Segundo o filósofo britânico, “A poluição do pop tem um efeito sobre a apreciação musical comparável ao efeito que a pornografia tem sobre o sexo. Tudo aquilo que é belo, especial e cheio de amor é substituído por um mecanicismo tedioso. Assim como os viciados em pornografia perdem a capacidade de sentir o verdadeiro amor sexual, assim também os viciados em música pop perdem a sua capacidade de ter uma experiência musical genuína.”

Diante das evidências acima indicadas, dentre muitos outros trabalhos científicos que poderiam ser citados aqui, faz-se necessário que o Estado de Pernambuco disponha de uma Lei que proteja nossos jovens e crianças dos perigos envolvidos com a propagação de músicas de conteúdo que venha a lhes causar degradação intelectual.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

RENATO ANTUNES
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 5ª, 15ª comissões.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002493/2025

Concede a Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, a Neoenergia.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, a Neoenergia, nos termos da Resolução nº 1.892, de 18 de janeiro de 2023.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A presente proposição visa conceder a Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, à Neoenergia, conforme disposto na Resolução nº 1.892, de 18 de janeiro de 2023.

A Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), fundada em 10 de fevereiro de 1965, surgiu da fusão entre o Departamento de Águas e Energia (DAE) e a Pernambuco Tramways. Desde sua criação, a Neoenergia tem desempenhado papel fundamental no fornecimento de energia elétrica em Pernambuco.

Em 2000, a Celpe foi privatizada, sendo adquirida por um consórcio liderado pela Iberdrola, da Espanha, em parceria com a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil e o Banco do Brasil Investimentos. Em 2004, o consórcio controlador passou a se chamar Grupo Neoenergia. A privatização trouxe consigo uma concessão de 30 anos para a distribuição de energia elétrica, o que possibilitou a modernização e expansão dos serviços. Em 2021, a companhia passou a adotar o nome Neoenergia Pernambuco.

Pernambuco se destacou em 2008 como o primeiro estado a alcançar a universalização do fornecimento de energia elétrica, assegurando que todos os seus habitantes tivessem acesso a esse recurso. Desde 2015, a qualidade do fornecimento de energia aos pernambucanos tem se aprimorado substancialmente, atingindo seu melhor desempenho em 2024.

Em abril de 2024, a Neoenergia Pernambuco anunciou o maior plano de investimentos de sua história, com aportes superiores a 5,1 bilhões de reais entre 2024 e 2028. Esse valor representa um crescimento de mais de 30% em relação aos investimentos anteriores. Atualmente, a Neoenergia atende aproximadamente 4,1 milhões de clientes em 184 municípios de Pernambuco, além do arquipélago de Fernando de Noronha e o município de Pedras de Fogo, na Paraíba.

A empresa tem se destacado também por projetos inovadores, como o "Noronha Verde", que prevê investimentos de 350 milhões de reais na transição energética de Fernando de Noronha. O projeto busca promover a sustentabilidade e o uso de fontes de energia renováveis na ilha, contribuindo para a preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

A Neoenergia continua a ser um pilar essencial no desenvolvimento energético de Pernambuco, comprometida com a inovação e a excelência no fornecimento de energia elétrica.

Além disso, a empresa se destaca como a maior arrecadadora de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) do governo estadual, o que reforça sua importância econômica.

Dessa maneira, diante das expressivas contribuições da Neoenergia para o desenvolvimento econômico e social de Pernambuco, torna-se justo conceder-lhe a Medalha Joaquim Nabuco, Classe Ouro, nos termos da Resolução nº 1.892, de 18 de janeiro de 2023.

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares desta Assembleia Legislativa.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO

À Mesa Diretora.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002494/2025

Inscreve o nome de Luiz Gonzaga no Livro do Panteão dos Heróis e das Heroínas de Pernambuco - Fernando Santa Cruz.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica inscrito o nome de Luiz Gonzaga no Livro do Panteão dos Heróis e das Heroínas de Pernambuco - Fernando Santa Cruz, depositado no Museu Palácio Joaquim Nabuco.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Luiz Gonzaga, conhecido carinhosamente, como o Rei do Baião, nasceu na Fazenda Caiçara em 13 de dezembro de 1912, no Município de Exu, filho do Januário José dos Santos, o mestre Januário, "sanfoneiro de 8 baixos", e de Ana Batista de Jesus, foi casado com a Sra. Helena Neves Cavalcanti.

Luiz Gonzaga do Nascimento teve os filhos: Luiz Gonzaga do Nascimento Júnior (Gonzaguinha) e Rosa Cavalcanti Gonzaga do Nascimento.

Desempenhou um papel fundamental em levar a música da região nordeste do Brasil ao cenário nacional e internacional, usou o acordeão juntamente com a zabumba (um tipo de tambor) e o triângulo, ajudou a definir o gênero baião e o tornou popular em todo o Brasil.

Cantor e compositor, teve grandes sucessos reconhecidos nacional e internacionalmente: Asa Branca, Luar do Sertão, Súplica Cearense, A Feira de Caruaru, No Meu pé de Serra, A Triste Partida, Assum Preto, Olha Pró Céu, Balance Eu, Paraíba, Pau de Arara, Cintura Fina, Danado de Bom, Riacho do Navio, Xote das Meninas, No Ceará Não Tem Disso Não, Numa Sala de Reboco, Respeita Januário, Pagode Russo, Último Pau de Arara, O Fole Roncou, Zé Matuto, Dezessete e Setecentos, Dança Mariquinha, Baião de Dois, ABC do Sertão, dentre outras.

O Rei do Baião tinha uma capacidade enorme de misturar ritmos tradicionais com melodias cativantes, suas músicas, frequentemente, refletiam as lutas e esperanças das pessoas da região, contribuindo para uma maior compreensão e apreciação de sua cultura, sua música continua a inspirar artistas contemporâneos e é um marco da música brasileira.

A música “Asa Branca” foi um dos primeiros grandes sucessos nacionais de Luiz Gonzaga. O disco original foi lançado pela RCA, no dia 3 de março de 1947. Segundo Luiz Gonzaga, a música nasceu como toada, com raízes folclóricas.

Com letra de Humberto Teixeira e música de Luiz Gonzaga, Asa Branca retrata o sofrimento do povo do Sertão do Nordeste brasileiro diante da seca que assola a região e foi gravada por diversos cantores, entre eles, Dominguinhos, Sérgio Reis e Baden Pawell.

Um artista popularmente excepcional, compunha músicas sem parar, e para isso teve parceiros fiéis, como Humberto Teixeira, Zé Dantas e Patativa do Assaré, entre outros.

A importância de sua obra é inestimável para a história da cultura do Brasil. Poucos foram os cientistas e os historiadores que conseguiram retratar os sentimentos da alma nordestina como fez o sanfoneiro de Exu, sempre caracterizado com sua roupa de vaqueiro e seu chapéu de couro. Sua música, suas parcerias, a força empática do seu canto, fizeram dele um menestrel diferente, um poeta que abraçou, com grande devoção, a missão de dar visibilidade a um povo de riqueza e valores únicos.

Não é à toa que sua história de vida recebeu diversas homenagens ao longo dos últimos anos: a grandeza de seu legado vem sendo cada dia mais enaltecida pelos brasileiros. Em 2012, Luiz Gonzaga foi escolhido para ser tema do carnaval da Escola de Samba carioca Unidos da Tijuca, que se sagrou campeã com o enredo "O Dia em Que Toda a Realeza Desembarcou na Avenida para Coroar o Rei Luiz do Sertão".

Faleceu em 2 de agosto de 1989, na capital Pernambucana, vítima de um câncer, o corpo foi transportado em cima de um caminhão do Corpo de Bombeiros para a Assembleia Legislativa, com o cortejo de milhares de pessoas.

No ano de 2012, quando se comemorou 100 anos do nascimento de Luiz Gonzaga, foi lançado o filme "De Pai Para Filho", narrando a relação conflituosa entre Gonzaga e Gonzaguinha. O artista recebeu várias homenagens em todo o país.

Mesmo após 35 anos de sua partida, Luiz Gonzaga continua imortal, transcende seu legado ano após ano, orgulha seu povo, e só faz crescer uma legião de seguidores. Uma combinação simples, perfeita, dos instrumentos ideais para a execução do ritmo do baião, xote e forro: a sanfona, a zabumba e o triângulo.

Inclui-lo no Livro do Panteão dos Heróis e das Heroínas de Pernambuco - Fernando Santa Cruz, consagra e eterniza o nome do herói Luiz Gonzaga, que marcou a história do Estado de Pernambuco, cuja bravura e heroísmo contribuiu com a formação da identidade pernambucana.

Tendo em vista, assim, toda essa trajetória do herói pernambucano Luiz Gonzaga, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Resolução.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ANTÔNIO MORAES
DEPUTADO

Às 1ª, 5ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002495/2025

Institui a Política Estadual de Atendimento para a Síndrome Coronariana Aguda - SCA - através do Sistema Único de Saúde em Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - em Pernambuco, a Política Estadual de Atendimento para a Síndrome Coronariana Aguda - SCA, com o objetivo de promover o atendimento integral, eficaz e humanizado aos pacientes acometidos por essa condição.

Art. 2º A Política Estadual de Atendimento contará com a implantação de Linha de Cuidado para o pronto atendimento aos pacientes com a Síndrome Coronariana Aguda, que compreenderá:

I - a implantação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas baseados em evidências científicas atualizadas;

II - a capacitação continuada dos profissionais de saúde na prevenção, no diagnóstico, identificação e no tratamento da SCA;

III - a garantia de acesso rápido aos exames complementares constantes no rol de procedimentos necessários para o diagnóstico e estratificação de risco;

IV - a disponibilidade de medicamentos essenciais e intervenções clínicas de urgência;

V - a organização de fluxos assistenciais que garantam o atendimento integral e articulado entre os diferentes níveis de atenção à saúde; e

VI - o monitoramento e avaliação periódica dos resultados alcançados.

Art. 3º O Poder Executivo, por meio da Secretaria Estadual de Saúde, poderá celebrar parcerias e convênios com instituições de saúde, públicas e privadas, para a implementação e operacionalização da Política Estadual de Atendimento e sua Linha de Cuidado para o pronto atendimento aos pacientes com a Síndrome Coronariana Aguda.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A Síndrome Coronariana Aguda – SCA – é uma condição médica grave e uma das principais causas de morbimortalidade no Brasil e no mundo. Caracteriza-se por um espectro de manifestações clínicas decorrentes da redução abrupta do fluxo sanguíneo para o miocárdio, demandando atendimento rápido e eficaz para evitar complicações fatais.

No contexto do Sistema Único de Saúde – SUS –, a organização de linhas de cuidado é essencial para estruturar fluxos assistenciais integrados e assegurar a equidade no acesso aos serviços de saúde. O projeto de lei em tela visa promover a melhoria da qualidade do atendimento aos pacientes com SCA em Pernambuco, garantindo que cada etapa do cuidado – da prevenção ao tratamento e à reabilitação – seja realizada de forma coordenada e eficiente.

A implementação de protocolos clínicos, a capacitação dos profissionais de saúde e a organização de fluxos são medidas imprescindíveis para reduzir o tempo entre o início dos sintomas e o tratamento definitivo, fator determinante na diminuição da mortalidade e das sequelas associadas à SCA.

A Política instituída por essa Lei, busca adequar o procedimento às diretrizes do Planejamento da Rede Estadual de Saúde, especialmente no que tange a garantia de acesso universal à saúde de qualidade.

Pelo exposto, solicito o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, em prol da melhoria da saúde cardiovascular da população em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

GILMAR JUNIOR
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 9ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002496/2025

Altera a Lei nº 12.098, de 6 de novembro de 2001, que proíbe a fabricação, venda e comercialização no Estado de Pernambuco de brinquedo que tenha formato, característica e/ou cor semelhante às armas verdadeirase dá outras providências, para incluir brinquedos que disparam balas, bolinhas, inclusive as que disparam bolinhas de gel, espumas, luzes e similares, as chamadas "gel blasters", e dá outras providências.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 12.098, de 6 de novembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 1º .....

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo inclui os brinquedos que disparam balas, bolinhas, inclusive as "gel blasters", as armas que disparam bolinhas de gel, espumas, luzes, luz a laser e assemelhados, que produzam sons ou projetem quaisquer substâncias que permitam a sua associação com arma de fogo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente Projeto de Lei busca atualizar a legislação estadual para incluir as "gel blasters", também conhecidas como "armas de gel", na proibição de comercialização e uso prevista pela Lei nº 12.098/2001. Tal iniciativa se justifica pela crescente preocupação com os riscos à segurança e saúde pública que esses dispositivos representam. Relatórios recentes apontam que, além de causarem ferimentos graves, como lesões oculares que podem levar à cegueira, essas armas têm sido frequentemente confundidas com armas de fogo reais em situações de confronto, resultando em consequências fatais e desordem social em diversos estados do país.

O fácil acesso às "gel blasters", disponíveis em plataformas online e em mercados populares, agrava o problema. Vendidas como brinquedos, esses dispositivos não atendem aos critérios de segurança definidos por regulamentações como as do Inmetro, que não os considera adequados para crianças. A ausência de controle na aquisição e uso amplia seu potencial para acidentes domésticos e uso indevido em simulações de violência, que têm gerado pânico e insegurança em locais públicos.

Além disso, o aspecto visual das "gel blasters", que imitam armas reais, coloca em risco tanto os portadores quanto terceiros, especialmente em abordagens policiais. Em um contexto de alta violência urbana, qualquer objeto que se assemelhe a armamento verdadeiro pode desencadear reações desproporcionais, colocando em risco a integridade física e a vida de todos os envolvidos.

A inclusão das "gel blasters" na legislação vigente reflete um esforço necessário para garantir a segurança da população, prevenir danos físicos graves e desestimular o uso de dispositivos que contribuem para a banalização da violência. Esta medida é essencial para reforçar o compromisso do Estado de Pernambuco com a proteção social e a promoção de uma cultura de paz.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO ALBUQUERQUE
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 15ª, 16ª comissões.

Tramitação conjunta: PLOs 2464/2025, 2465/2025 e 2491/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002497/2025

Cria, no âmbito do Estado de Pernambuco, a Rota Turística da Fé Frei Damião.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica criada no Estado de Pernambuco, a Rota Turística da Fé Frei Damião, para fins de implantação e desenvolvimento de programas de incentivo ao turismo cultural, histórico e religioso nos seguintes municípios:

I - Recife;

II - Araripina;

III - Ouricuri;

IV - Capoeiras;

V - Santa Cruz;

VI - Gravatá;

VII - Vitória de Santo Antão; e

VIII - São Joaquim do Monte.

Art. 2º As ações governamentais observarão as seguintes diretrizes:

I - promoção e divulgação do turismo nos municípios que compõem a Rota Turística da Fé Frei Damião, com destaque para as atrações culturais, históricas e religiosas relacionadas a Frei Damião;

II - incentivo à capacitação profissional para atuação nas atividades relacionadas à Rota Turística da Fé Frei Damião;

III - realização de estudos sobre a viabilidade de concessão de incentivos fiscais para as atividades relacionadas à Rota Turística da Fé Frei Damião, com a finalidade de promover o desenvolvimento socioeconômico dos municípios.

Art. 3º São objetivos da criação da Rota Turística da Fé Frei Damião:

I - incentivar a divulgação, o fortalecimento e o aproveitamento do potencial turístico do dos municípios integrantes da rota turística de que trata esta Lei;

II - incentivar o turismo na região, destacadamente os itinerários que percorram os principais pontos de celebração e reverencia a Frei Damião;

III - desenvolver arranjos produtivos locais voltados à preservação e perpetuação das manifestações culturais, históricas e religiosas relacionados a Frei Damião;

IV - consolidar a formação de um polo turismo religioso no Estado de Pernambuco; e

V - contribuir para a geração de empregos e para o aumento da renda, priorizando ações voltadas para o setor, partindo-se dos princípios do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em todos os aspetos que possibilitem incentivos ao desenvolvimento turístico e de geração de emprego, renda e ampliação da qualidade de vida em sociedade nos municípios integrantes da Rota Turística da Fé Frei Damião.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto de lei tem como objetivo instituir a Rota Turística da Fé Frei Damião no estado de Pernambuco, uma iniciativa que integra turismo, cultura e fé, valorizando a história e o legado de uma das figuras religiosas mais reverenciadas na região Nordeste do Brasil.

Frei Damião de Bozzano, capuchinho italiano que dedicou sua vida à evangelização no Brasil, especialmente em Pernambuco, é amplamente reconhecido por sua atuação junto às comunidades mais carentes, promovendo valores de solidariedade, fé e fraternidade. Seu trabalho pastoral deixou marcas profundas na cultura religiosa do Nordeste, especialmente por meio das Santas Missões, que atraíam milhares de fiéis.

A criação da Rota Turística da Fé Frei Damião se justifica pela possibilidade de valorizar e preservar o legado cultural e religioso deixado pelo capuchinho, que é uma referência na identidade pernambucana e nordestina.

Além disso, a Rota fomentará o turismo religioso, um segmento em constante crescimento no Brasil, atraindo peregrinos e visitantes interessados na espiritualidade e história, ao mesmo tempo em que fortalece o desenvolvimento econômico de regiões interioranas. Ao integrar localidades associadas à trajetória de Frei Damião, haverá incentivo à criação de infraestrutura, geração de emprego e renda, bem como o fortalecimento da economia local.

Dessa maneira, essa iniciativa reforçará a imagem de Pernambuco como destino de turismo cultural e religioso de destaque nacional, promovendo integração regional e coesão social, enquanto contribui para a preservação do patrimônio cultural e histórico do estado.

Em face do exposto, solicita-se a colaboração de todos os membros desta nobre Casa para aprovação da presente proposição legislativa, dada a sua relevância e interesse público.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
DEPUTADA

Às 1ª, 2ª, 3ª, 5ª, 12ª comissões.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 002498/2025

Concede a Medalha Joaquim Nabuco, classe ouro, a Fernando Bezerra de Souza Coelho.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a Medalha Joaquim Nabuco, classe ouro, a Fernando Bezerra de Souza Coelho, nos termos da Resolução nº 1.892, de 18 de janeiro de 2023.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Fernando Bezerra de Souza Coelho, nascido em 7 de dezembro de 1957 em Petrolina, Pernambuco, oriundo de família política tradicional do estado de Pernambuco. Filho de Paulo de Souza Coelho e Lizete Muniz Bezerra Coelho e sobrinho do ex-governador Nilo Coelho. É casado com Adriana Coelho e possui quatro filhos, sendo eles: Fernando Coelho Filho, Pedro Bezerra Coelho, Miguel de Souza Leão Coelho e Antônio de Souza Leão Coelho.

O agraciado é formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Possuindo pós-graduação em Comércio Internacional, Tecnologia e Capacidade Competitiva, pela Universidade George Washington, nos Estados Unidos.

Como político brasileiro, é detentor de extensa trajetória pública, conforme sua rica linha do tempo a seguir:

a) 1982: Eleito Deputado Estadual de Pernambuco pelo Partido Democrático Social (PDS). Ingressou na política, aos 24 anos, defendendo políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, contribuindo para a formulação de leis que beneficiaram a economia e a infraestrutura de Pernambuco;

b) 1985-1986: Assumiu o cargo de Secretário da Casa Civil de Pernambuco durante o governo de Roberto Magalhães;

c) 1986: Eleito Deputado Federal Constituinte por Pernambuco pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Participou ativamente da elaboração da Constituição Federal de 1988, destacando-se por defender os interesses do Nordeste, em especial no tocante à reforma agrária, distribuição de renda e políticas de irrigação;

d) 1990: Reeleito Deputado Federal;

e) 1992: Renunciou ao mandato de Deputado Federal para assumir a Prefeitura de Petrolina, após ser eleito prefeito pelo PMDB;

f) 1993-1996: Primeiro mandato como Prefeito de Petrolina. Liderou iniciativas para transformar Petrolina em um polo de fruticultura irrigada, criando infraestrutura essencial para o desenvolvimento do agronegócio e posicionando a cidade como uma referência nacional e internacional no setor;

g) 1998: Nomeado Secretário de Agricultura de Pernambuco no governo de Miguel Arraes. Desenvolveu programas voltados ao fortalecimento da agricultura familiar e ao aumento da produtividade rural, garantindo mais recursos e suporte técnico para agricultores pernambucanos;

h) 2000: Eleito novamente Prefeito de Petrolina, agora pelo Partido Popular Socialista (PPS);

i) 2001-2004: Segundo mandato como Prefeito de Petrolina. Consolidou a cidade como referência em desenvolvimento urbano e econômico, ampliando a infraestrutura básica e fomentando investimentos em educação, saúde e transporte público;

j) 2004: Reeleito Prefeito de Petrolina para o terceiro mandato consecutivo;

k) 2005-2007: Terceiro mandato como Prefeito de Petrolina;

l) 2007-2010: Assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco e a presidência do Complexo Industrial Portuário de Suape durante o governo de Eduardo Campos. Nesse período, destacou-se como um dos principais responsáveis pela transformação de Pernambuco em um hub estratégico para a indústria e logística no Nordeste. Sob sua liderança, o Porto de Suape atraiu investimentos nacionais e internacionais, fomentando a expansão dos setores industrial, comercial e de serviços, além de gerar milhares de empregos diretos e indiretos;

m) 2011-2013: Nomeado Ministro da Integração Nacional no governo de Dilma Rousseff, onde foi responsável por obras hídricas e de convivência com a seca. Promoveu grandes obras de infraestrutura hídrica, como a transposição do Rio São Francisco, e coordenou programas para mitigação dos efeitos da seca, beneficiando milhões de nordestinos com acesso à água e desenvolvimento regional sustentável;

n) 2014: Eleito Senador da República por Pernambuco pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB);

o) 2017: Retornou ao PMDB (atual MDB) após divergências com o PSB;

p) 2019-2021: Nesse período, honrando seu mandato de Senador, atuou como Líder do Governo Federal no Senado Federal, demonstrando sua brilhante capacidade de articulação política e comprometimento com o progresso do país. Enfim, no Senado, em toda sua trajetória foi um defensor das pautas que visavam fortalecer o federalismo fiscal, promover o desenvolvimento econômico e ampliar investimentos em infraestrutura para Pernambuco e todo o restante do Nordeste;

q) 2023: Concluiu seu mandato como Senador e anunciou sua aposentadoria da vida pública, encerrando uma trajetória de 40 anos dedicados à política.

Como vimos acima, ao longo de sua carreira, Fernando Bezerra Coelho destacou-se principalmente por sua atuação em prol do desenvolvimento econômico e hídrico de Pernambuco, como o exemplo realizado no sertão pernambucano. Reafirmando que, sua gestão no Ministério da Integração Nacional foi marcada por iniciativas voltadas à ampliação do acesso à água e à infraestrutura hídrica no Nordeste.

Fernando Bezerra Coelho é referência nacional por sua notável dedicação à vida pública, cuja trajetória é marcada por um compromisso inabalável com o desenvolvimento social, econômico e hídrico de Pernambuco. Sempre transformando desafios em oportunidades, deixando um legado de progresso e impacto social em todos os cargos que ocupou.

Ressaltamos que sua atuação como Prefeito de Petrolina consolidou a cidade como um dos maiores polos de fruticultura irrigada do Brasil, garantindo geração de empregos e melhoria na qualidade de vida da população. Como Ministro da Integração Nacional, destacou-se pela implementação de grandes obras de infraestrutura hídrica que beneficiaram milhões de nordestinos, levando esperança e dignidade a regiões historicamente marcadas pela seca.

Em decorrência do justo reconhecimento que construiu ao longo de quase 40 anos, sempre trabalhado incansavelmente em todos os cargos públicos que ocupou em defesa do Estado de Pernambuco e do Brasil, Fernando Bezerra Coelho coleciona inúmeros títulos, honrarias e homenagens, entre as quais podemos citar: Chanceler da Ordem do Mérito dos Guararapes, Diploma do Mérito de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco, Prêmio Springer de Economia, Leão do Norte, Medalhas do Mérito Policial Militar, Honra ao Mérito Embrapa, Medalha de Mérito Petrolinense Senador Nilo Coelho Medalha de Honra ao Mérito Legislativo Dom Malan, Medalha da Ordem do Rio Branco-Gra-Cruz, Medalha da Ordem do Mérito Militar, Medalha da Inconfidência, Medalha do Mérito Santos Dumont, Medalha de Mérito José Mariano, Medalha da Ordem ao Mérito Aeronáutico, Medalha da Defesa Civil, Medalha do Pacificador, Medalha Conselheiro Carlos Porto, Comenda da Ordem Estadual do Mérito Renascença Gra-Cruz, Comenda Marechal Deodoro da Fonseca, Comenda Frei Caneca e Comenda Saulo Ramos, entre outros.

Por tudo exposto, consideramos plenamente justificada a proposta de conceder a Medalha Joaquim Nabuco a Fernando Bezerra de Souza Coelho, sendo um justo reconhecimento à sua trajetória exemplar. Ele é um verdadeiro estadista, além de ser um grande e natural orador, entre outras qualidades humanas e sociais, cujo trabalho impactou positivamente gerações e colocou Pernambuco em destaque no cenário nacional. Seu legado é um símbolo de liderança, visão estratégica e compromisso com o bem comum, valores que refletem a essência dessa honraria. Motivos pelos quais peço o apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

EDSON VIEIRA
DEPUTADO

À Mesa Diretora.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002499/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de vedar a ocultação de preços dos produtos comercializados nas redes sociais.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 42. .....

.....

III - quando o produto for exposto em redes sociais, deverá constar o valor do mesmo de forma clara e explícita preferencialmente na descrição, vedada a prática de informação em canais privados conforme inciso II deste artigo. (AC)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O presente projeto, é apresentado com o intuito de vedar a prática de ocultação dos preços de produtos e serviços anunciados nas redes sociais, especialmente na modalidade que exige que o consumidor solicite o preço por mensagens privadas, popularmente conhecida como "preço via *direct*".

Tal prática contraria os princípios fundamentais que regem as relações de consumo no Código Estadual de Defesa do Consumidor, especialmente os artigos 5º e 10, que consagram o princípio da transparência e o princípio do direito à informação como pilares fundamentais para a proteção dos consumidores.

O princípio da transparência determina que as relações de consumo devem ser pautadas pela clareza e objetividade, garantindo que o consumidor tenha acesso imediato às informações necessárias para tomar decisões conscientes.

A ocultação dos preços nos anúncios de produtos e serviços é uma prática que nega esse direito básico, dificultando o acesso do consumidor às condições reais da oferta e gerando insegurança e desconfiança. Ao obrigar o consumidor a enviar mensagens para obter informações essenciais, cria-se uma barreira artificial que compromete a transparência nas relações de consumo.

O direito à informação, previsto no artigo 5º do Código Estadual de Defesa do Consumidor, assegura ao consumidor o acesso pleno e claro a todas as características do produto ou serviço, incluindo o preço. Essa informação é essencial para que o consumidor possa avaliar as condições da oferta, comparar alternativas e decidir com autonomia e segurança. A ausência de divulgação explícita dos preços nos anúncios impede essa análise, colocando o consumidor em posição de desvantagem em relação ao fornecedor.

Além disso, o artigo 10 do Código Estadual de Defesa do Consumidor veda práticas que induzam o consumidor ao erro ou dificultem o exercício de seus direitos. A estratégia de ocultar os preços sob o pretexto de gerar engajamento em redes sociais é incompatível com os princípios da boa-fé e da transparência. Ao utilizar o "preço via direct" como uma ferramenta de marketing, os fornecedores priorizam interesses comerciais em detrimento dos direitos básicos dos consumidores, criando um ambiente desleal e prejudicial para o mercado.

A obrigatoriedade de divulgação dos preços nos anúncios não apenas protege o consumidor, mas também promove a concorrência leal entre os fornecedores. Empresas que praticam a transparência ganham a confiança dos consumidores, enquanto aquelas que recorrem a estratégias obscuras para atrair atenção enfraquecem a relação de consumo e comprometem a credibilidade do mercado. Assim, garantir que todos os fornecedores estejam sujeitos à mesma regra de clareza e divulgação de preços é fundamental para equilibrar as relações comerciais.

Vale destacar que o "preço via direct" pode ainda dar margem à discriminação entre consumidores, uma vez que os valores podem ser ajustados de forma arbitrária com base em percepções subjetivas sobre o perfil de cada cliente. Essa prática viola o princípio da isonomia, que deve nortear as relações de consumo, e fere o direito à informação uniforme e padronizada, que é um direito básico de todos os consumidores.

Ao impor a obrigação de que os preços sejam explicitamente divulgados, este projeto de lei corrige uma lacuna importante no Código Estadual de Defesa do Consumidor e fortalece os direitos dos consumidores pernambucanos. Além de garantir o acesso imediato às informações essenciais, a medida reduz a possibilidade de práticas abusivas e contribui para a construção de um ambiente de consumo mais justo e transparente.

Portanto, a aprovação deste projeto de lei é fundamental para garantir a transparência, o equilíbrio e o respeito nas relações de consumo em Pernambuco. Ao promover a clareza e a objetividade na divulgação de preços, a proposta assegura o direito à informação plena e fortalece os princípios que regem o Código Estadual de Defesa do Consumidor, protegendo os interesses dos consumidores e incentivando práticas comerciais mais éticas e responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002500/2025

Altera a Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, que institui o Código Estadual de Defesa do Consumidor de Pernambuco, originada de projeto de lei de autoria do Deputado Rodrigo Novaes, a fim de facultar ao fornecedor a utilização de tecnologias ou mídias digitais em detrimento a afixação física nos serviços de assistência técnica.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Lei nº 16.559, de 15 de janeiro de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 61. Os serviços de assistência técnica, devem afixar em local de fácil visualização, preferencialmente na entrada do estabelecimento, por meio de cartaz físico ou utilizando tecnologias digitais, como *QR codes*, painéis eletrônicos e/ou aplicativos, em conformidade com o parágrafo único do art. 8º deste Código, com os seguintes dizeres: (NR)

....."

Art. 2° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O projeto de lei em questão apresenta-se como uma importante iniciativa para modernizar o Código Estadual de Defesa do Consumidor (CDC-PE), especificamente no que tange à desobrigação dos estabelecimentos de afixar de forma física os cartazes do Código.

Embora o Art. 8º do CDC-PE já permita que os estabelecimentos utilizem outros meios para cumprir a determinação de informar ao consumidor, a ausência de uma regulamentação específica nesse artigo tem levado a uma aplicação inconsistente da norma, especialmente durante fiscalizações dos órgãos de proteção ao consumidor.

A legislação vigente, ao mencionar repetidamente a necessidade de cartazes físicos, cria uma situação de insegurança jurídica para os estabelecimentos, que enfrentam interpretações divergentes quanto à aplicação dessa exigência.

Não é incomum que a palavra "cartaz" seja citada mais de 30 vezes no Código Estadual, gerando uma obrigação excessiva e desproporcional, especialmente em estabelecimentos que precisam exibir informações de diversos tipos. Em muitos casos, isso pode resultar em uma verdadeira poluição visual, com mais de 10 cartazes de diferentes tamanhos ocupando uma parede inteira do estabelecimento, comprometendo até mesmo a organização e a estética do espaço.

A modernização proposta visa alinhar o CDC-PE às realidades tecnológicas e ao ambiente comercial contemporâneo, permitindo que os estabelecimentos cumpram suas obrigações de forma mais prática e eficiente. Com a ampla difusão de

tecnologias digitais, como QR codes, painéis eletrônicos e aplicativos, os consumidores têm à disposição ferramentas modernas que podem oferecer acesso rápido e completo às informações obrigatórias. Esses recursos não apenas atendem às exigências legais, mas também melhoram a experiência do consumidor, ao disponibilizar informações de forma acessível, organizada e ambientalmente sustentável.

É importante destacar que a exigência de cartazes físicos, além de desatualizada, impõe custos adicionais aos estabelecimentos, especialmente para os pequenos negócios, que precisam investir em impressão e manutenção de uma quantidade excessiva de materiais. Essa obrigatoriedade desproporcional pode representar um obstáculo ao crescimento e à sustentabilidade de micro e pequenas empresas, que já enfrentam desafios financeiros significativos. A modernização do CDC-PE trará maior flexibilidade e permitirá que os recursos sejam direcionados para melhorias no atendimento ao consumidor.

Ademais, a proposta confere maior segurança jurídica aos estabelecimentos, estabelecendo critérios claros e objetivos para o cumprimento das obrigações de informação. Com a regulamentação específica do Art. 8º, os órgãos de fiscalização terão parâmetros mais consistentes para orientar suas ações, evitando interpretações arbitrárias ou inconsistentes que possam penalizar indevidamente os fornecedores.

A iniciativa também promove a sustentabilidade ambiental, ao reduzir a necessidade de materiais impressos e incentivar o uso de tecnologias digitais. Essa abordagem está em consonância com as políticas públicas de preservação ambiental e responsabilidade social, valores cada vez mais exigidos pela sociedade e pelos próprios consumidores.

É necessário ressaltar que a modernização do CDC-PE não compromete o direito à informação, princípio fundamental nas relações de consumo. Pelo contrário, ao permitir que as informações sejam apresentadas de forma mais acessível e eficiente, a proposta fortalece esse direito, garantindo que os consumidores tenham acesso a todos os dados relevantes sem os inconvenientes gerados pela poluição visual ou pela obrigatoriedade de cartazes físicos.

Por fim, o projeto de lei em tela atende ao objetivo de equilibrar as obrigações legais dos estabelecimentos com a realidade atual do mercado, garantindo que a legislação seja efetivamente cumprida de maneira justa e proporcional. Sua aprovação é essencial para promover um ambiente de consumo mais moderno, sustentável e juridicamente seguro, beneficiando consumidores e fornecedores em Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
DEPUTADO

Às 1ª, 10ª, 16ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002501/2025

Institui a Política Estadual de Incentivos à Inovação Empresarial e Industrial de Pernambuco.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Incentivos à Inovação Empresarial e Industrial de Pernambuco, com o objetivo de promover a integração, o fortalecimento econômico das famílias, o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas situadas em Pernambuco.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - a Inovação: a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços; e

II - da Empresa Inovadora: aquela que desenvolve ou utiliza novas tecnologias ou processos inovadores em sua produção ou operação.

Art. 3º O Estado de Pernambuco promoverá programas de incentivos fiscais e tributários às empresas que:

I - invistam em pesquisas e desenvolvimento (P&D) de novas tecnologias;

II - estabeleçam parcerias com universidades e centros de pesquisa sediados no Estado;

III - utilizem práticas sustentáveis e que contribuam para a economia circular;

IV - participem de programas de inovação tecnológica e adotem soluções voltadas para a eficiência; e

V - Incentivem a adoção de práticas agroecológicas e a certificação de produtos orgânicos e de agricultura e pecuária familiar, promovendo a diversificação da produção agrícola e a preservação dos recursos naturais.

Art. 4º As empresas beneficiadas por esta Lei deverão comprovar, anualmente, a aplicação dos incentivos recebidos em atividades de inovação, sob pena de perda de benefício e devolução dos valores ao erário público, acrescidos das devidas correções financeiras.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei em até 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

A inovação tecnológica é considerada essencial para o aumento da competitividade, desenvolvimento sustentável e fortalecimento econômico das empresas e das famílias. É uma iniciativa cada vez mais presente na formulação de políticas de desenvolvimento. Nestecenário, o investimento em conhecimento, pesquisa e inovação, são aspectos fundamentais para o sucesso.

O Manual de Oslo assevera que a inovação é a implementação de um produto (bem ou serviço) novo ou significativamente melhorado, como também um processo de produção e de um novo método de marketing, ou de uma nova metodologia organizacional nas práticas de negócios, na organização do local detrabalho ou nas relações externas da empresa, que resultem em maior competitividade no mercado. Em termos gerais, a inovação é a exploração de novas ideias ou a aplicação original do conhecimento, criando vantagens competitivas para responder com sucesso comercial as demandas do mercado. Ela pode ser realizada pela empresa individualmente, como também parceria com outras instituições ou adaptando ideias de outras empresas, sejam nacionais ou estrangeiras.

Nosso projeto de lei busca inserir o processo de transformação de uma ideia em aplicação prática, na forma de um produto ou serviço, que adicione valor, atenda a uma demanda (existente ou potencial), assim como a requisitos de viabilidade técnica, sustentável, econômica, comercial e de valorização do conhecimento humano como propulsores da melhor qualidade de vida da sociedade.

Assim, é de fundamental importância a abordagem protagonista com a valorização e o fomento. E desse modo, a atuação do Estado deve ser organizada e eficiente, de forma a impulsionar e encorajar o setor privado, para que possam estimular essa cooperação, investindo em soluções, adotando uma visão de longo prazo e governando o processo para garantir que as ações estão voltadas para o interesse público e coletivo.

A Constituição Federal de 1988 prevê a competência concorrente dos estados para legislar sobre inovação e desenvolvimento econômico. Nos termos do artigo 24, inciso IX, compete à União, Estados e Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.Além disto, o artigo 170 da Carta Magna destaca a ordem econômica e seus princípios, entre eles a função social da propriedade, a livre concorrência e a busca pelo pleno emprego, objetivos que podem ser alcançados por meio de incentivos à inovação empresarial. Bem como no art. 219 da Constituição, que estabelece que o mercado interno deve ser incentivado de modo a viabilizar o desenvolvimento cultural, social e econômico, o que reforça a necessidade de promover um ambiente favorável à inovação, reconhecendo a importância de promover a competitividade e a modernização do setor produtivo e a melhora significativa da qualidade de vida das pessoas, avanços esses que contribuirão para o desenvolvimento econômico-sustentável do nosso povo e de Pernambuco.

Solicito o apoio dos Nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ANTONIO COELHO
DEPUTADO

Às 1ª, 2ª, 10ª, 12ª comissões.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 002505/2025

Altera a Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco e dá outras providências, a fim de inserir em sítio eletrônico, Cartilha de Rotina Para Crianças com TEA.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 15.487, de 27 de abril de 2015, passa a vigorar com o seguinte acréscimo:

"Art. 4º .....

.....

§ 4º A Secretaria Estadual de Saúde disponibilizará, através de seu sítio eletrônico, material informativo e/ou educativo de fácil acesso com orientações sobre a Rotina Para Crianças com Transtorno de Espectro Autista (TEA) no cotidiano." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

O Projeto de Lei em tela visa inserir à Lei 15.487, de 27 de abril de 2015, que dispõe sobre a proteção e os direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista no Estado de Pernambuco, mais um método que garanta as famílias com crianças autistas, o acesso fácil e gratuito a material educativo que auxiliem na condução do cotidiano com essas crianças. A possibilidade de ter a ferramenta como uma cartilha de rotina para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ajudará os pais e/ou responsáveis a estabelecer uma rotina previsível e organizada, que é fundamental para o desenvolvimento e bem-estar da criança. A rotina é importante para evitar crises e desregulação emocional, promovendo a independência e autonomia, estimulando a socialização e mitigando o os empecilhos que causam transtornos de todas as ordens para as famílias e essas crianças. Esse material vai ajudar a montar um cronograma visual que auxilia a criança a entender o que esperar do dia. Inclusive inserimos nesse projeto, um modelo de cartilha já existente, que pode servir de inspiração para criação da ferramenta.

O tema pensado e a sua inserção na legislação é de fundamental importância para nossas crianças com TEA e suas famílias, afinal, todo esforço do Poder Legislativo para ajudar no bem estar das pessoas, é o foco desta Assembleia.

Solicito o apoio dos Nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ANTONIO COELHO
DEPUTADO

Às 1ª, 3ª, 6ª, 9ª comissões.

Indicações

Indicação Nº 008485/2025

Indico à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito um apelo à Exma. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco**,** à Exma. Joana Figueirêdo, Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência e à Exma. Cacau de Paula, Secretária de Cultura de Pernambuco, para que sejam tomadas as providências cabíveis para promover a distribuição do livro "Ainda Estou Aqui" nas bibliotecas das escolas públicas estaduais, bem como a exibição do filme de mesmo nome nas escolas, teatros e cinemas, acompanhada de debates e discussões com estudiosos do tema.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, Governadora de Pernambuco; Joana Figueirêdo, Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência de Pernambuco - SJDHPV/PE; Cacau de Paula, Secretária de Cultura de PE.

Justificativa

O livro "Ainda Estou Aqui", do escritor Marcelo Rubens Paiva, inspirou o filme de mesmo nome, dirigido por Walter Salles. A obra literária, adaptada para o cinema, rendeu à atriz Fernanda Torres o inédito prêmio Globo de Ouro de Melhor Atriz em Filme de Drama.
O filme e o livro abordam a trajetória de Eunice Paiva durante a ditadura civil-militar brasileira. A história mostra como a vida de uma mulher comum, mãe de cinco filhos e esposa do influente político Rubens Paiva (deputado cassado pela ditadura), se transforma drasticamente após o desaparecimento de seu marido, sequestrado, torturado e morto pelo regime militar. Eunice Paiva, interpretada no filme por Fernanda Torres e Fernanda Montenegro, se torna uma militante pelos direitos humanos, passando a lutar pela verdade sobre o paradeiro de Rubens Paiva enquanto enfrenta as severas consequências da repressão. Assim, o filme retrata não somente o drama de uma família, mas também evidencia o impacto do regime militar na sociedade brasileira, ressaltando a importância da resistência das mulheres durante esse período.
A inclusão do livro "Ainda Estou Aqui" nas bibliotecas das escolas públicas estaduais tem como objetivo promover discussões sobre democracia, história e direitos humanos no ambiente escolar, incentivando o desenvolvimento do pensamento crítico entre os estudantes. É fundamental proporcionar aos alunos e alunas da rede estadual a oportunidade de compreender a história recente do Brasil de maneira mais aprofundada, refletindo sobre o passado e os valores que devemos cultivar para o futuro. Da mesma forma, é extremamente necessário viabilizar a exibição do filme homônimo nas escolas, cinemas e teatros.
Desta feita, solicito que sejam adotadas as providências cabíveis para promover a distribuição do livro "Ainda Estou Aqui" nas bibliotecas das escolas públicas estaduais, bem como a exibição do filme de mesmo nome nas escolas, teatros e cinemas, acompanhada de debates e discussões com estudiosos do tema.
Sendo assim, vimos solicitar aos ilustres pares desta Casa Legislativa a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROSA AMORIM
Deputada

Indicação Nº 008486/2025

Indico à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito um apelo à Exma. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, ao Exmo. Alessandro Carvalho, Secretário da Defesa Social de Pernambuco e ao Exmo. Joana Figueirêdo, Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência, para que seja criada a Delegacia Especializada no Combate aos Crimes de Intolerância Religiosa e Racismo.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, Governadora de Pernambuco; Joana Figueirêdo, Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência de Pernambuco - SJDHPV/PE; Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social do Governo de Pernambuco.

Justificativa

No dia 28 de janeiro encaminhamos para o Governo do Estado ofício pedindo providências diante do processo de racismo religioso que a Nação Xambá vem sofrendo.
São vários casos que se sucedem e um deles ocorreu nas vésperas do dia nacional de combate à intolerância religiosa. No domingo, dia 19 de janeiro, uma centena de evangélicos interrompeu uma solenidade que ocorreria na Casa, para a realização de um culto em frente ao terreiro, num nítido ato de intolerância religiosa. Chama atenção também a intolerância expressa nas redes sociais e que aumentaram depois do fato ocorrido no dia 19, conduta igualmente criminosa. Referente aos casos, foram registrados boletins de ocorrência nº 25E0095000333 e nº 25E2112000014 no dia 24 de janeiro de 2025.
Os casos de intolerância religiosa não são isolados e são a materialização do racismo estrutural. Ataques contra a Nação Xambá, Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, o primeiro quilombo urbano do Nordeste e segundo do Brasil, local histórico e de referência nacional para os Povos de Terreiro exigem uma atuação célere e firme por parte dos órgãos estaduais. Se um Terreiro deste porte está à mercê do racismo religioso, o será das centenas de Terreiros do estado e dos milhares de adeptos das religiões de matriz africana e indígena, alvos prioritários da intolerância religiosa? Por isto mesmo tal caso deve ser emblemático na resposta do estado, cuja atuação precisa consolidar que intolerância religiosa é crime e não deve passar impune. Não podemos permitir a revitimização dos sujeitos envolvidos, num processo de racismo institucional, com o não tratamento dos casos em conformidade com a lei.

Diante do caso e em diálogo com as vítimas e demais entidades envolvidas em prol da igualdade racial e combate à intolerância religiosa, apontamos a criação da Delegacia Especializada de Combate ao Racismo e à Intolerância Religioso como passo imprescindível no combate ao racismo religioso, com o devido acolhimento dos casos em suas especificidades.

Atualmente, o Brasil possui diversas delegacias especializadas no combate a crimes raciais e delitos de intolerância nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Goiás, Sergipe e Distrito Federal. No estado do Piauí, a Polícia Civil dispõe da Delegacia de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos e Repressão às Condutas Discriminatórias, incluindo aquelas de natureza racial. Da mesma forma, o estado do Pará tem a Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e Homofóbicos, também com atenção especial aos crimes racistas.

A Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi) de São Paulo é uma das mais antigas do país, tendo sido criada para combater crimes de racismo, homofobia, preconceito e intolerância religiosa, especialmente contra religiões de matriz africana. ?Recentemente, em 21 de janeiro de 2025, foi inaugurada a Delegacia Especializada de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa (Decrin) em Salvador, Bahia, com o objetivo de combater crimes de racismo e intolerância religiosa no estado. ?Além disso, em 22 de janeiro de 2025, representantes do Governo do Tocantins discutiram a criação de uma delegacia voltada exclusivamente ao combate a crimes étnicos e raciais.

Essas unidades especializadas são fundamentais para que não haja revitimização de sujeitos que sofrem atos de discriminação e precisam de um auxílio e recepção diferenciada para que sejam respeitados e acolhidos no difícil processo de denunciar estes crimes. Além disso, também cumprem o papel de maior precisão no registro estatísticos destes dados, etapa fundamental para o aperfeiçoamento das políticas públicas de promoção à equidade racial.

Sendo assim, vimos solicitar aos ilustres pares desta Casa Legislativa a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROSA AMORIM
Deputada

Indicação Nº 008487/2025

Indico à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito um apelo à Exma. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, ao Exmo. Alessandro Carvalho, Secretário da Defesa Social de Pernambuco e ao Exmo. Joana Figueirêdo, Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência, para que sejam garantidos mecanismos de registro e coleta de dados dos casos de racismo e, especificamente, de intolerância religiosa, no Estado de Pernambuco.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Exma. Raquel Lyra, Governadora de Pernambuco, Governadora de Pernambuco; Joana Figueirêdo, Secretária de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência de Pernambuco - SJDHPV/PE; Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social do Governo de Pernambuco.

Justificativa

No dia 28 de janeiro encaminhamos para o Governo do Estado ofício pedindo providências diante do processo de racismo religioso que a Nação Xambá vem sofrendo.

São vários casos que se sucedem e um deles ocorreu nas vésperas do dia nacional de combate à intolerância religiosa. No domingo, dia 19 de janeiro, uma centena de evangélicos interrompeu uma solenidade que ocorreria na Casa, para a realização de um culto em frente ao terreiro, num nítido ato de intolerância religiosa. Chama atenção também a intolerância expressa nas redes sociais e que aumentaram depois do fato ocorrido no dia 19, conduta igualmente criminosa. Referente aos casos, foram registrados boletins de ocorrência nº 25E0095000333 e nº 25E2112000014 no dia 24 de janeiro de 2025.

Os casos de intolerância religiosa não são isolados e são a materialização do racismo estrutural. Ataques contra a Nação Xambá, Patrimônio Vivo do Estado de Pernambuco, o primeiro quilombo urbano do Nordeste e segundo do Brasil, local histórico e de referência nacional para os Povos de Terreiro exigem uma atuação célere e firme por parte dos órgãos estaduais. Se um Terreiro deste porte está à mercê do racismo religioso, o será das centenas de Terreiros do estado e dos milhares de adeptos das religiões de matriz africana e indígena, alvos prioritários da intolerância religiosa? Por isto mesmo tal caso deve ser emblemático na resposta do estado, cuja atuação precisa consolidar que intolerância religiosa é crime e não deve passar impune. Não podemos permitir a revitimização dos sujeitos envolvidos, num processo de racismo institucional, com o não tratamento dos casos em conformidade com a lei.

Diante do caso e em diálogo com as vítimas e demais entidades envolvidas em prol da igualdade racial e combate à intolerância religiosa, identificamos que as delegacias não têm registrados dados sobre os tipos penais de intolerância religiosa.

No Brasil, a intolerância religiosa pode ser enquadrada em diversos tipos penais, dependendo da gravidade da conduta. A seguir, os principais crimes previstos no Código Penal e em leis específicas que protegem a liberdade religiosa:

1. Racismo Religioso (Lei nº 7.716/1989)

A intolerância religiosa pode ser enquadrada como racismo quando há discriminação contra religiões de matriz africana, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) reconhece que o racismo também se manifesta na perseguição a essas crenças.

• Art. 20 – Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.
• Pena: Reclusão de 2 a 5 anos e multa.
• Obs.: Trata-se de crime inafiançável e imprescritível.

2. Injúria Religiosa (Art. 140, §3º, do Código Penal)

• Consiste em ofender a dignidade ou o decoro de alguém utilizando referências pejorativas à sua religião.
• Pena: Reclusão de 1 a 3 anos e multa.
• Diferença do racismo: O racismo ofende um grupo ou coletivo de pessoas; a injúria atinge um indivíduo específico.

3. Impedir ou Oprimir Prática Religiosa (Art. 208 do Código Penal)

• Art. 208 – Escarnecer (zombar, ridicularizar) publicamente de alguém por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia religiosa; ou vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto.
• Pena: 1 mês a 1 ano de detenção ou multa.

4. Danos a Templos e Objetos Religiosos (Art. 163, Parágrafo Único, III, do Código Penal)

• Dano qualificado quando há destruição, inutilização ou deterioração de objetos ou espaços destinados a cultos religiosos.
• Pena: 6 meses a 3 anos de reclusão e multa.

5. Apologia ao Crime de Intolerância Religiosa (Art. 287 do Código Penal)

• Fazer publicamente apologia de crime de intolerância religiosa.
• Pena: 3 a 6 meses de detenção ou multa.

6. Associações Criminosas Voltadas à Intolerância Religiosa (Lei nº 12.850/2013)

• Se houver organização criminosa voltada a perseguir ou discriminar grupos religiosos, os envolvidos podem responder por associação criminosa.
• Pena: 3 a 8 anos de reclusão.

É fundamental que se estejam registrando devidamente os crimes de racismo e, especificamente, de intolerância religiosa, sendo basilar para tanto que os sistemas de registro de boletim de ocorrência do Estado tenham as respectivas tipificações penais e não estejam simplesmente colocando em categorias abstratas como “outros crimes”.

Os registros destes casos são imprescindíveis para o aperfeiçoamento das políticas de equidade racial.

Sendo assim, vimos solicitar aos ilustres pares desta Casa Legislativa a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROSA AMORIM
Deputada

Indicação Nº 008488/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, ao Sr. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado, Sr. Diogo Bezerra e Ilmo. Sr. Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem - DER/PE, Sr. Rivaldo Melo, para que unam esforços em prol da recuperação asfáltica, bem como melhoria e instalação de sinalização na Rodovia PE-42 - Rodovia Antônio Dourado Neto, no trecho que compreende o Município de Ipojuca, no bairro São Miguel.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca; Margot Dourado, Diretora da Usina Ipojuca S/A; Luciana Dourado, Diretora da Usina Ipojuca S/A; Marco Antonio Dourado, Diretor da Usina Ipojuca S/A; Francisco Dourado, Diretor da Usina Ipojuca S/A; Vera Dourado, Diretora da Usina Ipojuca S/A.

Justificativa

A indicação ora apresentada a esta Casa Legislativa tem o objetivo de fazer um apelo à Governadora, ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Diretor Geral do Departamento de Estradas e Rodagem DER/PE, buscando a melhoria na sinalização vertical e horizontal da Rodovia PE-42, no trecho que compreende o bairro de São Miguel, perímetro urbano de Ipojuca. Na intenção de atender às reclamações da população e melhorar as condições de segurança e trafegabilidade para todos os que transitam no aludido percurso, requeremos esta medida com a maior brevidade possível. O atendimento ao referido pleito certamente trará significativa relevância para a mobilidade da região em tela, bem como promoverá impactos positivos sobre o bem-estar de todos. Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008489/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Excelentíssimo Sr. Alessandro Carvalho Liberato De Mattos, Secretário de Defesa Social, no sentido de aumentar e restabelecer a presença constante de Policiamento Ostensivo no município do Ipojuca.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca; Alessandro carvalho liberato de mattos, Secretário de Defesa Social.

Justificativa

A proposição em tela visa solicitar às autoridades governamentais, um melhor e mais efetivo policiamento no município acima citado. Isto vem a ser de extrema importância face à atuação de meliantes que vem deixando em pânico os moradores do local. Ante o exposto, e dando como justificado o nosso pleito, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, para que a ele dispensem a necessária acolhida, no intuito de sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008490/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Excelentíssimo Sr. Alessandro Carvalho Liberato De Mattos, Secretário de Defesa Social, no sentido de promover com a maior brevidade possível, ação que objetive a emissão de identidade no município de Ipojuca.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca; Alessandro carvalho liberato de mattos, Secretário de Defesa Social.

Justificativa

A medida em questão visa facilitar o cadastro da população nos programas de transferência de renda, a fim que recebam este benefício para sua manutenção e de sua família, na compra principalmente de alimentos e produtos de higiene, assim melhorando a qualidade de vida, e prezando pela sua dignidade. Por essas razões solicito aos meus ilustres pares aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008491/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA, no sentido de promover a melhoria do abastecimento de água potável no município de Ipojuca.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

O presente pedido visa diminuir os problemas sofridos pelas famílias residentes no município supracitado, as mesmas, no atual momento, possuem recursos hídricos escassos e isso dificulta a realização das mais simples atividades domésticas como lavar roupa, por exemplo. A população reclama estar esquecida pelo poder público. Nesse ínterim, a proposta em questão objetiva sensibilizar a COMPESA e a Chefe do Executivo, para que tomem urgentes providências no sentido de possibilitar a liberação de recursos suficientes para iniciar serviços de abastecimento de água potável através de carro pipa para o município supracitado. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município acima mencionado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008492/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA, no sentido de promover a melhoria do abastecimento de água potável na comunidade do sítio Canoas, localizado em Nossa Senhora do Ó, Ipojuca.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA.

Justificativa

A comunidade do Sítio Canoas, localizado em Nossa Senhora do Ó, Ipojuca, vêm sofrendo há muitos anos com a falta de abastecimento de água adequado. Tal fato acaba por colocar em risco a vida e a saúde de todos os seus moradores. Dito isso, se faz um apelo ao Governo do Estado, para que a Companhia Pernambucana de Saneamento providencie a regularização do fornecimento de água à essa região.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008493/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA, no sentido de promover a melhoria do abastecimento de água potável para o bairro do Campo do Avião, localizado em Ipojuca.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento

Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

O presente pedido visa diminuir os problemas sofridos pelas famílias residentes no Bairro do Campo do Avião, no município supracitado, pois foi iniciado um processo de melhoria apenas em pequena parte do bairro, com isso, vários moradores nos procuraram devido a dificuldade com o abastecimento, essa parte da população do campo do avião se encontra na parte alta do municipio, e, no atual momento, possuem recursos hídricos escassos, com isso, dificulta a realização das mais simples atividades domésticas, como lavar roupa, por exemplo. A população reclama estar esquecida pelo poder público. Nesse ínterim, a proposta em questão objetiva sensibilizar a COMPESA e a Chefe do Executivo, para que tomem urgentes providências. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município acima mencionado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008494/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora Do Estado, Raquel Lyra, e ao Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA, no sentido de que seja viabilizada a ampliação do sistema de abastecimento de água Suape-Porto para Serrambi, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

Ocorre que, recebemos em nosso gabinete a solicitação dos morados da cidade de Ipojuca, no sentido de que seja realizada a ampliação do sistema de abastecimento de água Suape-Porto para Serrambi. Tal pedido têm respaldo na melhoria do abastecimento de água em toda região. Sobretudo porque, a ampliação irá permitir que seja regularizado o abastecimento de água em localidades como Serrambi, onde a população sofre com escassez de água. Ante o exposto, julgamos justificada a presente indicação, pelo que solicitamos aos nossos pares a aprovação da mesma.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008495/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exma. Sra. Secretária de Saúde, Zilda do Rego Cavalcanti e Exma. Sra. Gessyanne Vale Paulino, Diretora-Presidente do Hemope - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, a fim de que seja realizada uma campanha intinerante do Hemope na cidade de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Zilda Do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado; Gessyanne Vale Paulino, Diretora-Presidente do Hemope - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

A indicação ora sucitada tem o intuito de aumentar o estoque de sangue em todo o estado. Assim, a presença de uma campanha intinerante no município mencionado, seria de supra importância para realização de coletas de doadores. Na oportunidade, o comitiva do Hemope, pode também realizar campanha para angariar doadores de medula. Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008496/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, ao Exmo. Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Exmo. Sr. Rivaldo Melo, Diretor Presidente DER-PE, no sentido de promover a melhoria da iluminação da PE-060 em Ipojuca, especificamente nas imediações da UPA de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

Esta proposição visa atender pleito da população do município de Ipojuca a fim de melhorar a iluminação nas imediações da UPA do Ipojuca na PE-060, que reclama estar sofrendo com a falta de segurança no aludido percuso e está causando aos trabalhadores e cidadãos risco a constantes assaltos, violência e acidentes.
Por ser tratar de uma área de extrema importância para a economia e para o turismo pernambucano, solicito aos Nobres Pares que aprovem esta indicação, visando oferecer maior segurança à população e turistas que trafegam por essa importante rodovia.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008497/2025

Indicamos à Mesa ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exmo. Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco, Exmo. Sr. Rivaldo Melo, Diretor Presidente DER-PE, e ao Exmo. Sr. Bruno Lezan Bittencourt, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, no sentido de que seja viabilizada a instalação de redutores de velocidade na Rodovia PE 009, no trecho localizado no Atacarejo Arco Vita, localizado em Nossa Senhora. do Ó, Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE; Bruno Lezan Bittencourt, Superintendente Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

Ocorre que, o trecho localizado na PE-009, que liga a PE-38, nas proximidades do Atacarejo Arco Vita, distrito de Nossa Senhora do Ó, cidade de Ipojuca, têm colocado os moradores em grande risco, quando o assunto é a travessia da rodovia estadual.
O trecho supra apontado tem intenso tráfego de veículos, e consequentemente, com o comércio as margens da rodovida, demasiada passagem de pedestres diariamente. Todavia, em que pese essa grande movimentação há escassa sinalização de faixa de pedestres no local, e ainda, poucos são os condutores de veículos que param e dão passagem aos pedestres que desejam atravessar a PE mencionada.
Dessa forma, a viabilização da instalação de redutores de velocidade na Rodovia PE 009, no trecho localizado no Atacarejo Arco Vita, se faz de extrema importância, não só para a segurança de toda a população que realiza a passagem pela PE-009, como também a fim de evitar acidentes de trânsito no local.
Tal pleito vem sendo erguido pela população de Nossa Senhora do Ó, e na intenção de atender a tal e melhorar as condições de segurança e trafegabilidade para todos os que transitam no aludido percurso, requeremos esta medida com a maior brevidade possível. Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008498/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exmo. Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco, Exmo. Sr. Rivaldo Melo, Diretor Presidente DER-PE, no sentido de viabilizarem a melhoria na Sinalização da PE-09, no trecho que compreende o perímetro de Muro Alto, localizado em Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo a GovernadorA, a Secretária de Estado de Infraestrutura e ao Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens DER/PE, visando a melhoria na Sinalização Vertical e Horizontal da PE 09, no trecho que compreende o perímetro de Muro Alto, localizado em Ipojuca. Na intenção de atender as reclamações da população Ipojucana, vimos através desta indicação procurar melhorar as condições de segurança e trafegabilidade para todos os que transitam no aludido percurso, requeremos esta medida com a maior brevidade possível. O atendimento ao referido pleito certamente trará significativa relevância para a mobilidade da região em tela, bem como promoverá impactos positivos sobre o bem-estar de todos.Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.S

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008499/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exmo. Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco, Exmo. Sr. Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE, no sentido de viabilizarem um recapeamento asfáltico e a melhoria na Sinalização da PE-038, a qual possui como principais pontos de passagem Ipojuca - Nossa Senhora do Ó até Porto de Galinhas.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo a Governadora, a Secretária de Infraestrutura e ao Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens DER/PE, visando a melhoria na Sinalização Vertical e Horizontal da PE-038, nos trechos que ligam os distrito de Ipojuca, assim, Nossa Senhora do Ó e Porto de Galinhas. Na intenção de atender as reclamações da população Ipojucana, vimos através desta indicação procurar melhorar as condições de segurança e trafegabilidade para todos os que transitam no aludido percurso, requeremos esta medida com a maior brevidade possível. O atendimento ao referido pleito certamente trará significativa relevância para a mobilidade da região em tela, bem como promoverá impactos positivos sobre o bem-estar de todos. Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008500/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA , Exmo. Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco, no sentido de que seja dada continuidade e finalizada, com a maior brevidade possível, as obras do sistema de esgotamento sanitário de Porto de Galinhas.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

Acontece que, no ano de 2021, o Governo do Estado autorizou o início do processo de contratação das obras da primeira etapa do sistema de esgotamento sanitário de Porto de Galinhas, sendo destinados recursos no valor de R$ 60 milhões. A intervenção, conforme fora relatado, está a cargo da Compesa e prevê a construção de duas estações elevatórias e recuperação outras duas de esgoto, implantação de 25 quilômetros de rede coletora e recuperação de mais 3,5 quilômetros de rede, além de uma estação de tratamento de esgoto.
Todavia, em que pese a autorização ora indicada pelo Governador do Estado, à época, não se vê, até o momento o início das obras, sendo de extrema importância para toda a população local. Desta feita, se faz imperioso o início efetivo da primeira etapa, conforme sinalizado.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008501/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja enviado um apelo a Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, e ao Exmo. Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de Pernambuco, no sentido de adoção de providências, com vistas à Construção de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água no Município de Bom Conselho, no agreste meridional do Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Senhor Prefeito do respectivo município.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, governadora do estado; Exmo. Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. João Lucas da Silva Cavalcante, Prefeito do Município de Bom Conselho.

Justificativa

A presente indicação pede uma intervenção da Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado de Pernambuco no sentido de prover, em caráter urgente, a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água no Município de Bom Conselho.
A Organização Mundial da Saúde alerta para o fato de que uma população sem acesso a uma quantidade de água suficiente para suas necessidades está sujeita a graves enfermidades. A construção de sistemas simplificados atenderá a uma necessidade antiga da população, que, constantemente, sofre com a falta d'água em função da precariedade dos sistemas adutores e da dificuldade de captação de água na região em que se encontra.
Sendo assim, na certeza de merecer a melhor acolhida solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente Indicação

Sala das Reuniões, em 17 de Janeiro de 2025.

DANNILO GODOY
Deputado

Indicação Nº 008502/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora Do Estado, Raquel Lyra, Exma. Sra. Simone Benevides de Pinho Nunes, Secretária de Desenvolvimento Urbano E Habitação Do Estado, e Exmo. Sr. Diretor Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, Matheus Silva de Freitas, no sentido de viabilizar a melhoria da qualidade da frota de ônibus da empresa São Judas Tadeu, que assiste o município de Ipojuca, beneficiando assim toda a população da região.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Simone Nunes, Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Estado de Pernambuco; MATHEUS SILVA DE FREITAS, Diretor Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

São inúmeras as reclamações daqueles que necessitam da utilização como meio de transporte dos referidos ônibus, pelas péssimas qualidades oferecidas a seus transeuntes, causando-lhes a sensação de que a situação do transporte público os quais atendem ao Município do Ipojuca só faz piorar. Todos os dias, vários passageiros, além de enfrentar o terrível trânsito ainda passam um bom tempo nos ônibus superlotados, em pé, sem conforto algum, correndo riscos de acidentes e roubos dentro do ônibus. Diante do exposto, solicitamos melhorias no transporte público do Ipojuca, com intenção de proporcionar um serviço de qualidade para os ipojucanos que utilizam este transporte todos os dias.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008503/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora Do Estado, Raquel Lyra e a Excelentíssima Senhora Secretária De Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo, Amanda Aires Vieira, no sentido de viabilizar a implantação de uma Central De Oportunidade (COPE), no município do Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; AMANDA AIRES VIEIRA, Secretária De Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

A COPE é uma iniciativa que reúne em um mesmo local a Agência do Trabalho, o Expresso
Empreendedor a JUCEPE e AGE. Estrutura que irá servir em todas as Agências do Trabalho
do Estado de Pernambuco.
O novo equipamento tem como objetivo ampliar o acesso da população ao mercado de trabalho, capacitando trabalhadores para vagas de emprego ou para gerar sua própria renda, estimulando a cultura do empreendedorismo no Estado.
Entre os Serviços ofertados pela COPE, estarão serviços referentes a retirada de documentos, como a CTPS, abertura de empresas, informações sobre linhas de crédito e contratação, central de vagas de empregos, intermediações de mão de obra e serviços relacionados ao seguro-desemprego.
A Cope vai simplificar a vida do cidadão, disponibilizando diversos serviços em um só local.
O objetivo é aumentar o aproveitamento da mão de obra qualificada, melhorar a gestão de negócios, otimizar custos de operacionalização e ofertar serviços das Agências do Trabalho na cidade do Ipojuca.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008504/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora Do Estado, Raquel Lyra, e ao Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA, no sentido de que seja viabilizada a ampliação do sistema de abastecimento de água Suape-Porto para Serrambi, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

Ocorre que, recebemos em nosso gabinete a solicitação dos morados da cidade de Ipojuca, no sentido de que seja realizada a ampliação do sistema de abastecimento de água Suape-Porto para Serrambi. Tal pedido têm respaldo na melhoria do abastecimento de água em toda região. Sobretudo porque, a ampliação irá permitir que seja regularizado o abastecimento de água em localidades como Serrambi, onde a população sofre com escassez de água. Ante o exposto, julgamos justificada a presente indicação, pelo que solicitamos aos nossos pares a aprovação da mesma.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008505/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; a Ilustríssima Sra. Simone Nunes, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação; ao Ilustríssimo Sr. **Túlio Vilaça,** Secretário da Casa Civil; ao Ilustríssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; no sentido de conceder a regularização fundiária da Vila do Campo, em Porto de Galinhas.
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Simone Nunes, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação; Túlio Vilaça, Secretário da Casa Civil; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Considerando a importância da segurança jurídica e do direito à moradia para os cidadãos da Vila do Campo, localizada em Porto de Galinhas, apresentamos ao Governo do Estado a adoção das providências necessárias para a regularização fundiária dessa localidade.
A referida comunidade carece de titulação definitiva de suas propriedades, o que impacta diretamente no acesso a serviços públicos essenciais, investimentos em infraestrutura e na melhoria da qualidade de vida dos moradores. A regularização fundiária contribuirá para a inclusão social e o desenvolvimento sustentável da região, garantindo direitos fundamentais aos residentes.
Diante do exposto, solicitamos a adoção das providências necessárias para que a regularização fundiária seja implementada o mais breve possível, possibilitando a inclusão social e urbanística da Vila do Campo. Nos colocamos à disposição para dialogar e contribuir com informações que possam viabilizar esse processo.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008506/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exmo Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco, Exmo. Sr. Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE, para que seja viabilizada a manutenção da ciclovia existente na PE-09, no trecho que liga Nossa Senhora do Ó a Muro Alto.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

Ocorre que os moradores do município de Ipojuca nos contactaram apontando que a ciclovia do trecho da PE-09 que liga Nossa Senhora do Ó a Muro Alto, vem necessitando de manutenção e reparação. Aliás, se aproximando o período do verão onde o movimento na cidade aumenta consideravelmente, é de máxima importância que se viabilize da forma mais célere possível tal manutenção. Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008507/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exmo Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco, Exmo. Sr. Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE, para que seja viabilizada a construção de uma ciclovia na estrada de Muro Alto, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

Ocorre que os moradores nos contactaram a fim de que fosse enviado um apelo para que seja construída uma ciclovia na estrada de Muro Alto, no município de Ipojuca. A solicitação ora mencionada reflete em um impacto no dia a dia nos trabalhadores da região, haja vista que muitos atuam nos hotéis em Muro Alto e necessitam transitar diariamente pela estrada, que, atualmente, não possui a adequação necessária para o trânsito de bicicletas. Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008508/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; e ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, no sentido de regularizar o abastecimento de água da população de Camela, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa.

Justificativa

Solicitamos à Compesa que regularize o abastecimento de água da população de Camela, no município de Ipojuca. Moradores reclamam que passam dias sem água nas torneiras, impossibilitando a realização das atividades domésticas. A população é abastecida porque recebem ajuda da prefeitura através de caminhões pipas e caixas d'água. É vital lembrar que ter água limpa e saneamento básico não é só uma necessidade para a vida e conforto das pessoas, mas também um direito humano. Isso foi declarado pela Assembleia Geral da ONU, uma entidade globalmente reconhecida. Esse direito está ligado a outros, como o direito à vida, saúde, boa alimentação e uma casa decente.
Assim, é obrigação dos governos garantir que todos possam usufruir desses direitos, sem exceções. Infelizmente, em Pernambuco, nem todos têm essas garantias. Segundo o IBGE, cerca de 775 mil pessoas ainda vivem sem acesso a esses serviços básicos e, logo, seus direitos humanos não são totalmente respeitados.
Esses dois fatores, escassez e a má qualidade das águas, atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população. Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008509/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, no sentido de providenciar a redução do tempo de rodízio, bem como, a melhoria da qualidade da água a ser fornecida aos moradores e ainda que seja fornecido carros pipas para os reservatórios de água localizados no bairro do Campo do Avião, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Solicitamos a Compesa que proporcione melhoria no abastecimento de água e a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos no bairro do Campo do Avião, no município de Ipojuca. A escassez de água e a má qualidade deste recurso são responsáveis por grande parte da insatisfação da população local.
Assim, é obrigação dos governos garantir que todos possam usufruir desses direitos, sem exceções. Infelizmente, em Pernambuco, nem todos têm essas garantias. Segundo o IBGE, cerca de 775 mil pessoas ainda vivem sem acesso a esses serviços básicos e, logo, seus direitos humanos não são totalmente respeitados.
Esses dois fatores, escassez e a má qualidade das águas, atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os Ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população. Assim, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008510/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa; ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, no sentido de implantar o abastecimento de água e o sistema de esgotamento sanitário e drenagem do conjunto habitacional do Loteamento Canoas, no distrito de Nossa Senhora do Ó.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A presente indicação visa atender o pleito do conjunto habitacional do Loteamento Canoas, no distrito de Nossa Senhora do Ó, que solicita aos responsáveis da Compesa que implantem o abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem do local. Cerca de três mil famílias não têm disponibilidade de água encanada. Por isso, este serviço seria fundamental para a qualidade de vida da população, além de garantir a sustentabilidade hídrica dessa localidade.
O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população e exige uma resposta rápida por parte da Compesa em relação a prestação dos serviços. Por isso, propomos esta indicação por entender que o acesso a água é um direito humano fundamental e que deve ser distribuído de modo igualitário a todos os cidadãos. Não existe vida sem água e não há como se viver dignamente se seu acesso é falho ou até mesmo não ocorre.
Portanto, solicito aos Nobres Pares a aprovação da presente indicação para que a Compesa atenda o pleito da população com a implantação do abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem em Canoas, tendo em vista a relevância da matéria.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008511/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa; e ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, no sentido de regularizar o abastecimento de água da população de Nossa Senhora do Ó, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Solicitamos à Compesa que regularize o abastecimento de água da população de Nossa Senhora do Ó, no município de Ipojuca. Moradores reclamam que passam dias sem água nas torneiras, impossibilitando a realização das atividades domésticas. A população é abastecida porque recebem ajuda da prefeitura através de caminhões pipas e caixas d'água.
É vital lembrar que ter água limpa e saneamento básico não é só uma necessidade para a vida e conforto das pessoas, mas também um direito humano. Isso foi declarado pela Assembleia Geral da ONU, uma entidade globalmente reconhecida. Esse direito está ligado a outros, como o direito à vida, saúde, boa alimentação e uma casa decente.
Assim, é obrigação dos governos garantir que todos possam usufruir desses direitos, sem exceções. Infelizmente, em Pernambuco, nem todos têm essas garantias. Segundo o IBGE, cerca de 775 mil pessoas ainda vivem sem acesso a esses serviços básicos e, logo, seus direitos humanos não são totalmente respeitados.
Esses dois fatores, escassez e a má qualidade das águas, atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008512/2025

Indicamos a Mesa, ouvindo o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Apelo à Excelentissima Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, no sentido de promover melhorias na EREM - Escola de Referência em Ensino Médio Albertina da Costa Soares, localizada em Camela, cidade de Ipojuca, para realização de serviços de reparos nas salas de aula e nas cadeiras disponíveis aos estudante, manutencão nos aparelhos de ar-condicionado e ventiladores e viabilizar um projeto para construção de um novo espaço, alocando os alunos em salas mais confortáveis e acessíveis à todos.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

A indicação ora apontada, de acordo com as ações sinalizadas, se fazem necessárias a fim de apresentar eficiência e qualidade de ensino na escola supramencionada.
Outrora, é de conhecimento comum que o ambiente onde o jovem encontra-se para estudar interfere em toda o desempenho e aprendizado, o que, sem dúvidas é de máxima importância para que se atinja o sucesso escolar dos estudantes.
Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008513/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa; Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, no sentido de construir mais estações de tratamento de água e de elevação em Ipojuca, para aumentar o abastecimento de água e reduzir o período de rodízio imposto a cidade, além da limpeza dos atuais reservatórios de água melhorando a qualidade da água que chega a população.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A população de Ipojuca não aguenta mais a inércia da Companhia Pernambucana de Saneamento. A falta de compromisso e o descaso com a população é refletida na constante falta de água, que em alguns bairros chegam a ficar até 10 dias sem água e quando chega, há má qualidade deste recurso, pois a água chega à população totalmente inadequada para consumo: escura e barrenta.
A escassez e a má qualidade das águas atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os ipojucanos. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
É vital lembrar que ter água limpa e saneamento básico não é só uma necessidade para a vida e conforto das pessoas, mas também um direito humano. Isso foi declarado pela Assembleia Geral da ONU, uma entidade globalmente reconhecida. Esse direito está ligado a outros, como o direito à vida, saúde, boa alimentação e uma casa decente.
Assim, é obrigação dos governos garantir que todos possam usufruir desses direitos, sem exceções. Infelizmente, em Pernambuco, nem todos têm essas garantias. Segundo o IBGE, cerca de 775 mil pessoas ainda vivem sem acesso a esses serviços básicos e, logo, seus direitos humanos não são totalmente respeitados.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008514/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, e ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, no sentido melhorar o abastecimento de água e a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos nas localidades de Zé Pojuca I e II, em Nossa Senhora do Ó, município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Solicitamos a Compesa que proporcione melhoria no abastecimento de água e a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos nas localidades de Zé Pojuca I e II, em Nossa Senhora do Ó, município de Ipojuca. A falta de água e a má qualidade deste recurso são responsáveis por grande parte da insatisfação da população local.
O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, declarou a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. O direito à água potável e ao saneamento básico está intrinsecamente ligado aos direitos à vida, à saúde, à alimentação e à habitação. É responsabilidade dos Estados assegurar esses direitos a todos os seus cidadãos. Mas, infelizmente, esse direito não é assegurado a 775 mil pernambucanos, de acordo com IBGE.
A escassez e a má qualidade das águas atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008515/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, e ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, no sentido de melhorar o abastecimento de água e a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos na Vila do Estaleiro, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Solicitamos a Compesa que proporcione melhoria no abastecimento de água e a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos na Vila do Estaleiro, no município de Ipojuca. A escassez de água e a má qualidade deste recurso são responsáveis por grande parte da insatisfação da população local.
O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, declarou a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. O direito à água potável e ao saneamento básico está intrinsecamente ligado aos direitos à vida, à saúde, à alimentação e à habitação. É responsabilidade dos Estados assegurar esses direitos a todos os seus cidadãos. Mas, infelizmente, esse direito não é assegurado a 775 mil pernambucanos, de acordo com IBGE.
Esses dois fatores, escassez e a má qualidade das águas, atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008516/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; e ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, e ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, no sentido de melhorar o abastecimento de água e a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos na Vila Califórnia, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Solicitamos a Compesa que proporcione melhoria no abastecimento de água e a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos na Vila Califórnia, no município de Ipojuca. A escassez de água e a má qualidade deste recurso são responsáveis por grande parte da insatisfação da população local.
O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, declarou a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. O direito à água potável e ao saneamento básico está intrinsecamente ligado aos direitos à vida, à saúde, à alimentação e à habitação. É responsabilidade dos Estados assegurar esses direitos a todos os seus cidadãos. Mas, infelizmente, esse direito não é assegurado a 775 mil pernambucanos, de acordo com IBGE.
A escassez e a má qualidade das águas atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008517/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; aos Ilustríssimos Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos hídricos e Saneamento de Pernambuco; Sr. Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento COMPESA, Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, no sentido de viabilizar a inclusão do Município de Ipojuca no Programa "Águas de Pernambuco", nos eixos de Segurança Hídrica, Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A presente indicação tem como objetivo solicitar ao Governo do Estado de Pernambuco e à Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA) a inclusão do município de Ipojuca no Programa "Águas de Pernambuco". Este programa, estruturado em quatro eixos estratégicos, representa um marco no combate à falta de água, na precariedade do abastecimento e na ausência de infraestrutura de esgoto que ainda afetam consideravelmente a população pernambucana.
O município de Ipojuca, conhecido por sua importância turística, econômica e cultural, enfrenta desafios históricos relacionados à oferta de água potável e ao saneamento básico, impactando diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e a atratividade da região. A inclusão de Ipojuca no Programa "Águas de Pernambuco" seria um passo fundamental para superar esses entraves e atender às necessidades da população local.
Os quatro eixos do programa—Segurança Hídrica, Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto e Saneamento Rural—são perfeitamente alinhados às demandas de Ipojuca. A execução de obras estruturantes, como a melhoria na rede de abastecimento, o combate às perdas de água e a ampliação da infraestrutura de coleta e tratamento de esgoto, é crucial para resolver problemas que ainda limitam o pleno desenvolvimento do município.
Além disso, ações iniciadas pela Compesa, como a redução do prazo para identificação e reparo de vazamentos e a substituição de redes antigas, demonstram o potencial de impacto positivo do programa em municípios inseridos na iniciativa. Com investimentos expressivos que somam R$ 368,9 milhões na redução de perdas e R$ 2 bilhões no eixo de abastecimento, há uma oportunidade única de transformar a realidade de Ipojuca por meio de obras que promovam maior cobertura dos serviços e redução do rodízio no abastecimento.
A inclusão de Ipojuca no programa é imprescindível não apenas para atender à crescente demanda da população, mas também para fortalecer a infraestrutura de um município estratégico para o turismo e a economia de Pernambuco. Investir em saneamento básico e no abastecimento de água é investir na saúde pública, na qualidade de vida e no desenvolvimento sustentável da região.
Portanto, solicita-se a sensibilização e o esforço conjunto entre o Governo do Estado e a Compesa para garantir a inserção de Ipojuca no Programa "Águas de Pernambuco", promovendo avanços significativos na garantia de direitos básicos e no enfrentamento das desigualdades regionais.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008518/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, e ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, no sentido de regularizar o abastecimento de água e melhorar a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos nos bairros/distritos de Porto de Galinhas e Maracaípe, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Solicitamos a Compesa que regularize o abastecimento de água e melhore a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos em Porto de Galinhas e Maracaípe, no município de Ipojuca/PE, uma vez que as regiões vêm sofrendo com desabastecimento nos últimos anos.
Infelizmente, temos recebido constantes reclamações por parte dos moradores, turistas e empresários em relação a falta de água. É inadmissível que o litoral ipojucano, que é um dos destinos turísticos mais visitados do mundo devido as belas praias, esteja sofrendo com desabastecimento de água. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado o turismo, o comércio da cidade e, principalmente, a qualidade de vida dos moradores.
O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, declarou a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. O direito à água potável e ao saneamento básico está intrinsecamente ligado aos direitos à vida, à saúde, à alimentação e à habitação. É responsabilidade dos estados assegurar esses direitos a todos os seus cidadãos. Mas, infelizmente, esse direito não é assegurado a 775 mil pernambucanos, de acordo com IBGE.
A escassez e a má qualidade das águas atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
É importante ressaltar que o pedido é justo e cabal, afinal, é dever do Poder Público Estadual determinar a regularidade no abastecimento da Compesa, preferencialmente para fazer jus a regularidade das faturas que nunca deixam de chegar. Toda população dessa área não sabe a quem apelar, pois mesmo a Compesa tendo recebido diversas reclamações, ainda não apresentou uma justificativa plausível acerca das providências tomadas para solucionar a caótica situação.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008519/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa; e ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, no sentido de regularizar o abastecimento de água da população de Serrambi e Toquinho, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento de Pernambuco; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Solicitamos a Compesa que regularize o abastecimento de água e melhore a qualidade dos reservatórios e dos sistemas hídricos de Serrambi e Toquinho, no município de Ipojuca. A escassez de água e a má qualidade deste recurso são responsáveis por grande parte da insatisfação da população local.
É vital lembrar que ter água limpa e saneamento básico não é só uma necessidade para a vida e conforto das pessoas, mas também um direito humano. Isso foi declarado pela Assembleia Geral da ONU, uma entidade globalmente reconhecida. Esse direito está ligado a outros, como o direito à vida, saúde, boa alimentação e uma casa decente.
Assim, é obrigação dos governos garantir que todos possam usufruir desses direitos, sem exceções. Infelizmente, em Pernambuco, nem todos têm essas garantias. Segundo o IBGE, cerca de 775 mil pessoas ainda vivem sem acesso a esses serviços básicos e, logo, seus direitos humanos não são totalmente respeitados.
Esses dois fatores, escassez e a má qualidade das águas, atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008520/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA, no sentido de promover a melhoria do abastecimento de água potável no município de Alagoinha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA; Simãozinho, Prefeito de Alagoinha; Anderson Galindo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Alagoinha.

Justificativa

O presente pedido visa diminuir os problemas sofridos pelas famílias residentes no município supracitado, as mesmas, no atual momento, possuem recursos hídricos escassos e isso dificulta a realização das mais simples atividades domésticas como lavar roupa, por exemplo. A população reclama estar esquecida pelo poder público. Nesse ínterim, a proposta em questão objetiva sensibilizar a COMPESA e a Chefe do Executivo, para que tomem urgentes providências no sentido de possibilitar a liberação de recursos suficientes para iniciar serviços de abastecimento de água potável através de carro pipa para o município supracitado. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município acima mencionado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008521/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, a Exma. Sra. Mauricélia Montenegro, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco, e ao Exmo. Sr. Alexandre Ataíde G. Oliveira, Gerente Regional nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas da ANATEL no sentido de viabilizar a instação de torre de telefonia móvel e de transmissão de dados no distrito de Alverne, localizado em Alagoinha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Mauricélia Montenegro, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Pernambuco; Alexandre Ataíde G. Oliveira, Gerente Regional nos Estados de Pernambuco, Paraíba e Alagoas da ANATEL; Simãozinho, Prefeito de Alagoinha; Anderson Galindo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Alagoinha.

Justificativa

O presente pedido visa atender a uma demanda constante dos moradores do distrito de Alverne, localizado em Alagoinha, que até o momento restam prejudicados pela ausência de uma torre de telefonia móvel e transmissão de dados. Sabe-se da importância para a população como um todo, de ter acesso ao telefone celular para realizar as atividades de vida diária. Neste sentido,no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município acima mencionado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008522/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de viabilizar a construção/recuperação asfáltica, além da realização da limpeza horizontal e vertical e ainda a manutenção permanente ao longo de toda extensão da PE-042, que liga a BR-101 em Escada à Ipojuca, através da PE-060, que tem 15,30 KM de extensão.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER.

Justificativa

A construção e/ou recuperação asfáltica ao longo de toda a extensão da PE-042, que liga a BR-101, em Escada, à PE-060, em Ipojuca, com uma extensão de 15,3 km é de suma importância para o fortalecimento econômico e turístico do município e também do estado. Infelizmente, a condição atual da rodovia tem colocado em risco a vida de todos que a utilizam. É evidente que a segurança dos usuários está comprometida e tem provocado riscos significativos tanto para veículos quanto para os pedestres. Logo, faz-se necessária uma recuperação asfáltica adequada que possa garantir uma superfície de rodagem segura e eficiente, conforme determina o Art. 23, inciso XII, da Constituição Federal, que atribui ao Estado a competência para explorar, manter e conservar e garantir a segurança nas vias estaduais.
Além disso, solicitamos a realização da limpeza horizontal e vertical ao longo de toda a extensão da PE-042. A presença de resíduos e vegetação pode obstruir a visibilidade e causar acidentes. A limpeza adequada não só melhora a estética da rodovia, mas também promove a segurança dos usuários. De acordo com o Art. 23, inciso VI, da CF/88, é responsabilidade do Estado a manutenção da limpeza, a proteção do meio ambiente e combate a poluição em qualquer de suas formas.
Adicionalmente, pedimos a implementação de uma manutenção permanente para a PE-042. Essa atividade é crucial para prevenir a deterioração acelerada da via, evitando assim reparos futuros mais complexos e custosos. A conservação assegura que a rodovia permaneça em condições ideais de uso, protegendo os investimentos públicos e a segurança dos usuários. É importante lembrar que cabe ao Estado de Pernambuco a conservação das estradas e a segurança no transporte privado e/ou público, conforme a Constituição Estadual de Pernambuco, que estabelece a responsabilidade do Estado pela conservação das estradas e pela segurança dos transportes.
Sendo assim, diante da importância da via para a economia e turismo local e na certeza do cumprimento das responsabilidades administrativas e legislativas dos órgãos responsáveis, aguardamos uma resposta positiva e imediata para essas solicitações, considerando a urgência e a importância das intervenções propostas para a melhoria da PE-042.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008523/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e a Excelentíssima Senhora Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco, Mauricélia Vidal Montenegro, e Exmo. Sr. Secretário de Educação, Gilson José Monteiro Filho, a fim de que seja criado um Espaço 4.0 no município de Alagoinha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Mauricélia Montenegro, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Pernambuco; Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação de Pernambuco; Simãozinho, Prefeito de Alagoinha; Anderson Galindo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Alagoinha.

Justificativa

Conforme disponibilizado no sítio eletrônico da Sec. de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Pernambuco, os Espaços 4.0 são centros de inovação que devem estar localizados em todas Escolas Técnicas Estaduais (ETE) e em diversas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) do Estado, reunindo laboratório maker e laboratório de tecnologias de informação e comunicação, aberto à participação da comunidade escolar e do ecossistema local.
Tais centros portam de equipamentos de última geração, como Impressoras 3D, Scanners 3D, Lasercuts, kits arduinos de diversos modelos, entre outros, possibilitando que professores e estudantes monitores comandem as ações, que envolvem os eixos de criatividade, empreendedorismo e inovação e de habilidades do futuro. O objetivo, assim, é promover a a interiorização dos equipamentos de inovação e o fortalecimento do ensino-aprendizagem baseado em metodologias ativas, de modo que a escola se abre para o ecossistema local, desenvolvendo projetos e parcerias em conjunto.
É de conhecimento comum a importância de ações do governo, semelhantes a mencionada, para estimular o estudo e inovação, sobretudo no interior do Estado. Com a tecnologia mais presente a cada dia na rotina das pessoas, espaços como o apontado, proporcionam o aprendizado e incentivo dos jovens e alunos a fim de que possam estar alinhados com o futuro que almejam, além de estimular a busca constante por novos conhecimentos, garantindo a todos um novo horizonte de oportunidades.
Desta feita, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008524/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exma. Sra. Secretária de Saúde, Zilda do Rego Cavalcanti e Exma. Sra. Gessyanne Vale Paulino, Diretora-Presidente do Hemope - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, a fim de que seja realizada uma campanha intinerante do Hemope na cidade de Alagoinha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Zilda Do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado; Gessyanne Vale Paulino, Diretora-Presidente do Hemope - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco; Simãozinho, Prefeito de Alagoinha; Anderson Galindo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Alagoinha.

Justificativa

A indicação ora sucitada tem o intuito de aumentar o estoque de sangue em todo o estado. Assim, a presença de uma campanha intinerante no município mencionado, seria de supra importância para realização de coletas de doadores. Na oportunidade, o comitiva do Hemope, pode também realizar campanha para angariar doadores de medula. Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008525/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; a Ilustríssima Ana Luíza Ferreira, Secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha, o Ilustríssimo José de Anchieta dos Santos, Diretor Presidente da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH, no sentido de viabilizar, com máxima urgência, a Criação do Plano de Manejo e fiscalização da Área de Proteção Ambiental - APA, compreendidas entre o estuário Rio de Maracaípe, no município de Ipojuca, e os limites da APA de Guadalupe e da APA Costa dos Corais, no município de Tamandaré, no litoral sul do estado, em cumprimento ao Decreto n° 46.052, de 23 de maio de 2018, que "Declara como Área de Proteção Ambiental (APA) a área marinha compreendida entre o estuário do Rio Maracaípe, no município de Ipojuca, e os limites da APA de Guadalupe e da APA Costa dos Corais, no município de Tamandaré, no Litoral Sul do Estado de Pernambuco".
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ana Luíza Ferreira, Secretária de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Fernando de Noronha; José de Anchieta dos Santos, Diretor Presidente da Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH.

Justificativa

A Área de Proteção Ambiental, compreendida entre o estuário do Rio Maracaípe, no município de Ipojuca, e os limites da APA de Guadalupe e da APA Costa dos Corais, no município de Tamandaré, no litoral sul do estado, foi criada pelo Decreto nº 46.052, de 23 de maio de 2018. Após seis anos de sua criação, ainda não possui o plano de manejo.
O Plano de Manejo, conforme estabelece o Ministério do Meio Ambiente, precisa ser elaborado em um prazo máximo de cinco anos após a criação da unidade de conservação. É de extrema importância para sua manutenção.
O plano de manejo é um documento obrigatório para a gestão de APA e sua importância é inquestionável tanto para a conservação ambiental quanto para o uso sustentável dos recursos naturais. Esse plano é essencial para orientar todas as atividades dentro da APA, assegurando que sejam conduzidas de maneira a minimizar impactos ao meio ambiente. Ele estabelece zonas de uso diferenciado, regras para o manejo dos recursos naturais, medidas de proteção, além de diretrizes para o desenvolvimento de atividades econômicas que sejam compatíveis com a conservação da natureza.

Além de ser uma exigência legal, o plano de manejo também promove uma gestão participativa e integrada, envolvendo a comunidade local e considerando fatores culturais, sociais, políticos, econômicos e ecológicos. O objetivo é conciliar as necessidades e os propósitos humanos com a preservação da unidade de conservação.
Com um plano de manejo efetivo, é possível alinhar os interesses econômicos com a preservação ambiental, fomentando atividades como o ecoturismo, a pesquisa científica e a educação ambiental. Portanto, a obrigatoriedade do plano não apenas cumpre uma função regulatória, mas também capacita as APAs a serem verdadeiros modelos de conservação ambiental e uso responsável dos recursos naturais.
Ademais, a fiscalização ativa também é essencial para assegurar que as normas e leis que protegem a APA sejam cumpridas. Esta vigilância contínua impede práticas ilegais e prejudiciais, que não só degradam o ambiente, mas também podem prejudicar a base econômica local. Por exemplo, a degradação dos habitats pode reduzir a biodiversidade que suporta atividades como a pesca e o ecoturismo, essenciais para a economia de muitas comunidades locais.
Diante do exposto, requeremos uma solução imediata por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008526/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Excelentíssimo Sr. Alessandro Carvalho Liberato De Mattos, Secretário de Defesa Social, no sentido de promover com a maior brevidade possível, ação que objetive a emissão de identidade no município de Alagoinha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro carvalho liberato de mattos, Secretário de Defesa Social; Simãozinho, Prefeito de Alagoinha; Anderson Galindo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Alagoinha.

Justificativa

A medida em questão visa facilitar o cadastro da população nos programas de transferência de renda, a fim que recebam este benefício para sua manutenção e de sua família, na compra principalmente de alimentos e produtos de higiene, assim melhorando a qualidade de vida, e prezando pela sua dignidade. Por essas razões solicito aos meus ilustres pares aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008527/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e a Excelentíssima Senhora Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco, Mauricélia Vidal Montenegro, e Exmo. Sr. Secretário de Educação e Esportes, Gilson José Monteiro Filho, a fim de que seja criado um Espaço 4.0 no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Mauricélia Montenegro, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca; Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação de Pernambuco.

Justificativa

Conforme disponibilizado no sítio eletrônico da Sec. de Ciência, Tecnologia e Informação do estado de Pernambuco, os Espaços 4.0 são centros de inovação que devem estar localizados em todas Escolas Técnicas Estaduais (ETE) e em diversas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) do Estado, reunindo laboratório maker e laboratório de tecnologias de informação e comunicação, aberto à participação da comunidade escolar e do ecossistema local.
Tais centros portam de equipamentos de última geração, como Impressoras 3D, Scanners 3D, Lasercuts, kits arduinos de diversos modelos, entre outros, possibilitando que professores e estudantes monitores comandem as ações, que envolvem os eixos de criatividade, empreendedorismo e inovação e de habilidades do futuro. O objetivo, assim, é promover a a interiorização dos equipamentos de inovação e o fortalecimento do ensino-aprendizagem baseado em metodologias ativas, de modo que a escola se abre para o ecossistema local, desenvolvendo projetos e parcerias em conjunto.
É de conhecimento comum a importância de ações do governo, semelhantes a mencionada, para estimular o estudo e inovação, sobretudo no interior do Estado. Com a tecnologia mais presente a cada dia na rotina das pessoas, espaços como o apontado, proporcionam o aprendizado e incentivo dos jovens e alunos a fim de que possam estar alinhados com o futuro que almejam, além de estimular a busca constante por novos conhecimentos, garantindo a todos um novo horizonte de oportunidades.
Desta feita, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município acima mencionado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008528/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Senhor Gilson Filho, Secretário de Educação e Esportes de Pernambuco, e ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, no sentido de viabilizar a construção de uma Escola Estadual de Ensino Médio em Ipojuca/PE, para garantir o atendimento dos estudantes oriundos das escolas municipais da cidade, tendo em vista que a demanda atual não tem suprido a necessidade.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação e Esportes.

Justificativa

A presente indicação visa requerer que o Governo Estadual viabilize o a construção de uma Escola Estadual para o Ensino Médio, visando promover o aumento da capacidade de receber os alunos oriundos da rede municipal de ensino de Ipojuca, para que os alunos oriundos da Rede Municipal de Ensino possam continuar a estudar na cidade.
Segundo dados da Prefeitura Municipal de Ipojuca, ainda em 2021, haviam mais de 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos e alunas estão aptos a ingressarem no Ensino Médio, ocorre que os dados disponibilizados pelo SIEP, dão conta que o déficit de vagas pode superar 550 (quinhentos e cinquenta), é importante ressaltar que as ofertas pela rede estadual não sofreram aumento, isto porque, não houve construção de novas escolas estaduais ou mesmo aumento de vagas decorrente de reformas dos prédios já existentes.
Ora, a educação é um direito fundamental e um processo para obter o conhecimento, valores e habilidades, residir e estudar em seu bairro ou em locais próximos é direito do Estudante, conforme legislação Estadual. Além disso vale destacar que a responsabilidade de promover o acesso à educação também compete aos estados-membros e os municípios, afinal de acordo com o caput do Art. 211 da Constituição Federal existe uma correlação entre eles e divisão dos sistemas de ensino, em que cada um fica responsável. Sendo competência dos estados o fornecimento do regime de ensino médio, conforme abaixo:
Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.
§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.
Dessa forma a indisponibilidade de vagas é uma afronta a Constituição Federal, pois, impossibilita o acesso do aluno ao ensino médio. Por isso, se faz imprescindível a disponibilidade de vagas para que os alunos e as alunas ipojucanas possam ter o direito de continuar a estudar na sua cidade, no seu bairro e na sua comunidade acadêmica.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008529/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; a Ilustríssima Sra. Simone Nunes, Secretária de Desenvolvimento Urbano e Habitação; e ao Senhor Francisco de Assis de Souza Amaral, Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart), no sentido de providenciar, com máxima urgência, a regularização fundiária da Vila do Campo, situada na cidade de Ipojuca-PE, reconhecendo o direito de propriedade e posse das mais 48 famílias residentes naquela localidade.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Simone Nunes, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação; Francisco de Assis de Souza Amaral, Presidente da Pernambuco Participações e Investimentos S/A (Perpart).

Justificativa

A presente indicação, tem como objetivo principal solicitar ao Governo do Estado de Pernambuco a regularização fundiária da Vila do Campo, localizada no município de Ipojuca-PE. Atualmente, quase 50 famílias ocupam a área, que representa apenas 3,5 hectares dos 73 hectares de todo o terreno do qual o estado é proprietário.
A regularização fundiária é crucial, pois dará às famílias a segurança jurídica de sua posse, permitindo que invistam em suas residências e melhorem suas condições de vida sem medo de desalojamento. Isso também contribuirá para a organização urbana e rural, respeitando o direito social à moradia, conforme estabelecido na Constituição Federal.
É importante salientar que, além de ser um direito dos moradores da Vila do Campo, a regularização trará benefícios para os órgãos públicos municipais e estaduais, que poderão oferecer serviços como saneamento básico, regularização do IPTU, encanamento de água, garantia de fornecimento ininterrupto de energia elétrica, entre outros serviços públicos que poderiam estar ameaçados pela ausência do reconhecimento do direito dos moradores pelo Estado.
Assim, solicitamos urgentemente ao Governo de Pernambuco que tome as medidas necessárias para garantir a regularização fundiária da Vila do Campo, proporcionando segurança e dignidade para as quase 50 famílias que lá residem.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008530/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Exma. Sra. Raquel Lyra, Governador do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagens - DER/PE, a Exmo. Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco, no sentido de que seja iniciada, e concluída com celeridade, a pavimentação da VPE-211, mais conhecida como a “estrada de Socorro”, que liga o distrito do Perpétuo Socorro ao centro do município de Alagoinha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Rivaldo Melo, Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens - DER/PE; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura de Pernambuco; Simãozinho, Prefeito de Alagoinha; Anderson Galindo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Alagoinha.

Justificativa

Diante do anúncio, no ano de 2021, do Governador do Estado, quanto a realização da pavimentação da VPE-211, solicita-se que seja dada início a referida obra. Ocorre que o calçamento dos 12,5km de chão, localizado entre o distrito de Perpétuo Socorro e o centro da cidade de Alagoinha, vai facilitar o deslocamento das pessoas e o escoamento da produção local, de grande importância para o Muncípio.
No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município acima mencionado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008531/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; e ao Prefeito Carlos Santana, Prefeito do Municío de Ipojuca e ao Senhor Matheus Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, no sentido de garantir, com máxima urgência, a regularidade no transporte público no município de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e a zona sul do Recife, operado pela empresa Vera Cruz, seja através de subsídio à empresa, seja na sua substituição por uma empresa que possa garantir aos Ipojucanos e demais regiões, transporte público de qualidade, com pontualidade, renovação e segurança para os passageiros. Além de adotar medidas administrativas e judiciais para o cumprimento da licitação e para a penalização da empresa Vera Cruz, por descumprimento contratual durante os últimos anos.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Matheus Silva de Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A presente indicação visa garantir a regularidade no transporte público nos municípios de Recife, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, haja vista que em declarações recentes, a empresa Vera Cruz informou que estava "entregando" a licitação e deixando os moradores, que já sofrem com diversos problemas na qualidade do transporte público prestado pela empresa e pelo Grande Recife Consórcio.
A empresa Vera Cruz opera nove linhas de ônibus nos municípios informados, e sua descontinuidade afetará milhares de Ipojucanos, Cabenses e Recifenses, sendo indispensável neste momento a continuidade do serviço.
Vale destacar que a empresa alega que há déficit financeiro, que o contrato está desigual. Por sua vez, o Governo do Estado deve garantir o pleno funcionamento das linhas operadas pelas empresas, seja subsidiando a empresa, seja ofertando de forma urgente as operações dela para outras empresas com capacidade para prestar um serviço de qualidade.
Nossa indicação também é para que seja realizada uma reestruturação completa nas condições contratuais da licitação atual e futura. Esta medida poderia oferecer um alívio temporário para a Vera Cruz até que seja possível realizar uma nova licitação. A reestruturação das condições contratuais poderia permitir que a empresa continue a operar sem interrupções, o que seria benéfico não apenas para a Vera Cruz, mas também para a população de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e a zona sul do Recife.
É importante salientar que a população de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e a zona sul do Recife, dependem fortemente desses serviços de transporte. Uma interrupção nas operações da Vera Cruz teria um impacto devastador para muitos cidadãos que contam com essas linhas de ônibus para as suas atividades diárias.
Não podemos esquecer também que já foram registradas várias denúncias sobre as condições precárias dos ônibus, atrasos constantes e até mesmo a redução da frota, e por isso, solicitamos que a empresa Vera Cruz seja responsabilizada, tanto administrativa quanto judicialmente, por qualquer falha na prestação desses serviços. Isto é especialmente importante considerando as frequentes denúncias de atrasos, condições precárias dos veículos e redução da frota.
A qualidade do transporte público é uma questão de extrema importância. Os cidadãos de Ipojuca e dos demais municípios merecem um serviço de transporte público de alta qualidade, seguro e confiável. Acreditamos que todos têm o direito de se deslocar pela cidade de forma eficiente e segura, e é por isso que estamos apresentando esta cobrança às autoridades competentes.
Dessa forma, requeremos em caráter de urgência que seja regularizado o fornecimento do transporte público nos municipios afetados, seja através da empresa Vera Cruz, ou de outra capaz de operar as nove linhas existentes e ampliando o seu funcionamento para atender com qualidade, pontualidade e segurança os Ipojucanos e todos que dependem do transporte público ofertado pela Grande Recife. Esperamos ainda que sejam tomadas as medidas necessárias para manter a continuidade dos serviços de transporte público nas cidades de Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e a zona sul do Recife, e que a empresa Vera Cruz seja responsabilizada por qualquer falha na prestação destes serviços.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008532/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. Victor Coelho, Prefeito do Município de Ouricuri, ao Sr. Carlos Braga, Secretário Estadual de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas e à Sra. Maria Anielle, Secretária de Ação Social do Município de Ouricuri, no sentido de viabilizarem a abertura da Cozinha Comunitária.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Francisco Victor Ramos Coelho, Prefeito do Município de Ouricuri; Sr. Carlos Eduardo Braga Farias, Secretário de Assistência Social, Combate à Fome e Política sobre Drogas do Estado de Pernambuco; Sra. Maria Anielle, Secretária de Ação Social do Município de Ouricuri; Exma. Sra. Williane Matos Barreto Alencar, Vereadora do Município de Ouricuri.

Justificativa

Venho, por meio deste, solicitar a viabilização da implantação de uma cozinha comunitária no município de Ouricuri, como parte do programa Bom Prato, inserido na iniciativa Pernambuco Sem Fome.
O referido programa, fruto da parceria entre o Governo do Estado e os municípios beneficiados, por meio da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas, tem se mostrado uma ferramenta essencial no combate à fome e na promoção da

segurança alimentar. A instalação de uma cozinha comunitária em Ouricuri representa mais dignidade para a população, garantindo uma refeição diária para aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.
Ressalto a importância dessa ação para fortalecer as políticas públicas voltadas à segurança alimentar, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade de vida da população ouricuriense.
Conto com o compromisso e sensibilidade da governadora Raquel Lyra e do prefeito Victor Coelho para que essa iniciativa se torne realidade.
Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Indicação Nº 008533/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito um apelo à Exma. Sra. Raquel Teixeira Lvra Lucena. Governadora do estado de Pemambuco e a Sra. Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saude de Pernambuco, a fim de viabilizar a inclusão do município de Barra de Guabiraba na programação das Carretas de Saúde da Mulher.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Zilda Do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado; Diogo Lima, Prefeito de Barra de Guabiraba; Genivaldo Gonçalo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Barra de Guabiraba.

Justificativa

Esta indicação visa solicitar a inclusão do município de Barra de Guabiraba na programação das Carretas de Saúde da Mulher, afim de garantir o acesso igualitario aos serviços de saude preventiva e assistência a todas as mulheres do municipio de Barra de Guabiraba.
É certo que a ação trará inumeros beneficios a população feminina, uma vez que ira disponibilizar uma série de procedimentos para prevenção e
detecção tanto do câncer de mama, quanto do câncer de colo de útero, como: os exames de mamografia
ultrassonografia, colposcopia e citologia. Assim, a inclusão do municipio contribuirá significavamente na melhoria da saúde e bem-estar das mulheres que residem na
região. Considerando a importância do presente pleito, solicitamos aos nossos excelentissimos pares que acolham o presente apelo no sentido de sua aprovacão em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008534/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de concluir a obra de recuperação da PE-051, bem como realizar a manutenção permanente ao longo de toda extensão da referida rodovia situada no município Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Em outubro de 2024, o Governo de Pernambuco lançou o programa "PE na Estrada", visando a maior recuperação de rodovias já realizada no estado. Durante o evento, foram anunciadas ordens de serviço para a recuperação de rodovias que cruzam Ipojuca, incluindo a PE-51, no trecho de Camela até Serrambi. A recuperação da PE-51 é essencial para o turismo e para os moradores de Ipojuca, garantindo segurança e melhorando a infraestrutura local. A manutenção contínua dessa rodovia é fundamental para assegurar a durabilidade das melhorias realizadas e a segurança dos usuários.
A manutenção e recuperação asfáltica da rodovia extensão da rodovia PE-051, em Ipojuca, é de extrema importância. Este processo inclui a limpeza horizontal e vertical, a revitalização e a recuperação asfáltica da via. A revitalização e recuperação asfáltica da via não só melhora a qualidade da estrada, como também prolonga sua vida útil, resultando em economia de recursos a longo prazo. Isso envolve a reparação de quaisquer danos ou defeitos na superfície da estrada e a aplicação de um novo revestimento asfáltico, se necessário.
É crucial lembrar que uma rodovia bem conservada e segura beneficia a todos - motoristas, passageiros e a comunidade em geral. Além disso, a rodovia PE-051, em Ipojuca é uma rota importante para o município e para o estado de Pernambuco.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação a conclusão da obra e a implementação de um programa de manutenção permanente da referida via.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008535/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, Ilmo. Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Ilmo. Sr. Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de solicitar recuperação da VPE-412, que liga o aeroporto a cidade de Serra Talhada – PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora; Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens.

Justificativa

A VPE 412, que liga a cidade de Serra Talhada ao Aeroporto Santa Magalhães, é uma via de grande importância estratégica para a região. No entanto, atualmente, encontra-se em condições precárias, com buracos, desgaste do pavimento e falta de sinalização adequada, comprometendo a segurança e a fluidez do tráfego.
Essa estrada desempenha um papel essencial no desenvolvimento econômico e na mobilidade da população, pois é a principal via de acesso ao aeroporto, utilizado para transporte de passageiros, empresários e autoridades, além de escoamento de produtos e insumos.
A deterioração da VPE 412 impacta negativamente o turismo, o comércio local e o setor de serviços. Além disso, a rodovia é fundamental para o deslocamento de ambulâncias e demais veículos de emergência, facilitando o acesso a serviços de saúde de maior complexidade. Com a precariedade atual da via, o risco de acidentes aumenta, colocando em perigo a vida dos usuários e elevando custos com manutenção de veículos.
Diante disso, solicitamos a recuperação asfáltica da VPE 412 com a máxima urgência, garantindo a trafegabilidade segura e eficiente, promovendo o desenvolvimento da região e melhorando a qualidade de vida da população de Serra Talhada e municípios vizinhos.
Ante o exposto, solicito aos Nobres Pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

LUCIANO DUQUE
Deputado

Indicação Nº 008536/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Excelentíssimo Sr. Alessandro Carvalho Liberato De Mattos, Secretário de Defesa Social, no sentido de aumentar e restabelecer a presença constante de Policiamento Ostensivo no município de Barra de Guabiraba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro carvalho liberato de mattos, Secretário de Defesa Social; Diogo Lima, Prefeito de Barra de Guabiraba; Genivaldo Gonçalo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Barra de Guabiraba.

Justificativa

A proposição em tela visa solicitar as autoridades governamentais, um melhor e mais efetivo policiamento no município acima citado. Isto vem a ser de extrema importância face à atuação de meliantes que vem deixando em pânico os moradores do local.

Ante o exposto, e dando como justificado o nosso pleito, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, para que a ele dispensem a necessária acolhida, no intuito de sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008537/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca e ao Senhor Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER, no sentido de providenciar com máxima urgência o início das obras de recuperação, requalificação e/ou construção asfáltica, além da sinalização da Ciclovia Otávio Marques da Silva situada Rodovia PE-009, que liga o Distrito de Nossa Senhora do Ó à Porto de Galinhas em Ipojuca-PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A Ciclovia Otávio Marques da Silva situada na Rodovia PE-009, tem pouco mais de 8,5km de extensão e liga os bairros de Nossa Senhora do Ó a Porto de Galinhas é a principal ciclovia do Litoral Sul, transitam ali milhares de trabalhadores diariamente que tem sofrido com as condições ruins de trafegabilidade da via, tendo em alguns casos que ir para a pista mista.
E sendo assim, através da cobrança do Vereador de Ipojuca, Washington Antônio da Silva, através do Requerimento n° 0001/2023, após receber diversos pleitos da Associação de Ciclistas de Ipojuca – ASSCI, encaminhou para este Gabinete Parlamentar a solicitação de requalificação, recuperação e sinalização da via.
Isto porque, a qualidade cicloviária tem deixado a desejar, se encontrando deteriorada, com buracos, falta de sinalização de divisão das faixas e mesmo a limpeza da via que auxilia uma melhor visibilidade principalmente no período noturno.
Sabemos que atualmente temos uma tendência mundial que é o uso das bicicletas para todo e qualquer deslocamento, principalmente após a pandemia do novo coronavírus, onde as pessoas precisam evitar aglomerações para que o vírus não se prolifere. Isto tem contribuído para que o número de ciclistas aumente em todo país.
Os principais fatores que têm feito com que pernambucanos adotem, cada vez mais, as bicicletas como meio de transporte e lazer são o trânsito caótico, alto preço do combustível, preservação do meio ambiente, através da diminuição de gases poluentes, e, principalmente, a busca do bem-estar e manutenção da saúde.
A realidade é que a população não só utiliza a bicicleta como lazer apenas aos domingos, milhares de Ipojucanos e Ipojucanas, tem como seu principal meio de transporte a Bicicleta, haja vista que é mais rápida e sem custo diário de passagens.
Dessa forma, a presente indicação vem requerer que seja providenciada com máxima urgência a recuperação, requalificação e a sinalização da Ciclovia Otávio Marques da Silva situada Rodovia PE-009, que liga o Distrito de Nossa Senhora do Ó à Porto de Galinhas em Ipojuca-PE, para que os ciclistas da região possam se deslocar com maior segurança e celeridade.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008538/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Excelentíssimo Sr. Alessandro Carvalho Liberato De Mattos, Secretário de Defesa Social, no sentido de promover com a maior brevidade possível, ação que objetive a emissão de identidade no município de Barra de Guabiraba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro carvalho liberato de mattos, Secretário de Defesa Social; Diogo Lima, Prefeito de Barra de Guabiraba; Genivaldo Gonçalo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Barra de Guabiraba.

Justificativa

A medida em questão visa facilitar o cadastro da população nos programas de transferência de renda, a fim que recebam este benefício para sua manutenção e de sua família, na compra principalmente de alimentos e produtos de higiene, assim melhorando a qualidade de vida, e prezando pela sua dignidade. Por essas razões solicito aos meus ilustres pares aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008539/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, Ilmo. Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Ilmo. Sr. Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido realizar recuperação da PE-510, no trecho que liga o município de Cabrobó a ilha de Assunção.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora; Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens.

Justificativa

A requalificação da PE-510, que liga o município de Cabrobó à Ilha de Assunção, é essencial para o desenvolvimento socioeconômico da região, proporcionando melhorias na mobilidade, segurança viária e qualidade de vida da população local.
Atualmente, a rodovia encontra-se em condições precárias, com buracos, sinalização deficiente e falta de acostamento adequado, o que aumenta os riscos de acidentes e dificulta o tráfego de veículos, especialmente para os moradores da Ilha de Assunção e comunidades indígenas que dependem dessa via para acessar serviços essenciais em Cabrobó. Além disso, a PE-510 é fundamental para o escoamento da produção agrícola e pecuária, contribuindo diretamente para a economia regional.
A recuperação da estrada trará benefícios diretos, como a redução do tempo de deslocamento, a melhoria da segurança viária e o estímulo ao turismo local, uma vez que a Ilha de Assunção possui importância cultural e histórica para os povos indígenas da região.
Dessa forma, a recuperação da PE-510 garantirá mais dignidade aos moradores, fortalecerá a economia e impulsionará o desenvolvimento sustentável do município de Cabrobó.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

LUCIANO DUQUE
Deputado

Indicação Nº 008540/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, no sentido de implantar com a maior brevidade possível, uma Delegacia do Turista no núcleo urbano da Praia de Porto de Galinhas, município de Ipojuca, visando oferecer maior comodidade no atendimento ao turista de toda região costeira desta cidade.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A presente indicação é justificada em face da incidência de ocorrências e delitos em toda área costeira de Ipojuca, destacando a Praia de Porto de Galinhas, que é um dos destinos turísticos mais visitados do mundo e reconhecidamente um dos mais importantes do Brasil.
É inadmissível que um dos maiores pontos turísticos não possua uma delegacia voltada ao turista, fato este que queremos corrigir.
A cidade de Ipojuca tem total interesse na criação desta unidade de defesa social voltada ao atendimento ao turista, até pela vocação natural de suas praias e de seu forte polo de turismo.
O município de Ipojuca possui vasta extensão territorial costeira, que abrange diversas praias, dentre elas: Serrambi, Muro Alto e Porto de Galinhas. Somente em Porto de Galinhas, a alta temporada chega a contar com cerca de 1,2 milhões de turistas, o que por si só

comprova a necessidade deste equipamento público de segurança.
Com a existência da Delegacia do Turista, as ações de defesa social e suporte ao turismo poderão ser integralizados não apenas com o aparato estadual de segurança, como também com a própria guarda municipal. Isso garantiria um raio de proteção não apenas ao turista, mas também a própria população do município de Ipojuca.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008541/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, e ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, no sentido providenciar com máxima urgência a construção de estações elevatórias, bem como, a recuperação e ampliação da rede coletora de esgoto em todo o município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa.

Justificativa

O presente apelo, visa garantir que seja construída estações elevatórias, bem como, que seja realizada a recuperação e a ampliação da rede coletora de esgoto em Ipojuca, que beneficiará toda a população local e a população flutuante.
É vital lembrar que ter água limpa e saneamento básico não é só uma necessidade para a vida e conforto das pessoas, mas também um direito humano. Isso foi declarado pela Assembleia Geral da ONU, uma entidade globalmente reconhecida. Esse direito está ligado a outros, como o direito à vida, saúde, boa alimentação e uma casa decente.
Assim, é obrigação dos governos garantir que todos possam usufruir desses direitos, sem exceções. Infelizmente, em Pernambuco, nem todos têm essas garantias. Segundo o IBGE, cerca de 775 mil pessoas ainda vivem sem acesso a esses serviços básicos e, logo, seus direitos humanos não são totalmente respeitados.
Esses dois fatores, escassez e a má qualidade das águas, atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os Ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008542/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Exma. Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, Ilmo. Sr. Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura e ao Ilmo. Sr. Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de conclusão da recuperação da PE-304, que liga o município de Tabira – PE a divisa com o estado da Paraíba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora; Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor do Departamento de Estradas e Rodagens.

Justificativa

A retomada da requalificação da PE-304, que liga o município de Tabira à divisa com o estado da Paraíba, é fundamental para o desenvolvimento econômico, social e logístico da região. Essa rodovia desempenha um papel estratégico na mobilidade de pessoas e no escoamento da produção local, favorecendo a integração entre os estados e impulsionando setores como o comércio, a agricultura e o turismo.
Além disso, a precariedade da via tem gerado riscos para motoristas e pedestres, aumentando a incidência de acidentes e dificultando o acesso a serviços essenciais, como saúde e educação. A retomada da obra contribuirá para a segurança viária, a redução dos custos com manutenção de veículos e o fortalecimento da economia regional, promovendo mais qualidade de vida para a população.
Portanto, a recuperação da PE-304 é uma necessidade urgente que beneficiará tanto os moradores locais quanto os usuários da rodovia, garantindo maior eficiência no transporte e estimulando o crescimento sustentável da região.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

LUCIANO DUQUE
Deputado

Indicação Nº 008543/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e e ao Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA, no sentido de promover a melhoria do abastecimento de água potável no município de Barra de Guabiraba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA; Diogo Lima, Prefeito de Barra de Guabiraba; Genivaldo Gonçalo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Barra de Guabiraba.

Justificativa

O presente pedido visa diminuir os problemas sofridos pelas famílias residentes no município supracitado, as mesmas, no atual momento, possuem recursos hídricos escassos e isso dificulta a realização das mais simples atividades domésticas como lavar roupa, por exemplo. A população reclama estar esquecida pelo poder público. Nesse ínterim, a proposta em questão objetiva sensibilizar a COMPESA e a Chefe do Executivo, para que tomem urgentes providências no sentido de possibilitar a liberação de recursos suficientes para iniciar serviços de abastecimento de água potável através de carro pipa para o município supracitado. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município acima mencionado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008544/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; o Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de concluir a obra de recuperação da PE-060, partindo do Distrito de Camela, município de Ipojuca, especificamente no trecho do Engenho de Todos os Santos e o Posto de Entrada de Camela, até o Km limite com a antiga BR-101 Sul, bem como realizar a manutenção permanente ao longo de toda extensão da referida rodovia.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A Rodovia PE-060 é uma via crucial para o município de Ipojuca, servindo como principal acesso às praias do litoral sul de Pernambuco e desempenhando um papel vital no escoamento da produção industrial do Complexo de Suape. Reconhecendo sua importância, o Governo de Pernambuco anunciou, em setembro de 2024, um investimento de R$ 74,8 milhões para a requalificação da PE-060, abrangendo aproximadamente 85,96 quilômetros. As obras incluem serviços de drenagem, pavimentação e sinalização horizontal e vertical, com previsão de conclusão em 18 meses.
A manutenção contínua da PE-060 é essencial para garantir a durabilidade das melhorias em andamento e assegurar a segurança dos usuários. A revitalização e recuperação asfáltica da via não só melhora a qualidade da estrada, como também prolonga sua vida útil, resultando em economia de recursos a longo prazo. Isso envolve a reparação de quaisquer danos ou defeitos na superfície da estrada e a aplicação de um novo revestimento asfáltico, se necessário.
É crucial lembrar que uma rodovia bem conservada e segura beneficia a todos - motoristas, passageiros e a comunidade em geral. Além disso, a rodovia PE-060, partindo do Distrito de Camela, município de Ipojuca, especificamente no trecho do Engenho de Todos os Santos e o Posto de Entrada de Camela, até o Km limite com a antiga BR 101 Sul é uma rota importante para o município e para o estado de Pernambuco.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008545/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca e ao Senhor Matheus Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, no sentido de garantir que as linhas de ônibus que trafegam nos bairros de Porto de Galinhas, Serrambi e Camela, todos em Ipojuca cumpra os horários estabelecidos/itinerários e aumente a frota disponível e ampliação do horário de atendimento à população, acabando com os constantes atrasos que prejudicam a população.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Matheus Silva de Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte.

Justificativa

A população Ipojucana não suporta o descaso promovido pelo Governo do Estado e o Grande Recife Consórcio em relação ao transporte público local. Recebemos diariamente inúmeras denúncias sobre a falta de pontualidade e, muitas vezes, a falta de veículos das linhas de ônibus que trafegam nos bairros de Porto de Galinhas, Serrambi e Camela, todos em Ipojuca.
Dessa forma, é imperioso que se cumpra os horários estabelecidos/itinerários e que se aumente a frota disponível, além da ampliação do horário de atendimento à população, acabando com os constantes atrasos que prejudicam a população.
Moradores relatam que chegam a esperar em torno de 2h e, na maioria das vezes, o ônibus do primeiro horário (4h), corriqueiramente, não cumpre o horário. Além de expor os cidadãos durante a madrugada, há ainda o temor dos mesmos em perder seus empregos por não conseguirem ser pontuais em seus postos de trabalho.
O Grande Recife Consórcio, precisa cobrar das empresas que executem os contratos, ou seja, que o quantitativo de ônibus possa de fato estar nas ruas, sendo necessário que o Estado tome ações mais assertivas aumentando a fiscalização e penalizando a empresa pelo desrespeito a pontualidade e a quantidade de veículos disponíveis diariamente.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008546/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, e ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, no sentido providenciar com máxima urgência a construção de duas estações elevatórias e recuperação de outras duas elevatórias de esgoto, implantação e recuperação de cerca de 30 quilômetros de rede coletora, além da construção de uma nova estação de tratamento de esgoto, no bairro de Porto de Galinhas, no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa.

Justificativa

O presente apelo, visa garantir que seja construída duas estações elevatórias e recuperação de outras duas elevatórias de esgoto, implantação e recuperação de cerca de 30 quilômetros de rede coletora, além da construção de uma nova estação de tratamento de esgoto, para benefício de 28 mil pessoas.
É vital lembrar que ter água limpa e saneamento básico não é só uma necessidade para a vida e conforto das pessoas, mas também um direito humano. Isso foi declarado pela Assembleia Geral da ONU, uma entidade globalmente reconhecida. Esse direito está ligado a outros, como o direito à vida, saúde, boa alimentação e uma casa decente.
Assim, é obrigação dos governos garantir que todos possam usufruir desses direitos, sem exceções. Infelizmente, em Pernambuco, nem todos têm essas garantias. Segundo o IBGE, cerca de 775 mil pessoas ainda vivem sem acesso a esses serviços básicos e, logo, seus direitos humanos não são totalmente respeitados.
Esses dois fatores, escassez e a má qualidade das águas, atingem uma grande parcela do povo pernambucano, especialmente os Ipojucanos. Lamentavelmente, esta situação tem prejudicado a qualidade de vida dos moradores. O acesso aos recursos hídricos tem se tornado uma questão amplamente debatida pela população, que exige uma resposta pela falta de qualidade na prestação dos serviços realizados pela Compesa.
Portanto, em resposta ao apelo da população, solicitamos com urgência a execução das medidas necessárias que visem melhorar o abastecimento de água com a finalidade de prevenir doenças, promover a saúde e melhorar a qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008547/2025

Indicamos a Mesa, ouvindo o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Apelo à Excelentissima Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. Secretário de Educação de Pernambuco, Gilson José Monteiro Filho, no sentido de promover melhorias na Escola Estadual Domingos Albuquerque, localizada no Centro da cidade de Ipojuca, para realização de serviços de reparos nas salas de aula e nas cadeiras disponíveis aos estudante, manutencão nos aparelhos de ar-condicionado e ventiladores e viabilizar um projeto para construção de um novo espaço, alocando os alunos em salas mais confortáveis e acessíveis à todos.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

A indicação ora apontada, de acordo com as ações sinalizadas, se fazem necessárias a fim de apresentar eficiência e qualidade de ensino na escola supramencionada.
Outrora, é de conhecimento comum que o ambiente onde o jovem encontra-se para estudar interfere em toda o desempenho e aprendizado, o que, sem dúvidas é de máxima importância para que se atinga o sucesso escolar dos estudantes.
Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008548/2025

Indicamos à Mesa, ouvindo o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Apelo à Excelentissima Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Gilson José Monteiro Filho, no sentido de promover melhorias na Escola Estadual - Escola De Referencia Em Ensino Medio Frei Otto, localizada em Nossa Senhora do Ó, cidade de Ipojuca, para realização de serviços de reparos nas salas de aula e nas cadeiras disponíveis aos estudante, manutencão nos aparelhos de ar-condicionado e ventiladores e viabilizar um projeto para construção de um

novo espaço, alocando os alunos em salas mais confortáveis e acessíveis à todos.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

A indicação ora apontada, de acordo com as ações sinalizadas, se fazem necessárias a fim de apresentar eficiência e qualidade de ensino na escola supramencionada.
Outrora, é de conhecimento comum que o ambiente onde o jovem encontra-se para estudar interfere em toda o desempenho e aprendizado, o que, sem dúvidas é de máxima importância para que se atinga o sucesso escolar dos estudantes.
Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008549/2025

Indicamos à Mesa, ouvindo o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Apelo à Excelentissima Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Gilson José Monteiro Filho, no sentido de promover melhorias na Escola de Referência em Ensino Médio José Mário Alves da Silva, localizada em Porto de Galinhas, cidade de Ipojuca, para realização de serviços de reparos nas salas de aula e nas cadeiras disponíveis aos estudante, manutencão nos aparelhos de ar-condicionado e ventiladores e viabilizar um projeto para construção de um novo espaço, alocando os alunos em salas mais confortáveis e acessíveis à todos.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação de Pernambuco; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Flávio do Cartório, Presidente da Câmara de Vereadores de Ipojuca.

Justificativa

A indicação ora apontada, de acordo com as ações sinalizadas, se fazem necessárias a fim de apresentar eficiência e qualidade de ensino na escola supramencionada.
Outrora, é de conhecimento comum que o ambiente onde o jovem encontra-se para estudar interfere em toda o desempenho e aprendizado, o que, sem dúvidas é de máxima importância para que se atinga o sucesso escolar dos estudantes.
Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008550/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de construir uma ciclovia em Nossa Senhora do Ó, passando por Muro Alto e abrangendo Serrambi e Camela.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco.

Justificativa

Atualmente, o uso de bicicletas como meio de transporte tem se tornado uma prática global, especialmente após a pandemia do novo coronavírus, que exige a necessidade de evitar aglomerações. Isso tem resultado em um aumento significativo de ciclistas em todo o país. Os principais motivos que levam os pernambucanos a adotar cada vez mais as bicicletas para transporte e lazer incluem trânsito intenso, altos custos de combustível, desejo de preservar o meio ambiente e, sobretudo, a busca por saúde e bem-estar.
A bicicleta vem sendo utilizada não apenas para lazer aos domingos, mas também como meio de transporte diário. Muitos pernambucanos utilizam as bicicletas para ir ao trabalho, supermercados, farmácias e lanchonetes. Esse novo padrão de mobilidade requer adaptações por parte da Administração Pública para atender à crescente demanda da população.
Nesse contexto, a construção de uma ciclovia em Ipojuca, com destino a Nossa Senhora do Ó, torna-se uma alternativa que vai além do lazer, servindo como um incentivo ao uso da bicicleta, um meio de transporte barato e ecológico. Além disso, a proposta busca melhorar a infraestrutura local, otimizando o sistema de transporte público e favorecendo o turismo na região. Ipojuca é conhecida por suas belas praias, como Muro Alto, Cupe, Maracaípe, Toquinho, Enseadinha, e, especialmente, Porto de Galinhas, uma das mais belas do Brasil.
Desta forma, indicamos ao Governo Estadual que construa uma ciclovia na Avenida Leopoldo Lins na cidade de Tamandaré. Além da melhoria na infraestrutura municipal, existem vários benefícios que favorecem a região, como a melhoria na mobilidade urbana, o desenvolvimento do turismo e qualidade de vida da população.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008551/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado e ao Exmo. Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado, no sentido de viabilizarem a pavimentação asfáltica da VPE-048 que liga o centro do município de Vitória de Santo Antão a comunidade de Outeiro, neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, visando à pavimentação asfáltica da VPE-048 que liga o centro do município de Vitória de Santo Antão a comunidade de Outeiro.
Atualmente a via não se encontra pavimentada o que torna o seu tráfego bastante difícil e gerando enorme transtornos à população.
No intuito de melhorar as condições de segurança e trafegabilidade para todos os que transitam no aludido percurso, requeremos esta medida com a maior brevidade possível.
O atendimento ao referido pleito certamente trará significativa relevância para a mobilidade da região em tela, bem como promoverá impactos positivos sobre o bem-estar de todos.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008552/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e a Excelentíssima Senhora Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco, Mauricélia Vidal Montenegro, e Exmo. Sr. Secretário de Educação, Gilson José Monteiro Filho, a fim de que seja criado um Espaço 4.0 no município de Barra de Guabiraba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Mauricélia Montenegro, Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Pernambuco; Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação de Pernambuco; Diogo Lima, Prefeito de Barra de Guabiraba; Genivaldo Gonçalo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Barra de Guabiraba.

Justificativa

Conforme disponibilizado no sítio eletrônico da Sec. de Ciência, Tecnologia e Inovação do estado de Pernambuco, os Espaços 4.0 são centros de inovação que devem estar localizados em todas Escolas Técnicas Estaduais (ETE) e em diversas Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) do Estado, reunindo laboratório maker e laboratório de tecnologias de informação e comunicação, aberto à participação da comunidade escolar e do ecossistema local.
Tais centros portam de equipamentos de última geração, como Impressoras 3D, Scanners 3D, Lasercuts, kits arduinos de diversos modelos, entre outros, possibilitando que professores e estudantes monitores comandem as ações, que envolvem os eixos de criatividade, empreendedorismo e inovação e de habilidades do futuro. O objetivo, assim, é promover a a interiorização dos equipamentos de inovação e o fortalecimento do ensino-aprendizagem baseado em metodologias ativas, de modo que a escola se abre para o ecossistema local, desenvolvendo projetos e parcerias em conjunto.
É de conhecimento comum a importância de ações do governo, semelhantes a mencionada, para estimular o estudo e inovação, sobretudo no interior do Estado. Com a tecnologia mais presente a cada dia na rotina das pessoas, espaços como o apontado, proporcionam o aprendizado e incentivo dos jovens e alunos a fim de que possam estar alinhados com o futuro que almejam, além de estimular a busca constante por novos conhecimentos, garantindo a todos um novo horizonte de oportunidades.
Desta feita, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008553/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de viabilizar a recuperação asfáltica, instalação de sistema de drenagem, realização da limpeza horizontal e vertical, sinalização e ainda a manutenção permanente ao longo da PE-038, em Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A manutenção e recuperação asfáltica da rodovia extensão da rodovia PE-038, em Ipojuca, é de extrema importância. Este processo inclui a limpeza horizontal e vertical, a revitalização e a recuperação asfáltica da via.
A limpeza horizontal e vertical é crucial para a segurança e eficiência do trânsito na rodovia. A limpeza horizontal envolve a remoção de detritos e obstáculos da superfície da estrada, enquanto a limpeza vertical se refere à limpeza e manutenção das áreas laterais da rodovia, incluindo o corte de vegetação excessiva e a remoção de detritos.
A revitalização e recuperação asfáltica da via não só melhora a qualidade da estrada, como também prolonga sua vida útil, resultando em economia de recursos a longo prazo. Isso envolve a reparação de quaisquer danos ou defeitos na superfície da estrada e a aplicação de um novo revestimento asfáltico, se necessário.
Após as intervenções, a manutenção permanente da rodovia é essencial para garantir sua longevidade e segurança. Isso inclui monitoramento regular, manutenção preventiva e reparos oportunos.
É crucial lembrar que uma rodovia bem conservada e segura beneficia a todos - motoristas, passageiros e a comunidade em geral. Além disso, a rodovia PE-038, em Ipojuca é uma rota importante para o município e para o estado de Pernambuco.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008554/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, Exma. Sra. Secretária de Saúde, Zilda do Rego Cavalcanti e Exma. Sra. Gessyanne Vale Paulino, Diretora-Presidente do Hemope - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, a fim de que seja realizada uma campanha intinerante no Hemope na cidade de Barra de Guabiraba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Zilda Do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado; Gessyanne Vale Paulino, Diretora-Presidente do Hemope - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco; Diogo Lima, Prefeito de Barra de Guabiraba; Genivaldo Gonçalo da Silva, Presidente da Câmara de Vereadores de Barra de Guabiraba.

Justificativa

A indicação ora sucitada tem o intuito de aumentar o estoque de sangue em todo o Estado. Assim, a presença de uma campanha intinerante no município mencionado, seria de supra importância para realização de coletas de doadores. Na oportunidade, o comitiva do Hemope, pode também realizar campanha para angariar doadores de medula. Assim, no exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008555/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, e ao Senhor Matheus Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, no sentido de providenciar o aumento da frota de ônibus que realiza a Linha Cabo/Ipojuca, com a finalidade de redução do tempo de espera para os moradores das cidades do Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho que dependem deste meio de transporte, com máxima urgência possível.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Matheus Silva de Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte.

Justificativa

A presente indicação visa garantir que seja aumentando a frota de ônibus que operam na linha CABO / IPOJUCA, conforme divulgado pelo Grande Recife Consórcio, houve uma redução da frota em todas as linhas de ônibus que compões o Sistema de Transporte Público.
Para além disso, temos observado que a demanda atual excede a capacidade dos serviços de transporte existentes, ocasionando longos tempos de espera para os moradores de diversas localidades, especialmente os que dependem exclusivamente do transporte público rodoviário.
Acreditamos que a inclusão de mais ônibus na rota ajudará a aliviar esse problema e melhorará a qualidade de vida dos moradores do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Além disso, solicitamos também a disponibilização de mais viagens para atender adequadamente a população dessas localidades situadas no litoral sul.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008556/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, e ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, no sentido de viabilizar a recuperação asfáltica, instalação de sistema de drenagem, realização da limpeza horizontal e vertical, sinalização e ainda a manutenção permanente ao longo da PE-028, principalmente, no acesso a Suape no município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A manutenção e recuperação asfáltica da rodovia PE-028, especialmente no acesso a Suape no município de Ipojuca, é de extrema importância. Este processo inclui a limpeza horizontal e vertical, a revitalização e a recuperação asfáltica da via.
A limpeza horizontal e vertical é crucial para a segurança e eficiência do trânsito na rodovia. A limpeza horizontal envolve a remoção de detritos e obstáculos da superfície da estrada, enquanto a limpeza vertical se refere à limpeza e manutenção das áreas laterais da rodovia, incluindo o corte de vegetação excessiva e a remoção de detritos.
A revitalização e recuperação asfáltica da via não só melhora a qualidade da estrada, como também prolonga sua vida útil, resultando em economia de recursos a longo prazo. Isso envolve a reparação de quaisquer danos ou defeitos na superfície da estrada e a aplicação de um novo revestimento asfáltico, se necessário.
Após as intervenções, a manutenção permanente da rodovia é essencial para garantir sua longevidade e segurança. Isso inclui monitoramento regular, manutenção preventiva e reparos oportunos.
É crucial lembrar que uma rodovia bem conservada e segura beneficia a todos - motoristas, passageiros e a comunidade em geral. Além disso, a rodovia PE-028 é uma rota importante para o acesso a Suape, um polo econômico essencial para o município de Ipojuca e para o estado de Pernambuco.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.
Destinatários

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008557/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, à Exma. Sra. Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado, no sentido de viabilizar a instalação de uma unidade de coleta do Centro de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE nas dependências do Hospital João Murilo de Oliveira, em Vitória de Santo Antão, neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exma. Sra. Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado; Ilma. Sra. Raquel Carneiro de Albuquerque Santana Teixeira, Diretora Presidente da Fundação Hemope; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

Por sua localização estratégica, franco crescimento urbano, populacional e econômico, Vitória de Santo Antão é uma cidade polo na Zona da Mata do Estado, para onde converge expressivo número de pessoas de vários municípios da região, para desfrutar da oferta do setor médico, educacional e de serviços.
Nesse sentido, a população tem se ressentido da ausência de um centro de hematologia, considerando a necessidade de realizar deslocamento à Capital para realizar doações sanguíneas, bem como melhorar a oferta para o armazenamento no Banco Estadual de Coleta.
Pelo exposto, torna-se premente a instalação de uma unidade do HEMOPE no citado município, uma vez que irá beneficiar sobremaneira a prestação desses serviços diante das demandas elevadas da população.
Em face de sua relevância, solicitamos aos Nobres Pares o acolhimento desta proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008558/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo à Exma. Sra. Mirella Almeida, Prefeita de Olinda e a Ilma. Sra. Ana Callou, Secretária de Saúde, para solicitar a reforma da Sede do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) de Olinda.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Mirella Almeida, Prefeita de Olinda; Ana Callou, Secretaria de Saúde.

Justificativa

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) desempenha um papel fundamental na saúde pública, sendo essencial na prestação de cuidados em situações de urgência e emergência. Em Olinda, esse serviço é crucial para a proteção da saúde da população, garantindo agilidade e eficiência no atendimento a casos graves. O pleito encaminhado à Prefeitura de Olinda visa solicitar medidas imediatas para a reforma e melhoria das instalações da sede do SAMU, a fim de garantir condições mais dignas e seguras de trabalho para os profissionais que se dedicam a salvar vidas e a atender a sociedade pernambucana com excelência.
Diante disso, solicito aos Nobres Pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

GILMAR JUNIOR
Deputado

Indicação Nº 008559/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, e ao Senhor Matheus Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, no sentido de solicitar o aumento da frota de ônibus que faz o itinerário Camela / Centro de Ipojuca e que a mesma seja iniciada às 05h da manhã, bem como a retomada do itinerário com retorno da frota que liga Camela a SUAPE em caráter de urgência
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Matheus Silva de Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte.

Justificativa

Desde quando houve a suspensão/redução dos serviços de transporte público, pela decorrência da pandemia do Covid-19, os moradores do distrito de Camela foram gravemente prejudicados, seja com a retirada de linhas importantes que ligam o distrito a SUAPE, por exemplo, ou redução no horário de funcionamento da linha que liga Camela ao centro de Ipojuca.
Isto fere o Direito Constitucional de ir e vir da população, além de ferir também o Direito Social que é o transporte, pois é dever do Estado garantir que o serviço seja prestado com dignidade de forma a atender todas as necessidades no deslocamento dos cidadãos. Além disso, é dever da administração pública intervir para restabelecer seu regular funcionamento ou retomar sua prestação.
No entanto, não é isso que ocorre para os residentes do distrito de Camela no município de Ipojuca. Os moradores relatam poucos ônibus destinados à região, principalmente nas primeiras horas do dia, o que resulta em superlotação e atrasos.
Ademais, a frota de ônibus destinada a SUAPE, foi retirada em virtude da pandemia do COVID-19 e o serviço obrigatório não foi retomado, resultando em prejuízo para população que precisa pagar preços mais altos em transportes privados para se deslocar.
Esta medida prejudica pouco mais dos 20 mil habitantes do distrito de Camela diretamente, e indiretamente todo o município de Ipojuca, pois os demais distritos e bairros ficam sem ligação direta com Camela, prejudicando a economia local, o desenvolvimento econômico e sacrificando ainda mais os moradores pela falta de um transporte público digno.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008560/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado APELO à Exma. Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Teixeira Lyra Lucena e ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Esportes, Gilson José Monteiro Filho, para que promovam concursos públicos para a categoria de Agentes de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial da Rede Estadual de Ensino.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
GILSON JOSÉ MONTEIRO FILHO, Secretário de Educação e Esportes; Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado.

Justificativa

A presente indicação visa solicitar a promoção de concursos públicos destinados à contratação de profissionais da categoria de Agente de Apoio de Desenvolvimento Escolar Especial para toda a Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco.
É de extrema importância que o Estado atenda à necessidade crescente de profissionais qualificados para garantir o atendimento adequado aos alunos que necessitam de
acompanhamento especializado no ambiente escolar. O Agente de Apoio de Desenvolvimento Escolar Especial tem um papel fundamental na inclusão e no suporte aos estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento e outras necessidades educacionais específicas, buscando assegurar o direito à educação de qualidade para todos, independentemente das suas condições.
Atualmente, observa-se uma lacuna significativa na oferta de concursos públicos para esta categoria, o que limita a atuação dos profissionais e compromete a qualidade do atendimento oferecido a esses estudantes.
Essa ausência de concursos é uma preocupação histórica do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Pernambuco (SINTEPE), além de outras organizações de trabalhadores da educação, que têm se mobilizado constantemente para garantir melhores condições de trabalho e mais oportunidades para os profissionais da educação.
A luta pela valorização dos Agentes de Apoio de Desenvolvimento Escolar Especial é um movimento legítimo, que visa garantir a ampliação do quadro de profissionais especializados, possibilitando uma atuação mais eficiente na promoção da inclusão e no atendimento das demandas educacionais no Estado. A realização de concursos públicos para essa categoria não só é uma necessidade urgente, como também uma medida estratégica para assegurar que a Rede Pública de Pernambuco possa atender a todos os seus estudantes de forma plena e com qualidade.
Portanto, solicitamos a atenção da Governadora para este pleito, com o intuito de garantir a inclusão de todos os estudantes nas escolas públicas, de modo a promover um ambiente educacional mais justo e acessível a todos.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

DANI PORTELA
Deputada

Indicação Nº 008561/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Apelo à Excelentíssima Senhora Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Excelentíssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado de Pernambuco, Excelentíssimo Sr. Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER, no sentido de **viabilizarem serviços de recuperação e recapeamento asfáltico na Estrada do Monjope, extensão da PE 14, em Igarassu/PE.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena,, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER.

Justificativa

A Estrada do Monjope é uma importante rodovia que liga a BR 101 a área Rural de Igarassu, via essencial que está bastante deteriorada devido ao intenso tráfego de veículos, e um período prolongado de falta de manutenção. O trecho a ser recuperado vai da ponte do Engenho Monjope até a ETA Botafogo. É necessário ressaltar que atualmente na situação que a rodovia se encontra vem prejudicando o escoamento da produção agrícola, aviaria, e também o acesso a Estação de Tratamento de Água Botafogo. Além das avarias geradas pela ocorrência de buracos, desníveis e falta de sinalização existentes em praticamente toda a sua extensão, na maioria do percurso da via não existe mais o asfalto, tanto que em épocas de chuva, fica inviável a circulação, afetando inclusive o transporte escolar. A via necessita de uma atenção especial, um projeto de requalificação em toda sua extensão, pois a carência da infraestrutura adequada põe em risco a segurança daqueles que ali trafegam. A rodovia está em péssimo estado de trafegabilidade e estas benfeitorias beneficiarão a todos que poderão trafegar com qualidade. Considerando a importância da referida indicação, resta-nos solicitar de nossos pares legislativos a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

MÁRIO RICARDO
Deputado

Indicação Nº 008562/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas formalidades regimentais, que seja enviado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado e ao Exmo. Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado, no sentido de viabilizarem a implantação da iluminação da PE-54, que liga o Distrito de Pirituba ao município de Vitória de Santo Antão, neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exma. Sra. Núbia da Silva Meira, Subprefeita do Distrito de Pirituba; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo ao Governadora e ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, visando a implantação da iluminação da PE-54, que liga o Distrito de Pirituba ao município de Vitória de Santo Antão.
Atualmente a rodovia encontra-se com uma iluminação precária, o que coloca em risco a vida de todos que por ela trafegam.
No intuito de aperfeiçoar as condições de segurança e trafegabilidade para os que transitam no aludido percurso, requeremos esta medida com a maior brevidade possível.
O atendimento ao referido pleito certamente trará significativa relevância para a mobilidade da região em tela, bem como promoverá impactos positivos sobre o bem-estar de todos.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008563/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima

Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de concluir a obra de recuperação da PE-060, além da limpeza horizontal e vertical, sinalização e ainda a manutenção permanente da via ao longo de toda extensão da rodovia que corta o município de Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A manutenção e recuperação asfáltica da rodovia PE-060, especialmente o trecho que corta o município de Ipojuca, é de extrema importância. Este processo inclui a limpeza horizontal e vertical, a revitalização e a recuperação asfáltica da via.
A limpeza horizontal e vertical é crucial para a segurança e eficiência do trânsito na rodovia. A limpeza horizontal envolve a remoção de detritos e obstáculos da superfície da estrada, enquanto a limpeza vertical se refere à limpeza e manutenção das áreas laterais da rodovia, incluindo o corte de vegetação excessiva e a remoção de detritos.
A revitalização e recuperação asfáltica da via não só melhora a qualidade da estrada, como também prolonga sua vida útil, resultando em economia de recursos a longo prazo. Isso envolve a reparação de quaisquer danos ou defeitos na superfície da estrada e a aplicação de um novo revestimento asfáltico, se necessário.
Após as intervenções, a manutenção permanente da rodovia é essencial para garantir sua longevidade e segurança. Isso inclui monitoramento regular, manutenção preventiva e reparos oportunos.
É crucial lembrar que uma rodovia bem conservada e segura beneficia a todos - motoristas, passageiros e a comunidade em geral. Além disso, a rodovia PE-060 é uma rota importante para o município e para o estado de Pernambuco.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.
É crucial lembrar que uma rodovia bem conservada e segura beneficia a todos - motoristas, passageiros e a comunidade em geral. Além disso, a rodovia PE-060 é uma rota importante para o município e para o estado de Pernambuco.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008564/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca e ao Senhor Matheus Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, no sentido de aumentar a fiscalização no cumprimento dos horários da linha 197 - CABO / IPOJUCA, sob a gestão da São Judas Tadeu Ltda., e aplicar penalidades nas situações de desrespeito por parte da concessionária, devendo ainda aumentar o quantitativo de ônibus que compõem esta linha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Matheus Silva de Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte.

Justificativa

A população Ipojucana não suporta o descaso promovido pelo Governo do Estado e o Grande Recife Consórcio em relação ao transporte público local. Recebemos diariamente inúmeras denúncias sobre a falta de pontualidade e, muitas vezes, a falta de veículos da linha 197 - CABO / IPOJUCA, sob a gestão da São Judas Tadeu Ltda.
Moradores relatam que chegam a esperar em torno de 2h e, na maioria das vezes, o ônibus do primeiro horário (4h), corriqueiramente, não cumpre o horário. Além de expor os cidadãos durante a madrugada, há ainda o temor dos mesmos em perder seus empregos por não conseguirem ser pontuais em seus postos de trabalho.
O Grande Recife Consórcio, precisa cobrar das empresas que executem os contratos, ou seja, que o quantitativo de ônibus possa de fato estar nas ruas, sendo necessário que o Estado tome ações mais assertivas aumentando a fiscalização e penalizando a empresa pelo desrespeito a pontualidade e a quantidade de veículos disponíveis diariamente.
Diante desta realidade, solicitamos aos senhores responsáveis que tomem as medidas necessárias para que a população não seja mais prejudicada. Solicitamos o aumento da fiscalização do horário da linha CABO / IPOJUCA, pois centenas de trabalhadores vêm sendo prejudicados com longas esperas, que chegam até 2h aguardando o ônibus.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008565/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, Exmo. Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social e ao Ilmo. Sr. Coronel BM Francisco Cantarelli, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, no sentido de viabilizar a construção de nova unidade do Corpo de Bombeiros, em Vitória de Santo Antão, neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social do Estado; Ilmo. Sr. Coronel BM Francisco Cantarelli, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A indicação que ora submeto a esta Casa Legislativa tem por finalidade fazer um apelo às autoridades acima citadas para que unam esforços visando a construção de nova unidade do Corpo de Bombeiros, em Vitória de Santo Antão.
Com uma população de mais de 140 mil habitantes o município é merecedor de uma estrutura maior e melhor do Corpo de Bombeiros. Além de se tratar de um Polo Industrial e uma localidade estratégica da Zona da Mata Pernambucana.
O atendimento ao referido pleito certamente trará significativa relevância para a segurança da localidade em tela, trazendo qualidade de vida também para região circunvizinha.
Portanto, em virtude do que foi exposto, nada mais justo que seja realizada a construção de nova unidade do Corpo de Bombeiros, em Vitória de Santo Antão.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008566/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca e ao Senhor Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER, no sentido de providenciar com máxima urgência a implantação de uma Ciclovia em toda a extensão da PE-060, com 86,80kms de extensão, ligando o Cabo de Santo Agostinho a São José da Coroa Grande, especialmente no trecho que corta o município de Ipojuca, garantindo a iluminação, sinalização e condições de trafegabilidade para a ciclovia.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER.

Justificativa

A malha cicloviária de Pernambuco não tem sido suficiente para garantir o deslocamento de quem trabalha com a bicicleta ou mesmo utiliza para o lazer, é importante registrar que segundo dados do Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), em estudo realizado em 2011, é grande o número de pessoas que vão a pé ou de bicicleta para o trabalho 19%.
Neste sentido, tem crescido bastante o a produção de Bicicletas no país, dados da Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares – ABRACICLO que representa o setor, no acumulado até Julho de 2023 foram produzidas quase 304 mil bicicletas no Brasil, já no ano de 2022 foram produzidas mais 599 mil bicicletas no Brasil.
Ou seja, há um apontamento de crescimento da compra e venda de bicicletas em todo o país e em Pernambuco não é diferente, ocorre que o Estado não conseguiu ampliar a rota cicloviária até o presente momento, já são quase 10 (dez) anos de pactuação do Plano Diretor cicloviário da Região Metropolitana do Recife e não teve o avanço esperado.
Em sendo assim, levando em conta os principais pontos de passagem da rodovia, qual seja, Entr. BR-101 (Antiga - Cabo de Santo Agostinho) - PE-028 (P/ Gaíbu) - VPE-052 (P/ SUAPE) - Ipojuca - PE-038 (P/ Porto de Galinhas) - PE-051 (P/ Serrambi) - Sirinhaém - PE-061 (P/ Barra de Sirinhaém) - Rio Formoso - PE-076 (P/ Tamandaré) - PE-096 (P/ Água Preta) - Barreiros - São José da Coroa Grande - Div. PE/AL, temos a extensão total de 86,80km com uma população de mais de 461 mil habitantes.
Dessa forma a implantação desta ciclovia em toda a extensão da PE-060, beneficiará pouco mais de 461 mil pessoas, que poderão se transportar do trabalho para a casa com segurança e celeridade, além de conhecer todo o litoral sul do Estado para turismo e lazer, movimentando a economia local.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008567/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de instalar uma lombada eletrônica na comunidade de Rurópolis, na PE-60, em Ipojuca, devido ao elevado número de acidentes que acontecem nesta região.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER.

Justificativa

Essa proposta busca atender uma demanda urgente da comunidade de Rurópolis, que solicita a instalação de uma lombada eletrônica na rodovia PE-60. A área apresenta um fluxo de veículos muito acima do ideal, o que acaba colocando em risco diariamente a segurança dos moradores que precisam atravessar a rodovia.
A comunidade lamenta, com grande pesar, o número elevado de acidentes com vítimas fatais que já ocorrem no trecho em razão da falta de sinalização adequada, faixa de pedestres e lombada eletrônica.
Os radares são instrumentos de segurança viária de suma importância para a prevenção de acidentes. Eles inibem a imprudência de motoristas que, sem qualquer restrição, dirigem de maneira irresponsável e perigosa.
A comunidade de Rurópolis, situada no município de Ipojuca, através deste mandato, faz um apelo às autoridades responsáveis para que atendam essa requisição, instalando a lombada eletrônica. Isso não apenas minimizaria o risco de novas vítimas fatais na localidade, mas também traria mais segurança e tranquilidade à população local, que se sente ameaçada pela alta velocidade dos veículos que passam pelo local diariamente.
Essa medida de segurança viária é de suma importância e sua implementação poderia salvar inúmeras vidas, trazendo mais segurança e conforto para a população de Rurópolis. Além disso, ela reforçaria o compromisso das autoridades com a segurança e o bem-estar dos cidadãos, demonstrando que a vida e a segurança das pessoas são uma prioridade.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008568/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca e ao Senhor Matheus Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, no sentido de fiscalizar o percurso da linha 196 – Nossa Senhora do Ó / TI Cabo, principalmente os primeiros veículos da manhã, devendo ainda aumentar o quantitativo de ônibus que compõem esta linha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Matheus Silva de Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte.

Justificativa

A população Ipojucana não suporta o descaso promovido pelo Governo do Estado e o Grande Recife Consórcio em relação ao transporte público local. Recebemos diariamente inúmeras denúncias sobre a falta de pontualidade e, muitas vezes, a falta de veículos da linha 196 – Nossa Senhora do Ó / TI Cabo.
Moradores relatam que chegam a esperar em torno de 2h e, na maioria das vezes, o ônibus do primeiro horário (4h), corriqueiramente, não cumpre o horário. Além de expor os cidadãos durante a madrugada, há ainda o temor dos mesmos em perder seus empregos por não conseguirem ser pontuais em seus postos de trabalho.
O Grande Recife Consórcio, precisa cobrar das empresas que executem os contratos, ou seja, que o quantitativo de ônibus possa de fato estar nas ruas, sendo necessário que o Estado tome ações mais assertivas aumentando a fiscalização e penalizando a empresa pelo desrespeito a pontualidade e a quantidade de veículos disponíveis diariamente.
Diante desta realidade, solicitamos aos senhores responsáveis que tomem as medidas necessárias para que a população não seja mais prejudicada. Solicitamos o aumento da fiscalização do horário da linha 196 – Nossa Senhora do Ó / TI Cabo, pois centenas de trabalhadores vêm sendo prejudicados com longas esperas, que chegam até 2h aguardando o ônibus.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008569/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, e ao Senhor Matheus Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, no sentido de providenciar o aumento da frota de ônibus que realiza a Linha Cabo/Camela, com a finalidade de redução do tempo de espera para os moradores das cidades do Ipojuca e do Cabo de Santo Agostinho que dependem deste meio de transporte, com máxima urgência possível.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Matheus Silva de Freitas, Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte.

Justificativa

A presente indicação visa garantir que seja aumentando a frota de ônibus que operam na linha CABO / CAMELA, conforme divulgado pelo Grande Recife Consórcio, houve uma redução da frota em todas as linhas de ônibus que compões o Sistema de Transporte Público.
Para além disso, temos observado que a demanda atual excede a capacidade dos serviços de transporte existentes, ocasionando longos tempos de espera para os moradores de diversas localidades, especialmente os que dependem exclusivamente do transporte público rodoviário.
Acreditamos que a inclusão de mais ônibus na rota ajudará a aliviar esse problema e melhorará a qualidade de vida dos moradores do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Além disso, solicitamos também a disponibilização de mais viagens para atender adequadamente a população dessas localidades situadas no litoral sul.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008570/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado e ao Exmo. Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura do Estado, no sentido de viabilizarem a reforma e ampliação do Terminal Rodoviário Intermunicipal de Vitória de Santo Antão, neste estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A indicação que ora submeto a esta Casa Legislativa tem por finalidade fazer um apelo às autoridades acima citadas para que unam esforços visando à reforma e ampliação do Terminal Rodoviário Intermunicipal de Vitória de Santo Antão.
Com uma população de mais de 140 mil habitantes o município é merecedor de uma estrutura maior e melhor em sua rodoviária. Além de se tratar de um Polo Industrial e uma localidade estratégica do Agreste Pernambucano.
O atendimento ao referido pleito certamente trará significativa relevância para a mobilidade da região em tela, trazendo qualidade de vida para todos os que trabalham e frequentam o terminal.
Portanto, em virtude do que foi exposto, nada mais justo que seja realizada a reforma e ampliação do Terminal Rodoviário Intermunicipal de Vitória de Santo Antão, neste estado.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008571/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Sr. Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER; no sentido de providenciar a recuperação, da Ponte que fica sob o Rio Ipojuca, localizada na altura do KM-018 da PE-060 em Ipojuca-PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER.

Justificativa

A presente indicação visa requerer que o Governo Estadual recupere a Ponte que fica localizada na PE-060, próxima a Escola Municipal Bela Vista, que fica sob o Rio Ipojuca, pois a mesma está em estado de deterioração, correndo grandes riscos para quem trafega na área, tanto quem trafega em veículos quanto os pedestres.
A recuperação da ponta se faz imperiosa e URGENTE, pois, em média, pouco mais de 6.784 veículos trafegam pela PE-060 (em toda sua extensão), parte deste tráfego 16% são de veículos pesados, ou seja, o risco de ela vir a ceder é gigante, próximo da mesma inclusive fica localizada a fábrica da ConcreArte Suape, responsável por transporte de concreto pesado.
De igual modo, a referida ponte, é uma ligação entre um lado do Rio e outro, que tem de um lado uma Escola Municipal onde diversos estudantes utilizam a ponte para chegar até sua casa e a escola, e do outro lado uma vila com algumas casas, o que pode causar prejuízos e até mesmo mortes de crianças, mães e pais que levam seus filhos para a escola.
Por todo o exposto, é importantíssima a recuperação da referida ponte para que possa trazer a segurança viária necessária, pois, da forma que esta não traz segurança, descumpre as regras básicas de segurança estabelecidas pelos órgãos de controles e entidades de classes, como o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco - CREA-PE e também as normas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008572/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o asfaltamento, roço do mato e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-340, única via de acesso ao município de Betânia, em toda sua extensão.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Erivaldo Bebe Água, Prefeito de Betânia; Núbia Aguiar, Presidência da Câmara Municipal de Betânia.

Justificativa

A rodovia PE-340, única via de acesso ao município de Betânia, não possui qualquer asfaltamento, encontra-se com a vegetação avançando sobre a estrada de terra e sem nenhuma forma de sinalização vertical ou horizontal, o que termina por dificultar o acesso à cidade implicando em inúmeros prejuízos à população.
Entendemos ser inadmissível o fato dessa tão importante rodovia no sertão de Pernambuco ainda se encontrar em estado primitivo. O desenvolvimento de qualquer município está diretamente ligado à infraestrutura situada ao seu redor, e por isso, a precariedade da PE-340 tem atrasado intensamente o crescimento econômico e social de Betânia.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008573/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o recapeamento asfáltico, bem como a limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-422 até o acesso de ligação à BR-316, no município de Itacuruba.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Juninho Cantarelli, Prefeito Eleito de Itacuruba.

Justificativa

A rodovia PE-422 até o acesso de ligação à BR-316, no município de Itacuruba, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, com vegetação que vêm tomando conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada, o que termina por dificultar a mobilidade urbana e rural.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008574/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar a realização da Operação Tapa-Buraco, bem como a limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-219 que liga o município de Pesqueira ao distrito de Cimbres.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Cacique Marcos, Prefeito de Pesqueira.

Justificativa

A rodovia PE-219 que liga o município de Pesqueira ao distrito de Cimbres, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, com vegetação que vêm tomando conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada, o que termina por dificultar a mobilidade urbana e rural.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
A presente indicação parte de um trabalho conjunto entre o Delegado Rossine, conhecedor das necessidades locais, e este Gabinete, em busca de melhorias e desenvolvimento para Pesqueira e região.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008575/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o recapeamento asfáltico, bem como a limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-483 que liga o município de Terra Nova até o acesso à BR-232, no município de Salgueiro.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Dinha Mororó, Prefeito de Terra Nova; Fabinho Lisandro, Prefeito de Salgueiro.

Justificativa

A rodovia PE-483 que liga o município de Terra Nova até o acesso à BR-232, no município de Salgueiro, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, com vegetação que vêm tomando conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada, o que termina por dificultar a mobilidade urbana e rural.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008576/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-390, que liga os municípios de Floresta e Serra Talhada.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Rorró Maniçoba, Prefeita de Floresta; Gilberto Quirino, Presidente da Câmara de Vereadores de Floresta; André Ferraz, Vereador de Floresta; Pedro Vilarim, Vereador de Floresta; Túlio Laranjeira, Vereador de Floresta; Kiel do Pipa, Vereador de Floresta; Chichico Ferraz, Vereador de Floresta; Lenilda Belo, Vereadora de Floresta; Márcia Conrado de Lorena e Sá, Prefeita de Serra Talhada; Pinheiro do São Miguel, Vereador de Serra Talhada; Rosimerio de Cuca, Vereador de Serra Talhada; Romério do Carro de Som, Vereador de Serra Talhada; Carlos Evandro, Liderança Política.

Justificativa

A rodovia PE-390, que liga os municípios de Floresta e Serra Talhada, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, com vegetação que vêm tomando conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada, o que termina por dificultar a mobilidade urbana e rural.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008577/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-304, em toda sua extensão.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER.

Justificativa

A rodovia PE-304, em toda sua extensão, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, com vegetação que vêm tomando conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada, o que termina por dificultar a mobilidade urbana e rural.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008578/2025

Indicamos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado, e ao Ilmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da Compesa, no sentido de viabilizar a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA) no município de Vitória de Santo Antão, neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado; Ilmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da Compesa; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo a Governadora do Estado, a Secretaria de Recursos Hídricos e Saneamento e a Compesa, visando a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (ETA) no município de Vitória de Santo Antão.
Com o crescimento da população da cidade de mais de 140 mil habitantes se faz necessário o desenvolvimento dessa estação com a máxima urgência, a fim de que os vitorienses possam ter mais água límpida para o uso doméstico e para agricultura, uma vez que a região em tela é voltada também ao segmento agrícola.
Entendendo que a água é um bem necessário e insubstituível para qualquer pessoa, apresento esta indicação, a qual solicita as citadas autoridades que melhorem o abastecimento de água naquela localidade, cessando assim os problemas com a escassez e certamente promovendo impactos positivos sobre o bem-estar da comunidade que ora clama pela solução dessa questão.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008579/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra, ao Excelentíssimo Senhor Diogo de Carvalho Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, ao Excelentíssimo Senhor Rivaldo Melo, Diretor Presidente DER-PE; e ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Município de Ipojuca, no sentido de melhorar a iluminação da PE-060 em Ipojuca, no trecho da UPA de Ipojuca
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

Apresentamos a referida indicação para a melhoria da iluminação pública na PE-060, especificamente no trecho próximo à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Ipojuca. A falta de iluminação adequada neste trecho tem gerado preocupações quanto à segurança da população que transita diariamente pelo local, principalmente à noite. A melhoria na iluminação contribuirá significativamente para a redução de acidentes e para a segurança de motoristas, pedestres e moradores da região, promovendo um ambiente mais seguro e acessível.
Portanto, solicito que, por meio dos órgãos competentes, sejam tomadas as providências necessárias para a instalação ou ampliação da iluminação pública neste trecho da PE-060, visando melhorar a visibilidade e garantir maior segurança para todos.
Certo de sua atenção a esta importante demanda, aguardo uma resposta positiva e a realização das providências adequadas.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008580/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; ao Excelentíssimo Senhor Carlos Santana, Prefeito do Munícipio de Ipojuca, e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de concluir a obra de recuperação da PE-009, bem como realizar a manutenção permanente ao longo de toda extensão da referida rodovia situada no município Ipojuca.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER; Carlos Santana, Prefeito de Ipojuca.

Justificativa

A PE-009 é uma via de extrema importância para a mobilidade, o turismo e o desenvolvimento econômico do município de Ipojuca, especialmente por interligar áreas estratégicas e turísticas da região. Por isso, a manutenção e recuperação asfáltica da rodovia extensão da rodovia PE-009, em Ipojuca, é de extrema importância. Este processo inclui a limpeza horizontal e vertical, a revitalização e a recuperação asfáltica da via.
A limpeza horizontal e vertical é crucial para a segurança e eficiência do trânsito na rodovia. Isso envolve a remoção de detritos e obstáculos da superfície da estrada, enquanto a limpeza vertical se refere à limpeza e manutenção das áreas laterais da rodovia, incluindo o corte de vegetação excessiva e a remoção de detritos.A revitalização e recuperação asfáltica da via não só melhora a qualidade da estrada, como também prolonga sua vida útil, resultando em economia de recursos a longo prazo. Isso envolve a reparação de quaisquer danos ou defeitos na superfície da estrada e a aplicação de um novo revestimento asfáltico, se necessário.
Após as intervenções, a manutenção permanente da rodovia é essencial para garantir sua longevidade e segurança. Isso inclui monitoramento regular, manutenção preventiva e reparos oportunos. É crucial lembrar que uma rodovia bem conservada e segura beneficia a todos - motoristas, passageiros e a comunidade em geral. Além disso, a rodovia PE-009, em Ipojuca é uma rota importante para o município e para o estado de Pernambuco.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008581/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; a Ilustríssima Sra. Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco; a Sra. Gessyanne Vale Paulino, Presidente da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco – HEMOPE, no sentido de providenciar, em caráter de urgência, a instalação de uma unidade do HEMOPE no município de Afogados da Ingazeira, para atendimento de toda a região.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Zilda do Rego Cavalcati, Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco; Gessyanne Vale Paulino, Presidente da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE.

Justificativa

A presente indicação é apresentada em face da necessidade da implantação de prática hemoterápica moderna no município de Afogados da Ingazeira - PE, com objetivo de otimizar o uso do sangue coletado, desenvolvendo ações de saúde na região do Pajeú.
Além disso, há a possibilidade de otimizar o recebimento de pessoas que querem realizar a doação de sangue para o HEMOPE, que atualmente precisam se deslocar para outros municípios; para tanto é necessário o investimento em equipamentos e insumos para a realização das doações, armazenamento e condições de trabalho para os servidores prejudicam o banco de sangue estadual.
O pleito é uma preocupação do Exmo. Edson Henrique dos Santos Ferreira, Vereador do Município de Afogados de Ingazeira, que o externou através do ofício de n° 003/2023, o qual apoiamos e cobramos uma solução para esta importante reivindicação.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação investimento na instalação de unidade do HEMOPE no município de Afogados da Ingazeira.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008582/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Ilustríssimo Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, no sentido de providenciar, em caráter de urgência, o funcionamento diário da 13ª DEMUL - Delegacia de Polícia da Mulher, em 24hrs, de forma ininterrupta, que se encontra situada no município de Afogados da ingazeira, tendo em vista que a referida delegacia é fundamental para o atendimento à mulher de toda a região.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco.

Justificativa

A presente indicação é apresentada em face da necessidade do funcionamento de forma ininterrupta da 13ª DEMUL - Delegacia de Polícia da Mulher, no município de Afogados da Ingazeira. Em decorrência do aumento preocupante de casos de violência contra a mulher, um problema que aflige não apenas o Estado de Pernambuco, mas também atinge diretamente o município de Afogados da Ingazeira, a presente indicação é proposta com o objetivo expresso de mitigar os crimes de violência que vitimam mulheres.
Essa questão assola todo o estado de Pernambuco e nossa circunscrição, sendo um exemplo trágico disso o evento ocorrido no dia 03 de março do corrente ano. É importante ressaltar que, infelizmente, este não é um caso isolado, mas sim, um exemplo de uma triste realidade que persiste em nossa sociedade. A implementação de um regime de plantão de 24 horas da DEMUL é uma medida essencial nesse contexto. Acreditamos que, caso essa medida seja efetivada, fatos como o mencionado podem ser evitados ou pelo menos reduzidos em sua frequência.
Além disso, a existência de um plantão de 24 horas oferecerá às mulheres um mecanismo de suporte preventivo adicional, que pode ser fundamental para a prevenção de novos casos de violência. Com esse passo, podemos começar a criar um ambiente mais seguro para as mulheres em nossa comunidade. O pleito é uma preocupação do Exmo. Edson Henrique dos Santos Ferreira, Vereador do Município de Afogados de Ingazeira, o qual apoiamos e cobramos uma solução para esta importante reivindicação.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação o funcionamento 24 horas da Delegacia de Polícia da Mulher.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008583/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar a realização da Operação Tapa-Buraco, na rodovia PE-460, no trecho compreendido entre Barra de Tarrachil - Belém do São Francisco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Calby de Carvalho Cruz, Prefeito de Belém do São Francisco; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Marcela Magalhães e demais Vereadores, Presidência da Câmara Municipal de Belém do São Francisco.

Justificativa

A rodovia PE-460, no trecho compreendido entre Barra de Tarrachil - Belém do São Francisco, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, excesso de vegetação que toma conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos transeuntes locais, além de facilitar o escoamento da produção agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008584/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-292, em toda sua extensão.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER.

Justificativa

A rodovia PE-292, em toda sua extensão, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, com vegetação que vêm tomando conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada, o que termina por dificultar a mobilidade urbana e rural.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008585/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-647, situada no município de Petrolina, em toda sua extensão.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Simão Dourado, Prefeito de Petrolina.

Justificativa

A rodovia PE-647, em toda sua extensão, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, com vegetação que vêm tomando conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada, o que termina por dificultar a mobilidade urbana e rural.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008586/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-360, que liga os municípios de Floresta e Ibimirim.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Rorró Maniçoba, Prefeita de Floresta; Gilberto Quirino, Presidente da Câmara de Vereadores de Floresta; André Ferraz, Vereador de Floresta; Pedro Vilarim, Vereador de Floresta; Túlio Laranjeira, Vereador de Floresta; Kiel do Pipa, Vereador de Floresta; Chichico Ferraz, Vereador de Floresta; Lenilda Belo, Vereadora de Floresta; Wellinton Siqueira, Prefeito de Ibimirim.

Justificativa

A rodovia PE-360, que liga os municípios de Floresta e Ibimirim, encontra-se em péssimo estado de conservação, com grandes buracos ao longo da via que já chegaram a causar acidentes fatais, tornando o trânsito insalubre e dificultando assim a mobilidade urbana e rural.
Além disso, a vegetação vêm tomando conta dos acostamentos e não existem mais meios de sinalização adequada, sejam verticais ou horizontais, o que prejudica de maneira incisiva a visibilidade e a segurança dos transeuntes.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008587/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar o recapeamento asfáltico, limpeza dos acostamentos e instalação de sinalização vertical e horizontal, na rodovia PE-350, situada no município de Triunfo, em toda sua extensão
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Luciano Bonfim, Prefeito de Triunfo; Humberto de Campos Kuhn, Presidência da Câmara Municipal de Triunfo; GILSON DO PARÁ, Vereador.

Justificativa

A rodovia PE-350, em toda sua extensão, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, com vegetação que vêm tomando conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada, o que termina por dificultar a mobilidade urbana e rural.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos viajantes locais, além de facilitar o escoamento da produção comercial e agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008588/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado apelo ao Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar a ampliação e reestruturação da passagem molhada sobre o rio Pajeú, localizada no município de Floresta.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rorró Maniçoba, Prefeita de Floresta; Gilberto Quirino, Presidente da Câmara de Vereadores de Floresta; André Ferraz, Vereador de Floresta; Pedro Vilarim, Vereador de Floresta; Túlio Laranjeira, Vereador de Floresta; Kiel do Pipa, Vereador de Floresta; Chichico Ferraz, Vereador de Floresta; Lenilda Belo, Vereadora de Floresta.

Justificativa

Atualmente, a passagem molhada sobre o Rio Pajeú, que interliga o bairro da Ermida e o Centro de Floresta, não atende as necessidades da população local por ser muito estreita. Uma vez que o fluxo de carros e pedestres é muito intenso durante todo o dia, a estrutura atual termina por causar muitos transtornos ao habitantes usuários dessa estrutura.
Além disso, em períodos chuvosos e de cheia do rio, a situação se torna ainda mais precária, onde a passagem molhada se torna praticamente inutilizada, terminando por isolar completamente um grande bairro do município de Floresta do restante da cidade.
Vale ressaltar que a ampliação e reestruturação da passagem molhada de Floresta é uma reivindicação antiga dos moradores da comunidade. A implementação desta obra não só resolveria os problemas de acesso durante os períodos de maior volume de água, mas acabaria com inúmeros transtornos que os cidadãos vivem hoje em suas atividades cotidianas.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, conferindo trafegabilidade e segurança aos transeuntes locais, melhorando significativamente a mobilidade e facilitando o escoamento agrícola e comercial na região.
Ante o exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação desta indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008589/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar a realização da Operação Tapa-Buraco, na rodovia PE-336, que liga os municípios de Ibimirim e Inajá.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Wellinton Siqueira, Prefeito de Ibimirim; Marcelo de Alberto, Prefeito de Inajá; Glisilaine Vanessa Martins de Jesus, Presidência da Câmara Municipal de Inajá; Emerson Vieira Freire, Presidência da Câmara Municipal de Ibimirim.

Justificativa

A rodovia PE-336, que liga os municípios de Ibimirim e Inajá, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, excesso de vegetação que toma conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos transeuntes locais, além de facilitar o escoamento da produção agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008590/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo à Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; o Sr. Saulo Cabral e Silva, Diretor-Presidente da NEOENERGIA em Pernambuco; a Sra. Luciana Maximino Maia, Diretora de Planejamento e Controle da NEOENERGIA em Pernambuco; e o Sr. Fabiano da Rosa de Carvalho, Diretor de Regulação da NEOENERGIA em Pernambuco, no sentido de providenciar, com máxima urgência, a manutenção do sistema elétrico já existente na cidade de Afogados da Ingazeira/PE, bem como, a ampliação e/ou construção de uma subestação de energia elétrica, tendo em vista as constantes quedas de energias no município.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Saulo Cabral e Silva, Diretor-Presidente da NEOENERGIA em Pernambuco; Luciana Maximino Maia, Diretora de Planejamento e Controle da NEOENERGIA em Pernambuco; Fabiano da Rosa de Carvalho, Diretor de Regulação da NEOENERGIA em Pernambuco.

Justificativa

A presente indicação tem por objetivo garantir a resolução dos problemas de fornecimento de energia elétrica junto a NEOENERGIA no município de Afogados da Ingazeira/PE, tendo em vista que os moradores do município têm enfrentado diversos problemas em relação ao seu sistema elétrico. As quedas constantes de energia têm sido frequentes, ocasionando uma série de dificuldades para os moradores e empresas da região.
Essas interrupções no fornecimento de energia não apenas interrompem as atividades diárias, como também resultam na perda de equipamentos eletrônicos. Quando a energia é interrompida repentinamente, os equipamentos eletrônicos ligados à rede podem sofrer danos irreparáveis. Este é um problema grave que causa prejuízos financeiros significativos à comunidade.
Não apenas isso, a falta de energia constante também afeta a qualidade de vida dos residentes. A energia elétrica é essencial para muitas atividades do dia a dia, desde cozinhar e limpar, até trabalhar e estudar. Sem um fornecimento de energia confiável, todas essas atividades podem ser severamente afetadas.
Nesse sentido, é imperativo que uma ação seja tomada para resolver esses problemas. Uma solução eficaz seria realizar uma manutenção extensa do sistema de energia elétrica local. Isso garantiria que quaisquer problemas existentes que estejam causando as quedas de energia sejam identificados e corrigidos.
Além disso, a criação ou ampliação de uma subestação de energia elétrica na área poderia ajudar a melhorar a capacidade de fornecimento de energia. Isso permitiria que a rede pudesse lidar com uma demanda maior de energia, reduzindo a frequência das quedas de energia.
Dessa forma, requeremos a pronta intervenção da NEOENERGIA em Pernambuco para que esta situação seja resolvida, com o objetivo de melhorar o sistema elétrico em Afogados da Ingazeira/PE, dada a sua importância no desenvolvimento econômico da região.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008591/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado apelo à Exma. Governadora de Pernambuco, Sra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, extensivo ao Ilmo. Secretário de Mobilidade e Infraestrutura, Sr. Diogo Bezerra, extensivo ao Ilmo. Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Sr. Rivaldo Melo, no sentido de viabilizar a realização da Operação Tapa-Buraco, na rodovia PE-425, que liga o município de Mirandiba até o acesso à BR-232, bem como o trecho que liga Mirandiba ao município de Carnaubeira da Penha.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora de Pernambuco; Elízio Soares Filho, Prefeito de Carnaubeira da Penha; Dr. Evaldo Bezerra, Prefeito de Mirandiba; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Melo, Presidente do DER; Cassiano Lopes da Silva, Vereador de Mirandiba.

Justificativa

A rodovia PE-425, que liga o município de Mirandiba até o acesso à BR-232, bem como o trecho que liga Mirandiba ao município de Carnaubeira da Penha, encontra-se em mau estado de conservação, com buracos ao longo da via, excesso de vegetação que toma conta dos acostamentos e ausência de sinalização adequada.
Nosso pleito está fundamentado na necessidade de ofertar uma infraestrutura para transporte rodoviário de qualidade, evitando possíveis acidentes causados pela má conservação e sinalização das estradas, conferindo, assim, mais segurança aos transeuntes locais, além de facilitar o escoamento da produção agropecuária na mencionada localidade.
Ante o exposto, solicito aos meus Ilustres Pares a aprovação desta Indicação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

FABRIZIO FERRAZ
Deputado

Indicação Nº 008592/2025

Indicamos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado, e ao Ilmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da Compesa, no sentido de viabilizar a implementação do sistema de abastecimento de água da comunidade rural de Outeiro do município de Vitória de Santo Antão, neste estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado; Ilmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da Compesa; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo à Governadora do Estado, ao Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento e a Compesa, visando a implementação do sistema de abastecimento de água da comunidade rural de Outeiro do município de Vitória de Santo Antão.
Atualmente a localidade possui um abastecimento ineficiente, e muitas vezes ausente, gerando enormes transtornos a sociedade e interferindo significativamente na vida de todos. A região é reconhecida por sua produção de hortifrúti e a irrigação é indispensável para economia.
Sabendo que a água é um bem necessário e insubstituível para qualquer pessoa, apresento esta indicação, a qual solicita as citadas autoridades que solucionem o problema do abastecimento de água naquela região, o que certamente promoverá impactos positivos sobre o bem-estar da comunidade que ora clama pela solução dessa questão.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008593/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo à Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; e o Sr. Carlos Porto Filho, Presidente da Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE, no sentido de fiscalizar a atuação da NEOENERGIA na cidade de Afogados da Ingazeira/PE, bem como, punir, através da aplicação de multas contratuais e/ou suspensão do pagamento e de cobranças dos consumidores afetados pelas constantes quedas de energias no município.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Carlos Porto Filho, Presidente da Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE.

Justificativa

A presente indicação tem por objetivo cobrar da Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE, que exerça seu papelo fiscalizatório e regulatório no contrato da NEOENERGIA EM PERNAMBUCO, tendo em vista que há diversos problemas no fornecimento de energia em todo o estado, especialmente na prestação de serviços no municipio de Afogados da Ingazeira, tendo em vista que os moradores do município têm enfrentado diversos problemas em relação ao seu sistema elétrico. As quedas constantes de energia têm sido frequentes, ocasionando uma série de dificuldades para os moradores e empresas da região.

Essas interrupções no fornecimento de energia não apenas interrompem as atividades diárias, como também resultam na perda de equipamentos eletrônicos. Quando a energia é interrompida repentinamente, os equipamentos eletrônicos ligados à rede podem sofrer danos irreparáveis. Este é um problema grave que causa prejuízos financeiros significativos à comunidade.
Não apenas isso, a falta de energia constante também afeta a qualidade de vida dos residentes. A energia elétrica é essencial para muitas atividades do dia a dia, desde cozinhar e limpar, até trabalhar e estudar. Sem um fornecimento de energia confiável, todas essas atividades podem ser severamente afetadas.
Dessa forma é imperioso que seja realizada por parte da ARPE, a fiscalização da atuação da NEOENERGIA na cidade de Afogados da Ingazeira/PE, bem como, punir, através da aplicação de multas contratuais e/ou suspensão do pagamento e de cobranças dos consumidores afetados pelas constantes quedas de energias no município.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008594/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil; ao Excelentíssimo Senhor Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda do Brasil; a Excelentíssimo Senhor Carlos Antônio Vieira Fernandes, Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF; a Excelentíssima Senhora Lucíola Aor Vasconcelos, Diretora-Presidente da Caixa Loterias S.A, no sentido de providenciar urgentemente a instalação de uma nova agência da Caixa Econômica Federal e a melhoria da Agência n° 1433, incluindo aumento no número de funcionários e renovação dos equipamentos, bem como, à instalação de unidades da "Lotérica" da Caixa Econômica Federal – CEF e/ou correspondentes bancários "Caixa Aqui", a ser/situados no município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil; Fernando Haddad, Ministro de Estado da Fazenda do Brasil; Carlos Antônio Vieira Fernandes, Presidente da Caixa Econômica Federal – CEF; Lucíola Aor Vasconcelos, Diretora-Presidente da Caixa Loterias S.A.

Justificativa

A cidade de Afogados da Ingazeira, está inserida na região do Sertão do Pajeú, que é composta por 17 municípios e possui uma população crescente que enfrenta desafios significativos de acesso a serviços bancários adequados, isto porque, a atual Agência 1433 da Caixa Econômica Federal frequentemente enfrenta problemas operacionais sérios, como falta de funcionários capacitados para resolver questões complexas, insuficiência de pessoal para atender à demanda diária e deficiências nos caixas eletrônicos e sistemas computacionais da agência. Esses problemas resultam em dias e horas de funcionamento limitado ou com grande lentidão, prejudicando os clientes e comprometendo a eficiência do serviço prestado.
A população de Afogados da Ingazeira e dos outros 16 municípios do Sertão do Pajeú é estimada em aproximadamente 335.597 habitantes, conforme dados do IBGE. Essa população depende das agências bancárias para diversas transações financeiras essenciais, desde saques e depósitos até pagamentos de contas e acesso a linhas de crédito. A falta de uma estrutura bancária adequada não apenas dificulta o dia a dia dos cidadãos, mas também impacta negativamente o desenvolvimento econômico local e a inclusão financeira da comunidade.
Portanto, a instalação de uma nova agência da Caixa Econômica Federal em Afogados da Ingazeira é crucial para atender à crescente demanda por serviços bancários confiáveis e eficientes na região do Sertão do Pajeú. Além de melhorar significativamente o atendimento ao público, uma nova agência permitirá maior disponibilidade de caixas eletrônicos modernos e sistemas operacionais atualizados, garantindo assim um serviço bancário mais ágil, seguro e acessível para todos os residentes e empresários da região.
Esta iniciativa não apenas beneficiará diretamente a população local, proporcionando maior conveniência e qualidade nos serviços bancários, mas também contribuirá para o desenvolvimento econômico sustentável de Afogados da Ingazeira e dos demais municípios do Sertão do Pajeú, fortalecendo a infraestrutura financeira essencial para o progresso social e econômico da comunidade.
Sendo assim, o serviço de correspondência bancária/agências facilitaria o acesso da população em relação aos recebimentos e pagamentos de contas de qualquer natureza, recepção e encaminhamento de propostas de abertura de contas de depósitos à vista e a prazo, na coleta de informações cadastrais e análise de crédito, nos serviços de cobranças.
Dessa forma, solicitamos urgentemente a instalação de uma nova agência da Caixa Econômica Federal e a melhoria da Agência nº 1433, com aumento no número de funcionários e renovação dos equipamentos. Além disso, é essencial a instalação de unidades da Lotérica da Caixa Econômica Federal – CEF e/ou correspondentes bancários 'Caixa Aqui' no município de Afogados da Ingazeira, Estado de Pernambuco.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008595/2025

Indicamos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco, ao Exmo. Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado, e ao Ilmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da Compesa, no sentido de viabilizar a melhoria do abastecimento de água e do saneamento do distrito de Pirituba, do município de Vitória de Santo Antão, neste estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado; Ilmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da Compesa; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exma. Sra. Núbia da Silva Meira, Subprefeita do Distrito de Pirituba; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A indicação que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo fazer um apelo às autoridades acima citadas, visando a melhoria do abastecimento de água e do saneamento do distrito de Pirituba, do município de Vitória de Santo Antão.
Atualmente a comunidade possui um abastecimento ineficiente e muitas vezes ausente, sabendo que a água é um bem necessário e insubstituível para qualquer pessoa, a situação gera enormes transtornos a sociedade local e interfere significativamente na vida de todos. O mesmo podemos detalhar sobre o saneamento, que sua ausência causa risco a saúde da população e do meio ambiente.
De maneira que apresento esta indicação, a qual solicita que solucionem o problema do abastecimento de água e do saneamento naquela região, o que certamente promoverá impactos positivos para a população que ora clama pela solução dessas questões.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008596/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Excelentíssimo Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social, no sentido de aumentar e restabelecer a presença constante de Policiamento Ostensivo no município de Barreiros.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Carlinhos da Pedreira, Prefeito de Barreiros; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro carvalho liberato de mattos, Secretário de Defesa Social; Henrique Produções, Presidente da Câmara Municipal de Barreiros.

Justificativa

A proposição em tela visa solicitar as autoridades governamentais, um melhor e mais efetivo policiamento no município acima citado. Isto vem a ser de extrema importância face à atuação de meliantes que vem deixando em pânico os moradores do local.
Ante o exposto, e dando como justificado o nosso pleito, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares nesta Assembleia Legislativa, para que a ele dispensem a necessária acolhida, no intuito de sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008597/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Apelo à Excelentíssima Senhora Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco, a Secretária de Defesa Social, Sr. Alessandro Carvalho; e ao Comandante Geral da PMPE, Cel PM Ivanildo Torres, no sentido de **reativar o Posto Policial do Distrito de Três Ladeiras – Igarassu/PE.**
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena,, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro Carvalho, Secretario de Defesa Social; Coronel PM Ivanildo Cesar Torres de Medeiros, Comandante Geral PM/PE.

Justificativa

O Distrito de Três Ladeiras fica na área rural de Igarassu, e vem sofrendo com a falta de policiamento ostensivo, padecendo de assaltos e furtos deixando a comunidade vulnerável aos marginais, que estão tomando conta da praça pública e fazendo ponto de drogas no local. Portanto é clemente a reativação do posto policial da PMPE, hora fechado a mais de 06 (seis) anos. Salientamos que em Três Ladeiras não existe ronda policial, pois trata-se de uma comunidade rural de difícil acesso, que fica a 30 (trinta) quilômetros do Centro da Cidade, por isso é imperioso o Posto Policial na comunidade. Considerando a importância da referida indicação, resta-nos solicitar de nossos pares legislativos a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

MÁRIO RICARDO
Deputado

Indicação Nº 008598/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo à Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado, Exmo. Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social e ao Ilmo. Sr. Coronel BM Francisco Cantarelli, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, no sentido de viabilizar o aumento da frota de viaturas de combate a incêndio, em Vitória de Santo Antão, neste Estado.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Sra. Raquel Lyra, Governadora do Estado; Exma. Sra. Priscila Krause, Vice-Governadora do Estado; Exmo. Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social do Estado; Ilmo. Sr. Coronel BM Francisco Cantarelli, Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Amaro Nogueira Alves, Ana Paula Bezerra e Silva, André Saulo dos Santos Alves, Celso Alexandre Bezerra de Melo, Denis Barbosa de Lima Silva, Edmilson Zacarias da Silva, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. Emizael Virginio da Silva, Felipe Cézar Bezerra da Silva, Fabio José da Silva, Goldemberg de Oliveira Moura, Josias Alves da Silva, José Antônio Domingos, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Exmos. Srs. José Antônio da Rocha, Jose Everaldo Nunes de Arruda, Lourinaldo Martins de Araújo Junior, Manoel de Holanda Cavalcanti Bastos, Severino dos Santos Bezerra, Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A indicação que ora submeto a esta Casa Legislativa tem por finalidade fazer um apelo às autoridades acima citadas para que unam esforços visando o aumento da frota de viaturas de combate a incêndio, em Vitória de Santo Antão.
Atualmente o município conta apenas com uma viatura de combate ao incêndio, e o seu batalhão é responsável também por toda área vizinha, o que representa uma escassez para os meios de enfretamento a incêndios e um grande risco para segurança da população e do patrimônio local.
O atendimento ao referido pleito certamente trará significativa relevância para a localidade em tela, trazendo qualidade de vida também para região circunvizinha.
Portanto, em virtude do que foi exposto, nada mais justo que seja providenciada com mais rapidez possível o aumento da frota de viaturas de combate a incêndio, em Vitória de Santo Antão.
Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Indicação Nº 008599/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; aos Ilustríssimos Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento de Pernambuco; Sr. Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da COMPESA, no sentido de viabilizar a inclusão das comunidades rurais de Alça de Peia e adjacências, na cidade de Afogados de Ingazeira -PE, no projeto Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), visando à implementação de um sistema de abastecimento de água nessas localidades.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa.

Justificativa

A presente indicação, tem a finalidade de solicitar a inclusão das comunidades rurais de Alça de Peia e adjacências, na cidade de Afogados de Ingazeira, no projeto Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), visando à implementação de um sistema de abastecimento de água nessas localidades.
As referidas comunidades enfrentam dificuldades significativas quanto ao acesso regular à água potável, o que tem impactado diretamente a qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico local. A inclusão dessas comunidades no projeto SISAR, que busca garantir o abastecimento sustentável de água nas zonas rurais, é essencial para melhorar as condições de saúde, higiene e bem-estar dos moradores.
A implementação do SISAR nas comunidades de Alça de Peia e regiões vizinhas beneficiará diretamente diversas famílias que, atualmente, sofrem com a precariedade dos recursos hídricos disponíveis. Ações como essa são indispensáveis para garantir a inclusão social e o desenvolvimento sustentável das áreas rurais do nosso município.
Vale destacar que o SISAR tem se mostrado uma solução eficiente em diversas regiões, promovendo a gestão adequada dos recursos hídricos, através da participação comunitária e da gestão compartilhada. Além disso, o projeto visa à sustentabilidade e à longevidade do abastecimento de água, com foco no bem-estar das populações rurais, o que torna ainda mais necessária a sua implantação nas comunidades rurais supracitadas.
Ademais, a inclusão das comunidades no projeto SISAR trará impacto direto também na agricultura local, uma vez que a regularidade no abastecimento de água permitirá maior segurança para as atividades agrícolas, garantindo o sustento de muitas famílias e fortalecendo a economia rural. Assim, o investimento em abastecimento de água vai além de uma questão de saúde pública, sendo um impulso para o desenvolvimento socioeconômico da região.
Diante do exposto, pedimos por meio deste uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008600/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; aos Ilustríssimos Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento de Pernambuco; Sr. Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da COMPESA, no sentido de viabilizar implementação de sistema de fornecimento de água encanada no bairro de Campinhos, na cidade Afogados da Ingazeira-PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa.

Justificativa

A presente indicação visa solicitar à implementação de sistema de abastecimento de água encanada no bairro de Campinhos, na cidade Afogados da Ingazeira, o referido bairro que já foi considerado zona rural, está em constante expansão e não consta com o fornecimento de água encanada adequado para os domiciliados do local.
A falta de água tem gerado sérios transtornos para a população local, que precisa recorrer a meios alternativos e muitas vezes precários para conseguir água potável. Tal situação agrava as condições de vida dos moradores, afetando a saúde e o bem-estar das famílias residentes na área.

A implementação de um sistema de abastecimento de água irá beneficiar diretamente cerca de 150 famílias, que sofrem diariamente com a falta de água regular em suas residências. O fornecimento de água encanada é uma questão básica de dignidade humana, a falta desse componente essencial, compromete significativamente as condições de vida da população, impactando negativamente a saúde e o bem-estar das famílias que residem na região.
O acesso à água potável é indispensável para assegurar a qualidade de vida e a preservação da dignidade humana, sendo assim é um direito fundamental constitucional garantido a todos os cidadãos brasileiros A disponibilidade de água potável é crucial para a promoção da saúde pública, evitando doenças e proporcionando melhores condições de vida. Sua implementação em áreas carentes, como o bairro de Campinhos, é uma ação necessária para garantir o bem-estar da população e promover a inclusão social.
Diante do exposto, pedimos por meio deste uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008601/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Excelentíssimo Sr. Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, Secretário de Defesa Social, no sentido de promover com a maior brevidade possível, ação que objetive a emissão de identidade no município de Barreiros.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro carvalho liberato de mattos, Secretário de Defesa Social; Henrique Produções, Presidente da Câmara Municipal de Barreiros; Carlinhos da Pedreira, Prefeito de Barreiros.

Justificativa

A medida em questão visa facilitar o cadastro da população nos programas de transferência de renda, a fim que recebam este benefício para sua manutenção e de sua família, na compra principalmente de alimentos e produtos de higiene, assim melhorando a qualidade de vida, e prezando pela sua dignidade. Por essas razões solicito aos meus ilustres pares aprovação desta Indicação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008602/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e a Excelentíssima Sra. Secretária de Justiça e Direitos Humanos, Joana Figueirêdo, no sentido de que seja realizado um Mutirão da Cidadania no município de Bezerros.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Joana Figueirêdo, Secretária de Justiça e Direitos Humanos e Prevenção à Violência de Pernambuco; Henrique Produções, Presidente da Câmara Municipal de Barreiros; Carlinhos da Pedreira, Prefeito de Barreiros.

Justificativa

O Mutirão da cidadania é de extrema importância para o município supracitado. Ocorre que, através desses programas são realizadas diversas ações, como uma de grande importância, que é a emissão de carteiras de identidade e tirar fotos para o documento. No mais, também são realizados os atendimentos que vão de exames de prevenção, papanicolau, mamografia, aferição de pressão, testes de glicemia a cortes de cabelo, entre outros. Diante o exposto, peço a aprovação dos meus pares visando a melhoria e o resgate da cidadania dos cidadãos do município acima citado, através desses importantes programas.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008603/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; e aos Ilustríssimos, Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; e Sr. Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PE), no sentindo de viabilizar a instalação de dispositivos de controle de velocidade, como Lombada Eletrônica, Lombada, Quebra-Molas, Tartarugas ou congêneres, na PE-320, KM 54, no município de Afogados da Ingazeira – PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER.

Justificativa

A presente indicação visa solicitar a instalação de dispositivos de controle de velocidade, como Lombada Eletrônica, Lombada, Quebra-Molas, Tartarugas ou congêneres, na PE-320, KM 54, no município de Afogados da Ingazeira – PE. A adoção dessa medida de intervenção é urgente e necessária para evitar e prevenir acidentes fatais, visto que a ausência desses dispositivos tem permitido que os motoristas trafeguem em alta velocidade, colocando em risco a segurança de todos que utilizam o trecho em questão.
A PE-320 é uma rodovia de grande circulação, que conecta regiões importantes do estado, sendo vital para o tráfego local e regional. No entanto, o trecho localizado no KM 54, no município de Afogados da Ingazeira, tem se tornado um ponto crítico devido à falta de mecanismos adequados para a redução da velocidade dos veículos. A imprudência de alguns motoristas, que não respeitam os limites de velocidade, tem resultado em uma série de acidentes, alguns dos quais com consequências trágicas e infelizmente com vítimas fatais, o que evidencia a urgência de intervenções para evitar que novas tragédias ocorram.
A instalação de dispositivos de controle de velocidade, como Lombadas Eletrônicas, Quebra-Molas ou outros, é uma solução eficaz para obrigar os motoristas a reduzirem a velocidade, especialmente em áreas urbanas e próximas a locais de grande movimento de pedestres. Tais medidas preventivas são essenciais para minimizar os riscos de acidentes, preservando a vida e a integridade física dos cidadãos que transitam pela rodovia.
Diante da gravidade dos fatos e da necessidade de prevenir novos acidentes, a intervenção das autoridades competentes e instalação dos dispositivos de controle de velocidade na PE-320, KM 54, é uma medida necessária para promover um trânsito mais seguro e preservar a vida dos cidadãos de Afogados da Ingazeira e dos que utilizam essa importante rodovia
Dessa forma, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008604/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; ao Excelentíssimo Sr. João Guilherme Vasconcelos de Sousa, Prefeito do Município de Poção e ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, no sentido de viabilizar a realização de um estudo, com a consequente escavação/perfuração, além da instalação completa de poços artesianos no município de Poção/PE, o qual poderá ser realizado através das Associações Rurais, Conselho de Desenvolvimento Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, todos situados no Poção, com o objetivo de fomentar a economia local.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; João Guilherme Vasconcelos de Sousa, Prefeito de Poção; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa.

Justificativa

O acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, fundamental e universal, indispensável à vida com dignidade e reconhecido pela ONU como condição para o gozo pleno da vida e dos demais direitos humanos
Dessa forma é dever do Estado garantir o acesso à água potável e regular a toda a população, visto que o direito à água decorre do direito à vida, uma vez que a água é essencial à vida, na mediada que é necessária para todas as atividades do cotidiano humano, como cozinhar por exemplo. E a Constituição Federal assegura como direito fundamento a dignidade da vida humana.
Sendo assim, a água é fator essencial para uma vida digna, a falta ou o abastecimento irregular desse indispensável item traz dificuldades na rotina da população, que sofre ao precisar tomar banho, cozinhar, cuidar da higiene de seu lar, por não ter água.
E assim tem sido a rotina dos residentes da cidade de Poção, que mesmo sendo a água um item essencial, encontram atribulações no abastecimento e distribuição da água, sendo necessário muitas vezes recorrer a compra dos conhecidos carros pipas, para realizarem suas atividades cotidianas, como cozinhar e tomar banho.
Portanto, solicitamos com urgência a realização de um estudo, com a consequente escavação/perfuração, além da instalação completa de poços artesianos no município de Poção/PE, o qual poderá ser realizado através das Associações Rurais, Conselho de Desenvolvimento Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, todos situados no Poção, com o objetivo de fomentar a economia local.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008605/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; aos Ilustríssimos Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento de Pernambuco; Sr. Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento COMPESA, no sentido de viabilizar a a implementação de sistema de abastecimento de água na comunidade do Sítio de Serrinha e adjacências, na cidade de Afogados de Ingazeira -PE.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa.

Justificativa

A presente indicação, visa solicitar que sejam tomadas as providências necessárias para a implementação de sistema de abastecimento de água na comunidade do Sítio de Serrinha e adjacências na cidade de Afogados de Ingazeira -PE.
A comunidade do Sítio de Serrinha e regiões próximas têm enfrentado sérias dificuldades devido à falta de abastecimento regular de água, o que afeta diretamente a qualidade de vida dos moradores, prejudicando a saúde, a higiene e o bem-estar social. A ausência desse serviço essencial compromete não apenas as necessidades básicas das famílias, mas também o desenvolvimento socioeconômico local.
É imprescindível que a Compesa estenda sua rede de abastecimento até essas localidades, garantindo o acesso à água potável para todos os residentes. Essa medida é fundamental para assegurar a dignidade humana e cumprir com o direito básico ao saneamento, contribuindo para a melhoria das condições de vida e para a redução de doenças relacionadas à falta de água tratada.
Diante do exposto, pedimos por meio deste uma imediata solução por parte dos responsáveis, para que sejam envidados esforços no sentido de atender a esta justa demanda da população do Sítio de Serrinha e adjacências, promovendo assim inclusão social e respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008606/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Raquel Lyra e ao Exmo. Sr. Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA, no sentido de promover a melhoria do abastecimento de água potável no município de Bezerros.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alex Machado Campos, Diretor Presidente da COMPESA; Henrique Produções, Presidente da Câmara Municipal de Barreiros; Carlinhos da Pedreira, Prefeito de Barreiros.

Justificativa

O presente pedido visa diminuir os problemas sofridos pelas famílias residentes no município supracitado, as mesmas, no atual momento, possuem recursos hídricos escassos e isso dificulta a realização das mais simples atividades domésticas como lavar roupa, por exemplo. A população reclama estar esquecida pelo poder público. Nesse ínterim, a proposta em questão objetiva sensibilizar a COMPESA e a Chefe do Executivo, para que tomem urgentes providências no sentido de possibilitar a liberação de recursos suficientes para iniciar serviços de abastecimento de água potável através de carro pipa para o município supracitado. No exercício das funções atribuídas a esta Casa Legislativa, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos moradores do município acima mencionado e tendo em vista o latente interesse público que reveste a indicação aqui exarada, solicito sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Indicação Nº 008607/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; João Guilherme Vasconcelos, Prefeito do município de Poção e ao Senhor Rivaldo Melo, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, no sentido de viabilizar a limpeza horizontal e vertical, além da revitalização e recuperação da via, bem como, manutenção permanente ao longo de toda extensão da rodovia PE-197, que liga Pesqueira a Poção.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
João Guilherme Vasconcelos de Sousa, Prefeito de Poção; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Diogo Bezerra, Secretário de Mobilidade e Infraestrutura; Rivaldo Rodrigues de Melo Filho, Diretor-Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco – DER.

Justificativa

A manutenção e recuperação asfáltica da rodovia PE-197, que liga Pesqueira a Poção, é de extrema importância. Este processo inclui a limpeza horizontal e vertical, a revitalização e a recuperação asfáltica da via.
A limpeza horizontal e vertical é crucial para a segurança e eficiência do trânsito na rodovia. A limpeza horizontal envolve a remoção de detritos e obstáculos da superfície da estrada, enquanto a limpeza vertical se refere à limpeza e manutenção das áreas laterais da rodovia, incluindo o corte de vegetação excessiva e a remoção de detritos.
A revitalização e recuperação asfáltica da via não só melhora a qualidade da estrada, como também prolonga sua vida útil, resultando em economia de recursos a longo prazo. Isso envolve a reparação de quaisquer danos ou defeitos na superfície da estrada e a aplicação de um novo revestimento asfáltico, se necessário.
Após as intervenções, a manutenção permanente da rodovia é essencial para garantir sua longevidade e segurança. Isso inclui monitoramento regular, manutenção preventiva e reparos oportunos.
É relevante lembrar que uma rodovia bem conservada e segura beneficia a todos - motoristas, passageiros e a comunidade em geral. Além disso, a rodovia PE-197, que liga Pesqueira a Poção, tendo em vista que é uma rota importante para o município e para o estado de Pernambuco.
Diante do exposto, pedimos por meio desta indicação uma imediata solução por parte dos responsáveis.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008608/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; a Excelentíssima Sra. Rivanda Freire, Prefeita do Município de Jupi; e ao Ilustríssimo Sr. Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação e Esportes de Pernambuco, no sentido de viabilizar a reforma e ampliação da Escola Municipal Fausto Cordeiro em Jupi, através de convênios com a Prefeitura Municipal de Jupi para atendimento da demanda, visando garantir o aumento de vagas e melhora na estrutura.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Gilson José Monteiro Filho, Secretário Interino de Educação e Esportes de Pernambuco; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Rivanda Freire, Prefeita do Município de Jupi.

Justificativa

A presente indicação tem como objetivo solicitar a celebração de um convênio entre o Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura Municipal de Jupi, com vistas à reforma e ampliação da Escola Municipal Fausto Cordeiro. Essa iniciativa é essencial para atender à crescente demanda por vagas escolares no município e proporcionar uma estrutura adequada para o ensino de qualidade.
A Escola Municipal Fausto Cordeiro desempenha um papel fundamental na formação educacional de crianças e jovens em Jupi, sendo um espaço de aprendizado e desenvolvimento que impacta diretamente a comunidade local. Contudo, o atual cenário da unidade escolar evidencia a necessidade de investimentos urgentes em infraestrutura para que ela continue cumprindo sua missão de forma eficiente e segura.
Com a reforma e ampliação da escola, será possível aumentar a oferta de vagas, permitindo que mais crianças e adolescentes tenham acesso à educação, melhorar a estrutura física, proporcionando ambientes mais seguros, confortáveis e modernos para estudantes e profissionais da educação, incorporar recursos pedagógicos e tecnológicos, que são fundamentais para acompanhar as demandas da educação contemporânea e valorizar o ensino público municipal, promovendo igualdade de oportunidades e fortalecendo o desenvolvimento social na região.
Diante disso, esta indicação visa sensibilizar os órgãos competentes para que unam esforços por meio de convênios e parcerias, garantindo os recursos necessários para a execução desse projeto. O investimento em educação é a base para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, e a reforma da Escola Municipal Fausto Cordeiro será um marco nesse compromisso com o futuro de Jupi.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008609/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado; ao Excelentíssima Sra. Rivanda Freire, Prefeita do Município de Jupi, e ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, no sentido de providenciar de forma urgente a construção de uma barragem de grande porte no Rio Canhoto, que fica situado nas imediações do Sítio Canhoto, no município de Jupi.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Rivanda Freire, Prefeita do Município de Jupi; Alex Campos, Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento-Compesa.

Justificativa

A presente indicação visa atender ao pleito dos moradores do Sítio Canhoto, em Jupi, que, através do Vereador Fábio Júnior Teixeira, solicitaram a construção, em caráter de urgência, de uma barragem no Sítio Canhoto, localizado em Jupi, estado de Pernambuco. A importância desta obra vai além do Sítio Canhoto, pois trará benefícios significativos não somente para a localidade mencionada, mas também para os distritos nos arredores.
A construção desta barragem é crucial para garantir um fornecimento de água mais consistente e confiável para toda a população local. Atualmente, a falta de uma fonte de água estável tem levado a inúmeros problemas e dificuldades para os habitantes da região, que lutam diariamente para garantir o acesso a este recurso vital.
Reforçamos que o acesso à água é um direito fundamental, conforme é claramente especificado na nossa Constituição Federal. Assim, a inação frente a tal necessidade é uma violação direta deste direito básico.
Neste contexto, apelamos para que as autoridades competentes deem máxima prioridade a esta solicitação. A implementação desta obra não é apenas um meio de melhorar a qualidade de vida da população local, mas também uma forma de garantir o cumprimento dos direitos fundamentais dos cidadãos.
Desta forma, esperamos que esta solicitação seja tratada com a urgência que a situação requer e que medidas sejam tomadas o mais rápido possível para iniciar a construção da barragem no Sítio Canhoto.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008610/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; aos Ilustríssimos Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento de Pernambuco; Sr. Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da COMPESA; no sentido de melhorar o sistema de abastecimento no município de Afogados da Ingazeira.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa.

Justificativa

Por meio desta indicação, solicitamos a adoção de medidas no sentido de melhorar o sistema de abastecimento e a qualidade da água fornecida aos moradores do município de Afogados da Ingazeira. A população local tem enfrentado dificuldades frequentes no abastecimento de água, com interrupções constantes e insuficiência no fornecimento para atender às demandas básicas.
Essa dificuldade compromete não apenas o bem-estar do cidadão, mas também afeta a rotina das famílias e o desenvolvimento econômico da região. É fundamental garantir um abastecimento regular, eficiente e com água de qualidade adequada, conforme os padrões exigidos pelos órgãos reguladores.
Nesse sentido, solicitamos que sejam realizados investimentos para modernizar e ampliar o sistema de abastecimento, além de adotar medidas que assegurem a qualidade da água fornecida à população. Essas ações são indispensáveis para atender às necessidades atuais e promover condições dignas de vida para os cidadãos de Afogados da Ingazeira.
Por isso, solicitamos ao Governo do Estado que priorize os esforços pata atender a população de Afogados da Ingazeira através da melhoria dos serviços públicos, provendo o bem-estar da população.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008611/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; ao Ilustríssimo Sr. José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento do Estado; ao Excelentíssimo Sr. João Guilherme, Prefeito do Município de Poção, e ao Senhor Alex Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa, no sentido de providenciar, a suspensão de cobrança indevida por parte da COMPESA, em residências que não contam com o abastecimento d'água por parte da concessionária de serviços públicos e vem recebendo faturas de utilização de um serviço que não é prestado no município de Poção.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
João Guilherme Vasconcelos de Sousa, Prefeito de Poção; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; José Almir Cirilo, Secretário de Recursos Hídricos e Saneamento; Alex Machado Campos, Diretor-Presidente da Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa.

Justificativa

A presente indicação visa atender à demanda da Câmara de Vereadores de Poção, no sentido de fazer cessar a cobrança de tarifa de água aos moradores daquela cidade que não possuem abastecimento de água fornecido pela COMPESA.
Vale destacar que Poção é uma cidade que não conta, em sua totalidade, com o abastecimento de água feito pela COMPESA. Isso ocorre porque várias residências são rurais e possuem poços artesianos privados ou públicos, e não devem pagar nenhum valor à concessionária.
Essa prática é inclusive vedada pelo Código Estadual de Defesa do Consumidor, que tem como princípio, em seu Art. 5°, a melhoria dos serviços públicos. Isso só pode ocorrer quando há uma cobrança justa por serviços efetivamente prestados, o que não ocorreu. Vejamos:
Art. 5º O Código Estadual de Defesa do Consumidor fundamenta-se no reconhecimento do direito do consumidor à vida, à saúde, à segurança, à informação, à educação, à qualidade dos produtos e serviços, ao consumo consciente, ao mercado equilibrado e sustentável, à contínua melhoria dos serviços públicos, ao reconhecimento de sua vulnerabilidade no mercado de consumo e à proteção especial pelo Estado.
Dessa forma, solicitamos que seja realizada a suspensão da cobrança indevida por parte da COMPESA nas residências que não possuem abastecimento de água por parte da concessionária de serviços públicos e que estão recebendo faturas pelo uso de um serviço que não é prestado no município de Poção.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Indicação Nº 008612/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado um veemente apelo a Exma. Sra. Governadora do Estado de Pernambuco, Raquel Lyra, ao Exmo. Sr. Túlio Frederico Tenório Vilaça Rodrigues, Secretário da Casa Civil do Estado de Pernambuco, Exmo. Sr. Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social e a Exma. Sra. Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco, no sentido de que seja instalada uma unidade do Instituto de Medicina Legal (IML) em Serra Talhada.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora; Túlio Frederico Tenório Vilaça Rodrigues, Secretário da Casa Civil do Estado de Pernambuco; Alessandro Carvalho Liberato Mattos, Secretário de Defesa Social; Zilda do Rego Cavalcanti, Secretária de Saúde do Estado de Pernambuco.

Justificativa

A cidade de Serra Talhada, localizada no Sertão de Pernambuco, possui uma população de 92.228 habitantes, conforme o Censo de 2022, sendo uma das principais cidades do sertão pernambucano. Em decorrência de sua população e por ser uma cidade polo em diversas áreas, como saúde e educação, por exemplo, demanda a implantação de um Instituto Médico Legal (IML). A ausência de tal equipamento gera diversos desafios para a população e as autoridades locais, tais como:
1. Atendimento à Demanda Regional
Serra Talhada é um polo regional que atende a municípios vizinhos no Sertão do Pajeú. A ausência de um IML na cidade obriga o encaminhamento de corpos para perícia em cidades distantes, como Caruaru, a aproximadamente 284 km de distância, ou Recife, a cerca de 415 km . Essas distâncias prolongam o tempo de espera para a realização de exames necroscópicos, causando sofrimento adicional às famílias e sobrecarregando os serviços forenses dessas localidades.
2. Redução do Tempo de Liberação de Corpos
A inexistência de um IML em Serra Talhada resulta em atrasos significativos na liberação de corpos, devido ao tempo necessário para o transporte até as cidades mencionadas e à espera pela realização dos exames. Isso impacta diretamente as famílias enlutadas, que enfrentam longos períodos de espera, aumentando o sofrimento emocional dessas famílias.
3. Apoio à Segurança Pública e ao Sistema Judiciário
A implantação de um IML em Serra Talhada proporcionaria maior agilidade nas investigações criminais, permitindo a realização rápida de exames periciais essenciais para a elucidação de crimes. Casos recentes, como o latrocínio de uma idosa de 87 anos na cidade, evidenciam a necessidade de um suporte pericial local para auxiliar as autoridades policiais e judiciárias na resolução de delitos.
4. Melhoria na Qualidade dos Serviços Médicos e Periciais
Com um IML na cidade, seria possível realizar exames de corpo de delito em vítimas e suspeitos de forma mais célere e eficiente, o que é crucial em casos de violência doméstica, agressões e outros crimes. Isso contribuiria para a produção de provas periciais de qualidade, fundamentais para a justiça.
5. Facilidade de Acesso para a População
A grande distância até os IMLs mais próximos dificulta o acesso da população aos serviços periciais, além de gerar custos adicionais com transporte e logística para as forças de segurança e serviços de saúde. A instalação de um IML em Serra Talhada garantiria maior acessibilidade e eficiência no atendimento à população local e das regiões circunvizinhas.
Diante desses fatores, a implantação de um Instituto Médico Legal em Serra Talhada é uma medida essencial para atender às necessidades da população, fortalecer o sistema de segurança pública e proporcionar mais dignidade às vítimas e seus familiares.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

LUCIANO DUQUE
Deputado

Indicação Nº 008613/2025

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado apelo a Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco ao Excelentíssimo Sr. João Guilherme, Prefeito do Município de Poção, e ao Ilustríssimo Senhor Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco, no sentido de providenciar com máxima urgência a instalação de Posto Policial Militar e Civil no distrito de Gravatá dos Gomes em Poção, haja vista que o referido distrito não tem nenhum tipo de policiamento ostensivo fixo, dependendo das duas viaturas que patrulham todo o período do município, o que traz insegurança para os moradores e demora no atendimento das ocorrências.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
João Guilherme Vasconcelos de Sousa, Prefeito de Poção; Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social de Pernambuco.

Justificativa

A presente indicação visa garantir que seja instalado postos policiais no distrito de Gravatá dos Gomes em Poção, haja vista que o referido distrito não tem nenhum tipo de policiamento ostensivo fixo, dependendo das duas viaturas que patrulham todo o período do município, o que traz insegurança para os moradores e demora no atendimento das ocorrências.
Poção é um em que residem 11.242 pessoas e precisam de uma atenção especial principalmente nos distritos mais afastados da cidade não tem atendimento do policiamento ostensivo e preventivo, o qual necessitada de um olhar maior do Governo do Estado visando reduzir os índices de crimes contra o patrimônio
Infelizmente, temos enfrentado desafios relacionados à segurança pública em nossa região. A ausência de uma presença policial constante tem resultado em um aumento da criminalidade e da sensação de insegurança entre os moradores. Para garantir a tranquilidade e o bem-estar de todos que residem no distrito, é fundamental contar com a presença de policiais civis e militares capacitados e equipados.
Além disso, a instalação de um Posto Policial em Gravatá dos Gomes contribuirá para fortalecer o combate ao crime, facilitar o acesso à justiça e promover o estabelecimento de uma relação de confiança entre a comunidade e as forças de segurança.
Dessa forma, viemos apelar ao Governo do Estado de Pernambuco para que analise nossa solicitação e tome as medidas necessárias para viabilizar a instalação do Posto Policial Civil e Militar em nosso distrito. Acreditamos que essa ação será de extrema importância para garantir a segurança e a qualidade de vida de todos os moradores de Gravatá dos Gomes, em Poção.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ROMERO SALES FILHO
Deputado

Requerimentos

Requerimento Nº 002941/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene no dia 05 de novembro do presente ano, em celebração aos 80 anos do Hospital de Câncer de Pernambuco (HCP).
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Sidney Batista Neves, Superintendente Geral do Hospital do Câncer de Pernambuco.

Justificativa

Criado pela Sociedade Pernambucana de Combate ao Câncer (SPCC), em 9 de novembro de 1945, o Hospital de Câncer de Pernambuco (HCP) tem sido uma referência nacional no tratamento de pessoas com câncer, atuando como uma instituição sem fins lucrativos. Atualmente, atende cerca de 55% dos pacientes oncológicos do estado.
Além dos serviços de tratamento, a instituição é reconhecida por sua atuação na área de pesquisa e inovação, além de ser um berço para a formação de novos profissionais especializados em oncologia.
Desde sua fundação, o HCP tem como objetivo ser uma instituição de saúde de direito privado, sem fins lucrativos, e de reconhecida utilidade pública. A entidade desempenha um papel crucial no atendimento de pacientes com câncer e na conscientização da população sobre a importância da prevenção da doença.
Atualmente, o hospital conta com 15 clínicas médicas, dez enfermarias, 30 leitos na urgência, 14 leitos nas UTIs, 14 leitos de pediatria, sete salas de cirurgia e uma sala de recuperação anestésica, além de 205 leitos (clínicos e cirúrgicos). Os exames são realizados por meio de sua parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS).
De acordo com o DATASUS (2023), o HCP realiza mais de 15 mil cirurgias por ano, além de atender a uma demanda anual de aproximadamente 230 mil consultas médicas oncológicas, abrangendo pacientes de todas as regiões de Pernambuco. Além do SUS, o hospital é financiado por doações de pessoas físicas e empresas e conta com o apoio de voluntários.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SIMONE SANTANA
Deputada

Requerimento Nº 002942/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado Voto de Congratulações ao Exmo. Sr. Humberto Costa, pela eleição ao cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal, realizada neste dia 01 de janeiro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. Humberto Sérgio Costa Lima, Senador de Pernambuco; Exmo. Sr. David Samuel Alcolumbre Tobelem, Presidente do Senado Federal.

Justificativa

Venho pelo presente expressar congratulações ao senador Humberto Costa pela eleição ao cargo de 2º Vice-Presidente do Senado Federal. Esta conquista reafirma sua trajetória de compromisso com a democracia e com os interesses do povo pernambucano e brasileiro.
Desejamos êxito nesta nova função, certos de que sua experiência e dedicação contribuirão significativamente para os trabalhos do Senado. Humberto Costa na Mesa Diretora do Senado é Pernambuco na Mesa da Casa Alta do Congresso Nacional, fortalecendo a representação do nosso estado nas grandes decisões nacionais.
Ao mesmo tempo, saudamos toda a Mesa Diretora do Senado Federal, em nome do senador Davi Alcolumbre, eleito presidente, desejando sucesso a todos os integrantes na condução dos trabalhos legislativos do país.
Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Requerimento Nº 002943/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado Voto de Congratulações ao Exmo. Sr. Carlos Veras, pela eleição ao cargo de 1º Secretário da Câmara dos Deputados, realizada neste dia 01 de janeiro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. José Carlos Veras dos Santos, Deputado Federal de Pernambuco; Exmo. Sr. Hugo Motta Wanderley da Nóbrega, Presidente da Câmara dos Deputados.

Justificativa

Venho pelo presente expressar votos de congratulações ao deputado federal Carlos Veras por sua eleição para o cargo de 1º secretário da Câmara dos Deputados. Sua trajetória política e compromisso com as causas populares o credenciam para essa importante função, que muito honra Pernambuco e fortalece a representação do nosso estado no Congresso Nacional.
Desejamos êxito nessa nova missão, certos de que seu trabalho contribuirá significativamente para o bom funcionamento da Casa e para o aprimoramento da atividade legislativa.
O deputado Carlos Veras na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados é Pernambuco na Mesa da Casa Baixa do Congresso Nacional, garantindo que as demandas do nosso estado tenham ainda mais voz e protagonismo.
Aproveitamos a oportunidade para saudar toda a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em nome do deputado Hugo Motta, eleito presidente, desejando sucesso na condução dos trabalhos legislativos.
Diante do exposto, solicito aos meus ilustres pares a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SOCORRO PIMENTEL
Deputada

Requerimento Nº 002944/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene no dia 6 de agosto de 2025 em homenagem aos 78 anos do Partido Socialista Brasileiro (PSB).
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. João Henrique de Andrade Lima Campos, Prefeito da Cidade do Recife.

Justificativa

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) comemora no dia 6 de agosto de 2025 seus 78 anos. O partido já nasceu como uma proposta inovadora em 1947 ao associar os ideais de igualdade e liberdade, quando, de um lado, o liberalismo negava a primeira, e, de outro, ao socialismo real faltava a segunda.
Nesses quase 78 anos, o PSB foi coerente com sua ideologia ao empunhar as bandeiras da defesa da democracia, da soberania e da justiça social. Foi assim entre 1947 e 1964, quando o partido liderou a campanha "Petróleo é nosso", enfrentou o autoritarismo e chegou a ser colocado na ilegalidade no longo período da ditadura militar.
Vencido o regime autoritário, em 1985, o PSB se reorganizou para ajudar a reconstruir a democracia brasileira, com atuação destacada na Constituinte de 1987 e ao lado do povo contra as políticas neoliberais dos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso.
Com o impeachment de Fernando Collor, o PSB teve participação importante no governo de união nacional de Itamar Franco, à frente das pastas da Saúde e da Cultura, e dando sua contribuição para a superação daquele momento crítico.
Mais uma vez, em 2014, o PSB marcou sua história com um projeto inovador para o Brasil. Liderado por Eduardo Campos, confirmou sua maturidade política e eleitoral, apresentando um projeto moderno e coerente com sua história, atrelada aos interesses nacionais e populares.
Nos anos seguintes, o PSB se manteve na oposição aos governos Temer e Bolsonaro, na sua linha histórica de luta pela legalidade, democracia e desenvolvimento do país.
Em 2019, em meio à maior crise do sistema político brasileiro, com a eleição de Jair Bolsonaro e de seu projeto autoritário, o PSB ousou novamente, dando início ao processo de autorreforma, gerando propostas no sentido de um projeto nacional de desenvolvimento que leve em conta os novos fatores da atual revolução tecnológica que mudou o paradigma econômico, os modos de produzir e até as relações sociais.
O PSB chega a este aniversário de 78 anos preparado para o futuro e pronto para seguir contribuindo com o Brasil e com Pernambuco, por meio de lideranças como o prefeito do Recife, João Campos, apontado como referência nacional no campo da centro-esquerda, e tantos outros prefeitos, vice-prefeitos, governadores, senadores, deputados, vereadores e militantes de forma geral, que empunham as bandeiras do partido diariamente.
Pelo exposto, solicito dos meus ilustres pares a melhor das acolhidas para a aprovação deste requerimento em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SILENO GUEDES
Deputado

Requerimento Nº 002945/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito para os Anais desta Casa Legislativa, o artigo de autoria do Superintendente do Sebrae de Pernambuco, Murilo Guerra, intitulado **"**Mapa de Tendências: caminhos para o futuro de Pernambuco**"**, publicado, no Jornal do Commercio do dia 29 de janeiro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ilmo. Sr. Murilo Roberto de Moraes Guerra, Superintendente do Sebrae – PE; Exmo. Sr. Fernando Antônio Caminha Dueire, Senador da República; Ilmo. Sr. Décio Lima, Diretor-Presidente Nacional do Sebrae; Ilmo. Sr. Bernardo Peixoto dos Santos Oliveira Sobrinho, Presidente do Sistema Fecomércio/Sesc/Senac PE; Ilmo. Sr. Bruno Salvador Veloso da Silveira, Diretor Presidente da Federação da Indústrias do Estado de Pernambuco – FIEPE; Ilmo. Sr. Fausto Falcão Pontual, Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do Sebrae – PE; Ilmo. Sr. Pio Guerra Júnior, Diretor Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Pernambuco – FAEPE.

Justificativa

A presente propositura tem por finalidade transcrever nos Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco o artigo intitulado **"**Mapa de Tendências: caminhos para o futuro de Pernambuco**"**, de autoria do Superintendente do Sebrae/PE, Murilo Guerra, publicado Jornal do Commercio do dia 29 de janeiro de 2025, cujo texto segue abaixo na íntegra:
"Mapa de Tendências: caminhos para o futuro de Pernambuco
Murilo Guerra
A transformação dos negócios começa pelo conhecimento, compreender os movimentos do presente é essencial para construirmos o futuro. Com esse foco, o Sebrae Pernambuco realizou, em 2024, uma pesquisa com empreendedores, estudantes, trabalhadores, gestores públicos e lideranças de todas as regiões do estado, para identificar tendências emergentes capazes de redirecionar o ambiente de negócios local, gerando oportunidades para as micro e pequenas empresas. A pesquisa revelou mais de 20 tendências recorrentes nas diferentes regiões, que apontam caminhos promissores para o desenvolvimento de Pernambuco, apresentando grande potencial de expansão.
Uma das tendências é o turismo de negócios locais. Festivais culturais, mercados e roteiros gastronômicos têm fortalecido o comércio e atraído visitantes interessados em experiências autênticas. Municípios como Caruaru, com sua icônica Feira da Sulanca, e Goiana, com gastronomia popular como a do restaurante Buraco da Gia, são exemplos de como tradições locais podem fortalecer a identidade cultural e, ao mesmo tempo, gerar renda e desenvolvimento. O futuro destaca a importância de valorizar a singularidade de cada região e a necessidade de estarmos atentos para temas como turismo sustentável e autenticidade.
Outro aspecto relevante é o letramento digital, habilidade que se tornou indispensável no mundo contemporâneo. Desde o uso de redes sociais para o varejo até o domínio de ferramentas tecnológicas no mercado de trabalho, estar preparado para o digital é uma necessidade. Contudo, as diferenças de acesso à tecnologia percebidas entre as regiões do estado reforçam a urgência de políticas públicas que promovam a inclusão digital.
A chamada conexão prateada, que reflete o crescente uso de tecnologias por pessoas com mais de 60 anos, também merece atenção. Com maior longevidade e interesse por produtos e serviços digitais, esse público vem demonstrando um enorme potencial, como consumidores e empreendedores. Negócios que se adaptam às necessidades desse grupo, oferecendo cursos de alfabetização digital e dispositivos tecnológicos simplificados com recursos de acessibilidade, por exemplo, podem explorar um mercado em ascensão.
Por sua vez, a tendência da educação empregadora está transformando a relação entre qualificação e mercado de trabalho. Programas de capacitação que integram teoria e prática, com foco na empregabilidade imediata, têm ganhado destaque. O futuro do setor em Pernambuco aponta para a construção de um ambiente mais dinâmico, em que empresas participem da formulação de metodologias de ensino, sem negligenciar o desenvolvimento de habilidades críticas e criativas nos estudantes.
Por fim, o multifacetamento profissional tornou-se uma característica marcante dos tempos de agora. É cada vez mais comum que um mesmo profissional combine habilidades e atue em áreas distintas para diversificar sua renda e alcançar maior estabilidade. Essa adaptabilidade também deve ser explorada pelos pequenos negócios, que podem criar ambientes colaborativos e desenvolver ferramentas, como assistentes virtuais, para ajudar esses trabalhadores a gerenciar suas carreiras com mais eficiência.
Essas são apenas algumas das tendências que ajudam a desenhar como será o Pernambuco do amanhã. Além delas, também conseguimos mapear tendências específicas de cada região do estado, que podem direcionar ações mais alinhadas às características e necessidades locais, respeitando as particularidades de cada território. O estudo completo está disponível no sebrae.com.br/pernambuco.
Os desafios são significativos, mas o povo pernambucano, com sua forte ligação à cultura e identidade, exibe grande capacidade de contribuir para a construção do futuro do nosso estado. No Sebrae/PE, essas tendências já estão norteando nossa atuação junto aos pequenos negócios, com o objetivo de oferecer suporte estratégico para que eles consigam, efetivamente, converter essas possibilidades em resultados concretos.
Aqui, o futuro já começou.
Murilo Guerra é superintendente do Sebrae/PE"
Diante do exposto, solicito a aprovação dos Nobres Pares desta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JARBAS FILHO
Deputado

Requerimento Nº 002946/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene no dia 10 de novembro de 2025 em alusão ao aniversário de 200 anos do jornal Diario de Pernambuco, a ser celebrado no dia 7 de novembro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Sr. Carlos Frederico A. Vital, Presidente do Diário de Pernambuco.

Justificativa

Fundado em 1825, o Diario de Pernambuco é o jornal mais antigo em circulação na América Latina e completa, em 2025, 200 anos de história. Ao longo de sua longa trajetória, o periódico se consolidou como uma das principais fontes de informação do país, marcando presença na vida política, social e cultural de Pernambuco e do Brasil.
O Diario se destaca por sua resistência e resiliência, atravessando períodos turbulentos da história do Brasil, como a Proclamação da República, a ditadura militar e as transformações tecnológicas dos últimos anos. Em todas essas fases, o jornal manteve um compromisso com a informação de qualidade e com sua tradição.
Quase bicentenário, o jornal tem um papel importante na preservação da memória histórica de Pernambuco e no fortalecimento da identidade regional, sempre buscando manter sua atuação como um elo entre o povo pernambucano e o resto do mundo. Ao mesmo tempo, com um número de seguidores na casa dos milhões nas redes sociais, fez uma transição bem-sucedida para um ambiente de convergência digital, de redação integrada no jornalismo e de espaço para o cidadão repórter quando essas discussões ainda aconteciam de forma inicial em outros veículos de comunicação.
O Diario se reafirma como um marco na história da comunicação brasileira, celebrando sua rica trajetória e renovando seu compromisso com o futuro do jornalismo. Por isso, como Casa que ecoa os anseios e vozes do povo pernambucano, é oportuno que esta Assembleia Legislativa honre os 200 anos de história desse patrimônio do nosso estado.
Pelo exposto, apresento este requerimento no sentido de que seja realizada uma Reunião Solene em alusão aos 200 anos do jornal Diario de Pernambuco, a serem celebrados no dia 7 de novembro de 2025, e solicito dos meus ilustres pares a melhor das acolhidas para sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

SILENO GUEDES
Deputado

Requerimento Nº 002947/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizado no Plenário desta Casa Legislativa, uma Sessão Solene no dia 19 de março de 2025, em comemoração ao Dia do Advogado Previdenciarista.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Dra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Senhor Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco; Exmo. Senhor Adalberto de Oliveira Melo, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (TRE-PE); Exma. Senhora Nise Pedroso Lins de Sousa, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região; Exmo. Senhor Marcos Antônio Matos de Carvalho, Procurador Geral do Ministério Público de Pernambuco; Exmo. Senhor Fernando Ribeiro Lins, Presidente, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – Secção de Pernambuco; Ilmo. Sr. Ney Araújo, Advogado Previdenciarista.

Justificativa

O Direito Previdenciário é um ramo autônomo do Direito Público, que tem métodos, objetos e princípios próprios, além de leis específicas e divisão interna. Uma área de Direito Público que estuda a regulamentação da Seguridade Social.
Sendo assim, o objetivo do Direito Previdenciário é justamente disciplinar a Previdência Social, regulamentando a relação jurídica de beneficiário e de custeio previdenciário, além da relação jurídica da previdência complementar.
A atuação do advogado previdenciarista vem sendo de grandiosa relevância na defesa dos direitos dos cidadãos e na busca incessante por uma sociedade mais justa e igualitária que garanta condições mínimas de sobrevivência e dignidade a toda população.
É de fundamental importância reconhecer o papel destes valorosos profissionais, que dedicam as suas vidas na defesa intransigente das garantias previdenciário dos nossos cidadãos, figurando como garantidores da lei, sendo assim nada mais justo da realização de uma Sessão Solene, em comemoração ao Dia do Advogado Previdenciarista.
Sala das Reuniões, em 03 de fevereiro de 2024

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ANTÔNIO MORAES
Deputado

Requerimento Nº 002948/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Natálio Arruda Neto, ocorrido no dia 02 de fevereiro do ano em curso.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Nevinha Arruda, Esposa; Hugo Arruda, Filho; Natália Arruda, Filha; Helinho Aragão, Prefeito de Santa Cruz do Capibaribe; Rádio Vale FM, Veículo de Comunicação.

Justificativa

A presente proposição tem por finalidade a homenagear uma pessoa pública da mais alta relevância para o município de Santa Cruz do Capibaribe, o Ex-vereador e empresário Natálio Arruda Neto, filho de Manoel Bezerra de Lima "Lelé do Pará" (In Memorian) e Isaura Arruda Bezerra. Casado com Nevinha Arruda, com quem tinha dois filhos, Hugo e Natália Arruda. Natálio Arruda Neto atuou com empresário onde foi proprietário das lojas Ateliê e Pactual, além de atuar como radialista, comandando por 12 anos o programa Vaqueiros na Fazenda, na Rádio Vale AM.
A lacuna de sua partida jamais será preenchida, porém, as boas lembranças dos familiares e amigos, são fortes e vívidas. A vida de Natálio Arruda foi exemplo do começo à partida.
Desta forma, em solidariedade aos seus familiares e nesse momento de tristeza e saudade, propomos esta iniciativa na certeza de seu acolhimento pelos Nobres Pares que integram esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

DIOGO MORAES
Deputado

Requerimento Nº 002949/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Aplauso em comemoração aos 70 anos de existência da Faculdade de Odontologia de Pernambuco da Universidade de Pernambuco (FOP/UPE).
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exma. Dra. Raquel Teixeira Lyra Lucena, Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Senhor Gilson José Monteiro Filho, Secretário de Educação e Esportes de Pernambuco; Exma. Sra. Mônica Maria de Albuquerque Pontes, Diretora da Faculdade de Odontologia de Pernambuco da Universidade de Pernambuco; Exma. Sra. Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti, Reitora da Universidade de Pernambuco.

Justificativa

Venho através deste requerimento prestar uma homenagem em comemoração aos 70 anos de existência da Faculdade de Odontologia de Pernambuco da Universidade de Pernambuco (FOP/UPE).
Ao longo dessas sete décadas, a FOP/UPE tem se consolidado como uma das instituições de ensino superior mais importantes e respeitadas no Brasil, formando profissionais de excelência e contribuindo significativamente para a saúde bucal da população.
Desde sua fundação em 18 de março de 1955, a FOP/UPE tem sido um centro de inovação, pesquisa e educação na área da odontologia. Com um ensino de qualidade, a faculdade tem formado gerações de dentistas, pesquisadores e especialistas, que têm se destacado em diversas áreas da saúde e da ciência, promovendo um impacto positivo tanto no estado de Pernambuco quanto em todo o território nacional.
Além disso, a FOP/UPE tem se dedicado a promover ações de extensão e projetos sociais que beneficiam a comunidade, oferecendo atendimento odontológico a quem mais precisa e realizando atividades que visam a promoção da saúde bucal em diversas regiões do estado.
A cada ano, a FOP/UPE reafirma seu compromisso com a excelência acadêmica, o desenvolvimento de pesquisas de ponta e o compromisso com a formação ética e humanística dos profissionais que ali se formam. A faculdade é, sem dúvida, um exemplo de dedicação, profissionalismo e compromisso com o bem-estar da sociedade.
Por isso, é mais que justo que esta Casa reconheça e parabenize a FOP/UPE por sua trajetória de 70 anos de contribuições inestimáveis à educação, à pesquisa e à saúde pública do nosso estado e do Brasil.
Proponho, portanto, que seja registrado neste Voto de Aplauso os nossos mais sinceros cumprimentos a toda a comunidade acadêmica da FOP/UPE, pelos 70 anos de serviços prestados à sociedade e à educação.
Dessa forma, solicito aos meus ilustres pares a aprovação deste requerimento como uma forma de parabenizar pelos 70 anos de existência da Faculdade de Odontologia de Pernambuco da Universidade de Pernambuco (FOP/UPE).

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ANTÔNIO MORAES
Deputado

Requerimento Nº 002950/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Aplausos ao Farol de Notícias, veículo de comunicação, pelo alcance de 21 milhões de acessos no ano de 2024.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Álvaro Porto de Barros, Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco; Giovanni Sá, Editor Chefe do Farol de Notícias.

Justificativa

No ano de 2024 o portal Farol de Notícias (www.faroldenoticias.com.br), veículo de comunicação de grande relevância para a sociedade pernambucana, atingiu o marco impressionante de 21 milhões de acessos.
Fundado com o compromisso de levar informação de qualidade, com imparcialidade e responsabilidade, o Farol de Notícias consolidou-se como uma das principais fontes de informação do interior de Pernambuco, especialmente no Sertão do Pajeú e no Sertão Central. Seu trabalho jornalístico, voltado para temas de interesse público, política, cultura, segurança, economia e o cotidiano da população, tem sido fundamental para fortalecer a cidadania e garantir o direito à informação.
Esse expressivo número de acessos demonstra a confiança e o reconhecimento do público no trabalho sério e comprometido do veículo, que se destaca pelo jornalismo independente e pela proximidade com a realidade da população sertaneja. Em um cenário de desafios para a imprensa regional, o Farol de Notícias reafirma a importância do jornalismo local e o seu papel essencial na construção de uma sociedade mais informada e participativa.
Parabenizamos toda a sua equipe de jornalistas, colaboradores e idealizadores por essa significativa conquista, que simboliza não apenas o alcance do veículo, mas, sobretudo, sua credibilidade e compromisso com a verdade. Que esse sucesso se multiplique e continue trazendo os caminhos da informação em Pernambuco.
Diante do exposto, solicito dos meus nobres pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

LUCIANO DUQUE
Deputado

Requerimento Nº 002951/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Pesar aos familiares do Senhor Sadao Kameoka, cujo falecimento ocorreu no dia 15 de janeiro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ilm Sra Midori Kameoka, Viúva.

Justificativa

No dia 15 de janeiro de 2025, faleceu o Senhor Sadao Kameoka, aos 95 anos de idade.
Nascido na cidade de Matsuyama, capital da província de Ehime, no Japão.
No Brasil, Sadao construiu uma trajetória de dedicação e contribuição ao longo de sua vida. Por muitos anos, residiu na cidade de Aliança, Zona da Mata Norte de Pernambuco, e, em 1958, ao lado de sua esposa, Midori, deu início à colônia nipônica no município de Bonito, no Agreste Pernambucano. Por meio da atividade agrícola, ajudou a impulsionar o desenvolvimento da região, deixando um legado de trabalho e união.
Mais tarde, a vida o levou ao Recife, onde se destacou como empresário. No Centro de Abastecimento e Logística de Pernambuco - CEASA, no Curado, onde abriu seu primeiro ponto comercial, consolidando sua presença na economia local. Em 1986, realizou mais um sonho ao fundar o Restaurante Yoki Galetos, hoje conhecido como Kiyoi Galetos, tornando-se referência gastronômica na capital pernambucana; com unidades na Avenida Caxangá, no Cordeiro, e na Avenida Abdias de Carvalho, no bairro dos Torrões.
Sadao parte, deixando um exemplo de amor à família e à comunidade. Ao lado de Midori, sua fiel companheira com quem celebrou 70 anos de casamento, construiu uma bela família com seis filhos: Akie, Yoshihiro, Adalto,Roberto, Ricardo e Takashi . Seu legado permanece vivo, marcado pela coragem, empreendedorismo e dedicação ao próximo.
O falecimento do Senhor Sadao Kameoka, deixa uma grande lacuna, com o sentimento de saudade e pesar em todos, principalmente nos seus familiares, legião de colaboradores e amigos, pois foi um grande homem, empresário, marcando a história de todos que o conheceram.
Portanto, é justo que a Casa de Joaquim Nabuco preste homenagem a este cidadão, cuja trajetória de vida nos deixa como exemplo, ao tempo em que prestamos nossa solidariedade aos seus parentes e amigos queridos neste momento de pesar.
Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares aprovação deste Voto de Pesar.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ANTÔNIO MORAES
Deputado

Requerimento Nº 002952/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um Voto de Pesar aos familiares do Senhor Hayashi Kawamura, cujo falecimento ocorreu no dia 11 de janeiro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ilmo Sr. Raul Kawamura, Filho; Ilma. Sra. Sue Kawamura, Filha; Ilmo Sr. Daí Kawamura, Filho.

Justificativa

Em 11 de janeiro de 2025, faleceu o Senhor Hayashi Kawamura, aos 88 anos de idade.
Criou a Associação Kawamura e foi percursor do Karate em Pernambuco. Exímio profissional das artes marciais, professor dedicado e comprometido em disseminar o aprendizado do esporte.
O Sensei, como são chamados os professores de artes marciais japonesas, nasceu em 26 de agosto de 1936, na cidade de Toba, província de Mie, no Japão. E teve uma trajetória de dedicação ao esporte, sendo discípulo de Masatoshi Nakayama, o maior divulgador do Shotokan Karate-do no mundo e aluno de Gichin Funakoshi, fundador do estilo Shotokan.
Estudou na Universidade Takushoku, em Tóquio. Instituição que promovia e incentivava os alunos a irem para outros países. Após a conclusão do curso universitário em Administração de Empresas, Kawamura, resolveu se aventurar vindo para o Brasil.
No início dos anos 60, Hayashi Kawamura Sensei imigrou para o Brasil. Inicialmente chegando em São Paulo e posteriormente passando pelas cidades do Rio de Janeiro e de João Pessoa na Paraíba. Em 1965, se mudou para Pernambuco, onde, em 1967, fundou o primeiro Dojo de Karate na cidade do Recife. Iniciando assim uma jornada que formou uma legião de alunos e amigos.
Além do Karate, Kawamura Sensei também era mestre em judô, contribuindo de forma significativa para a difusão das artes marciais em Pernambuco e em todo o Brasil.
Foi casado com Elizabeth Córdula Kawamura e teve três filhos: Raul, Sue e Daí.
Neste momento de luto, o Deputado Antônio Moraes se solidariza com a família, amigos e alunos de Hayashi Kawamura Sensei, e reitera suas condolências pela perda irreparável.
Seu legado como professor, mentor e ser humano será eternamente lembrado por todos aqueles que tiveram o privilégio de aprender com ele e compartilhar de sua sabedoria, permanecendo nas memórias e nas práticas de todos que seguiram seus ensinamentos, mantendo assim, viva a chama do Karate e do Judo.
O falecimento do Senhor Hayashi Kawamura deixa uma grande lacuna, com o sentimento de saudade e pesar em todos, principalmente nos seus familiares, legião de alunos e amigos, pois foi um grande homem e profissional das artes marciais, marcando a História destas no Estado de Pernambuco e na vida de todos que o conheceram.
Portanto, é justo que a Casa de Joaquim Nabuco preste homenagem a este cidadão, cuja trajetória de vida nos deixa como exemplo, ao tempo em que prestamos nossa solidariedade aos seus parentes e amigos queridos, neste momento de pesar.
Diante do exposto, solicito dos meus ilustres pares aprovação deste Voto de Pesar.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

ANTÔNIO MORAES
Deputado

Requerimento Nº 002953/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um Voto de Aplauso à Paróquia de Santo Antão, em Vitória de Santo Antão, na passagem da 400ª edição da festa do Padroeiro Santo Antão, de 5 a 17 de janeiro do corrente.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Revmo. Monsenhor Josivaldo José Bezerra, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife e Pároco da Matriz de Santo Antão; Revmo. Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, Arcebispo de Olinda e Recife; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Marcos Alexsandro Gonçalves da Silva, Presidente da CDL/Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Antônio de Lemos Vasconcelos Neto, Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agropecuária da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Pedro Humberto Ferrer de Morais, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

As homenagens dedicadas ao Padroeiro Santo Antão, no município pernambucano de Vitória de Santo Antão, tiveram início no último dia 5 de janeiro, com encerramento no dia 17, data consagrada a Santo Antão, feriado municipal.
A programação reuniu tradição, devoção e recitação do terço, novena e santa missa, em uma festa realizada na sua 400ª edição este ano, evento esse que se constitui em um dos grandes acontecimentos no calendário religioso da cidade. Exalta a figura de Santo Antão, nascido no ano 250, no Egito e falecido em 17 de janeiro do ano 356. Conhecido como o Santo da Renúncia, por ter renunciado aos bens materiais, atendendo ao chamado do Senhor, em momento de recolhimento para dedicar-se a fé católica.
Sua imagem na Matriz de Santo Antão, em tamanho natural, é apresentada em trajes e insígnias episcopais.
A festividade contou com a presença de membros de ordenações episcopais de diferentes Estados do Brasil, que realizaram ao longo da programação celebrações Eucarística. Um momento de muito louvor foi a ordenação do Monsenhor Josivaldo José Bezerra como Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife, ocorrida no dia 06, contando com a presença do alto clero pernambucano, e demais autoridades civis e eclesiásticas,
Em seu enceramento tivemos às 6 horas, a Alvorada festiva; às 10 horas, Concelebração Eucarística presidida pelo Arcebispo emérito da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Antônio Fernando Saburido, às 15h a Missa de encerramento da Festa, presidida por sua Excelência Reverendíssima Arcebispo Metropolitano de Olinda e Recife, Dom Paulo Jackson, às 16 horas, procissão com as imagens dos gloriosos Santo Antão e São Sebastião pelas principais ruas da cidade, traduzindo o sentimento de religiosidade do evento.
De parabéns, portanto, todos os paroquianos da Matriz de Santo Antão, por mais essa justa homenagem ao seu Padroeiro, gesto dos mais significativos aos quais nos associamos através do presente expediente, na certeza do seu acolhimento pelos Nobres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Requerimento Nº 002954/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Aplausos ao Grupo de Xaxado Cabras de Lampião, pela comemoração dos seus 30 anos de existência.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Álvaro Porto de Barros, Presidente da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Pernambuco; Cleunice Maria dos Santos, Representante Legal do Grupo de Xaxado Cabras de Lampião.

Justificativa

Venho, por meio deste, apresentar um pedido concessão de Voto de Aplauso ao Grupo de Xaxado Cabras de Lampião, que celebra 30 anos de uma trajetória marcada pelo compromisso com a valorização e preservação da cultura nordestina.
Fundado em 1995, o Grupo de Xaxado Cabras de Lampião se tornou referência na promoção da cultura popular, especialmente no estudo, na difusão e na memória do cangaço e do legado de Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Ao longo dessas três décadas, o grupo tem desempenhado um papel fundamental na valorização da identidade nordestina por meio da música, do teatro e da dança.
Além disso, o grupo tem um importante papel social, proporcionando oportunidades para jovens e artistas locais, incentivando a formação cultural e promovendo o orgulho da herança sertaneja. Seu trabalho incansável na preservação da história e das manifestações populares reforça o compromisso com a identidade do povo nordestino e a resistência de sua memória.
Diante de tamanha relevância e do impacto positivo que o Grupo de Xaxado Cabras de Lampião exerce na cultura e na história do nosso país, é mais do que justa esta homenagem. Portanto, apresento este Voto de Aplauso, como forma de reconhecimento e gratidão pelos 30 anos de dedicação à cultura nordestina e ao fortalecimento da identidade do nosso povo.
Diante do exposto, solicito dos meus nobres pares a aprovação deste Requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

LUCIANO DUQUE
Deputado

Requerimento Nº 002955/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um Voto de Aplauso ao Revmo. Bispo Auxiliar D. Josivaldo José Bezerra por sua posse na Arquidiocese de Olinda e Recife, em cerimônia religiosa ocorrida dia 6 de janeiro do corrente, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Revmo. Dom Josivaldo José Bezerra, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife; Revmo. Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, Arcebispo de Olinda e Recife; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal “A Verdade”; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

A comunidade católica constituída da Arquidiocese de Olinda e Recife, que abrange 19 municípios e o Arquipélago de Fernando de Noronha composta de 150 paróquias, viveu, no último dia 6 de janeiro do corrente, na histórica cidade pernambucana de Vitória de Santo Antão, momento dos mais emocionantes e memoráveis, que marcou a posse do novo Bispo Auxiliar da referida Arquidiocese, D. Josivaldo José Bezerra.
A data não poderia ter sido das mais bem escolhidas, porque além de celebrar o Dia dos Reis Magos, foi também o Dia da Gratidão.
A cidade teve a oportunidade de retribuir nessa homenagem com celebração de Santa Missa, a fecunda missão pastoral desse gravataense, que chegou na Terra das Tabocas em janeiro de 2022, para exercer seu ofício à frente a secular Matriz de Santo Antão.
Sua nomeação pelo Santo Padre, o Papa Francisco em 8 de novembro de 2024 veio a pontificar seu abnegado trabalho, iniciado com sua ordenação em 20 de março de 1998, pelo emérito Arcebispo de Olinda e Recife, à época, D. José Cardoso.
Esse gesto foi motivo de júbilo a todos que reconhecem a figura do missionário da palavra de Cristo na sua caminhada de pastoreio e fé.
Que essa nova etapa de sua vida seja plena de bênçãos e que essa missão seja fortalecida a cada dia, superando os desafios na jornada semeadora a serviço do Senhor e do povo da Igreja Católica Apostólica Romana.

Por representar iniciativa das mais louváveis, justificamos o presente expediente, ao ensejo de seu acolhimento pelos Nobres Pares quanto à aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Requerimento Nº 002956/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito para os Anais desta Casa Legislativa, o artigo intitulado "O prato sem o IPCA", de autoria do ex-governador de Pernambuco, Gustavo Krause, publicado no Jornal do Commercio do dia 02 de fevereiro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho, Ex-governador de Pernambuco; Exma. Sra. Priscila Krause Branco, Vice-Governadora do Estado de Pernambuco; Exmo. Sr. Fernando Antônio Caminha Dueire, Senador da República.

Justificativa

O requerimento que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade transcrever nos Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco o artigo intitulado O prato sem o IPCA", de autoria do ex-governador de Pernambuco, Gustavo Krause, publicado no Jornal do Commercio do dia 02 de fevereiro de 2025, cujo texto segue na íntegra:
"O prato sem o IPCA
Gustavo Krause
Ninguém come PIB, come alimentos", esta é uma das muitas frases marcantes da economista Maria Da Conceição Tavares (1930-2024) que enfrentou bravamente, goste-se ou não, a gestão ortodoxa no combate à inflação e no manejo das políticas econômicas.
A longeva e destemida professora injetava doses de sentimentos e emoções à argumentação técnica a tal ponto que foi às lagrimas por ocasião do lançamento Plano Cruzado e, mais tarde, lamentou: "Acompanhei o plano todo, até que capotou de maneira estrondosa. Todas as experiências foram muito amargas. Foram feitas mais de cinco tentativas de atacar a hiperinflação. E não deu. Só deu mais tarde. Estava comovida. Pela primeira vez se fazia um plano anti-inflacionário que não prejudicava o trabalhador. Isso é comovedor, todos os outros, como este agora também, provocaram recessão, desemprego e queda de salários" (Entrevista na edição de O Globo em 01/07/2015).
De fato, a inflação é uma doença desafiadora e, não poucas vezes, devastadora que se espalha no organismo das sociedades destruindo democracias, ampliando a miséria social, corrompendo valores éticos e gerando a cultura cínica da esperteza. O mais grave: não tem cura. Empobrece os mais pobres, gera fortunas para os mais ricos e fortalece a assimetria do poder político capturado por uma minoria privilegiada.
A afirmação de que a inflação é uma enfermidade incurável não é exagero. Ela pode ser enfrentada por vários instrumentos de controle, mas não se dá por vencida. Qualquer descuido equivale a uma baixa imunidade diante dos malefícios de uma bactéria oportunista.
Trata-se, pois, de um fenômeno extremamente complexo do qual se ocuparam e se ocupam notáveis estudiosos das ciências econômicas. Não há bala de prata para uma questão que envolve, além das múltiplas variáveis econômicas, a fluidez das expectativas sociais e os rumos incertos do poder político.
No caso brasileiro, nossa experiência histórica padeceu de uma longa e prejudicial convivência com a inflação. Lembro, nos idos dos anos cinquenta, a linguagem popular denominá-la de carestia para definir a alta do custo de vida, mas logo compreendi, que refletia, também, pobreza, desnutrição, fome.
As feiras livres e os mercados eram o termômetro adequado para dar forma e ênfase ao dinheiro curto e ao balaio mais vazio; o salário minguado para o mês longo. Entrava e saia governo e a carestia persistia. Em sete décadas, recebeu um nome mais erudito: inflação que só crescia até se tornar um dragão voraz que sugava o país de dimensões continentais cada vez mais distante do idealizado "país do futuro".
Irmãs gêmeas da desigualdade social, inflação e pobreza desafiaram governos autocráticos e democráticos. A democracia foi restaurada apesar dos riscos e ameaças concretas; a inflação garroteada, mas viva; e o país monoexportador de café produziu um PIB que, atualmente, entre as dez maiores economias do mundo. Porém, terrivelmente, desigual.
É aí que ganha destaque frase de Maria da Conceição Tavares: "o povo não come PIB. Come alimentos". Ora, a expressão tem um significado real. A inflação que hoje é medida sistemática e cientificamente por vários índices de preços, expressos em diversas sopinhas de letras: IPCA, INPC, IGP-M, IGP-DI, IPC-FIPE, sendo o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) o índice oficial do país, calculado pelo IBGE, referente às famílias com rendimentos de 1 a 40 salários mínimos em dez regiões metropolitanas e mais as cidades de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís, Aracaju e Brasília.
O povo aprendeu e sente no estômago que a inflação atinge, mais fortemente, o orçamento dos mais pobres, em especial, os produtos alimentícios e o grupo de alimentação e bebida com altas de 7,69% o que representou um peso de 1,63% sobre a alta do IPCA de 4,83% (Fonte: IBGE).
Lembrei, imediatamente, de um amigo que tem dois restaurantes em bairros populares da Região Metropolitana do Recife. É trabalhador, criativo e, como pequeno empresário, conseguiu superar todas as dificuldades do ambiente de negócios. Ele serve comida caseira durante a semana; saborosos pratos regionais no fim de semana; e inventou um cardápio promocional diário: "O prato sem IPCA".
Velho cliente da dobradinha e da rabada, questionei: "Joca, quem sabe o que é IPCA? – Amigo, disse ele, todo mundo pergunta e eu explico. É uma eficaz propaganda. E o preço? Baixei. Com o número redondo de 5%. Retruquei, intrigado: e com a matéria-prima mais cara? Aí ele meu deu uma aula sobre IPCA. – GK, 30 itens subiram e outros 30 caíram. Compro mercadorias substitutas. E ofereço, gratuitamente, um suco de maracujá (caiu 13%) ou de Melancia (caiu 11%), variando o sabor de acordo com a fruta da época. Aí o freguês fica satisfeito e passa a saber que comeu um pequeno pedaço do PIB.
Até porque, feijão, arroz, laranja, café, trigo, soja etc…não atendem ordens dos governos: seguem obedecendo à lei pétrea da oferta e da procura.
Gustavo Krause, ex-governador de Pernambuco".
Diante do exposto, solicito a aprovação dos Nobres Pares desta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JARBAS FILHO
Deputado

Requerimento Nº 002957/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um Voto de Aplauso ao Revmo. Sr. Padre Cícero Ferreira de Paula, por sua nomeação como pároco da Matriz de Santo Antão, de Vitória de Santo Antão, Pernambuco, a partir de 1 de fevereiro do corrente, por ato do Arcebispo de Olinda e Recife, Dom Paulo Jackson Nóbrega de Souza.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Revmo. Sr. Padre Cícero Ferreira de Paula, Pároco da Matriz de Santo Antão; Revmo. Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, Arcebispo de Olinda e Recife; Revmo. Dom Josivaldo José Bezerra, Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife; Exmo. Sr. Paulo Roberto Leite de Arruda, Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Elias Alves de Lira, Ex-Prefeito de Vitória de Santo Antão; Exmo. Sr. Edmilson José dos Santos, Presidente da Câmara de Vereadores de Vitória de Santo Antão; Ilmo. Sr. Ibirapuã Gonçalves, Diretor Geral do Jornal "A Verdade"; Ilmo. Sr. José Edalvo, Diretor Geral do Jornal da Vitória; Rádio Vitória FM, jornalismo.

Justificativa

Uma cerimônia religiosa na secular Matriz de Santo Antão, dia 2 de fevereiro do corrente, ante a presença da comunidade católica vitoriense, cúpula eclesiástica, presbíteros, autoridades, familiares do homenageado, marcou a posse à frente da referida igreja, do padre Cícero Ferreira de Paula, em substituição ao Revmo. Bispo Auxiliar da Arquidiocese de Olinda e Recife, Dom Josivaldo José Bezerra.
Pernambucano de Gravatá, nascido em 28 de junho de 1971, na mesma cidade de seu antecessor, o padre Cícero Ferreira de Paula após concluir o curso de seminarista em Olinda, seguiu para Roma, em 1997. Naquela cidade estudou mais cinco anos, entre Teologia e Direito Canônico. Foi ordenado em 1 de julho de 2001.
De volta a Pernambuco foi pároco da Igreja de Nossa Senhora de Boa Viagem. Passados oito meses, assumiu a Igreja Matriz da Boa Vista, na Rua da Imperatriz. Ali exerceu sua melhor atuação, que foi colaborar com grupos de caridade, projetos sociais, e ajuda aos mais necessitados, moradores de ruas e dependentes químicos. Foi nessa missão pastoral de servir aos carentes onde manifestou o verdadeiro sentido de sua realização como ser humano. De ter um olhar diferente nas ações que contribuam para melhorar a condição de vida das pessoas.
Antes de sua nomeação para o atual posto, foi pároco da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, de Iputinga, em Recife.
Ele será o 23° pároco da Matriz de Santo Antão.
Na oportunidade, desejamos ao Padre Cícero Ferreira de Paula os melhores votos de mais uma exitosa caminhada no seu pastoreiro, desta vez na hospitaleira Vitória de Santo Antão, de tradição religiosa viva, razão desta homenagem através do presente expediente, na certeza de seu acolhimento pelos Nobres Pares quanto à aprovação.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOAQUIM LIRA
Deputado

Requerimento Nº 002958/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja registrado **VOTO DE APLAUSO** a Pastora Siméa Meldrum, pela sua atuação à frente do Programa Mulheres de Visão.

Justificativa

O Voto de Aplauso ao Programa Mulheres de Visão, representado pela Pastora Siméa Meldrum, encontra-se amplamente fundamentado na relevância e no impacto do trabalho desenvolvido em favor da proteção, defesa e promoção do bem-estar das crianças e adolescentes mais vulneráveis.
O Programa Mulheres de Visão, uma iniciativa da Visão Mundial Brasil, tem como missão inspirar e envolver mulheres cristãs comprometidas com os valores do Reino de Deus. Essas mulheres, unidas pela fé e pela compaixão, dedicam-se à reflexão bíblica, oração e advocacia no prol da infância vulnerável. Além disso, o programa atua na mobilização de novos membros e na captação de recursos destinados a projetos sociais que transformam realidades em comunidades marginalizadas.
Sob a liderança exemplar da Pastora Siméa Meldrum, o programa vem consolidando uma trajetória de impacto e transformação. Bacharel em Teologia e pastora, Siméa atua há mais de três décadas em comunidades carentes, incluindo famílias que viviam no lixão da Grande Recife. Sua experiência pastoral e seu compromisso com a causa humanitária conferência ao programa uma base sólida e um direcionamento estratégico voltado para a mudança social e espiritual.
Entre os feitos mais notáveis, o Mulheres de Visão promove ações concretas, como a realização de seminários, campanhas, estudos e eventos de advocacia, com foco no desenvolvimento de questões que afetam a integralidade das crianças. Essas iniciativas incluem a conscientização sobre temas como abuso infantil, exploração econômica e pobreza extrema, conectando a Igreja e a sociedade a uma agenda prática e transformadora.
Por meio de sua liderança, Siméa Meldrum também articula redes de mulheres que se tornam embaixadoras da causa da infância vulnerável, criando um movimento que ultrapassa barreiras geográficas e culturais. Além disso, sua atuação rendeu reconhecimento oficial, como a Medalha de Mérito Olegária Mariano, concedida pela Câmara Municipal do Recife, que celebra sua dedicação à transformação de vidas.
É preciso destacar que o impacto do Mulheres de Visão vai além de ações práticas; ele representa um modelo de engajamento baseado na fé, na compaixão e na responsabilidade social. Sua abordagem holisticamente bíblica e estratégica contribui para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e verificada aos princípios do Reino de Deus.
Por tudo isso, este Voto de Aplauso não apenas confirma a força do programa, mas também celebra a liderança inspirada da Pastora Siméa Meldrum e de todas as mulheres que, movidas por sua visão, age para promover a justiça e a esperança. É uma homenagem merecida àqueles que dedicam suas vidas à causa das crianças e adolescentes mais vulneráveis.
Pelo exposto, solicito aos nobres pares que aprovem o **VOTO DE APLAUSO.**

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

RENATO ANTUNES
Deputado

Requerimento Nº 002959/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um **VOTO DE PESAR** pelo falecimento do Sr. **JOSÉ LYRA BARBOSA,** conhecido como Zé Pretinho, ocorrido em 12 de janeiro de 2025, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ilma. Sra. Maria do Socorro Alves Lira Barbosa, Empresária; Ilmo. Sr. José Lyra Barbosa Junior e demais irmãos, Empresário.

Justificativa

Este pleito objetiva encaminhar um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Lyra Barbosa, conhecido como Zé Pretinho, ocorrido em 12 de janeiro de 2025, na cidade de Santa Cruz do Capibaribe.
José Lyra Barbosa, nascido em 11 de março de 1926, na cidade de Barra de São Miguel, Paraíba, foi filho de Pedro Severino de Lyra e Maria Eulália Barbosa, oriundo de uma linda família com mais sete irmãos, a saber: Tôza, Biu da Barra, Olívia, Venâncio, Nevinha, Quitéria e Arnon. Zé Pretinho foi viúvo da Sr. Lindalva Aragão de Lira, constituindo posteriormente matrimônio com a Sra. Maria do Socorro Alves Lira Barbosa.
Zé Pretinho deixou suas raízes familiares, composta por dez filhos, a saber: Maria Stella Aragão de Lira Barros, Malaquias Aragão de Lira, José Roberto Aragão de Lira, Maria Josélia de Lyra Aragão, Rosa Maria Aragão de Lira, Maria de Lourdes Aragão de Moura, Edinalva Tomásia da Conceição, José Lyra Barbosa Junior, Maria Gorete Aragão de Lira Nascimento e, em memória, Pedro Aragão de Lira. Além da viúva, a senhora Maria do Socorro Alves Lira Barbosa.
Nas recordações vivenciadas pelo nosso homenageado póstumo, conta-se que desde cedo o mesmo demonstrou determinação e força de vontade, trabalhando na agricultura e em atividades diversas para auxiliar nas despesas de sua família. Aos 14 anos, após o falecimento de seu pai, mudou-se para Santa Cruz do Capibaribe, onde iniciou sua trajetória como trabalhador ao carregar materiais de construção e vender água, ainda em uma época em que a cidade era constituída por poucas ruas. Com o tempo, trouxe sua mãe e irmãos para morar na cidade e começou a trabalhar como sapateiro em uma fábrica de alpercatas. Posteriormente, montou seu próprio negócio, fabricando calçados que vendia em várias localidades do estado.
Zé Pretinho também se destacou como marchante, agricultor, criador e comerciante de gado, atividades que desempenhou com muito esforço, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de Santa Cruz do Capibaribe. Apaixonado por vaquejadas, participou de competições em diversas cidades da região, conquistando reconhecimento e respeito por sua habilidade como vaqueiro.
Homem de talento e carisma, Zé Pretinho também se destacou em eventos culturais, como concursos de dança e quadrilhas juninas, sendo figura ativa na vida social e comunitária de Santa Cruz do Capibaribe. Constituiu uma família sólida e criou seus filhos com dedicação e amor, deixando um legado de trabalho, honestidade e compromisso com o próximo.
O falecimento de José Lyra Barbosa representa uma grande perda para sua família, amigos e toda a comunidade santacruzense, que o reconhece como exemplo de perseverança e dedicação.
Diante do exposto, solicitamos que este Voto de Pesar seja enviado aos familiares, com as nossas mais sinceras condolências e reconhecimento por toda a trajetória de vida e contribuição deste ilustre cidadão para a nossa cidade, pedindo aos nobres Pares que aprovem este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

EDSON VIEIRA
Deputado

Requerimento Nº 002960/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito nos Anais desta Casa Legislativa o artigo intitulado **"**Educação integral e as competências socioemocionais", de autoria do Educador, Mozart Neves Ramos, publicado no Jornal do Commercio do dia 03 de fevereiro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ilmo. Sr. Mozart Neves Ramos, Educador; Exmo. Sr. Fernando Antônio Caminha Dueire, Senador da República.

Justificativa

O presente requerimento tem por objetivo solicitar a transcrição nos Anais da Casa de Joaquim Nabuco do artigo intitulado "Educação integral e as competências socioemocionais", de autoria do Educador, Mozart Neves Ramos, publicado no Jornal do Commercio do dia 03 de fevereiro de 2025, cujo texto segue na íntegra:
"Educação integral e as competências socioemocionais
Mozart Neves Ramos
Estamos vivendo um cenário disruptivo, no qual as transformações pelas quais o mundo vem passando não são mais lineares e sim exponenciais, especialmente impulsionadas pelas descontinuidades tecnológicas. Viver num ambiente disruptivo exige das pessoas novas competências e habilidades, que vão além daquelas meramente cognitivas. Tais competências são normalmente chamadas de socioemocionais, que incluem a criatividade, a colaboração, a persistência, a abertura ao novo, a comunicação e o pensamento crítico, entre outras.
Quando essas competências são desenvolvidas no ambiente escolar de forma intencional na estrutura curricular, articuladas com aquelas vinculadas ao cognitivo, estamos mais próximo do que chamamos de educação integral, e assim promovendo o desenvolvimento pleno de nossas crianças e de nossos jovens, em consonância com o artigo 2° da LDB (A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho).
Vários estudos mostram que estudantes mais responsáveis, colaborativos, persistentes, curiosos e resilientes aprendem mais, concluem seus estudos básicos na idade certa e saem preparados para seguir aprendendo ao longo da vida; na idade adulta, tornam-se cidadãos mais conscientes e participativos, trabalhadores mais éticos, produtivos e realizados, enfim, seres humanos mais aptos a fazerem boas escolhas e usufruírem delas.
Espera-se, assim, que as escolas preparem as nossas crianças e os nossos jovens para uma educação que seja capaz de desenvolver tais competências; que não seja mais uma disciplina, mas uma nova forma de ensinar e de aprender. Nossa escola, infelizmente, é ainda muito conteudista, e isso não dialoga com cenários disruptivos, como o que estamos vivendo. Certa vez, ouvi de uma dirigente da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH), em um evento sobre empregabilidade no estado de Santa Catarina, que "ainda contratamos pelo cognitivo, mas demitimos pelo socioemocional".
Para trazer as nossas escolas, professores e estudantes para este novo ambiente, um passo importante foi dado com a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a partir de suas dez competências gerais que asseguram, entre outras coisas, alguns dos princípios que são fundamentais para o desenvolvimento integral, tais como, autonomia (o objetivo maior da educação integral é a formação para a autonomia, entendida como o empoderamento dos estudantes para fazer escolhas fundamentadas em seus projetos de vida), protagonismo (promover o protagonismo docente e estudantil é decisivo para que se vejam e sejam vistos como parte da solução e não do problema) e corresponsabilidade (o direito à educação deve ser assegurado com o envolvimento de todos pela educação, numa ética de corresponsabilidade entre o primeiro, o segundo e o terceiro setores, além de famílias e cidadãos mobilizados de forma coletiva e solidária, em consonância com o Artigo 205 da Constituição Federal).
Levar essa perspectiva ao dia a dia das escolas e redes de ensino de forma estruturada e intencional requer inovações não só na estrutura curricular e nas políticas educacionais, mas também na formação de professores e nas práticas pedagógicas a serem empregadas em sala de aula. Para isso, é importante reunir os conhecimentos que já vêm sendo produzidos, tanto pelos próprios professores no cotidiano das

escolas, quanto pelos pesquisadores e especialistas das diversas áreas das ciências – educação, psicologia, economia, neurociências e muitas outras, que podem auxiliar a encontrar as práticas mais eficientes para atingir tais objetivos. Consequentemente, assegurar aos nossos alunos um aprendizado pleno que os habilitem a fazer escolhas com autonomia e conquistar realizações ao longo da vida, passa necessariamente em assegurar aos nossos professores o direito ao conhecimento.
Mozart Neves Ramos é titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira do Instituto de Estudos Avançados da USP de Ribeirão Preto".
Diante do exposto, solicito a aprovação dos Nobres Pares desta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JARBAS FILHO
Deputado

Requerimento Nº 002961/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um **VOTO DE PESAR** pelo falecimento do Sr. **NATÁLIO ARRUDA NETO**, ex-vereador de Santa Cruz do Capibaribe, ocorrido em 02 de fevereiro de 2025, na cidade do Recife.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ilma. Sra. Nevinha Arruda e Filhos, Empresária.

Justificativa

Este pleito objetiva encaminhar um Voto de Pesar pelo falecimento do ex-vereador de Santa Cruz do Capibaribe, Natálio Arruda Neto, aos 71 anos, ocorrido no dia 02 de fevereiro de 2025, na cidade do Recife, onde estava internado no Hospital da Restauração. Casado com a senhora Nevinha Arruda, tendo dois filhos: Natália Arruda e Hugo Arruda.
Natálio Arruda nasceu em 5 de novembro de 1953, na Vila do Pará, distrito de Santa Cruz do Capibaribe. Durante sua juventude, trabalhou em diversas áreas, desde a zona rural até o comércio local. Mudando-se posteriormente para a cidade de São Paulo, onde atuou na Eletropaulo como apontador e chefe de almoxarifado.
Ao retornar para Santa Cruz do Capibaribe, fundou a empresa Fantástico Arrudão, que inspirou a criação do time de futebol “Arrudão”. Também foi proprietário das lojas Ateliê e Pactual. No rádio, apresentou por 12 anos o programa Vaqueiros na Fazenda, na Rádio Vale AM, onde revelou talentos como Adriano Marly, Carlinhos Coló e Robério Souza.
Natálio Arruda também fez parte do Programa Rádio Debate, que até os dias atuais ainda é veiculado pela Rádio Polo. Ele popularizou bordões como “Caixa de Ferramentas” e adotava o lema “Vamos Trabalhar!”.
Na política, Natálio Arruda foi eleito vereador pela primeira vez em 1988, sendo reeleito em 1993 e 2001. Sua atuação era marcada pelo contato direto com a população e pelo trabalho voltado às comunidades do município.
O falecimento de Natálio Arruda representa uma grande perda para Santa Cruz do Capibaribe, onde deixou um legado na política, na comunicação e no esporte local.
Diante do exposto, solicitamos que este Voto de Pesar seja enviado aos familiares, com as nossas mais sinceras condolências e reconhecimento por toda a trajetória de vida e contribuição deste ilustre cidadão para a nossa cidade, pedindo aos nobres Pares que aprovem este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

EDSON VIEIRA
Deputado

Requerimento Nº 002962/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja transcrito para os Anais desta Casa Legislativa, o artigo de autoria do colunista Alfredo Bertini, intitulado **“**Por que punir os clubes**”**, publicado, na Folha de Pernambuco do dia 03 de fevereiro de 2025.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Ilmo. Alfredo Bertini, Economista e Colunista da Folha de PE; Exmo. Sr. Fernando Antônio Caminha Dueire, Senador da República; Ilmo. Sr. Evandro Carvalho, Presidente da Federação Pernambucana de Futebol; Ilmo. Sr. Yuri Costa Romão, Presidente do Sport Club do Recife.

Justificativa

O requerimento que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade transcrever nos Anais da Assembleia Legislativa de Pernambuco o artigo intitulado “Por que punir os clubes?”, de autoria do colunista Alfredo Bertini, publicado na Folha de Pernambuco do dia 03 de fevereiro de 2025, cujo texto segue na íntegra:
“Por que punir os clubes?
Alfredo Bertini
Tão incrédula quanto à sociedade, diante das cenas de barbárie ocorridas no sábado passado, dia do chamado "clássico das multidões", as autoridades públicas reagiram determinando a proibição do acesso de torcedores para os próximos jogos das duas equipes. Um grave erro de procedimento, cuja interpretação mais parece com aquele jeito popular de se dizer que, no trato dos carrapatos, a melhor solução está dada pelo extermínio da boiada. Afinal, a violência urbana tem múltiplas facetas e medidas generalizantes não parecem enfrentar o problema.
Por mais que criminosos estejam acolhidos nos agrupamentos que se autodefinem como "torcedores organizados", imputar aos clubes toda responsabilidade pelas cenas de um dos "modelos de guerra urbana" que aflorou pelo Brasil, não representa apenas um ato de injustiça, em si. É também uma medida precipitada que infringe pontos conceituais, pois envolvem outras responsabilidades. Por exemplo: é extrair o direito natural de verdadeiros torcedores, que se planejaram para assistirem aos jogos, como qualquer outro entretenimento, onde riscos também existem. É também não validar os compromissos que cabem aos clubes, diante de um contexto econômico e desportivo altamente delicado. Afinal, os investimentos precisam de retorno e, ademais, jogar em estádio vazio é conceder vantagens para os adversários. Ficar abaixo nas competições é tudo que não se quer.
O fato real é que esse problema da violência que deriva do futebol bem representa um buraco mais embaixo daquilo que se observa. Sua profundidade extrapola limites. Não se dá mais dentro do estádio, a ponto de sequer se propor torcida única. É que, ao longo de muitos anos de multiconivência (aqui, até dis próprios clubes) esse absurdo ganhou status de violência urbana. Com uma ou sem torcida, nada impede que confrontos sejam marcados em quaisquer pontos.
As redes e conexões reais sempre existiram entre distintas torcidas, não importando que o fato possa ocorrer até na Unidade Federativa vizinha. E, agora, com as conexões virtuais, a dimensão ganhou mais força. Os confrontos são marcados de modo aberto, transparente. Enfim, a sociedade hoje está diante de um problema público, que do futebol carrega a motivação emocional, para daí se destilar os instintos de ódio já espalhados por tantas outras inflamações. Infelizmente.
Diante disso, na percepção da gravidade do problema e da sua essência de segurança pública, julgo que seria mais prudente punir, diretamente, criminosos do que transferir, indiretamente, as responsabilidades. Aí sim, com o suporte dos clubes e das entidades desportivas gestoras, essa responsabilidade privada se junta às autoridades dos 3 poderes constituídos e o Ministério Público. Uma comunhão para agirem de modo rápido e efetivo, no combate a esse tipo de crime. A questão é por o tema entre as tantas prioridades que envolvem um claro processo de degradação social, que se materializa através de modos distintos de violência. Pois, nesse contexto social, qualquer motivação inflamada dá asas para que o mal se propague. No caso, é um jogo de futebol. Mas, outros fortes motivos estão ao alcance dos bárbaros.
Para esse assunto, o mundo já nos ofereceu algumas lições. Cabe-nos interpretá-las à nossa realidade e, acima de tudo, agir com inteligência investigativa, foco nos responsáveis e precisão na hora de punir.
Assim, permito-me dizer que o mais sensato agora seria repensar o problema, para agir de modo direto e efetivo. Além, claro, da revogação da punição para quem não a mereceu.
Alfredo Bertini é Economista, desportista e colunista da Folha de PE”
Diante do exposto, solicito a aprovação dos Nobres Pares desta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JARBAS FILHO
Deputado

Requerimento Nº 002963/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma Reunião Solene no dia 11 de agosto de 2025, em memória ao ex-governador Eduardo Campos, pela passagem dos 60 anos de seu nascimento.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Renata de Andrade Lima Campos, Economista; João Henrique de Andrade Lima Campos, Prefeito do Recife; Pedro Henrique de Andrade Lima Carneiro Campos, Deputado Federal; Maria Eduarda Andrade Lima Campos de Alencar, Arquiteta; José Henrique De Andrade Lima Campos, Estudante; Ana Lucia Arraes de Alencar, Advogada e Ex-Ministra do Tribunal de Contas da União; Antônio Ricardo Accioly Campos, Advogado; Carlos Siqueira, Presidente Nacional do Partido Socialista do Brasil - PSB; Sileno Guedes, Presidente Estadual do Partido Socialista do Brasil - PSB; Paulo Henrique Saraiva Câmara, Presidente do Banco do Nordeste; Danilo Cabral, Superintendente da SUENE; Felipe Carreras, Deputado Federal; ERIBERTO MEDEIROS, Deputado Federal; Lucas Ramos, Deputado Federal; Guilherme Uchoa Jr, Deputado Federal.

Justificativa

Neste ano, comemora-se os 60 anos de nascimento de Eduardo Henrique Accioly Campos, uma das mais emblemáticas lideranças políticas de Pernambuco e do Brasil. Em reconhecimento ao seu legado, propomos a realização de uma Sessão Solene para homenagear sua trajetória, marcada pelo compromisso com o desenvolvimento de Pernambuco e pelo seu espírito conciliador, que sempre buscou unir forças em prol do bem comum.
Eduardo Campos nasceu em 10 de agosto de 1965, em Recife, no seio de uma família de grande tradição política. Neto do ex-governador Miguel Arraes, herdou a vocação para a vida pública e a luta pelos direitos sociais. Sua carreira política iniciou-se ainda jovem, tornando-se deputado estadual e, posteriormente, deputado federal. Como Ministro da Ciência e Tecnologia, destacou-se por sua gestão inovadora e por sua capacidade de articulação.
Eleito governador de Pernambuco em 2006, Eduardo Campos foi reeleito em 2010 com expressiva votação, um reflexo do reconhecimento da população às políticas públicas implementadas em sua gestão. Seu governo foi pautado pela eficiência na gestão pública, pela valorização da educação, pela expansão da infraestrutura e pela melhoria dos indicadores econômicos e sociais do estado. Sob sua liderança, Pernambuco experimentou um crescimento econômico significativo, aliado a uma forte inclusão social.
Uma das características mais marcantes de Eduardo Campos foi sua capacidade de dialogar com diferentes setores da sociedade, independentemente de ideologias ou interesses partidários. Seu compromisso era com a melhoria da qualidade de vida do povo pernambucano, buscando sempre construir consensos e alianças para promover o desenvolvimento do estado. Essa postura o consolidou como um dos grandes articuladores políticos do Brasil e uma referência em gestão pública.
Em 2014, lançou sua candidatura à Presidência da República, defendendo um projeto inovador para o Brasil, baseado na meritocracia, na transparência e na gestão eficiente. Infelizmente, sua trajetória foi interrompida precocemente por um trágico acidente aéreo em 13 de agosto daquele ano, deixando um legado de realizações e de inspiração para futuras gerações.
Homenagear Eduardo Campos, no ano em que completaria 60 anos, é reconhecer sua história de dedicação ao povo pernambucano e seu incansável trabalho para construir um estado mais justo, desenvolvido e igualitário. Sua memória permanece viva na história de Pernambuco e do Brasil, inspirando políticos, gestores e cidadãos comprometidos com o bem comum.
Diante disso, apresentamos esta proposição de Sessão Solene como forma de reafirmar nosso respeito e reconhecimento ao grande legado de Eduardo Campos, perpetuando sua contribuição para a história do nosso estado e do país.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

DIOGO MORAES
Deputado

Requerimento Nº 002964/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja enviado um **VOTO DE APLAUSO** ao município de **ALTINHO-PE**, pelas comemorações dos 138 anos de sua emancipação política, celebrada em **7 de janeiro de 2025**, ressaltando sua importância histórica, cultural e econômica para o estado de Pernambuco.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. Marivaldo Pena, Prefeito do Município de Altinho/PE; Exmo. Sr. Leomar Cícero Farias de Lima e demais vereadores, Vereador do Município de Altinho/PE.

Justificativa

O município de Altinho, localizado no Agreste pernambucano, tem uma trajetória marcada pelo desenvolvimento e pela resiliência de seu povo. Em 7 de janeiro de 1887, foi a data que teve a instalação do Conselho Municipal (Câmara de Vereadores), marcando sua autonomia administrativa. Data essa que, na história da cidade, é considerada sua emancipação política.
Entretanto, sua história remonta ao século XVII, entre os anos de 1750 e 1760, quando o português José Vieira de Melo estabeleceu a Fazenda Senhora do Ó às margens do Rio Una, em um planalto a 600 metros de altitude. O fundador, movido pela fé católica, ergueu uma capela dedicada à Nossa Senhora do Ó, que atraiu moradores e deu origem ao povoado que viria a se transformar na próspera cidade de Altinho.
Ao longo dos anos, a cidade consolidou-se como um polo agropecuário e agrícola, sendo impulsionada por sua localização estratégica na rota entre Recife e Garanhuns, o que facilitou o crescimento populacional e econômico. Em 12 de junho de 1837, Altinho foi elevado à categoria de distrito e, posteriormente, tornou-se vila em 30 de maio de 1881, desmembrando-se de Caruaru.
Finalmente, conforme a obra literária com o título: “Altinho: Uma Biografia”, de autoria de “Luciano Antônio Ferreira Batista”, em 1899, o padre Manoel Zacharias de Souza Lyra, que já havia sido prefeito de Altinho (1898-1901), cumpria mandato de deputado estadual, na capital pernambucana. Lá, ele conseguiu a aprovação da Lei nº 400, de 28 de junho de 1899, elevando a Vila de Altinho à categoria de cidade. A referida Lei foi sancionada por Sigismundo Antônio Gonçalves, senador que se encontrava interinamente como Governador do Estado de Pernambuco.
Em seus 138 anos de emancipação política, Altinho segue como referência no setor agropecuário, com a criação de bovinos, ovinos, caprinos, suínos e aves, além de investimentos crescentes em infraestrutura, educação, turismo e políticas públicas para o bem-estar social. Diante de sua rica trajetória e das perspectivas promissoras para o futuro, é justa e necessária a presente homenagem ao município de Altinho, símbolo de crescimento, tradição e inovação no interior de Pernambuco.
Por tudo exposto, peço o apoio dos nobres Pares para que aprovem este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

EDSON VIEIRA
Deputado

Requerimento Nº 002965/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja encaminhado um Voto de Pesar pelo falecimento do Ex-Governador do Estado de Minas Gerais, Newton Cardoso, ocorrido em Belo Horizonte, no dia 02 de fevereiro do corrente ano.
Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento
Exmo. Sr. Newton Cardoso Júnior, Deputado Federal e Presidente do MDB de Minas Gerais; Exmo. Sr. Luiz Felipe Baleia Tenuto Rossi, Presidente Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – MDB; Exmo. Sr. Fernando Antônio Caminha Dueire, Senador da República; Exmo. Sr. Raul Jean Louis Henry Júnior, Presidente do MDB de Pernambuco.

Justificativa

O Requerimento que ora encaminho a esta Casa Legislativa tem por finalidade transmitir nossas sentidas condolências pelo falecimento Ex-Governador do Estado de Minas Gerais, Newton Cardoso, ocorrido em Belo Horizonte, no dia 02 de fevereiro do corrente ano.
O Brasil e Minas Gerais perderam expressivo político com atuação no Partido do Movimento Democrático Brasileiro – MDB e relevante folha de serviços prestados à sociedade.
Foi Governador de Minas Gerais, Vice-Governador, Deputado Federal e Prefeito do município de Contagem por três mandatos, dedicando sua vida à política e ao povo mineiro.
No campo partidário, o MDB teve ao longo do tempo sua contribuição dedicada e permanente, sempre honrando esse importante partido.
O seu desaparecimento foi uma perda não apenas para os seus familiares e para o povo mineiro, mas também para todos os brasileiros e amigos que conviveram com o Ex-Governador Newton Cardoso.
Como parlamentar e líder do MDB nesta Casa Legislativa, sinto-me no dever de manifestar os meus sentimentos pelo falecimento de um dos mais expressivos construtores do nosso partido em Minas Gerais e no Brasil.
Com profundo sentimento de perda, rogo a Deus para que fortaleça a sua família e seus amigos para que possam superar a falta que tanto vai fazer, ao tempo em que submeto à aprovação deste Voto de Pesar, contando com o apoio dos meus Nobres Pares.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JARBAS FILHO
Deputado

Requerimento Nº 002966/2025

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja providenciada uma audiência pública, com urgência, para tratar das recentes ocorrências de violência envolvendo torcidas organizadas no Recife, com destaque para os graves incidentes registrados no último sábado, 1º de fevereiro da corrente ano

Justificativa

Os episódios de barbaridade e vandalismo divulgados pelas redes sociais, envolvendo torcedores do Santa Cruz e do Sport durante o “Clássico das Multidões”, geraram enormes prejuízos à sociedade, deixando a população refém dessas gangues organizadas que se mascaram de torcedores. As imagens de Recife se transformaram em uma verdadeira praça de guerra repercutiram mundialmente, reforçando a necessidade urgente de medidas eficazes para garantir a segurança da população e dos verdadeiros torcedores que frequentam os estádios.
Portanto, é necessário a realização de um debate amplo e urgente, com a participação dos poderes públicos, das entidades esportivas, do Ministério Público, das Forças de Segurança e de outros setores da sociedade civil, envolvendo a construção de soluções concretas e definitivas para o problema.
Dada a gravidade da situação e a necessidade de medidas imediatas, solicitamos que esta audiência seja agendada com a maior brevidade possível, para que possamos discutir e implementar medidas que eliminem de forma definitiva esses confrontos, garantindo a preservação da vida e da segurança dos cidadãos recifenses.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

KAIO MANIÇOBA
Deputado

Requerimento Nº 002967/2025

Requeremos à Mesa, cumpridas as normas regimentais, que seja encaminhado este Pedido de Acesso à Informação à Excelentíssima Senhora Raquel Lyra, Governadora do Estado de Pernambuco; e ao Excelentíssimo Senhor Alessandro Carvalho, Secretário de Defesa Social, as seguintes informações sobre as medidas adotadas pelo Governo do Estado de Pernambuco para prevenir conflitos e atos de violência em eventos esportivos, com especial atenção ao recente clássico entre Sport Club do Recife e Santa Cruz Futebol Clube:

a) Quais foram as medidas de segurança planejadas e implementadas para o referido evento?
b) Quantos agentes de segurança foram destacados para atuar na segurança interna e externa do estádio?
c) Houve um plano de contingência para lidar com possíveis atos de violência entre torcidas? Em caso positivo, quais foram os protocolos adotados?
d) A Secretaria de Defesa Social recebeu alertas prévios sobre possíveis confrontos entre torcidas organizadas? Se sim, quais ações foram tomadas para evitar os conflitos?
e) Existe algum estudo ou relatório interno que avalie a eficácia das medidas de segurança aplicadas no evento? Caso positivo, requer-se acesso ao referido documento.
f) Quais providências estão sendo adotadas para evitar que episódios semelhantes voltem a ocorrer em eventos esportivos futuros?
g) A medida de suspensão de torcidas em novos jogos tem algum tipo de eficácia em outros locais?

Justificativa

O Requerimento se justifica em razão dos lamentáveis episódios de violência registrados antes, durante e após o clássico entre Sport x Santa Cruz, que evidenciaram uma falha gravíssima no planejamento da segurança pública. Relatórios indicam que, mesmo com alertas prévios sobre o "clima de guerra" entre as torcidas, as medidas preventivas foram insuficientes para conter os confrontos.

De acordo com as informações publicadas no último final de semana, confrontos entre torcedores de Sport e Santa Cruz espalharam terror no Grande Recife às vésperas do clássico, resultando em 12 pessoas atendidas no Hospital da Restauração devido a brigas de torcidas organizadas.

Além dos danos físicos e emocionais às vítimas, o comércio local também sofreu prejuízos significativos devido aos atos de vandalismo e depredação associados aos confrontos. Estabelecimentos comerciais nas proximidades do estádio relataram danos materiais e interrupção das atividades, acarretando perdas financeiras consideráveis.

A violência em eventos esportivos tem sido um problema recorrente em Pernambuco, colocando em risco a integridade física dos torcedores e a ordem pública. A ausência de um planejamento eficaz para prevenir tais confrontos levanta questionamentos sobre a atuação dos órgãos responsáveis pela segurança e a necessidade de revisão das estratégias adotadas.

Diante da gravidade dos fatos, requer-se o fornecimento das informações solicitadas no prazo legal, a fim de garantir a transparência das ações governamentais e a proteção da população pernambucana em eventos esportivos futuros.

Sala das Reuniões, em 03 de Fevereiro de 2025.

JOÃO PAULO COSTA
Deputado

DEFERIDO

Parecer de Remanejamento de Emendas Parlamentares à Lei Orçamentária Anual Nº 01/2025

Parecer de Remanejamento de Emendas Parlamentares à Lei Orçamentária Anual N° 01/2025.

Dep. Abimael Santos

Retirou R$ 50.000,00 da emenda 126, código de subação EMBB, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Caruaru. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Petrolândia. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), para ser aplicada pela Fundação Frei Caneca, CNPJ 06.159.960/0001-85, na perfuração e instalação de poços artesianos nos municípios de Petrolândia e João Alfredo, onde beneficiará as famílias da zona rural com infraestrutura hídrica.

Retirou R$ 118.000,00 da emenda 142, código de subação EMBR, referente à ação Implantação e Reforma dos Equipamentos e Serviços Sociais (2013) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Toritama. Adicionou R$ 118.000,00 à ação Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Petrolândia. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), para ser aplicada pela Fundação Frei Caneca, CNPJ 06.159.960/0001-85, na perfuração e instalação de poços artesianos nos municípios de Petrolândia e João Alfredo, onde beneficiará as famílias da zona rural com infraestrutura hídrica.

Retirou R$ 50.000,00 da emenda 136, código de subação EMBL, referente à ação Execução de Políticas de Prevenção às Drogas (2951) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Altinho. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Execução de Políticas de Prevenção às Drogas (2951) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Altinho. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para ser aplicada na Associação Filantrópica e Assistência Social Desafio de Vida, CNPJ 22.874.246/0001-25, na ser aplicada na entidade, visando o acolhimento e reinserir dependentes químicos que fazem uso abusivo de substância psicoativas.

Retirou R$ 400,00 da emenda 136, código de subação EMBL, referente à ação Execução de Políticas de Prevenção às Drogas (2951) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Altinho. Adicionou R$ 400,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de São Bento do Una. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), para ser aplicada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de São Bento do Una, Pernambuco, com CNPJ 12.609.678/0001-55. Desatinado a aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com ampliação de oferta no atendimento médico/hospitalar, referencial de de maior cobertura aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Retirou R$ 114.600,00 da emenda 142, código de subação EMBR, referente à ação Implantação e Reforma dos Equipamentos e Serviços Sociais (2013) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Toritama. Adicionou R$ 114.600,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de São Bento do Una. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais), para ser aplicada pelo Fundo Municipal de Assistência Social de São Bento do Una, Pernambuco, com CNPJ 12.609.678/0001-55. Desatinado a aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com ampliação de oferta no atendimento médico/hospitalar, referencial de de maior cobertura aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Retirou R$ 247.000,00 da emenda 121, código de subação EMB6, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 247.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais), para ser aplicada na FAV - Fundação Altino Ventura, com CNPJ sob nº 10.667.814-0001-38, desatinado a aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com ampliação de oferta no atendimento médico/hospitalar, referencial de de maior cobertura aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Retirou R$ 17.400,00 da emenda 142, código de subação EMBR, referente à ação Implantação e Reforma dos Equipamentos e Serviços Sociais (2013) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Toritama. Adicionou R$ 17.400,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais), para ser aplicada na FAV - Fundação Altino Ventura, com CNPJ sob nº 10.667.814-0001-38, desatinado a aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com ampliação de oferta no atendimento médico/hospitalar, referencial de de maior cobertura aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Retirou R$ 12.600,00 da emenda 135, código de subação EMBK, referente à ação Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Petrolândia. Adicionou R$ 12.600,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 277.000,00 (duzentos e setenta e sete mil reais), para ser aplicada na FAV - Fundação Altino Ventura, com CNPJ sob nº 10.667.814-0001-38, desatinado a aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com ampliação de oferta no atendimento médico/hospitalar, referencial de de maior cobertura aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Retirou R$ 235.000,00 da emenda 124, código de subação EMB9, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 235.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), para ser aplicada pelo Hospital de Câncer de Pernambuco, com CNPJ sob nº 10.894.988/0001-33, na aquisição de material de uso único (insumos gerais, insumos hospitalares e medicamentos), garantindo a oferta de procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, referencial de maior cobertura aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Retirou R$ 17.000,00 da emenda 135, código de subação EMBK, referente à ação Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Petrolândia. Adicionou R$ 17.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), para ser aplicada pelo Hospital de Câncer de Pernambuco, com CNPJ sob nº 10.894.988/0001-33, na aquisição de material de uso único (insumos gerais, insumos hospitalares e medicamentos), garantindo a oferta de procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, referencial de maior cobertura aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Retirou R$ 155.400,00 da emenda 135, código de subação EMBK, referente à ação Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Petrolândia. Adicionou R$ 155.400,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 277.400,00 (duzentos e setenta e sete mil e quatrocentos reais), para ser aplicada na FAV - Fundação Altino Ventura, com CNPJ sob nº10.667.814-0001-38, desatinado a aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com ampliação de oferta no atendimento médico/hospitalar, referencial de de maior cobertura aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Retirou R$ 115.000,00 da emenda 131, código de subação EMBG, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de São Bento do Una. Adicionou R$ 115.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 277.400,00 (duzentos e setenta e sete mil e quatrocentos reais), para ser aplicada na FAV - Fundação Altino Ventura, com CNPJ sob nº10.667.814-0001-38, desatinado a aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com ampliação de oferta no atendimento médico/hospitalar, referencial de de maior cobertura aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Retirou R$ 7.000,00 da emenda 122, código de subação EMB7, referente à ação Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Cidadania e do Trabalho (3482) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Tamandaré. Adicionou R$ 7.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 277.400,00 (duzentos e setenta e sete mil e quatrocentos reais), para ser aplicada na FAV - Fundação Altino Ventura, com CNPJ sob nº10.667.814-0001-38, desatinado a aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, com ampliação de oferta no atendimento médico/hospitalar, referencial de de maior cobertura aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde.

Retirou R$ 53.000,00 da emenda 122, código de subação EMB7, referente à ação Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Cidadania e do Trabalho (3482) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Tamandaré. Adicionou R$ 53.000,00 à ação Ações e Serviços Públicos de Saúde Prestados pela Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE (3647) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para ser aplicada na Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE, CNPJ 10.564.953/0001-36, destinada a renovação do parque tecnológico de fundamental importância para aprimorar sua capacidade de atendimento, garantindo a segurança dos materiais biológicos e oferecendo à população um serviço de excelência e alto padrão.

Retirou R$ 47.000,00 da emenda 302, código de subação EMFJ, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Carpina. Adicionou R$ 47.000,00 à ação Ações e Serviços Públicos de Saúde Prestados pela Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE (3647) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para ser aplicada na Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE, CNPJ 10.564.953/0001-36, destinada a renovação do parque tecnológico de fundamental importância para aprimorar sua capacidade de atendimento, garantindo a segurança dos materiais biológicos e oferecendo à população um serviço de excelência e alto padrão.

Retirou R$ 230.000,00 da emenda 302, código de subação EMFJ, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Carpina. Adicionou R$ 230.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Paulista. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais), para ser aplicada pela Associação Deus é Fiel, CNPJ n47.938.052/0001-77.

Retirou R$ 1.023.000,00 da emenda 302, código de subação EMFJ, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Carpina. Adicionou R$ 1.023.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Carpina. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.

Retirou R$ 277.000,00 do remanejamento 10003, código de subação, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 277.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Carpina. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.

Retirou R$ 100.000,00 da emenda 125, código de subação EMBA, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Ipojuca. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de São Lourenço da Mata. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para ser aplicada pela Associação Novos Caminhos, CNPJ 44.065.665/0001-59, que será destinada para atendimento e acolhimento de adultos e crianças.

Retirou R$ 100.000,00 do remanejamento 10006, código de subação, referente à ação Ações e Serviços Públicos de Saúde Prestados pela Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE (3647) sob responsabilidade da unidade orçamentária

Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) para ser aplicada pela AACD - ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA A CRIANÇA DEFICIENTE, CNPJ 60.979.457/0002-00, na aquisição de materiais e equipamentos de fundamental importância para aprimorar sua capacidade de atendimento.
Retirou R$ 150.000,00 da emenda 137, código de subação EMBM, referente à ação Apoio ao Atendimento e Desenvolvimento Profissional (4706) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Profissional e Empreendedorismo - Administração Direta (104), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Taquaritinga do Norte. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Palmares. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 150.000,00 do remanejamento 10027, código de subação, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Palmares. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Palmares. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para ser aplicada pelo Fundo Municipal de Saúde de Palmares, CNPJ 00.562.279/0001-05, para garantir a oferta de procedimento de pequena e média complexidade ambulatorial e hospitalar.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 134, código de subação EMBJ, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), ´para ser aplicada na Instituto Beneficente Comunicadores do Amor - IBCDA, com CNPJ sob nº 32.510.019/0001-74, destinada na aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos para população carente.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 134, código de subação EMBJ, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), ´para ser aplicada na Instituto Beneficente Comunicadores do Amor - IBCDA, com CNPJ sob nº 32.510.019/0001-74, destinada na aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos para população carente.
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 141, código de subação EMBQ, referente à ação Infraestrutura de Apoio a Produção, Beneficiamento, Comercialização e Abastecimento de Produtos Agropecuários (3606) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Amaraji. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Infraestrutura de Apoio a Produção, Beneficiamento, Comercialização e Abastecimento de Produtos Agropecuários (3606) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para ser aplicada pela ASSOC.DOS PARCELEIROS DO ENGENHO ESTIVAS AMARAJI PE, CNPJ 01.797.340/0001-58, a aquisição de 01 (um) trator minimizará o problema que os parceleiros enfrentam tanto no plantio e principalmente na colheita, possuindo destacada importância nas operações de transporte dos produtos agrícolas da lavoura para comercialização e consumo.
Retirou R$ 60.000,00 do remanejamento 10028, código de subação, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Palmares. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Ampliação do Suporte à Atividade Educacional (4072) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Sertânia. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para ser aplicado pela Secretaria Municipal de Juventude, Esporte, Cultura e Turismo (SEJECT) de Sertânia, CNPJ 11.358.116/0001-13, na aquisição de instrumentos musicais e reforma nos instrumentos utilizados na Escola de Música do município de Sertânia/PE, tendo como objetivo a ampliação dos números de crianças e jovens a serem atendidos no projeto na área socioeducacional. Vale salientar que a Escola de Música do município de Sertânia vem se projetando cada vez mais como um programa social exemplar.
Retirou R$ 90.000,00 do remanejamento 10028, código de subação, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Palmares. Adicionou R$ 90.000,00 à ação Promoção e Desenvolvimento do Esporte de Base e Rendimento (4148) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Palmares. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) para ser aplicado pela Liga Esportiva dos Palmares, município dos Palmares/PE, CNPJ 08.653.669/0001-94, com o objetivo de ampliar os números de crianças e jovens a serem atendidos no projeto na área socioeducacional e esportiva. A Liga Esportiva dos Palmares, trata-se de uma entidade com aproximadamente 30 anos de fundação, organizando de competições, ora como clubes, formando equipes para participar de competições maiores à sua área geográfica de atuação.
Retirou R$ 200.000,00 do remanejamento 10049, código de subação, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), ´para ser aplicada na AGENCIA DE DESENVOLVIMENTPO OCIAL AQUATRO com CNPJ sob nº 03.030.304/0001-90, destinada na aquisição de materiais para custeio de suas atividades, garantindo a oferta de procedimentos oftalmológicos para população carente.

Dep. Aglailson Victor
Retirou R$ 370.000,00 da emenda 184, código de subação EMCN, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Serrita. Adicionou R$ 370.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Chã de Alegria. Objetivo do remanejamento: Recurso destinado para aquisição de 1 (uma) ambulância de porte pequeno e 1 (uma) ambulância de porte grande.
Retirou R$ 400.000,00 da emenda 198, código de subação EMD1, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Chã de Alegria. Adicionou R$ 400.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Serrita. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 130.000,00 da emenda 187, código de subação EMCQ, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Amaraji. Adicionou R$ 130.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: Recurso destinado para aquisição de 1 (uma) ambulância de porte pequeno.
Retirou R$ 130.000,00 da emenda 188, código de subação EMCR, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Macaparana. Adicionou R$ 130.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Macaparana. Objetivo do remanejamento: Recurso destinado para aquisição de 1 (uma) ambulância de porte pequeno.
Retirou R$ 400.000,00 da emenda 204, código de subação EMD7, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Água Preta. Adicionou R$ 400.000,00 à ação Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas (4627) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta (216), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Recurso destinado para ações de infraestrutura.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 179, código de subação EMCI, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Água Preta. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Passira. Objetivo do remanejamento: Recurso destinado para aquisição de 1 (uma) ambulância de porte pequeno e 2 (duas) ambulâncias de porte grande.
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 179, código de subação EMCI, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Água Preta. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Orocó. Objetivo do remanejamento: Recurso destinado para aquisição de ambulância.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 197, código de subação EMD0, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Passira. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas (4627) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta (216), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Recurso destinado para ações de infraestrutura.

Dep. Antônio Moraes
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 268, código de subação EMEV, referente à ação Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança (333) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança (333) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A Emenda se destina a prevenção e acompanhamento biopsicossocial de policiais que vivenciam alterações emocionais decorrente do alto nível de estresse e/ou depressão que está relacionada a atividade policial. Em tempos de recrudescimento da violência e de ações de desrespeito e menosprezo à vida e à condição humana, ou seja, de naturalização da cultura da violência é fundamental a promoção de estratégias que aproximem os agentes de segurança e os diferentes atores envolvidos com o trabalho efetivo nas áreas de Segurança Pública, Saúde mental e Qualidade de vida.

Dep. Cléber Chaparral
Retirou R$ 130.000,00 da emenda 580, código de subação EMN2, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Casinhas. Adicionou R$ 130.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Machados. Objetivo do remanejamento: Aquisição de Ambulância.
Retirou R$ 130.000,00 da emenda 580, código de subação EMN2, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Casinhas. Adicionou R$ 130.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Frei Miguelinho. Objetivo do remanejamento: Aquisição de Ambulância.
Retirou R$ 95.740,00 da emenda 580, código de subação EMN2, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Casinhas. Adicionou R$ 95.740,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Toritama. Objetivo do remanejamento: Aquisição de Ambulância.
Retirou R$ 34.260,00 da emenda 658, código de subação EMP4, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 34.260,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Toritama. Objetivo do remanejamento: Aquisição de Ambulância.
Retirou R$ 65.740,00 da emenda 658, código de subação EMP4, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 65.740,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Feira Nova. Objetivo do remanejamento: Aquisição de Ambulância.
Retirou R$ 64.260,00 da emenda 690, código de subação EMPX, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 64.260,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Feira Nova. Objetivo do remanejamento: Aquisição de Ambulância.
Retirou R$ 35.740,00 da emenda 690, código de subação EMPX, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 35.740,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Casinhas. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 721, código de subação EMQP, referente à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Surubim. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Casinhas. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 30.000,00 da emenda 728, código de subação EMQU, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 30.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Casinhas. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 70.000,00 da emenda 728, código de subação EMQU, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 70.000,00 à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Orobó. Objetivo do remanejamento: Destina-se para reforçar as ações da Secretaria da Mulher, na ação 3930 - Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres, através da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiar da Comunidade de Piraua e regiões de Orobó/PE, CNPJ: 05.791.001/0001-15, para proporcionar cursos de capacitações das associadas.

Dep. Débora Almeida
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 425, código de subação EMIY, referente à ação Fomento à Atividade Agropecuária e ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PEAAF), da Agroecologia e da Produção Orgânica (4145) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Palmeirina. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Palmeirina. Objetivo do remanejamento: A presente Emenda destina-se a Associação Social Pe. Bernardo Winkel (CNPJ nº 35.451.566/0001-14), com o objetivo de efetuar a construção e a limpeza de aguadas na zona rural do município de Palmeirina.

Dep. Delegada Gleide Ângelo
Retirou R$ 1.138.200,00 da emenda 768, código de subação EMRY, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Recife. Adicionou R$ 1.138.200,00 à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por finalidade a realização de cursos e oficinas de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social da cidade do Recife - PE por meio da Secretaria Municipal da Mulher.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 760, código de subação EMRQ, referente à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ribeirão. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por finalidade a realização de cursos e oficinas de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social do município de Ribeirão - PE por meio da Secretaria Municipal da Mulher.
Retirou R$ 150.000,00 da emenda 768, código de subação EMRY, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Recife. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ribeirão. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por finalidade a realização de cursos e oficinas de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social do município de Ribeirão - PE por meio da Secretaria Municipal da Mulher.
Retirou R$ 150.000,00 da emenda 768, código de subação EMRY, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Recife. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sirinhaém. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por finalidade a realização de cursos e oficinas de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social do município de Sirinhaém - PE por meio da Secretaria Municipal da Mulher.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 768, código de subação EMRY, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sirinhaém. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 768, código de subação EMRY, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Lagoa do Carro. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por finalidade a realização de cursos e oficinas de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade social do município de Lagoa do Carro - PE por meio da Secretaria Municipal da Mulher.
Retirou R$ 90.000,00 da emenda 768, código de subação EMRY, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Recife. Adicionou R$ 90.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Lagoa do Carro. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 do remanejamento 10106, código de subação, referente à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Sirinhaém. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Lagoa do Carro. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 671, código de subação EMPG, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por finalidade custear serviços de atendimento à saúde integrativa para população em situação de vulnerabilidade social por meio DO MOVIMENTO SOCIAL E CULTURAL CORES DO AMANHÃ, CNPJ nº 13.449.687/0001-99.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 671, código de subação EMPG, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por finalidade custear serviços de atendimento à saúde multidisciplinar para crianças e adolescentes com TEA - Transtorno do Espectro Altista de maneira gratuita, com acesso ao tratamento adequado especializado com vistas ao desenvolvimento das habilidades funcionais e sociais, possibilitando a inclusão social através de sua autonomia. A emenda está em favor ASSOCIAÇÃO NOVO MUNDO - TEA, CNPJ N 38.347.678/0001-18.

Dep. Diogo Moraes
Retirou R$ 28.200,00 da emenda 790, código de subação EMSJ, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 28.200,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A Emenda se destina ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo Hospital Armindo Moura, através de repasse de recursos para União Beneficente dos Trabalhadores do Moreno - UBTM, inscrita no CNPJ n. 11.683.042/0001-90.

Dep. Edson Vieira
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 688, código de subação EMPV, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Quixaba. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Taquaritinga do Norte. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 80.000,00 da emenda 688, código de subação EMPV, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Quixaba. Adicionou R$ 80.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Altinho. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 688, código de subação EMPV, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Quixaba. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: Destina-se ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo HOSPITAL ARMINDO MOURA, através de repasse de recursos para UNIÃO BENEFICENTE DOS TRABALHADORES DO MORENO - UBTM, inscrita no CNPJ nº 11.683.042/0001-90.
Retirou R$ 32.920,00 da emenda 688, código de subação EMPV, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Quixaba. Adicionou R$ 32.920,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Destina-se ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pela SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, através de repasse de recursos para IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE, inscrita no CNPJ nº 10.869.782/0001-53.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 688, código de subação EMPV, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Quixaba. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Buíque. Objetivo do remanejamento: Destina-se ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo HOSPITAL E MATERNIDADE ALCIDES CURSINO, através de repasse de recursos para ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA A MAT. INFÂNCIA BUIQUE, inscrita no CNPJ nº 11.476.660/0001-60.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 688, código de subação EMPV, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Quixaba. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Apoio à Preservação do Patrimônio e do Acervo de Entidades ligadas à Cultura (4178) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Santa Cruz do Capibaribe. Objetivo do remanejamento: Destina-se ao custeio da REFORMA DO TETO da PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA, que atua nas questões religiosas e festividades culturais de exaltação da fé em SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, através de repasse de recursos para a DIOCESE DE CARUARU, inscrita no CNPJ nº 10.076.487/0035-99.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 688, código de subação EMPV, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Quixaba. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Operacionalização de Creches e Pré-Escolas na Educação Infantil (4750) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Santa Cruz do Capibaribe. Objetivo do remanejamento: Destina-se ao custeio na operacionalização das ações na educação infantil/creche da ASSOCIAÇÃO DE ENSINO E AÇÃO SOCIAL CLEOSTENES PACAS, inscrita no CNPJ nº 03.010.259/0001-01, localizada na Rua José Alberto Ramos Gonçalves, nº 338 - Polis Pacas, bairro Bela Vista, em SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, objetivando aquisições de materiais para atividades de terapias ocupacionais.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 688, código de subação EMPV, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Quixaba. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Quixaba. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.

Dep. Fabrizio Ferraz
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 799, código de subação EMSS, referente à ação Melhoria da Infraestrutura das Unidades de Segurança Pública (4223) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Serra Talhada. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 799, código de subação EMSS, referente à ação Melhoria da Infraestrutura das Unidades de Segurança Pública (4223) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Para custear e manter procedimentos de saúde para a população do Recife.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 799, código de subação EMSS, referente à ação Melhoria da Infraestrutura das Unidades de Segurança Pública (4223) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Calumbi. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial..
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 799, código de subação EMSS, referente à ação Melhoria da Infraestrutura das Unidades de Segurança Pública (4223) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Flores. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 799, código de subação EMSS, referente à ação Melhoria da Infraestrutura das Unidades de Segurança Pública (4223) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Custódia. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 88.200,00 da emenda 730, código de subação EMQW, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 88.200,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Itacuruba. Objetivo do remanejamento: Destina-se para reforçar as ações do Fundo Municipal de Saúde de Itacuruba na Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 730, código de subação EMQW, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Altinho. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 730, código de subação EMQW, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Ampliação do Acesso à Produção Artístico-cultural (1718) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Cultura - Administração Direta (133), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Serrita. Objetivo do remanejamento: Encaminho essa emenda para fortalecimento de ações culturais na missa do vaqueiro, pela associação Rebanho cultural CNPJ 28.258.109/0001-42.
Retirou R$ 508.200,00 da emenda 730, código de subação EMQW, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 508.200,00 à ação Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural (4074) sob responsabilidade da unidade orçamentária Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA (501), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: aquisição de insumos para melhora o acesso da agua ao meio rural.
Retirou R$ 170.000,00 da emenda 1116, código de subação EN1L, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 170.000,00 à ação Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural (4074) sob responsabilidade da unidade orçamentária Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA (501), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: aquisição de insumos para melhora o acesso da agua ao meio rural.
Retirou R$ 30.000,00 da emenda 1116, código de subação EN1L, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 30.000,00 à ação Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Orocó. Objetivo do remanejamento: Encaminho essa emenda para aquisição de equipamentos para associação comunitária de agricultores e familiares do projeto brigida associação Rebanho cultural CNPJ 58353919000149.
Retirou R$ 20.000,00 do remanejamento 10117, código de subação, referente à ação Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural (4074) sob responsabilidade da unidade orçamentária Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA (501), no grupo de

despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 20.000,00 à ação Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural (4055) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Orocó. Objetivo do remanejamento: Encaminho essa emenda para aquisição de equipamentos para associação comunitária de agricultores e familiares do projeto brigida associação Rebanho cultural CNPJ 58353919000149.

Dep. Francismar Pontes
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 157, código de subação EMC6, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A Emenda se destina ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo Hospital Armindo Moura, através de repasse de recursos para União Beneficente dos Trabalhadores do Moreno - UBTM, inscrita no CNPJ n. 11.683.042/0001-90..
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 557, código de subação EMMK, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Catende. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Catende. Objetivo do remanejamento: Para custear e manter procedimentos oftalmológicos para a população através do instituto IRB- Instituto Reviver do Brasil- CNPJ 08.720.669/0001-60.
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 557, código de subação EMMK, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Catende. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Catende. Objetivo do remanejamento: Para custear e manter procedimentos oftalmológicos para a população através do instituto IRB- Instituto Reviver do Brasil- CNPJ 08.720.669/0001-60.
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 557, código de subação EMMK, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Catende. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Catende. Objetivo do remanejamento: Para custear e manter procedimentos oftalmológicos para a população através do instituto IRB- Instituto Reviver do Brasil- CNPJ 08.720.669/0001-60.

Dep. Gilmar Júnior
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 588, código de subação EMNA, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Carpina. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 726, código de subação EMQS, referente à ação Construção, Melhoria e Aparelhamento dos Órgãos do Ministério Público de Pernambuco - MPPE (1132) sob responsabilidade da unidade orçamentária Procuradoria Geral de Justiça - Administração Direta (121), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Carpina. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 720, código de subação EMQO, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sertânia. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 719, código de subação EMQN, referente à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sertânia. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.

Dep. Izaías Régis
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de São João. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de São João. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Serrita. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Serrita. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 150.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Caetés. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Brejão. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 600.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 600.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Bom Conselho. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 150.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Brejinho. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 500.000,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 500.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de São João. Objetivo do remanejamento: Promover o município de São João, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 88.200,00 da emenda 174, código de subação EMCE, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 88.200,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Caetés. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Caetés, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 261.800,00 da emenda 176, código de subação EMCG, referente à ação Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança (333) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 261.800,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Caetés. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Caetés, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 170, código de subação EMCA, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Bom Conselho. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Bom Conselho, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 176, código de subação EMCG, referente à ação Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança (333) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Bom Conselho. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Bom Conselho, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 176, código de subação EMCG, referente à ação Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança (333) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Brejão. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Brejão, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 176, código de subação EMCG, referente à ação Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança (333) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Terezinha. Objetivo do remanejamento: Promover o munícipio de Terezinha, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 38.200,00 da emenda 176, código de subação EMCG, referente à ação Reaparelhamento Operacional das Unidades de Segurança (333) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Defesa Social - Administração Direta (124), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 38.200,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Brejinho. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Brejinho, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 311.800,00 da emenda 177, código de subação EMCH, referente à ação Restauração e Melhoramento da Malha Viária do Estado (1045) sob responsabilidade da unidade orçamentária Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE (306), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 311.800,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Brejinho. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Brejinho, melhorando a qualidade de vida da população ampliando a aquisição de medicamentos e insumos para as unidades hospitalares.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 177, código de subação EMCH, referente à ação Restauração e Melhoramento da Malha Viária do Estado (1045) sob responsabilidade da unidade orçamentária Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE (306), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Garanhuns. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Garanhuns, melhorando a qualidade de vida da população, ofertando melhores condições para saúde, por meio do Hospital Dom Moura- CNPJ: 10.572.048/0040-34.
Retirou R$ 526.400,00 da emenda 177, código de subação EMCH, referente à ação Restauração e Melhoramento da Malha Viária do Estado (1045) sob responsabilidade da unidade orçamentária Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE (306), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 526.400,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Ampliar a oferta de consultas por meio das unidades públicas de saúde.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 169, código de subação EMC9, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Jupí. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Jupí, melhorando a qualidade de vida da população, ampliando as condições de atendimento nas unidades hospitalares.
Retirou R$ 200.000,00 do remanejamento 10046, código de subação, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Jupí. Objetivo do remanejamento: Promover o município de Jupí, melhorando a qualidade de vida da população, ampliando as condições de atendimento nas unidades hospitalares.

Dep. Jarbas Filho
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Santa Cruz. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária

Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Machados. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Lagoa Grande. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Itaíba. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ipubí. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ibirajuba. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Dormentes. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Buíque. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Bodocó. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Afrânio. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 225, código de subação EMDS, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paranatama. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania (2506) sob responsabilidade da unidade orçamentária Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA (501), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Disponibilizar investimentos do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA para apoio à inclusão produtiva e cidadania em diversas regiões do Estado.
Retirou R$ 120.000,00 da emenda 212, código de subação EMDF, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Paranatama. Adicionou R$ 120.000,00 à ação Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania (2506) sob responsabilidade da unidade orçamentária Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA (501), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Disponibilizar investimentos do Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA para apoio à inclusão produtiva e cidadania em diversas regiões do Estado.

Dep. João Paulo
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 472, código de subação EMK9, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Itambé. Objetivo do remanejamento: Prover recursos orçamentários para a aquisição de 2 (duas) ambulâncias objetivando ofertar um melhor atendimento para a saúde da população do município de Itambé, por meio do Fundo Municipal de Saúde de Itambé - CNPJ:10.417.698/0001-07.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 472, código de subação EMK9, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Prover recursos orçamentários para aquisição dos equipamentos: aparelho de audiometria, refrigerador, ar condicionados. A importância do aparelho de audiometria irá atender os serviços realizados pela equipe de fonoaudiologia, e os equipamentos de climatização das salas de terapias onde são realizados atendimentos de fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, psicologia, psicopedagogia, música, junto à crianças, adolescentes e jovens com deficiências e suas famílias do Centro de Reabilitação e Valorização da Criança - CERVAC, localizado no Morro da Conceição – CNPJ: 24.566.754/0001-71.
Retirou R$ 70.000,00 da emenda 340, código de subação EMGL, referente à ação Fortalecimento da Política Estadual para Promoção de Direitos dos Adolescentes e Jovens (4141) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Criança e da Juventude - Administração Direta (131), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 70.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Prover recursos orçamentários para a realização da formação e manutenção das atividades culturais de Canto Coral do espetáculo Caixa de Natal (Patrimônio Cultural Imaterial do Recife), que utiliza a música como transformação social de 40 crianças em vulnerabilidade social e abandono, das comunidades da Linha do Tiro, Areias, Coelhos, Jana Bezerra, Imbiribeira, Coque, Várzea, Boa Vista, Pilar, etc. do Recife e Região Metropolitana, realizadas pelo Centro de Estudos e Ações em Direitos Humanos – A COLHER - CNPJ: 07.817.329/0001-99.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 472, código de subação EMK9, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Prover recursos financeiros para ampliação dos atendimentos em oftalmologia e reabilitação para usuários do SUS em Pernambuco, como instituição beneficiária a FUNDAÇÃO ALTINO VENTURA, CNPJ: 10.667.814/0001-38.

Dep. João Paulo Costa
Retirou R$ 500.000,00 da emenda 637, código de subação EMOK, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de João Alfredo. Adicionou R$ 500.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Agrestina. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 715, código de subação EMQJ, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Agrestina. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Moreilândia. Objetivo do remanejamento: A presenta emenda tem por objetivo a garantia da oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, pelo Fundo Municipal de Saúde de Moreilândia, inscrito com CNPJ sob nº 02.302.028/0001-09.
Retirou R$ 400.000,00 da emenda 715, código de subação EMQJ, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Agrestina. Adicionou R$ 400.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de João Alfredo. Objetivo do remanejamento: A presenta emenda tem por objetivo a garantia da oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, através do município de João Alfredo.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 780, código de subação EMSA, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de João Alfredo. Objetivo do remanejamento: A presenta emenda tem por objetivo a garantia da oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, através do município de João Alfredo.

Dep. Joaquim Lira
Retirou R$ 400.000,00 da emenda 566, código de subação EMMP, referente à ação Manutenção da Ouvidoria do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE (2153) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 400.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: Custeio para aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para o CENTRO HOSPITALAR SANTA MARIA, inscrito no CNPJ nº. 11.866.365/0001-10.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 566, código de subação EMMP, referente à ação Manutenção da Ouvidoria do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE (2153) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A Emenda se destina ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo Hospital Armindo Moura, através de repasse de recursos para União Beneficente dos Trabalhadores do Moreno - UBTM, inscrita no CNPJ n. 11.683.042/0001-90.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 566, código de subação EMMP, referente à ação Manutenção da Ouvidoria do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE (2153) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: Melhoria e ampliação da assistência prestada à população, por intermédio de ajuda ao CUSTEIO para aquisição de insumos farmacêuticos e/ou médico-hospitalares para a Associação de proteção a maternidade e a infância do Município da Vitória de Santo Antão - APAMI. CNPJ Nº. 11.683.174/0001-12.
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 566, código de subação EMMP, referente à ação Manutenção da Ouvidoria do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE (2153) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: Aquisição de veículo AMBULÂNCIA para atendimento à população do Município de Amaraji.
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 568, código de subação EMMR, referente à ação Manutenção da Ouvidoria da Secretaria de Cultura (4514) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Cultura - Administração Direta (133), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Araçoiaba. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 400.000,00 da emenda 568, código de subação EMMR, referente à ação Manutenção da Ouvidoria da Secretaria de Cultura (4514) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Cultura - Administração Direta (133), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 400.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Venturosa. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 400.000,00 da emenda 568, código de subação EMMR, referente à ação Manutenção da Ouvidoria da Secretaria de Cultura (4514) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Cultura - Administração Direta (133), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 400.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Itaquitinga. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 568, código de subação EMMR, referente à ação Manutenção da Ouvidoria da Secretaria de Cultura (4514) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Cultura - Administração Direta (133), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Construção, Melhoria e Aparelhamento dos Órgãos do Ministério Público de Pernambuco - MPPE (1132) sob responsabilidade da unidade orçamentária Procuradoria Geral de Justiça - Administração Direta (121), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Investimentos na implantação do complexo da nova sede única do Ministério Público de Pernambuco (MPPE), na cidade do Recife.
Retirou R$ 100.000,00 do remanejamento 10068, código de subação, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Venturosa. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Manutenção da Ouvidoria da Secretaria de Cultura (4514) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Cultura - Administração Direta (133), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: manutenção da ouvidoria da Secretaria de cultura.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 566, código de subação EMMP, referente à ação Manutenção da Ouvidoria do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE (2153) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Araçoiaba. Objetivo do remanejamento: Custeio em aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para as unidades de saúde do município.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 566, código de subação EMMP, referente à ação Manutenção da Ouvidoria do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE (2153) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Itaquitinga. Objetivo do remanejamento: Custeio em aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para as unidades de saúde do município.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 566, código de subação EMMP, referente à ação Manutenção da Ouvidoria do Fundo Estadual de Saúde - FES-PE (2153) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Venturosa. Objetivo do remanejamento: Custeio em aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos para as unidades de saúde do município.

Dep. Joel da Harpa
Retirou R$ 500.000,00 da emenda 828, código de subação EMTL, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Carpina. Adicionou R$ 500.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sirinhaém. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.

Dep. Junior Matuto
Retirou R$ 1,00 da emenda 789, código de subação EMSI, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 1,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Apoio aos procedimentos de média e alta complexidade, de forma complementar e suplementar à saúde pública, a ser executado pelo Instituto Gestão Assistência Pro Active - IGAPA, inscrito sob o CNPJ: 23.379.230/0001-09.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 736, código de subação EMR2, referente à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Olinda. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 40.000,00 da emenda 743, código de subação EMR9, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 40.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 30.000,00 da emenda 746, código de subação EMRC, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 30.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 130.000,00 da emenda 747, código de subação EMRD, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paulista. Adicionou R$ 130.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 740, código de subação EMR6, referente à ação Execução de Políticas de Prevenção às Drogas (2951) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Execução de Políticas de Prevenção às Drogas (2951) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Paulista. Objetivo do remanejamento: Fomentar políticas públicas sobre drogas, com foco nos grupos mais vulneráveis, o atendimento e reinserção sócio-produtiva, por meio da ações sociais para jovens e adultos que serão executadas pelo Instituto Pró-Cidadão, inscrito sob o CNPJ: 36.880.564/0001-03.
Retirou R$ 49.999,00 da emenda 737, código de subação EMR3, referente à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Paulista. Adicionou R$ 49.999,00 à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Realização de atendimento nas área de odontologia e oftalmologia para pessoas de baixa renda, por meio do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBART), inscrito sob o CNPJ: 23.092.461/0001-37.
Retirou R$ 99.999,00 da emenda 740, código de subação EMR6, referente à ação Execução de Políticas de Prevenção às Drogas (2951) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 99.999,00 à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Realização de atendimento nas área de odontologia e oftalmologia para pessoas de baixa renda, por meio do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBART), inscrito sob o CNPJ: 23.092.461/0001-37.
Retirou R$ 150.001,00 da emenda 742, código de subação EMR8, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 150.001,00 à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Realização de atendimento nas área de odontologia e oftalmologia para pessoas de baixa renda, por meio do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBART), inscrito sob o CNPJ: 23.092.461/0001-37.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 742, código de subação EMR8, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Própria sob gestão de Entidades Filantrópicas (4610) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Garantir a oferta de serviços de média e alta complexidade oferecidos pelo Hospital do Câncer de Pernambuco, inscrito no CNPJ nº 10.894.988/0001-33.
Retirou R$ 150.000,00 da emenda 742, código de subação EMR8, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Realização de atendimento nas área de odontologia e oftalmologia para pessoas de baixa renda, por meio do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBART), inscrito sob o CNPJ: 23.092.461/0001-37.
Retirou R$ 149.999,00 da emenda 747, código de subação EMRD, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paulista. Adicionou R$ 149.999,00 à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Realização de atendimento nas área de odontologia e oftalmologia para pessoas de baixa renda, por meio do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBART), inscrito sob o CNPJ: 23.092.461/0001-37.
Retirou R$ 78.202,00 da emenda 747, código de subação EMRD, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paulista. Adicionou R$ 78.202,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Surubim. Objetivo do remanejamento: Contratação de prestação de serviço, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Surubim, CNPJ: 27.818.161/0001-43.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 747, código de subação EMRD, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paulista. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Afogados da Ingazeira. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 41.799,00 da emenda 747, código de subação EMRD, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Paulista. Adicionou R$ 41.799,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Itamaracá. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 19.999,00 da emenda 789, código de subação EMSI, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 19.999,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Itamaracá. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.

Dep. Kaio Maniçoba
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 600, código de subação EMNK, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Floresta. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ouricuri. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 600, código de subação EMNK, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Floresta. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Taquaritinga do Norte. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 600, código de subação EMNK, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Floresta. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sertânia. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 123.597,00 da emenda 600, código de subação EMNK, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Floresta. Adicionou R$ 123.597,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Buíque. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 26.403,00 da emenda 655, código de subação EMP1, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Floresta. Adicionou R$ 26.403,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Buíque. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 652, código de subação EMOZ, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Floresta. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Valor destinado à Fundação Altino Ventura CNPJ nº 10.667.814-0001-38, para garantir a oferta de procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 652, código de subação EMOZ, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Floresta. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Surubim. Objetivo do remanejamento: Valor deverá ser destinado ao Hospital São Luiz, complexo hospitalar da Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Surubim (APAMI SURUBIM), entidade filantrópica sem fins lucrativos, CNPJ 11.754.025/0001-05, para aquisição de medicamentos e insumos farmacêuticos.
Retirou R$ 18.203,00 da emenda 652, código de subação EMOZ, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Floresta. Adicionou R$ 18.203,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de São Lourenço da Mata. Objetivo do remanejamento: Valor destinado ao Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço da Mata, para Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos.
Retirou R$ 41.797,00 da emenda 655, código de subação EMP1, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Floresta. Adicionou R$ 41.797,00 à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de São Lourenço da Mata. Objetivo do remanejamento: Valor destinado ao Fundo Municipal de Saúde de São Lourenço da Mata, para Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos.

Dep. Luciano Duque
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 679, código de subação EMPN, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A emenda se destina ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo Hospital Armindo Moura, através de repasse de recursos para a União Beneficente dos Trabalhadores do Moreno - UBTM, inscrita no CNPJ 11.683.042/0001-90.
Retirou R$ 400.000,00 da emenda 766, código de subação EMRW, referente à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Serra Talhada. Adicionou R$ 400.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Serra Talhada. Objetivo do remanejamento: Emenda destinada para a realização do Massacre de Angico como valorização da cultura local do município de Serra Talhada realizado pela Fundação Cultural Cabras de Lampião inscrita no CNPJ 01.309.793/0001-98.

Dep. Nino de Enoque
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 12, código de subação EM8D, referente à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 140.000,00 da emenda 11, código de subação EM8C, referente à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 140.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa a garantia de oferta de procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar pelo Instituto Carlos Carvalho (COPE) inscrito no CNPJ nº 07.621.798/0001-38.
Retirou R$ 10.000,00 da emenda 11, código de subação EM8C, referente à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Limoeiro. Objetivo do remanejamento: A Emenda busca ajudar na melhoria do Hospital Regional de Limoeiro inscrito sobre o CNPJ nº 10.572.048/0026-86.

Retirou R$ 130.000,00 da emenda 295, código de subação EMFD, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 130.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Limoeiro. Objetivo do remanejamento: A Emenda busca ajudar na melhoria do Hospital Regional de Limoeiro inscrito sobre o CNPJ nº 10.572.048/0026-86.

Retirou R$ 70.000,00 da emenda 295, código de subação EMFD, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 70.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a construção, ampliação, reforma ou equipagem do Centro Hospitalar Santa Maria, inscrito sobre o CNPJ nº 11.866.365/0001-10.

Retirou R$ 50.000,00 da emenda 301, código de subação EMFI, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a construção, ampliação, reforma ou equipagem do Centro Hospitalar Santa Maria, inscrito sobre o CNPJ nº 11.866.365/0001-10.

Retirou R$ 15.000,00 da emenda 301, código de subação EMFI, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 15.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa ampliar e melhorar o atendimento aos usuários da entidade ASS DE PROT MATERNIDADE E A INFÂNCIA DA VITÓRIA ST ANTÃO, inscrita no CNPJ n° 11.683.174/0001-12.

Retirou R$ 47.500,00 da emenda 301, código de subação EMFI, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 47.500,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa ampliar e melhorar o atendimento aos usuários da entidade ASS DE PROT MATERNIDADE E A INFÂNCIA DA VITÓRIA ST ANTÃO, inscrita no CNPJ n° 11.683.174/0001-12.

Retirou R$ 87.500,00 da emenda 301, código de subação EMFI, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 87.500,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Palmares. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa melhorar a saúde na cidade de Palmares inscrita no CNPJ 00.562.279/0001-05 Fundo Municipal De Saúde dos Palmares.

Retirou R$ 18.000,00 da emenda 518, código de subação EMLI, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 18.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Palmares. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa melhorar a saúde na cidade de Palmares inscrita no CNPJ 00.562.279/0001-05 Fundo Municipal De Saúde dos Palmares.

Retirou R$ 394.500,00 da emenda 504, código de subação EML5, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 394.500,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Palmares. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa melhorar a saúde na cidade de Palmares inscrita no CNPJ 00.562.279/0001-05 Fundo Municipal De Saúde dos Palmares.

Retirou R$ 800.000,00 da emenda 504, código de subação EML5, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 800.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Própria sob Gestão Estadual (2393) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: Visa melhorar a saúde da população do Moreno, inscrito sobre o CNPJ Instituto de Gestão Social de Pernambuco.

Retirou R$ 128.200,00 da emenda 504, código de subação EML5, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 128.200,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Própria sob Gestão Estadual (2393) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A emenda visa trazer melhorias para o Hospital Maria Vitória Recife - Areias inscrita sobre o CNPJ 10.572.048/0017-95.

Retirou R$ 177.300,00 da emenda 504, código de subação EML5, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 177.300,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa colaborar com às melhorias à saúde na cidade do Moreno, inscrita sobre o CNPJ número 11.049.822/0001-83.

Retirou R$ 22.700,00 da emenda 497, código de subação EMKY, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 22.700,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa colaborar com às melhorias à saúde na cidade do Moreno, inscrita sobre o CNPJ número 11.049.822/0001-83.

Retirou R$ 24.800,00 da emenda 497, código de subação EMKY, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 24.800,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Bonito. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa colaborar com a saúde da cidade de Bonito, inscrita sobre o CNPJ 08.763.979/0001-61.

Retirou R$ 50.200,00 da emenda 482, código de subação EMKJ, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 50.200,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Bonito. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa colaborar com a saúde da cidade de Bonito, inscrita sobre o CNPJ 08.763.979/0001-61.

Retirou R$ 60.000,00 da emenda 479, código de subação EMKG, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Bonito. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa colaborar com a saúde da cidade de Bonito, inscrita sobre o CNPJ 08.763.979/0001-61.

Retirou R$ 10.000,00 da emenda 364, código de subação EMH9, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 10.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Bonito. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa colaborar com a saúde da cidade de Bonito, inscrita sobre o CNPJ 08.763.979/0001-61.

Retirou R$ 8.000,00 da emenda 364, código de subação EMH9, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 8.000,00 à ação Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo (4532) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Jaboatão dos Guararapes. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a Unifuturo inscrita sobre o CNPJ n° 73.871.808/0001-18, na promoção e desenvolvimento do esporte participativo.

Retirou R$ 42.000,00 da emenda 364, código de subação EMH9, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 42.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sirinhaém. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a cultura local da prefeitura de Sirinhaém, inscrita sobra o CNPJ 10292209000120.

Retirou R$ 100.000,00 da emenda 361, código de subação EMH6, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sirinhaém. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a cultura local da prefeitura de Sirinhaém, inscrita sobra o CNPJ 10292209000120.

Retirou R$ 120.000,00 da emenda 693, código de subação EMQ0, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Bonito. Adicionou R$ 120.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sirinhaém. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a cultura local da prefeitura de Sirinhaém, inscrita sobra o CNPJ 10292209000120.

Retirou R$ 78.000,00 da emenda 662, código de subação EMP8, referente à ação Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade (4050) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS (203), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 78.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Sirinhaém. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a cultura local da prefeitura de Sirinhaém, inscrita sobra o CNPJ 10292209000120.

Retirou R$ 234.920,00 da emenda 662, código de subação EMP8, referente à ação Apoio à População em Situação de Vulnerabilidade (4050) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS (203), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 234.920,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a cultura da Cidade de Amaraji, inscrita sobre o CNPJ 11294360000160.

Retirou R$ 92.800,00 da emenda 857, código de subação EMUE, referente à ação Programa de Fomento ao Desenvolvimento do Esporte (4754) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 92.800,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a cultura da Cidade de Amaraji, inscrita sobre o CNPJ: 11.294.360/0001-60.

Retirou R$ 72.280,00 da emenda 858, código de subação EMUF, referente à ação Ampliação do Suporte à Atividade Educacional (4072) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 72.280,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a cultura da Cidade de Amaraji, inscrita sobre o CNPJ: 11.294.360/0001-60.

Retirou R$ 95.900,00 da emenda 858, código de subação EMUF, referente à ação Ampliação do Suporte à Atividade Educacional (4072) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 95.900,00 à ação Promoção da Cultura e do Esporte como Ferramentas de Apoio Didático Pedagógico na Rede Estadual de Ensino (1932) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com o instituto REDS inscrita sobre o CNPJ 07.777.988/0001-49, Instituto Social de Incentivo Defesa e Estudo da Cidadania.

Retirou R$ 500.000,00 da emenda 626, código de subação EMO9, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Amaraji. Adicionou R$ 500.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Amaraji. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com a melhora da cultura no município de Amaraji, inscrita sobre o CNPJ 11294360000160.

Retirou R$ 443.280,00 da emenda 640, código de subação EMON, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Caruaru. Adicionou R$ 443.280,00 à ação Promoção da Cultura e do Esporte como Ferramentas de Apoio Didático Pedagógico na Rede Estadual de Ensino (1932) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com o instituto REDS inscrita sobre o CNPJ 07.777.988/0001-49, Instituto Social de Incentivo Defesa e Estudo da Cidadania.

Retirou R$ 419.820,00 da emenda 781, código de subação EMSB, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Moreno. Adicionou R$ 419.820,00 à ação Promoção da Cultura e do Esporte como Ferramentas de Apoio Didático Pedagógico na Rede Estadual de Ensino (1932) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com o instituto REDS inscrita sobre o CNPJ 07.777.988/0001-49, Instituto Social de Incentivo Defesa e Estudo da Cidadania.

Retirou R$ 2.000,00 da emenda 781, código de subação EMSB, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Moreno. Adicionou R$ 2.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Transferência a Consórcios, Hospitais de ensino, Municípios e União (2396) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Bonito. Objetivo do remanejamento: A Emenda visa colaborar com a saúde da cidade de Bonito, inscrita sobre o CNPJ 08.763.979/0001-61.

Retirou R$ 378.180,00 da emenda 781, código de subação EMSB, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Moreno. Adicionou R$ 378.180,00 à ação Água para Todos - Ampliação da Oferta, Cobertura dos Serviços de Abastecimento e Redução do Racionamento de Água - COMPESA (3343) sob responsabilidade da unidade orçamentária Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA (605), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e d (91), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com melhorias da Compesa na cidade do Moreno, inscrito sobre o CNPJ 09769035017130.

Retirou R$ 121.820,00 da emenda 858, código de subação EMUF, referente à ação Ampliação do Suporte à Atividade Educacional (4072) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 121.820,00 à ação Água para Todos - Ampliação da Oferta, Cobertura dos Serviços de Abastecimento e Redução do Racionamento de Água - COMPESA (3343) sob responsabilidade da unidade orçamentária Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA (605), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e d (91), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com melhorias da Compesa na cidade do Moreno, inscrito sobre o CNPJ 09769035017130.

Retirou R$ 400.000,00 do remanejamento 10133, código de subação, referente à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Amaraji. Adicionou R$ 400.000,00 à ação Água para Todos - Ampliação da Oferta, Cobertura dos Serviços de Abastecimento e Redução do Racionamento de Água - COMPESA (3343) sob responsabilidade da unidade orçamentária Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA (605), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e d (91), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com melhorias da Compesa na cidade do Moreno, inscrito sobre o CNPJ 09769035017130.
Retirou R$ 100.000,00 do remanejamento 10135, código de subação, referente à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Amaraji. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Água para Todos - Ampliação da Oferta, Cobertura dos Serviços de Abastecimento e Redução do Racionamento de Água - COMPESA (3343) sob responsabilidade da unidade orçamentária Companhia Pernambucana de Saneamento - COMPESA (605), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e d (91), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: A emenda visa colaborar com melhorias da Compesa na cidade do Moreno, inscrito sobre o CNPJ 09769035017130.

Dep. Renato Antunes
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 817, código de subação EMTA, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Moreno. Objetivo do remanejamento: Destinada ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo Hospital Armindo Moura, inscrito no CNPJ: 11.683.042/0001-90.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 817, código de subação EMTA, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Aquisição de equipamentos para a melhoria no atendimento de procedimentos de média e alta complexidade pelo Grupo de Ajuda a Criança Carente com Câncer – GAC/PE, inscrito no CNPJ: 02.024.876/0001-01.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 817, código de subação EMTA, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Moreno. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Ações e Serviços Públicos de Saúde Prestados pela Universidade de Pernambuco - UPE (3648) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e d (91), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Continuação da construção do prédio anexo do PROCAPE/CH/UPE, inscrito no CNPJ: 11.022.597/0001-91.
Retirou R$ 150.000,00 da emenda 1143, código de subação EN2C, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Olinda. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Ações e Serviços Públicos de Saúde Prestados pela Universidade de Pernambuco - UPE (3648) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e d (91), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Continuação da construção do prédio anexo do PROCAPE/CH/UPE, inscrito no CNPJ: 11.022.597/0001-91.

Dep. Roberta Arraes
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 975, código de subação EMXO, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Paulista. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Limoeiro. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 961, código de subação EMXA, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Araripina. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Caruaru. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 960, código de subação EMX9, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Moreno. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Olinda. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 966, código de subação EMXF, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Araripina. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Araripina. Objetivo do remanejamento: O recurso no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) será destinado para Araripina a fim de apoiar qualificação do serviço de saúde no município.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 966, código de subação EMXF, referente à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Araripina. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Ações de Atenção Primária e das Políticas Estratégicas (4217) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Goiana. Objetivo do remanejamento: O recurso no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) será destinado para Goiana a fim de apoiar qualificação do serviço de saúde no município.

Dep. Romero Sales Filho
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 1006, código de subação EMYJ, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A emenda é destinada a melhorar a qualidade da assistência prestada à população, através da equipagem do Centro Hospitalar Santa Maria, CNPJ N. 11.866.365/0001-10.
Retirou R$ 250.000,00 da emenda 1006, código de subação EMYJ, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 250.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A emenda é destinada a melhorar a qualidade da assistência prestada à população, através da equipagem do Centro Hospitalar Santa Maria, CNPJ N. 11.866.365/0001-10.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 1006, código de subação EMYJ, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: A emenda é destinada a melhorar a qualidade da assistência prestada à população, através da equipagem do Centro Hospitalar Santa Maria, CNPJ N. 11.866.365/0001-10.

Dep. Sileno Guedes
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 1105, código de subação EN1A, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de João Alfredo. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de João Alfredo. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por objetivo a destinação à aquisição de uma Ambulância - Unidade Móvel de Saúde (Suporte Básico e/ou Avançado de Vida) para o Município de João Alfredo.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 1118, código de subação EN1N, referente à ação Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos (3126) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), do município de Altinho. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de João Alfredo. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por objetivo a destinação à aquisição de uma Ambulância - Unidade Móvel de Saúde (Suporte Básico e/ou Avançado de Vida) para o Município de João Alfredo.
Retirou R$ 80.000,00 da emenda 1120, código de subação EN1P, referente à ação Fomento à Atividade Agropecuária e ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PEAAF), da Agroecologia e da Produção Orgânica (4145) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de São Vicente Férrer. Adicionou R$ 80.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Altinho. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 1115, código de subação EN1K, referente à ação Fomento à Atividade Agropecuária e ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PEAAF), da Agroecologia e da Produção Orgânica (4145) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de São Vicente Férrer. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Custódia. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por objetivo a destinação de recursos voltados à qualificação profissional para as mulheres, na realização de curso de corte e costura, através da Associação dos Agropecuaristas do Vale do Cupiti, CNPJ 47.696.789/0001-20.
Retirou R$ 40.000,00 da emenda 1115, código de subação EN1K, referente à ação Fomento à Atividade Agropecuária e ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PEAAF), da Agroecologia e da Produção Orgânica (4145) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de São Vicente Férrer. Adicionou R$ 40.000,00 à ação Fomento à Atividade Agropecuária e ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PEAAF), da Agroecologia e da Produção Orgânica (4145) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de São Vicente Férrer. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por objetivo a destinação de recursos voltados à aquisição de um veículo para auxiliar na produção da agricultura familiar, destinado a AMAVAT - Ass. do Micro Agricultor da Várzea do Triunfo - CNPJ 00.861.008/0001-42.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 1119, código de subação EN1O, referente à ação Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Cidadania e do Trabalho (3482) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Goiana. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Fomento à Atividade Agropecuária e ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PEAAF), da Agroecologia e da Produção Orgânica (4145) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de São Vicente Férrer. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por objetivo a destinação de recursos voltados à aquisição de um veículo para auxiliar na produção da agricultura familiar, destinado a AMAVAT - Ass. do Micro Agricultor da Várzea do Triunfo - CNPJ 00.861.008/0001-42.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 1120, código de subação EN1P, referente à ação Fomento à Atividade Agropecuária e ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PEAAF), da Agroecologia e da Produção Orgânica (4145) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de São Vicente Férrer. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Fomento à Atividade Agropecuária e ao Fortalecimento da Agricultura Familiar (PEAAF), da Agroecologia e da Produção Orgânica (4145) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Pecuária e Pesca - Administração Direta (113), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de São Vicente Férrer. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por objetivo a destinação de recursos voltados à aquisição de um veículo para auxiliar na produção da agricultura familiar, destinado a AMAVAT - Ass. do Micro Agricultor da Várzea do Triunfo - CNPJ 00.861.008/0001-42.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 1119, código de subação EN1O, referente à ação Educação de Jovens e Adultos na Perspectiva da Cidadania e do Trabalho (3482) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Educação e Esportes - Administração Direta (108), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Goiana. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Implantação e Reforma dos Equipamentos e Serviços Sociais (2013) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas - Administração Direta (107), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Santa Cruz do Capibaribe. Objetivo do remanejamento: A presente emenda tem por objetivo a destinação de recursos para aquisição de equipamentos de apoio ao desenvolvimento de jovens e adultos voltados, através da Associação Comunidade Terapeutica Chasah, CNPJ 05.827.229/0001-18.

Dep. Simone Santana
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 42, código de subação EM93, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Petrolina. Objetivo do remanejamento: A emenda destina-se a Associação Petrolinense de Amparo à Maternidade e à Infância, CNPJ 10.730.125/0004-73 para garantia da oferta de procedimentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, no valor de R$ 100.000,00.
Retirou R$ 200.000,00 da emenda 39, código de subação EM90, referente à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 200.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ipojuca. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 68.200,00 da emenda 43, código de subação EM94, referente à ação Execução de Políticas de Prevenção à Violência (2972) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Prevenção à Violência - Administração Direta (138), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 68.200,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ipojuca. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 170.000,00 da emenda 41, código de subação EM92, referente à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 170.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ipojuca. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 300.000,00 da emenda 19, código de subação EM8G, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Jaqueira. Adicionou R$ 300.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Jaqueira. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 450.000,00 da emenda 20, código de subação EM8H, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Lagoa do Carro. Adicionou R$ 450.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Lagoa do Carro. Objetivo do remanejamento: A emenda destina -se ao município de Lagoa do Carro para Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidade de Saúde.

Dep. Socorro Pimentel
Retirou R$ 600.000,00 da emenda 928, código de subação EMWD, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 600.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Araripina. Objetivo do remanejamento: A Emenda tem como objetivo auxiliar no custeio do Hospital e Maternidade Santa Maria, com sede em Araripina, administrado pela Organização Social de Saúde, Instituto Social das Medianeira da Paz - ISMEP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.739.225/0018-66.
Retirou R$ 500.000,00 da emenda 923, código de subação EMW8, referente à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 500.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de

Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Ouricuri. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 923, código de subação EMW8, referente à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural (4074) sob responsabilidade da unidade orçamentária Instituto Agronômico de Pernambuco - IPA (501), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Serrita. Objetivo do remanejamento: Para perfuração e instalação de poços artesianos.
Retirou R$ 299.500,00 do remanejamento 10013, código de subação, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Araripina. Adicionou R$ 299.500,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Araripina. Objetivo do remanejamento: A Emenda tem como objetivo auxiliar no custeio do Hospital e Maternidade Santa Maria, com sede em Araripina, administrado pela Organização Social de Saúde, Instituto Social das Medianeira da Paz - ISMEP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.739.225/0018-66.
Retirou R$ 2.000,00 da emenda 928, código de subação EMWD, referente à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), do município de Recife. Adicionou R$ 2.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Capitalizar e fomentar as ações culturais.
Retirou R$ 1.000,00 do remanejamento 10013, código de subação, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Araripina. Adicionou R$ 1.000,00 à ação Valorização da Cultura Local e Descentralização das Ações Culturais (4413) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Aplicações Diretas (90), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: Capitalizar e fomentar as ações culturais.

Dep. Waldemar Borges
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 367, código de subação EMHC, referente à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), do município de Limoeiro. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Tuparetama. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 40.000,00 da emenda 387, código de subação EMHW, referente à ação Difusão e Fruição da Cultura (4117) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 40.000,00 à ação Difusão e Fruição da Cultura (4117) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente emenda, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), será destinada a Entidade CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES EM DIREITOS HUMANOS - 'A COLHER- CNPJ: 07.817.329/0001-99, localizado no Município de RECIFE/PE, e neste projeto, irá realizar atividades culturais com crianças em situação de risco e vulnerabilidade social, das comunidades do Recife/PE e RMR, e assim manter a formação de Canto Coral do projeto Caixa de Natal.
Retirou R$ 48.200,00 da emenda 357, código de subação EMH2, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Arcoverde. Adicionou R$ 48.200,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Arcoverde. Objetivo do remanejamento: A presente emenda no valor de R$ 48.200,00 (quarenta e oito mil e duzentos reais), será destinada a FUNDAÇÃO TERRA CNPJ 12.658.530/0001-00, para desenvolver atendimentos de saúde pelo Mens Sana, sediado na Cidade de Arcoverde e que atende várias pacientes da Região.
Retirou R$ 150.000,00 da emenda 408, código de subação EMIH, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Pesqueira. Adicionou R$ 150.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Pesqueira. Objetivo do remanejamento: A presente emenda será destinada para o PODE - Portadores de Direitos Especiais - CNPJ 06.698.790/0001-07, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para custear a manutenção e realização de serviços de reabilitação junto às crianças portadoras de deficiência do Município de Pesqueira e Região.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 399, código de subação EMI8, referente à ação Difusão e Fruição da Cultura (4117) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Difusão e Fruição da Cultura (4117) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Recife. Objetivo do remanejamento: A presente emenda, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), será destinada a entidade INSTITUTO BANTU, CNPJ 12.387.405/0001-03, para atividades culturais, bem como aulas de artesanato e cultura popular, com as mulheres e seus filhos em situação de vulnerabilidade social, atuando como porta de saída para sua independência financeira, gerando também o sustento da sua família e seu reconhecimento dentro da sociedade.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 408, código de subação EMIH, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Pesqueira. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Pesqueira. Objetivo do remanejamento: A presente emenda será destinada para o PODE - Portadores de Direitos Especiais - CNPJ 06.698.790/0001-07, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para custear a manutenção e realização de serviços de reabilitação junto às crianças portadoras de deficiência do Município de Pesqueira e Região.
Retirou R$ 50.000,00 da emenda 399, código de subação EMI8, referente à ação Difusão e Fruição da Cultura (4117) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE (403), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Recife. Adicionou R$ 50.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Pesqueira. Objetivo do remanejamento: A presente emenda será destinada para o PODE - Portadores de Direitos Especiais - CNPJ 06.698.790/0001-07, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para custear a manutenção e realização de serviços de reabilitação junto às crianças portadoras de deficiência do Município de Pesqueira e Região.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 357, código de subação EMH2, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Arcoverde. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Pesqueira. Objetivo do remanejamento: A presente emenda será destinada para o PODE - Portadores de Direitos Especiais - CNPJ 06.698.790/0001-07, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) para custear a manutenção e realização de serviços de reabilitação junto às crianças portadoras de deficiência do Município de Pesqueira e Região.

Dep. William Brigido
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 865, código de subação EMUM, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Apoio à Inovação Produtiva e à Qualificação Profissional das Mulheres (3930) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Mulher - Administração Direta (125), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Santa Cruz. Objetivo do remanejamento: Aquisição de um veículo para otimizar o trabalho das atividades agrícolas, beneficiando diversas famílias através da Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Capricho Velho do CNPJ:04.785.258/0001-00.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 865, código de subação EMUM, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde (4553) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Cabrobó. Objetivo do remanejamento: Destina-se para construção de uma capela dentro das dependências do Hospital Municipal Dr. Arnaldo Vasconcelos de Alencar na cidade de Cabrobó-PE.
Retirou R$ 80.000,00 da emenda 610, código de subação EMNT, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 80.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: Esta emenda destina-se ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo Centro Hospitalar Santa Maria, com sede na Av. Doutor Magalhães, Sn, do CNPJ: 11.866.365/0001-10.
Retirou R$ 270.000,00 da emenda 605, código de subação EMNP, referente à ação Operacionalização dos Serviços da Proteção Social Básica (2579) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS (203), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Vitória de Santo Antão. Adicionou R$ 270.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Vitória de Santo Antão. Objetivo do remanejamento: Esta emenda destina-se ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pelo Centro Hospitalar Santa Maria, com sede na Av. Doutor Magalhães, Sn, do CNPJ: 11.866.365/0001-10.
Retirou R$ 60.000,00 da emenda 865, código de subação EMUM, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 60.000,00 à ação Fortalecimento do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente, Ampliando a Política de Promoção, Prevenção e Proteção (4541) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria da Criança e da Juventude - Administração Direta (131), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Limoeiro. Objetivo do remanejamento: Aquisição de novos instrumentos musicais para alunos da Sociedade Musical Santa Cecilia. CNPJ:07.150.776/0001-37.
Retirou R$ 100.000,00 da emenda 865, código de subação EMUM, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 100.000,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Município - Fundo a Fundo (41), beneficiando o município de Itambé. Objetivo do remanejamento: Esta emenda destina-se ao custeio de procedimentos de média e alta complexidade pela Unidade Mista Dr. Hercílio de Moraes Borba do município de Itambé do CNPJ: 10.417.698/0001-07.
Retirou R$ 2.117,00 da emenda 865, código de subação EMUM, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 2.117,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Jaboatão dos Guararapes. Objetivo do remanejamento: Emenda destinada para custear e para manter os procedimentos oftalmológicos para população através a ONG MOVIMENTO COMUNITÁRIO - MC PROJETO SAÚDE PARA TODOS. CNPJ:19.796.243/0001-06.
Retirou R$ 2.117,00 da emenda 865, código de subação EMUM, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 2.117,00 à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), beneficiando o município de Jaboatão dos Guararapes. Objetivo do remanejamento: Emenda destinada para custear e para manter os procedimentos oftalmológicos para população através a ONG MOVIMENTO COMUNITÁRIO - MC PROJETO SAÚDE PARA TODOS. CNPJ:19.796.243/0001-06.
Retirou R$ 198.199,00 da emenda 865, código de subação EMUM, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 198.199,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Camaragibe. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.
Retirou R$ 1.308.201,00 da emenda 818, código de subação EMTB, referente à ação Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar (4611) sob responsabilidade da unidade orçamentária Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta (208), no grupo de despesa Outras Despesas Correntes (33), modalidade de aplicação Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (50), do município de Jaboatão dos Guararapes. Adicionou R$ 1.308.201,00 à ação Transferências especiais (4424) sob responsabilidade da unidade orçamentária Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional - Administração Direta (119), no grupo de despesa Investimentos (44), modalidade de aplicação Transferências a Municípios (40), beneficiando o município de Camaragibe. Objetivo do remanejamento: Transferência Especial.

Pelo deferimento das solicitações de remanejamento de emendas parlamentares acima descritas.

Recife, 03 de fevereiro de 2025.

Débora Almeida (Presidente);

Titulares:

Diogo Moraes;
Henrique Queiroz Filho (Relator);
João de Nadegi;
Socorro Pimentel.

Portaria

PORTARIA Nº 584/2025

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Alepe Trâmite nº 000855/2025 e no Ofício nº 476/2025, **do Deputado Antônio Coelho**,
RESOLVE: lotar naquele Gabinete Parlamentar, o servidor **JOSELITO PEDRO DA SILVA,** matrícula nº 42270, ora a disposição deste Poder.

Sala Austro Costa, 31 de janeiro de 2025.

ISALTINO NASCIMENTO
Superintendente Geral

(REPUBLICADA POR INCORREÇÃO)